

# O Português na África Atlântica

Márcia Santos Duarte de Oliveira  
Gabriel Antunes de Araujo  
Organizadores

**Angola**  
**Cabo Verde**  
**Guiné-Bissau**  
**São Tomé e Príncipe**

## **O Português na África Atlântica**

**USP** UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**Reitor**  
*Vahan Agopjan*

**Vice-Reitor**  
*Antonio Carlos Hernandes*



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**Diretora**  
*Maria Arminda do Nascimento Arruda*

**Vice-Diretor**  
*Paulo Martins*

### COMISSÃO CIENTÍFICA DO LIVRO

*Charlotte Marie C. Galves (Universidade de Campinas)*

*Eva Sipolla (Universidade de Bremen)*

*Heliana Ribeiro de Mello (Universidade Federal de Minas Gerais)*

*Waldemar Ferreira Netto (Universidade de São Paulo)*

DOI 10.11606/9788575063545

Márcia Santos Duarte de Oliveira

Gabriel Antunes de Araujo

Organizadores

# O Português na África Atlântica

2ª edição

 fflch  
São Paulo, 2019

P839 O português na África Atlântica [recurso eletrônico] / Márcia Santos Duarte de Oliveira, Gabriel Antunes de Araujo (organizadores). -- 2. ed. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2019.  
8.427 Kb ; PDF.

ISBN 978-85-7506-354-5  
DOI 10.11606/9788575063545

1. Língua portuguesa – África ocidental (aspectos linguísticos) (aspectos sociais) (aspectos históricos). 2. Intercâmbio cultural – aspectos linguísticos. 3. Aprendizagem de língua estrangeira. I. Oliveira, Márcia Santos Duarte de, *coord.* II. Araujo, Gabriel Antunes de, *coord.*

CDD 469.79966

---

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte, proibindo qualquer uso para fins comerciais

### **Serviço de Editoração e Distribuição**

*Coordenação Editorial*

Maria Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840/SP

*Projeto Gráfico, Diagramação e Capa*

Walquir da Silva – MTb n. 28.841/SP

*Colaborador*

Paulo Jeferson Pilar Araújo

*Preparação e Revisão de Textos*

Márcia Santos Duarte de Oliveira

Maria de Lurdes Zanoli

*Informação da Contracapa*

Márcia Oliveira junto a um embondeiro

Angola (banco de dados do “Projeto Libolo” – ver: Figueiredo & Oliveira (2016))

# Sumário

## APRESENTAÇÃO

*Márcia Santos Duarte de Oliveira; Gabriel Antunes de Araujo* 07

## ANGOLA

Variedades de português angolano e línguas bantas em contato

*Paulo Jeferson Pilar Araújo, Margarida Taddoni Petter, José Albino José* 17

Aspectos histórico-culturais e sociolinguísticos do Libolo: aproximações com o Brasil

*Carlos Filipe Guimarães Figueiredo* 47

## CABO VERDE

Estudos sobre o português falado em Cabo Verde: o "estado da arte"

*Francisco João Lopes, Márcia Santos Duarte de Oliveira* 101

Aquisição do português L2 em Cabo Verde: alguns aspectos morfosintáticos  
do contato

*Nélia Alexandre* 139

Caboverdiano e Português: cotejando estruturas focalizadas

*Nélia Alexandre, Márcia Santos Duarte de Oliveira* 165

## GUINÉ-BISSAU

Contribuições para o estudo da prosódia do português de Guiné-Bissau: a entoação  
do contorno neutro

*Vinicius Gonçalves dos Santos, Flaviane Romani Fernandes Svartman* 191

Estudo Inicial das Perguntas-Q no Português de Guiné-Bissau

*Eduardo Ferreira dos Santos, Raquel Azevedo da Silva* 237

## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Ditongos no português vernacular de São Tomé e Príncipe

*Alfredo Cristofolletti Silveira, Gabriel Antunes de Araujo* 261

O português dos Tongas de São Tomé <i>Alan Norman Baxter</i>	297
<b>POSFÁCIO</b>	
Contato, filiação e gênio das línguas <i>Charlotte Marie Chambelland Galves</i>	323
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	337

## Apresentação<sup>1</sup>

Este livro reúne nove ensaios sobre *O Português na África Atlântica*, resultado do trabalho de investigação científica realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Roraima, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade de Lisboa, Universidade de Macau e Universidade de Saint Joseph (Macau), seguidos por um posfácio de Charlotte Galves da Universidade Estadual de Campinas. Os ensaios abordam aspectos linguísticos e sócio-históricos do português falado em Angola, em Cabo Verde, na Guiné Bissau e em São Tomé e Príncipe. Como os trabalhos demonstram, é a diversidade linguística dessa África Atlântica (com suas centenas de línguas do tronco Niger-Congo e as línguas crioulas de base portuguesa) que lança novas luzes sobre os estudos do português brasileiro e europeu, bem como para o estudo das línguas em contato com essas variedades de português faladas na África.

O português do Brasil e de Portugal contam com milhares de estudos, graças à energia e interesse dos recursos humanos disponíveis em ambos os lados do Atlântico, aos pesquisadores estrangeiros e aos múltiplos intercâmbios nos últimos 40 anos, tanto entre Brasil e Portugal, como entre cientistas desses países e de todo o mundo. O mesmo ainda não pode ser dito sobre a África lusófona. De um lado, a descolonização tardia de Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe, fruto das lutas que culminaram na independência destes Estados nos anos setenta do século passado, e, de outro, a instalação de regimes ora autoritários, ora isolacionistas, bem como à falta

---

<sup>1</sup> Neste livro, os organizadores Márcia Santos Duarte de Oliveira e Gabriel Antunes Araújo agradecem às agências de fomento FAPESP e CNPq pelos diversos apoios. Márcia Oliveira, Paulo Jeferson Araújo e Charlotte Galves (autora do 'posfácio') mencionam os estudos apresentados nesse texto-livro ao *Projeto Temático* FAPESP - Processo 2012/06078-9: "A língua portuguesa no tempo e no espaço". Márcia Oliveira também agradece à FAPESP pelo fomento aprovado para o V Congresso Internacional do GELIC na Praia, Cabo Verde, - Processo 2014/12433-1 - em que este volume, em particular, se beneficia. Gabriel Araújo e Márcia Oliveira, como organizadores e autores de capítulos do livro, agradecem ao CNPq pelo apoio por meio de Bolsa de Produtividade de Pesquisa.



de recursos humanos locais treinados na tarefa de descrever e analisar o comportamento dos vernáculos nesses países resultou em uma lacuna nessa área de estudos. Os ventos democráticos dos anos noventa reabriram os países da África lusófona aos pesquisadores que encontraram vívidas discussões sobre a padronização, valorização e ensino das línguas nacionais, mas pouca discussão havia sobre as peculiaridades e idiosincrasias das variantes vernáculas do português. Por outro lado, o discurso oficial transafricano pró-lusofonia defendia que se falava localmente o português europeu, quando se falava o português. Além disso, o papel da escola e da mídia como difusoras da língua oficial não se mostrou aberto às novas realidades. A educação das elites políticas e econômicas de Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe, mesmo após a independência, era mormente feita em Lisboa e Coimbra. A educação lusófila das elites replicava o discurso da presença da variante europeia na África como ponto pacífico. Contudo, os pesquisadores começaram a observar o comportamento das variantes vernáculas e a constatar que a mudança, em relação ao português europeu, era impossível de ser ignorada. Assim, o objetivo deste livro é apresentar algumas das evidências que sugerem a especiação do português de Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe, influenciados não somente pelo contato linguístico com as línguas nacionais locais mas também pelo comportamento de seus falantes em direção ao novo.

Na obra os dois primeiros capítulos abordam o português em Angola, seguidos por três estudos sobre Cabo Verde, dois sobre Guiné Bissau e dois sobre São Tomé e Príncipe, fechando com um posfácio. A seguir, um breve panorama de cada capítulo.

No primeiro capítulo, *Varietades de português angolano e línguas bantas em contato*: Paulo Jeferson Pilar Araujo, Margarida Petter e José Albino José trazem, em primeiro plano, um dos aspectos centrais desse livro: não é possível pensar as variedades vernaculares do português na África Atlântica ignorando os contatos linguísticos que as moldaram ao longo do tempo. No caso de Angola, o texto investiga, na literatura e em dados colhidos no interior angolano, o contato com as línguas *bantu* que levou a constituições morfosintáticas peculiares, algumas das quais encontradas também no Brasil, o que

não se trata de uma mera coincidência, dadas as contribuições *bantu* em solo brasileiro. Porém, a lacuna nos estudos do contato português-grupo linguístico *bantu* só será preenchida quando aumentarmos o nosso conhecimento sobre as línguas do grupo *bantu*, do passado e do presente, que fizeram e fazem parte do contato. Os lugares-comuns da linguística *bantu*, argumentam os autores, não são suficientes para desnudar os entrecruzamentos e as influências diáfanas. Assim, para o grupo de autores, é o estudo empírico das variedades em contato que permitirá, a partir de um modelo teórico coeso, seu entendimento. Os autores adotam, para tanto, o modelo teórico de Myers-Scotton, com o objetivo de buscar explicações para as possibilidades de transferência de traços linguísticos no contato entre línguas.

O segundo capítulo, *Aspectos histórico-culturais e sociolinguísticos do Libolo: aproximações com o Brasil*, de Carlos Filipe G. Figueiredo, se dedica a mostrar que, ao longo dos séculos XVI ao XIX, a região angolana do Libolo foi local de captura de seres humanos, posteriormente escravizados e enviados ao Brasil, muitas vezes via São Tomé e Príncipe. Porém, ao mesmo tempo em que promoviam missões de captura de escravos (a partir de Luanda), os colonizadores portugueses só viriam a ocupar a região no século XX. Para entendermos essas complexidades, Figueiredo apresenta aspectos geográficos e sócio-históricos da região do Libolo, recorrendo à farta documentação histórica colonial, que revela um Libolo como ponto estratégico e, por isso, centro de disputas violentas. Após a caracterização física e histórica da região, Figueiredo traz algumas particularidades sociolinguísticas do Libolo, com destaque para as línguas *bantu* faladas no local e para os diversos graus de multilinguismo. Por fim, o autor correlaciona algumas características morfosintáticas e lexicais do português do Libolo com o português vernacular brasileiro.

*Em Estudos sobre o português falado em Cabo Verde: o “estado da arte”, capítulo três* de Francisco João Lopes e Márcia Santos Duarte de Oliveira, apresenta-se a situação sócio-histórica do arquipélago, seguida por um quadro da situação sociolinguística. Cabo Verde é o país da África Atlântica lusófona que atesta, segundo os autores, uma situação de diglossia: duas línguas, o português local e o caboverdiano, essa, aparentemente, ocupando ambientes informais

e aquela, ambientes formais – embora se subentenda, a partir dos autores, que ambientes formais/informais de fala em Cabo Verde não sejam tão simples de serem detectados. Em seguida, Lopes & Oliveira apresentam seções acerca dos estudos do português falado em Cabo Verde, apontando aspectos que têm sido investigados. De fato, depois de décadas do impacto de estudos escolares centrados na gramática tradicional e no ensino da variante lusitana, é necessário um esforço de convencimento dos atores locais quanto às características únicas do português de Cabo Verde. Esse fato, contudo, não se limita à República de Cabo Verde, mas se estende a toda África lusófona, como demonstra este volume.

Ainda sobre o português de Cabo Verde, o quarto texto *Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: alguns aspectos morfossintáticos do contato*, de Nélia Alexandre, mostra que a compreensão dos fenômenos da língua portuguesa no arquipélago passa pelo entendimento de que o português é aprendido como segunda língua e, por isso, a influência do caboverdiano, língua materna da maioria da população, é profunda e visível em vários aspectos da gramática. Ao mesmo tempo, há no português vernacular propriedades não encontradas nem no português europeu, nem no crioulo de Cabo Verde. Alexandre defende que a situação linguística não é de diglossia, posto que o português seria “de fato” uma língua segunda e não uma língua confinada ao mundo formal. Nesse sentido, o caboverdiano ocupa todos os contextos sociolinguísticos, ao passo que o português é mormente uma língua do mundo da escola, posto que nela se dá seu aprendizado. Com farta exemplificação das influências da língua crioula no português vernacular, Alexandre conclui que existem evidências para se sustentar que há uma tendência à especiação da variante caboverdiana do português e isso deve ser considerado nas pesquisas futuras.

No quinto capítulo, *Caboverdiano e Português: cotejando estruturas focalizadas* de Nélia Alexandre e Márcia Oliveira, a partir da sugestão sobre a necessidade de estudos empíricos sobre o português vernacular de Cabo Verde, as autoras buscam demonstrar que a estrutura de *foco* difere das estratégias empregadas pelo português brasileiro ‘padrão’ e pelo português europeu.

Assim, a diversidade dessas estratégias poderia ser encontrada nas propriedades gerais das línguas naturais, mas, nesse caso, com ressonância no contato linguístico típico da situação do arquipélago. As autoras então descrevem e analisam as estratégias de *foco* em caboverdiano e as comparam com a do português vernacular caboverdiano. Novamente, uma abordagem unificada das propriedades vernaculares do português se mostra um meio abrangente para se alcançar um melhor entendimento das variedades portuguesas no Atlântico.

Vinicius Gonçalves dos Santos e Flaviane R. Fernandes Svartman em *Contribuições para o estudo da prosódia do português de Guiné-Bissau: a entoação do contorno neutro*, capítulo seis, demonstram que a Guiné Bissau é um dos países onde o português encara os maiores desafios para se difundir como uma língua de unidade. De um lado, a fragmentação linguística, econômica e política do país, o que acarreta uma presença mais tímida da escolarização em português, associada a um processo de urbanização ainda em curso e, de outro lado, a força do kriyol, a língua crioula de base portuguesa da Guiné Bissau, a língua veicular do país e língua materna de um número cada vez maior de jovens nascidos nas grandes cidades, confinaram o português aos bolsões urbanizados da capital e de algumas poucas vilas do interior sendo, por fim, utilizado somente nos ambientes onde há uma efetiva presença do estado ou onde há o desejo de torná-lo presente e nas manifestações da mídia estatal ou estrangeira de expressão portuguesa. Portanto, nesse quadro, o português é majoritariamente uma língua oficial do Estado (onde esse se faz efetivamente presente), da grande mídia e do mundo da escola e, como mostram Santos & Svartman, muitas das suas características linguísticas estão condicionadas pelo quadro multilinguístico do país. Os autores (op cit) centram o trabalho na descrição e análise dos aspectos prosódicos e entoacionais das sentenças declarativas neutras. Esses estudos se dão dentro de um quadro de comparação com o português europeu e brasileiro, posto que estudos similares estão disponíveis. A investigação conclui que há características entoacionais gerais no português guineense que são semelhantes às encontradas nas demais variedades, porém a possibilidade de associação

de acentos frasais a fronteiras de sintagmas fonológicos não se relaciona ao foco como na variedade brasileira, nem à posição do sintagma fonológico na sentença como na referida variedade europeia de português. Portanto, o português guineense apresenta também propriedades não encontradas nas demais variedades de português. Os resultados alcançados, concluem os autores, particularizam prosodicamente a variante guineense e podem refletir transferências das línguas maternas (o crioulo de Guiné-Bissau e as línguas africanas) no vernáculo português.

No seu *Estudo Inicial das Perguntas-Q no Português de Guiné-Bissau*, capítulo sete, Eduardo Ferreira dos Santos e Raquel Azevedo da Silva mostram que as variedades vernaculares do português da África possuem características que as aproximam do português do Brasil, uma variedade cujo desenvolvimento se deu em situações de contato linguístico, mas também mantêm características encontradas no português europeu. Em seu texto, Santos & Silva, investigando a tipologia de construção de perguntas-Q, ou seja, perguntas interrogativas que empregam pronomes-Q (qual, quem, quando, quanto, o que, como, onde etc.) revelam, entre outros pontos importantes, que a variedade guineense do português estudado emprega estratégias, no que diz respeito às sentenças com pronomes-Q deslocados, agramaticais no português europeu e consideradas, até então, exclusivas do português do Brasil, além de mostrar também características compartilhadas com outras variantes africanas, como no caso das clivadas interrogativas sem cópula. Portanto, como mostram os dois ensaios sobre a Guiné Bissau, as investigações sobre o português vernacular poderão ampliar enormemente os estudos sobre o português em contato e revelar também que a diversidade se manifesta em predicados endêmicos em todos os ambientes.

Alfredo Christofolletti e Gabriel Antunes de Araujo, no texto oito: *Ditongos no português vernacular de São Tomé e Príncipe*, abordam uma área ainda pouco estudada: a fonologia das variedades portuguesas na África. Os autores, após apresentarem a situação sociolinguística em São Tomé e Príncipe, onde as variedades locais do português convivem com quatro línguas crioulas, sendo três autóctones, o santome, o lung'ie e o angolar, e uma

exógena, o caboverdiano, trazem o quadro vocálico do português urbano vernacular de São Tomé e uma análise dos ditongos orais. Por si só, o quadro vocálico já deveria chamar a atenção, uma vez que há sete vogais e não oito como no português europeu. Ao mesmo tempo, na análise fonológica e sociolinguística dos ditongos do português da capital são-tomense notam-se muitas similaridades com o mesmo fenômeno no português do Brasil, porém, há pelo menos uma diferença que força uma revisão na literatura sobre os ditongos no português: palavras que seriam consideradas possuidoras de ditongos verdadeiros e, portanto, não passíveis de monotongação, como a palavra ‘direito’, o são no português de São Tomé, sendo realizada como ‘dirêto’. Ademais, a monotongação do [eI], diante de /t/, além de possível, está em variação estável na comunidade são-tomense, fato não documentado no português brasileiro.

Ainda no Golfo da Guiné, o capítulo nove, *O Português dos Tongas de São Tomé*, de Alan Baxter, traz um apanhado de vinte e cinco anos de pesquisa com o português dos Tongas, os descendentes de africanos continentais contratados durante o período colonial português. Após uma contextualização histórica da comunidade, Baxter mostra a dinâmica populacional e linguística nas propriedades rurais. Graças aos controles administrativos das fazendas, os dados sobre a origem, o sexo e as línguas dos trabalhadores contratados foram preservados, o que nos permite uma observação sobre vários aspectos sociolinguísticos do contato. A língua resultante dos Tongas teria sido gerada a partir das estruturações que eventualmente constituíam características da comunidade linguística e seriam o resultado do uso da segunda língua (no caso o português) pelo grupo, nivelando as diferenças entre as interlínguas individuais em um ambiente onde os indivíduos tinham pouco acesso à língua dos administradores das fazendas. Em seguida, Baxter elenca uma série de características do português dos Tongas, mas não sem abordar uma questão crucial no contato: por que temos um português dos Tongas e não uma língua dos Tongas? Ou seja, quais as forças que mantêm o português dos Tongas uma variante do português, apesar da pobreza do *input*, e

quais as forças que impediram a ruptura tipológica que caracteriza as línguas crioulas de base portuguesa?

Por fim, Charlotte Galves, em seu Posfácio no texto que encerra a obra, liga os nove textos deste volume às questões fundamentais do entendimento das variedades transplantadas do português no século XX. De um lado, o debate longo entre a (suposta) influência (africana, indígena ou endógena) dos fatores que promoveram as diferenças do português brasileiro (certamente a língua mais estudada da família da língua portuguesa) em relação ao português de Portugal e, de outro, a ação dos falantes e de suas línguas sobre a língua a ser aprendida como segunda língua e, daí, como primeira para os novos-falantes e, por fim, o que há de universal, sendo aproveitado via o que há de areal, nesses mundos de contatos multilíngues e seus múltiplos autores.

O conhecimento sobre as variedades portuguesas nos países lusófonos da África é um tema ainda em desenvolvimento, mas será central na investigação das características da língua portuguesa no século XXI. Este livro, pretende, assim, contribuir com esse tema e estimular novas pesquisas.

Os Organizadores

# ANGOLA

## HAVEMOS DE VOLTAR

Às casas, às nossas lavras/ às praias, aos nossos campos/ havemos de voltar [...] À frescura da mulemba/ às nossas tradições/ aos ritmos e às fogueiras/ havemos de voltar/ [...] À bela pátria angolana/ nossa terra, nossa mãe/ havemos de voltar [...]

Agostinho Neto – Figueiredo & Oliveira (2016b: 243)





# Variedades de português angolano e línguas bantas em contato

*Paulo Jeferson Pilar Araújo<sup>1</sup>*  
*Margarida Maria Taddoni Petter*  
*José Albino José*

## 1. Introdução<sup>2</sup>

Tratar de algumas variedades de português leva quase inevitavelmente a falar dos contatos linguísticos, como é o caso das variedades africanas de português. Para o caso das variedades angolana, brasileira e moçambicana, o contato dá-se (ou deu-se, para o caso do português brasileiro) majoritariamente com línguas do grupo banto.<sup>3</sup> Boa parte da literatura preocupada com

---

<sup>1</sup> Respectivamente: Universidade Federal de Roraima; Universidade de São Paulo; Reparação Municipal de Educação e Tecnologia do Libolo, Angola.

<sup>2</sup> A discussão a ser desenvolvida neste capítulo é resultado de trabalhos em desenvolvimento em dois projetos: (1) “Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguísticos educacionais, históricos culturais, antropológicos e sócio-identitários” – mais conhecido como “Projeto Libolo” – em que os autores deste capítulo são responsáveis pela descrição da variedade do quimbundo falado no município em questão; (2) Projeto Temático (Processo FAPESP nº 12/06078-9): “A Língua Portuguesa no Tempo e no Espaço: Contato Linguístico, Gramáticas em Competição e Mudança Paramétrica” em que um dos autores – Paulo Jeferson Araujo – desenvolveu pesquisa de pós-doutorado (com bolsa FAPESP (Processo n. 2013/20567-5)) sobre *code-switching* entre o português e o quimbundo falados no Libolo.

<sup>3</sup> Os autores seguem a proposta de grafia das línguas africanas em Petter (2015a, p. 19-26). Atente, no entanto, que o leitor encontrará grafias divergentes em outros capítulos deste livro.

a questão do contato entre o português e línguas bantas (LBs) direciona-se a análises com um *viés* substratista, tomando as LBs como principal causa de alguns traços morfossintáticos naquelas variedades de português.

Neste capítulo, fazemos uma reflexão e uma problematização de alguns estudos ocupados com variedades do português angolano,<sup>4</sup> selecionando certos traços morfossintáticos apontados como decorrentes e específicos do contato do português com línguas do grupo banto. O presente trabalho baseia-se na literatura sobre o chamado “português angolano” e também em dados primários do português falado no Libolo, localizado na Província do Kwanza Sul, em Angola, como parte dos trabalhos realizados no âmbito do “Projeto do Libolo” – sobre este projeto, ver, entre outros, Figueiredo & Oliveira (2016a,b). Volta-se a atenção para abordagens teóricas que têm sido utilizadas para lidar com alguns aspectos desses contatos, ao mesmo tempo em que se aponta a necessidade de um melhor conhecimento das línguas bantas diretamente em contato com as variedades de português a fim de que as conclusões sobre o contato do português com essas línguas bantas sejam mais fundamentadas empiricamente.

O trabalho está organizado como segue: na seção 2, são discutidos alguns pontos sobre o contato de línguas do grupo banto e do português. São elencados alguns pontos gramaticais e/ou tipológicos apontados como responsáveis por mudanças estruturais no português e também nas LBs, decorrentes do contato. Para que seja discutida a real participação das línguas em questão, faz-se necessária a apresentação de algumas abordagens teóricas utilizadas na literatura para tratar das situações de contato e como, em cada uma delas, as línguas são configuradas no tocante a fenômenos de contato; esse tópico é parte da seção 3. A seção 4 é dedicada a aspectos de uma agenda de trabalho a ser desenvolvida sobre o português e o quimbundo do Libolo. Por fim, na seção 5, segue-se a conclusão.

---

4 Serão focalizadas variedades de “português angolano”, mas, sempre que necessário, serão mencionadas outras variedades de português como a brasileira (PB), a moçambicana (PM).

## 2. O português angolano e línguas bantas: pontos de contato

A literatura voltada para a caracterização das variedades de português na África, especificamente em Angola e Moçambique, recorre quase sempre ao que os pesquisadores chamam de ‘substrato africano’ para explicar a configuração de determinados fatos morfosintáticos encontrados naquelas variedades, fazendo em seguida uma comparação da dada variedade africana de português com a variedade de português europeia e esporadicamente com a variedade americana (CHAVAGNE, 2005; GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004, MINGAS, 2000; entre outros). Ainda no bojo desses trabalhos, encontra-se a tentativa de enquadrar o perfil de algumas variedades de português em modelos teóricos preocupados com os resultados do contato linguístico, a exemplo do modelo de Holm (2004) de línguas reestruturadas, aplicado ao português angolano (INVERNO, 2009).

Outros trabalhos têm se ocupado sobre a investigação do que denominam de um *continuum* afro-brasileiro de português (PETTER, 2008, p. 193; FIGUEIREDO & OLIVEIRA: 2013, p. 175). A ideia do *continuum* afro-brasileiro de português decorre da observação de comportamentos morfosintáticos semelhantes em certas variedades, como a angolana, a brasileira e a moçambicana (PETTER, 2009a), tendo como ponto em comum o contato dessas variedades de português com línguas do grupo banto, atualmente ou no passado. Uma tentativa de sintetizar a regularidade desses pontos em comum entre as variedades afro-brasileiras de português foi feita por Petter (2008) ao utilizar os modelos elaborados por Myers-Scotton (2002) e colaboradores, a serem detalhados mais adiante.

Um outro ponto em comum possível de apontar nesses estudos é a busca de explicações para algumas configurações gramaticais do português como sendo resultado das particularidades estruturais das LBs. No entanto, esses estudos “esbarram” inevitavelmente no pouco conhecimento e, às vezes, total escassez de estudos descritivos das línguas africanas em questão. Tal desconhecimento das LBs pode se tornar um grande entrave para um real entendimento dos fenômenos de contato linguístico dessas línguas com o português.

Nas próximas duas subseções, descrevemos o modo como as LBs têm sido tratadas em alguns estudos em suas relações com o português e voltamos nossa atenção para as abordagens teóricas utilizadas para tratar dessas relações.

### *2.1. Distância tipológica entre o português e línguas bantas, mas quais línguas bantas?*

Quando se fala em línguas do grupo banto é difícil de se imaginar a diversidade possível de existir num universo de cerca de 500 línguas (NURSE; PHILIPPSON: 2003, p. 2). Mesmo para o caso de um único país, como Angola, tratar do português e sua relação com as mais de 40 línguas locais (ver ETHNOLOGUE – Simons & Fennig (2018)) não seria uma tarefa fácil. Parece um pouco exagerado a comparação de uma língua como o português, transplantada para os continentes americano e africano, com um conjunto gigantesco de línguas como o das línguas bantas. Levanta-se então uma primeira problemática nos estudos do contato de variedades de português com LBs: de qual ou quais línguas bantas estamos tratando?

Mesmo em trabalhos voltados exclusivamente para uma única língua banta, o problema não parece ser de fácil solução. Como exemplo temos o trabalho de Inverno (2009) que demonstra os possíveis paralelismos entre construções na variedade vernacular de português falado no Dundo, Província do Lunda Norte, Angola, com o português europeu, tomando a língua chôcue como desencadeadora da diferenciação entre a variedade vernacular do Dundo e a europeia. A autora se pronuncia desta forma:

Finally, all previous descriptions of AVP agree that the variety owes an important portion of its structure to substrate influence, but the overwhelming majority of researchers support their claims with statements about the structure of the Bantu languages in general rather than specific examples from the relevant Bantu languages spoken in Angola. Unless we accept, against all existing evidence, that all Bantu languages share the exact same structure, this approach can only offer

a simplistic account of the substrate contribution to the restructuring of AVP. Therefore, a detailed analysis of the Cokwe data will hopefully help fill this gap in the literature. (INVERNO: 2009, p. 201)

Conforme Inverno (op cit.), os autores se pautam sempre nas estruturas gerais das línguas bantas, principalmente as apresentadas abaixo:

- (i) na fonologia - sobretudo no nível suprasegmental: as línguas bantas são, na maioria, línguas tonais; enquanto o português é uma língua acentual;
- (ii) na morfologia - as línguas bantas diferem do português por serem línguas aglutinantes: os nomes são formados por um prefixo e uma raiz; o prefixo, de natureza gramatical, indica a classe nominal - mecanismo que associa, regularmente, pares que se opõem: singular e plural; a raiz é portadora da informação lexical.

O sistema de classificação nominal envolve um procedimento de concordância que atinge todos os constituintes relacionados a um núcleo nominal, como no exemplo (1) em que o prefixo de classe do núcleo nominal na função de sujeito rege a concordância dos modificadores do núcleo nominal e a marca de sujeito prefixada ao verbo. Essa concordância ocorre mesmo que o constituinte na posição de sujeito seja um 'locativo' que leva o verbo a carregar a marca de concordância de uma classe locativa convencionalizada na literatura pelo número 18. Nesse caso, a tradição bantuísta denomina a estrutura de *inversão locativa*:

(1) Quimbundo (Adaptado de XAVIER, 2010, p. 117)<sup>5</sup>

Mû-bátâ mw-álá di-kámbá di-âmi

18-casa MS-COP 5- amigo 5-meu

‘meu amigo está em casa’ (Lit. ‘em casa está meu amigo)

Os verbos nas línguas bantas têm uma estrutura complexa, que, em sua ocorrência mais completa, pode ser representada como segue:

(PI) - IS - PS + (MO) + Raiz + (Exts.) + VF, em que:

PI = pré-inicial (marca de negação, nas línguas que o possuem);

IS= índice de sujeito;

PS = marca de tempo;

(MO) = índice de objeto; único morfema que tem posição fixa: sempre antes da raiz;

(Exts.) = extensões verbais, que são morfemas derivacionais que modificam o sentido, a morfologia do radical verbal, podendo, também, alterar as relações de transitividade;

VF = vogal final; pode indicar ‘aspecto’ segundo alguns autores.

Na estrutura apresentada acima, são obrigatórios os elementos representados sem parênteses. Observe-se o exemplo do quimbundo:

---

<sup>5</sup> Por fazermos uso de exemplos disponíveis na literatura, decidimos não modificar as convenções de cada autor, apreendidas em seus textos. Para os casos em que não identificamos o significado da glosa, remetemos o leitor aos textos originais. Sobre as abreviaturas usadas no trabalho, segue-se uma lista ao final.

(2) Quimbundo (PEDRO: 1993, p. 272)

Ng-á-jik-úl-á ó-di-bitù

IS-tps-lex.der-asp/ PPF-cl 5-NO-pas-fechar-rev-PERF/porta

“Eu abri a porta”

As extensões verbais são morfemas derivacionais acrescentados após o radical verbal, modificando o sentido do verbo e geralmente as relações de transitividade.<sup>6</sup> Dentre as extensões mais produtivas em banto, enumeramos algumas nos exemplos abaixo:

(3) Quicongo (ARAÚJO: 2013, p. 44)

-sal-	‘trabalhar’	
sad- <b>ila</b>	‘trabalhar para, por alguém’	<i>extensão aplicativa</i>
sad- <b>is-a</b>	‘fazer trabalhar’	<i>extensão causativa</i>
sal- <b>w-a</b> ‘	‘estar/ter trabalhado’	<i>extensão passiva</i>
salasi- <b>an-a</b>	‘trabalhar para si’	<i>extensão recíproca</i>
sal- <b>ul-ul-a</b>	‘desfazer o trabalho’	<i>extensão reversiva</i>
sal- <b>ul-wel-a</b>	‘retrabalhar’	<i>extensão iterativa</i>

As LBs possuem um sistema de tempo, aspecto e modo (TAM) extremamente complexo, como se pode verificar no trabalho de Nurse (2008).

Grosso modo, a afirmação de Inverno (2009), citada anteriormente, relaciona-se ao fato de que muitos autores tomam os traços gerais da tipologia das línguas bantas e fazem aproximações com estruturas do português, deixando transparecer que qualquer língua do grupo banto serve como modelo para fins de comparação com uma língua românica, como o português.

<sup>6</sup> Araújo (2013, cap. 2) faz um resumo mais detalhado da fonologia, morfossintaxe e semântica em geral das línguas bantas dos grupos H, K e R.



Concordamos com a posição de Inverno (op cit), mas queremos levar essa questão um pouco mais adiante.

Em seu trabalho, Inverno (2009) propõe que seria mais adequada uma análise mais detida de uma língua banta específica, o chôcue, por esta estar em contato direto com a variedade de português de interesse da autora, o português vernacular do Dundo (PVD). Inverno assim o faz em sua pesquisa, preferindo, portanto, não se basear em traços gerais de LBs (conforme exemplificado acima). No entanto, a autora (op cit) faz uso de dados secundários do chôcue, a partir de material publicado, para seu trabalho de cotejo com o PVD.

Assim, já apontamos uma das primeiras grandes dificuldades de trabalhar o contato de variedades de português na África com LBs: de qual variedade estamos falando? Vejamos o caso da variedade do quimbundo falado no Libolo, o qual os falantes denominam de ngoya e que possivelmente seja a mesma variedade atestada por Angenot, Mfuwa e Ribeiro (2011, p. 254) como um falar:<sup>7</sup>

É propositalmente que recorremos à denominação “falar” ao referirmos ao kibala na medida em que paira alguma incerteza sobre a questão de saber se é uma variante dialetal assaz distante da língua kimbundu [H21], uma língua autônoma dentro do grupo kimbundu [H20] ou – a priori porque não – do grupo umbundu [R10], ou se se trata de um falar híbrido de transição entre as zonas tipológicas H e R do domínio bantu.

(ANGENOT; MFUWA; RIBEIRO: 2011, p. 254)

---

<sup>7</sup> José Albino José, como falante da variedade de quimbundo do Libolo, não aceita a denominação ngoya dada à sua variedade, atestando que o termo pode ter o sentido de “guloso” em quimbundo. No entanto, decidimos manter a denominação por ser a forma como os falantes identificavam sua variedade sempre que perguntados sobre que tipo de quimbundo falavam no Libolo.

Diante dessas dificuldades, a melhor alternativa para quem se propõe trabalhar com a questão do contato entre uma variedade de português e uma variedade de LB é a necessidade de ter acesso a dados primários das duas variedades em contato, deixando para a literatura bantuísta apenas o papel de referência tipológica.

## 2.2. *Pontos de contato do português com línguas bantas*

Não pretendemos nos deter sobre todas as questões apontadas em variedades de português como decorrentes do contato com LBs, mas vale verificar o modo como a comparação é realizada pelos estudiosos. Certos fenômenos gramaticais são mais frequentemente cotejados, como é o caso da concordância nominal de número e gênero, concordância verbal, colocação pronominal, negação, entre outras. Para a concordância de número, o primeiro traço a ser lembrado nas línguas bantas é o sistema de classes nominais dessas línguas, na forma de prefixos. O emparelhamento de prefixos para a expressão de número em línguas bantas funciona na oposição de dois prefixos, a exemplo das classes 5 e 6 *di-/ma-* do quimbundo (na tradição bantuísta, os prefixos numerados como ímpar são singular, e par, plural):

(4) Quimbundo (Adaptado de XAVIER: 2010, p. 118)

a. di-álá di-á-mi má-ŷiki ni mà-ákini

5-homem 5-da-mim 5-cantou e 5-dançou

‘meu marido cantou e dançou’

b. má-lá mà-á-mbánsá má-ŷiki ni mà-ákini

6-homem 6-da-cidade 6-cantou e 6-dançou

‘os homens da cidade cantaram e dançaram’

Essa característica de codificar o plural na posição de prefixos em elementos antecedentes ao núcleo nominal leva facilmente a conclusões como a de Inverno (2009, p. 159) de que falantes de línguas bantas como L1 dariam

preferência por marcar o plural nos determinantes e não no núcleo nominal, conforme os exemplos abaixo:

(5) Português Vernacular do Dundo (INVERNO: 2009, p. 156)

- a. o-s meu-s filho
- b. aqueles-prédio
- c. nesse-s área

A variação de gênero observada em variedades do português angolano é relacionada frequentemente com a ausência dessa categoria em línguas bantas, de acordo com as palavras de Petter (2009, p. 208-9):

Considerando os dados do PA e do PM – casos de aquisição do português como segunda língua, principalmente – verifica-se uma variação maior na manifestação da categoria de gênero do que a observada no PB, o que pode indicar uma interferência das L1 (línguas bantas em que essa categoria não é especificada), que gerariam uma defasagem na acessibilidade dessa informação no nível do léxico mental. (PETTER: 2009, p.208-9)

Outro trabalho que segue relativamente na mesma linha é o de Figueiredo & Oliveira (2013) em que se realiza um cotejo entre as variedades de português do Libolo, Angola, e de uma comunidade quilombola, a de Jurussaca, no Brasil, quanto aos seus sistemas de pronominalização. Seleccionamos o caso dos pronomes reflexivos e recíprocos do português do Libolo (PLb) que basicamente é expresso com o clítico “se” (*vou se matá/ se damo a mão*), indicado pelos autores op cit (2013: 167) como uma forma única e proclítica ancorada: “[...] no sistema sintático-estrutural do quimbundo que se

transfere e cristaliza geracionalmente no Plb<sup>9</sup>. Em (6) e (7), são apresentados exemplos – Figueiredo & Oliveira (2013):<sup>8</sup>

(6) Quimbundo

a. eme ngi ri~zola  
 1Sg Afx 1Sg Refx+amar  
 eu se+amar  
 (Eu amo-me – PE)

b. ene a ri~zola  
 3Pl Afx3Pl Refx+amar  
 eles se+amar  
 (Eles amam-se – PE)

(7) Quimbundo

a. etu tua ri~zola murietu  
 1Pl Afx1Pl Refx+amar Anaf  
 nós se+amar  
 (Nós amamo-nos um/uns ao(s) outro(s)) – PE)

b. etu nua ri~zola murietu  
 2Pl Afx2Pl refx+amar Anaf  
 vocês se+amar  
 (Vocês amam-se um/uns ao(s) outro(s)) – PE)

---

<sup>8</sup> Os dados (6)-(7), renumerados de Figueiredo & Oliveira (2013: 164, 167) – dados (91)a-b, (102)a-b – são, originalmente, de Chatelain (1888-1889: 81).

Figueiredo & Oliveira (2013) concluem:

De fato, o pronome recíproco invariável e proclítico do quimbundo é o mesmo do sistema reflexivo, isto é, a forma “ri-” (...), que serve todas as pessoas do plural (...). No entanto, para estabelecer a distinção relativamente às formas reflexivas, o quimbundo aplica anáforas de reforço, que concordam com as formas e afixos pronominais e não ocorrem no Plb. (FIGUEIREDO; OLIVEIRA: 2013, p. 167)

Ao observar a ocorrência de um único morfema “ri-” para marcar o reflexivo e o recíproco em quimbundo, os autores (op cit) indicam uma relação entre as estruturas do quimbundo com a do português de contato no Libolo, relação essa que Figueiredo & Oliveira (2013: 174) atestam como “situação governada pelo pareamento de traços sintáticos.”

Na morfologia verbal, para o caso da concordância com a 3PL, Inverno (2009) recorre ao chôcue para justificar a não concordância nos exemplos em (8):

(8) Português vernacular do Dundo (INVERNO: 2009, p. 256)

- a. Eles fala quioco
- b. aí começa os problemas

Para a autora (op cit), a língua de substrato do português falado no Dundo não distingue as formas para singular ou plural:

(9) Chôcue (Adaptado de INVERNO: 2009, p. 262)

- a. kana andjika
- 3SG/PL fala
- ‘ele/ela fala’

- b. kana    ʔxikima  
 3SG/PL shiver  
 ‘ele/ela se arrepia’

Poderíamos elencar muitos outros paralelismos indicados por estudiosos. No entanto, queremos chamar a atenção para o fato de que nem sempre o paralelismo pode ser atestado.

Não negamos, contudo, que é quase impossível recusar casos de “transferência” relativamente óbvios, também considerados como decalques semânticos (BONVINI: 2008b, p. 124). Um bom exemplo é o do verbo *nascer* nas variedades angolana e moçambicana de português. A seguir dois exemplos de Angola:<sup>9</sup>

- (10) Português do Libolo, Angola  
 quando **te nasceram**?

- (11) Português angolano<sup>10</sup>  
 quem que **me nasceu** não **me pode nascer** de novo

Nos casos acima, a estrutura argumental do verbo *nascer* em quimbundo é apontada como a causa do paralelismo:

- (12) Quimbundo  
 a. be    a-ku-vual-ela  
       onde IMP-MO-nascer-PASS-VF  
       Onde nasceram-te?

<sup>9</sup> Os exemplos em (10) e (12) são retirados de entrevistas do banco de dados do Projeto Libolo, ainda em processo de transcrição.

<sup>10</sup> Chavagne (2005: 202) *apud* Petter (2008: 154); dado reenumerado.

- b. eme a-ni-vual-ela muno muene Kabezo  
 1PS IMP-MS-nascer-PASS-VF LOC mesmo Kabezo  
 Eu, (eles) nasceram-me aqui mesmo no Kabezo.

No entanto, a prática de relacionar traços do português ao quimbundo ou outra língua banta – a relação de paralelismo entre línguas românicas e línguas bantas – pode acarretar situações problemáticas, pois tais traços podem ser decorrentes de outros fatores. Assim, um estudo mais cuidadoso da tipologia e da particularidade das variedades de português sob estudo auxilia o pesquisador a ser mais cauteloso. É o caso da grande semelhança entre as estratégias prototípicas de ‘posse’ nas LBs e a estratégia relativamente marginal no português de expressar ‘posse predicativa’ por meio de uma construção ‘comitativa’ com o apoio da cópula:

(13) Português

- estou com** a chave do carro  
**tenho** a chave do carro

Na literatura é bem conhecida a estratégia das LBs de utilizarem uma cópula seguida de diversas formas de partícula ‘comitativa’ a fim de expressar posse predicativa:

(14) Quimbundo (XAVIER: 2010, p. 127)

- a. ò mû-hátù ù-ál-àni ki-tádi  
 DET 1-mulher 1-PRS-COP-VFCOM 7-dinheiro  
 ‘a mulher tem dinheiro’
- b. éiè ù-Ø-ál-à ni à-ánà ki-ádi, étù tù-Ø-ál-à ni mù-ánà ùmói  
 P2 1-PRS-estar-VF COM 2-filho 7-dois, P1» 1-PRS-estar-VF  
 COM 1-filho  
 ‘você tem dois filhos, nós temos um filho’

Essas constatações levaram Raimundo (1933) a sugerir que o uso de “estar com” no português brasileiro devia-se às línguas bantas:

Nas frases em que o português emprega o verbo *ter* com objeto imediato, indicando posse ou aquisição habitual, usa-se no *ambundo* do verbo *ku-kala* com o regime de *ni*, com: *en engala ni tumatari*, estou com (tenho) umas pedrinhas; no *conguês* o verbo *kala* ou *ina*, com o regime de *ie*, *io*, *ia*, com: *mono nsakala ie kinkutu* ou *mono iina ie kinkutu*, estou com (tenho) a camisa. (RAIMUNDO: 1933, p. 66)<sup>11</sup>

O autor (*op cit*) concluiu, portanto, que:

A influência das línguas sul-africanas<sup>12</sup> não se restringiu apenas à copiosa importação de vocábulos primários e derivados; alargou-se, ainda que escassamente, à própria sintaxe, actuando de preferência no amanho da frase popular, que resiste à polícia gramatical:

[...]

c) O emprego preferencial de *estar com* por *ter*, que é o vernáculo e clássico: *aquela mulher está com (tem) febre*, etc.

(RAIMUNDO: 1933, p. 85)

Próxima à questão de possessivos, encontramos a afirmação de Inverno (2009, p. 296) para o caso do uso do verbo “*ter*” existencial como sendo corrente do uso da cópula *pwa* do *chôcue*, usado em construções existenciais e possessivas. Entretanto, a relação entre os domínios conceituais de posses-

<sup>11</sup> Onde Raimundo (1933) usa o nome “*ambundo*”, provavelmente o autor tenha querido se referir ao “*quimbundo*”. Assim supomos pelo exemplo utilizado e pela marca de comitativo *ni*. Ainda, quando o autor (*op cit*) usa o nome “*conguês*” possivelmente seja referência à língua “*quicongo*”, também pelo exemplo e a marca de comitativo *ie*, *io*, *ia*.

<sup>12</sup> Nesta citação, Raimundo (1933) se refere não às línguas da África do Sul, mas às do sul do continente africano.



sivos e existenciais é atestada em diversas línguas tipologicamente diferentes, indicando um percurso de gramaticalização bastante comum nas línguas do mundo – ver Heine (1997) e Araújo (2013) – que trata justamente da relação desses domínios em línguas bantas.

Frente aos exemplos apresentados acima, uma questão a se levantar é a de com que embasamento, empírico e teórico, as correlações de fatos morfossintáticos entre uma língua românica e línguas bantas, quaisquer que sejam elas, podem ser realizadas de forma adequada? Não queremos afirmar com isso que os estudos de cunho substratista estejam metodologicamente incorretos, mas sim que alguns fenômenos, a exemplo da relação entre possessivos, existenciais e comitativos, podem ser melhor analisados quando os processos de contato observados estão teoricamente bem designados; ou seja, modelos teóricos devem ser “chamados” para se testar possíveis casos de contato entre duas línguas ou mais, atentando-se para propriedades mais gerais nas línguas tais como a tipologia ou processos de gramaticalização.

### **3. As línguas em contato em abordagens teóricas: redirecionamentos possíveis**

Frente às diversas situações de contato e aos diferentes resultados possíveis de encontrar numa relação entre duas línguas ou mais, alguns modelos foram desenvolvidos como forma de entender os processos e resultados dos contatos linguísticos. Com isso, o papel exercido por cada língua em um modelo particular é entendido a partir do fundo epistemológico adotado pelos estudiosos. Por exemplo, os casos elencados na subseção 2.2 são comuns em abordagens teóricas de cunho substratista como o modelo de reestruturação linguística de Holm (2004), que busca mostrar um *continuum* entre línguas que passam por um processo total de reestruturação, as línguas completamente reestruturadas, como os crioulos atlânticos, e as línguas parcialmente reestruturadas, que não chegaram a se configurar como crioulos, mas guardam uma proximidade tipológica com as línguas de superstrato e de substrato.

Outros autores baseiam seus estudos em modelos biológicos de evolução (MUFWENE: 2004), considerando as línguas em contato como espécies e seus traços linguísticos como informação genética. Esses sim, transmitidos e selecionados em uma situação de contato.<sup>13</sup> Nesta abordagem as línguas assumem o mesmo papel que as espécies e suas ecologias serão determinantes para os fatores que influenciarão a seleção de traços que, então, serão repassados para a geração futura ou nova variedade linguística, crioula ou não.

Outros autores baseiam-se em modelos de processamento e produção linguística e verificam que as línguas em contato atuam de forma diferente. Esse é o caso do trabalho de Van Coetsem (2002) para quem os estudos de contato de línguas devem focalizar o mecanismo de transmissão, que é um fenômeno individual, e não a difusão da mudança, que é um fenômeno social. Van Coetsem distingue dois tipos de influência translinguística, o que ele chama de 'transfer types': empréstimo e imposição. Os dois (empréstimo e imposição) são veículos de mudança induzida pelo contato. Em ambos há uma língua fonte (LF - doadora) e uma língua receptora (LR - substrato).

A direção da transferência dos traços linguísticos é sempre da LF para a LR; o agente da transferência pode ser tanto a LR como a LF do falante. No primeiro caso, a língua receptora é a dominante do falante, enquanto no último a dominante é a língua fonte. No primeiro caso temos empréstimo (agentividade da língua receptora); no último temos imposição (agentividade da língua fonte).

A diferença na dominância linguística (entendida como proficiência do falante) é o critério principal para a distinção da agentividade da língua receptora ou da língua fonte. A dominância pode mudar com o tempo, tanto no falante quanto na sociedade. Devem-se distinguir os agentes da mudança do tipo de agentividade que empregam para introduzir mudanças numa

---

<sup>13</sup> Na impossibilidade de apresentar todas as abordagens sobre contato de línguas, foram selecionados alguns modelos mais recorrentes no tratamento do contato do português com línguas africanas. Para uma revisão de outros modelos teóricos, consultar Clyne (2003, p. 80-102).

língua receptora. As diferenças entre a agentividade da língua receptora e da língua fonte estão relacionadas com o ‘gradiente de estabilidade’ da língua. Fonologia, morfologia e sintaxe tendem a ser mais estáveis e mais resistentes à mudança, enquanto o vocabulário é menos estável e mais sujeito a mudanças. Por isso há mais empréstimos lexicais. Na imposição, se a gramática da língua fonte é mais estável e resistente à mudança, traços gramaticais podem ser transferidos mais facilmente, levando a mudanças estruturais da versão da língua receptora do falante.

Os modelos desenvolvidos por Myers-Scotton (2002) e colaboradores (JAKE; MYERS-SCOTTON, 2002; MYERS-SCOTTON; JAKE, 2000), que passamos a detalhar nesta parte do trabalho, também identificam como as línguas em contato se comportam. Numa situação de contato, as duas (ou mais) línguas se tocam e podem influenciar-se reciprocamente, tanto no léxico mental quanto na produção dos falantes. Considerando fundamental esse fato, Myers-Scotton discute o contato de línguas em termos de modelos de competência e produção linguística, nesse caso, o modelo de Levelt (1989).

O arcabouço teórico que fundamenta sua proposta é o “Matrix Language Frame Model” (MLF), Modelo de Enquadramento da Língua Matriz. O aspecto fundamental do MLF é a distinção entre Língua Matriz e Língua Encaixada (Embedded Language - EL), que confirma a noção de assimetria entre as línguas participantes, que prevalece na literatura sobre *codeswitching*.<sup>14</sup>

A identificação da Língua Matriz se faz observando qual é a língua que contribui com a estrutura (ordem de morfemas) e com “morfemas sistemáticos críticos”, isto é, “morfemas sistemáticos que apresentem relações gramaticais externas ao seu constituinte núcleo” (MYERS-SCOTTON: 2002, p. 59). A outra língua presente na sentença será a Língua Encaixada, que contribui primordialmente com o léxico.

---

<sup>14</sup> O modelo ML-EL (*Matrix language-Embedded Language*) foi desenvolvido pela autora a partir dos estudos de *code-switching* clássico, mas foi aprimorado para ser aplicado a todo fenômeno de contato.

O Modelo de Língua Matriz (ML) é apoiado por dois outros: o dos 4-M (quatro morfemas) e o do Nível Abstrato. O Modelo dos 4-M elabora a distinção entre morfemas de conteúdo (*content morphemes*) e morfemas gramaticais (*system morphemes*). A oposição básica do modelo refere-se ao mecanismo pelo qual os morfemas são acessados ([+/- - conceptualmente ativado]). Essa ativação diz respeito à ativação dos elementos que vão satisfazer as intenções comunicativas do falante. Quando um elemento é [+conceptualmente ativado], esse elemento está saliente no mesmo momento em que as intenções do falante são codificadas como língua, no nível do lema, ou seja, do léxico mental.

A segunda teoria auxiliar do MLF é o Modelo de Nível Abstrato, segundo o qual há três níveis da estrutura gramatical em qualquer item lexical: (1) estrutura léxico-conceptual (traços semântico-pragmáticos); (2) estrutura predicado-argumento (relações entre atribuidores de papel temático e os argumentos que mapeiam as unidades estruturais) e (3) modelos de realização morfológica (incluindo ordem de constituintes e elementos requeridos pelas restrições de boa formação no nível de superfície). Myers-Scotton (2002: 97) argumenta que um morfema de Língua Encaixada só pode ocorrer se houver “congruência suficiente” entre a Língua Encaixada e a Língua Matriz nos três níveis da estrutura gramatical. Isso não significa dizer que *code-switching* e outros fenômenos de contato só podem ocorrer nas posições em que haja equivalência (total congruência) entre a Língua Matriz e a Língua Encaixada. A melhor aplicação do modelo se dá nos casos de convergência e atrito, quando elementos da estrutura léxico-conceptual em lexemas de uma língua passando por convergência ou atrito são modificados.

Toda essa arquitetura dos modelos de Myers-Scotton (2002) busca organizar e explicar as possibilidades de transferência de traços linguísticos, e para isso, os modelos classificam os morfemas de acordo com a forma como são acessados no nível do léxico mental. Aparentemente esses modelos são bastante abstratos por serem pautados no modelo psicolinguístico de Levelt (1989), apesar de a autora não mencionar que esse modelo psicolinguístico tem sido aprimorado e modificado por outros pesquisadores (CLYNE: 2003).

Em termos gerais, a adoção de um determinado modelo teórico em sua abordagem substratista, evolucionária ou psicolinguística, e outros, deve ser pensada não como um fim em si ou o de querer enquadrar fenômenos de contato linguístico em um arcabouço apenas por preferência e “comodismo epistemológico”. Por exemplo, os diversos fatos enumerados na subseção 2.2: concordância de número e gênero em nominais, os usos de reflexivo e recíproco, concordância com 3PL, transitivização de verbos são enquadrados nos modelos de Myers-Scotton de uma forma consistente com o que é observado em diferentes situações de contato (PETTER: 2008). No entanto, da mesma forma que defendemos que estar munido teoricamente para lidar com os dados é desejável, afirmamos também que algumas situações particulares de contato podem nos conduzir a um redirecionamento teórico que nos permita verificar os domínios gramaticais em contato em um conjunto maior, evitando assim a correlação com pontos de contato apoiados em questões tipológicas mais gerais, a exemplo das construções de posse predicativa, existenciais e comitativos. Para uma melhor explanação do que foi apresentado até então, a próxima seção é dedicada a uma exemplificação de como entendemos a utilização de um arcabouço teórico frente a motivações estruturais mais amplas, especificamente para o caso da situação de contato encontrada entre a variedade de português e do quimbundo faladas no Libolo.

#### **4. Pontos de problematização para o estudo do português e do quimbundo do Libolo**

Iniciamos com nossa constatação acerca da necessidade de maior conhecimento das LBs para que se realize um trabalho satisfatório sobre as variedades de português em contato com essas línguas.

Figueiredo & Oliveira (2013, p. 176) reconhecem a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o quimbundo para um melhor entendimento da variedade de português libolense. Petter (2008) compartilha da mesma posição para o entendimento do *continuum* afro-brasileiro baseado nos modelos de Myers-Scotton:

Os elementos apresentados para fundamentar a proposta do modelo do nível abstrato (dos modelos de Myers-Scotton) são, ainda, hipóteses de trabalho, visto que não se dispõe de descrições completas das línguas africanas envolvidas no contato que possam confirmar, com segurança, todas as aproximações realizadas. (PETTER: 2008, p. 182)

Por outro lado, Inverno (2009, p. 323) apresenta outra questão tão importante quanto a de se aprofundar o estudo das variedades linguísticas africanas em contato com o português:

So far linguists have tended to focus on the impact that the Bantu languages have had on the restructuring of Portuguese in Angola, but it would be very useful to also analyze the impact that Portuguese has had on the restructuring of these African languages.

Sem dúvida, os estudos sobre o português do Libolo ganhariam em refinamento descritivo caso o sentido contrário, ou seja a investigação das interferências do português sobre o quimbundo, seja considerado na agenda de pesquisas.

Retomando o questionamento sobre os procedimentos de análise da seção 2.2 acima e a proposta de manter uma certa vigilância teórica quanto ao(s) modelo(s) teórico(s) adotado(s), apresentamos, nas próximas duas subseções, alguns pontos que fazem parte da agenda de investigação, em desenvolvimento, sobre a variedade de português do Libolo e quimbundo do Libolo, apontando, conforme proposto na seção 3, o cuidado que buscamos ter quanto a possíveis conclusões sobre contato, levando em conta fatores tipológicos mais gerais ou áreas problemáticas na delimitação de um fenômeno. Apresentamos ainda algumas considerações concernentes ao fato de nossa agenda de investigação contribuir para uma melhor definição da situação sociolinguística do Libolo (na subseção 4.2.).

#### 4.1. Pontos de problematização de estruturas linguísticas: generalizações tipológicas

##### 4.1.1. Construções locativas em português e classes nominais locativas das línguas bantas: problemas de semântica do espaço?

No português do Libolo, e no português angolano de modo geral, é comum o uso da preposição “em” em diversos contextos locativos, mesmo aqueles nos quais seria esperado a preposição “para”, com um sentido mais diretivo ou de beneficiário, como no exemplo abaixo retirado de um conto.<sup>15</sup>

(15) Trecho de conto sobre caça (versão em português)

Quando sai caçar então vem, só dá a carne **no seu amigo**  
mesmo, sempre faz a mesma coisa, só dá a carne **no amigo**,  
**na família** não dá.

(16) **deu na** mãe a outra metade (CHAVAGNE: 2005, p. 255)

---

<sup>15</sup> O trecho em questão foi retirado de um conto e traduzido por nosso colaborador e co-autor deste trabalho: José Albino José. A versão em quimbundo e a tradução seguem abaixo:

(i) Trecho de conto sobre caça (versão em quimbundo)

Itxi w-a-tund-a ku-seya **então**

Quando ele-TAM-caçar-VF INF-caçar MC

itxi w-iza o xitu o-bana ngó kwa kamba die muene

quando MS-vir PRP carne ele-dar só LOC amigo dele mesmo

sempre kiene kiamoxi o-bana ngó kwa kamba die ku familia ye nata

sempre ele de-NUM ele-dar só LOC amigo dele LOC familia dele NEG

‘Quando ele saiu da caça, então vem, só dá a carne mesmo para seu amigo, sempre faz a mesma coisa, só dá a carne para o amigo, para a família não dá.’

É tentador relacionar diretamente os usos de construções locativas no PLB ao contato com línguas bantas pois estas são conhecidas por apresentarem três classes nominais locativas (numeradas como classes 16, 17 e 18 na tradução bantuísta). Essas três classes são conhecidas também pela aparente regularidade do sentido locativo de cada uma. Em Welmers (1973: p. 167, traduzido), atesta-se uma primeira caracterização que será recorrente na descrição dessas três classes: “Geralmente a classe 16 refere-se à proximidade ou localização explícita, a classe 17 à localização remota ou geral, e a classe 18 à localização interna”.<sup>16</sup> Alguns exemplos ilustram melhor a caracterização dessas três classes:

(17) Quimbundo (Pedro, 1993: 138)

a. bũ-lù	‘ao céu’	<i>localização precisa</i>
b. kũ-lù	‘para/pelo o céu’	<i>proximidade</i>
c. mũ-lù	‘dentro do céu’	<i>interioridade</i>

Verificando a distinção espacial existente para os três prefixos, não parece claro qual desses prefixos se sobrepõe em relação aos outros dois como motivação para a generalização do uso de “em” em diversos contextos espaciais:

(18) Português do Libolo

tem que avisar antes **na chefe**  
 “tem que avisar antes para o chefe”

<sup>16</sup> Observamos, no entanto, em dialetos do quicongo, que a classe 16 parece carregar muito mais um sentido de ‘lugar em cima de’, além do de proximidade, conforme Ndonga (1995, p. 140) e Maia (1961, p. 216).



Em muitas variedades de português brasileiro, também atesta-se a preposição “em” em contextos diretivos, locativos e outros. Logo, para falantes de português brasileiro, as expressões abaixo são bem produzidas:

(19) Português do Libolo

(Eles) **foram no** pai de vocês

“Eles foram até o pai de vocês”

(20) Português brasileiro

**Ligo na** sua casa pra avisar

“Ligo para sua casa para avisar”

Neste ponto, ainda que recorrêssemos aos modelos de Myers-Scotton (2002) e dispuséssemos de uma descrição mais detalhada da semântica das classes nominais locativas em quimbundo, pensamos que, ainda assim, não seria fácil decidir qual classe locativa (16, 17 ou 18 ou o conjunto delas) está sendo refletida ou “transferida” na variedade africana (angolana) e brasileira de português apresentadas em (19) e (20). Assim, o problema a ser considerado dentro de modelos de contato como os de Myers-Scotton (2002) é a preocupação com questões cognitivas da semântica de espaço que devem ser consideradas, já que as línguas diferem enormemente em suas estratégias de codificação espacial (ARAÚJO; ROCHA, 2011).

#### *4.1.2. O pré-prefixo do quimbundo e foco: problemas de comparativismo categorial?*

No sentido contrário ao abordado anteriormente, o de possíveis interferências do português no quimbundo, nossas investigações estão sendo conduzidas na perspectiva de verificar em que áreas o quimbundo tem sido sensível a estruturas do português. Um exemplo é o caso do morfema conhecido na tradição bantuista como aumento, ou como preferimos denominá-lo

de “pré-prefixo” por ser utilizado antes dos prefixos de classes nominais. Na maioria das línguas bantas, o pré-prefixo está relacionado à especificidade e definitude, participando, portanto, em construções relacionadas a ‘foco’ e ‘existenciais’ (KATAMBA, 2003; HYMAN; KATAMBA, 1993).

No quimbundo o pré-prefixo tem a forma “ò” e parece ser utilizado de modo geral como determinante, o que faz com que seja confundido com a categoria ‘artigo’:

(21) Quimbundo (H21) (XAVIER: 2010, p. 127)

ò máni-ù-á-étù ì-á-è-él-è ni mà-kátá mà-á kú-vuálá  
 DET 9-mãe-1-GEN-P1’ 9-REM-estar-PERF-VF COM 6-dor  
 6-GEN-15-nascer  
 ‘A minha mãe teve dores do parto’

Xavier (2010) prefere interpretar o pré-prefixo do quimbundo como ‘determinante’ nessa língua. Ocorre que o pré-prefixo parece operar em operações de topicalização e focalização:

(22) Quimbundo (PEDRO: 1993, p. 338)

a. mùlòji w-á-fù  
 bruxo MS- PERF-morrer  
 ‘O bruxo morreu.’

b. ò-mùlò:jí w-á-fú mwènè  
 PPF-bruxo MS-PERF-morrer FOC  
 ‘Quanto ao bruxo, ele morreu mesmo.’

Para esse caso, o problema a ser considerado liga-se a questões de comparativismo categorial (HASPELMATH: 2010), ou seja, à forma como as ca-

tegorias são “reprocessadas” de língua para língua. Em última instância, os resultados de recategorização do pré-prefixo em quimbundo decorrente de contato de línguas terão efeito sobre a elaboração de uma nova tipologia do pré-prefixo nas LBs (DE BLOIS: 1970).

Desse modo, questões referentes à recategorização devem ser levadas em conta ao tratar das possíveis transferências do quimbundo para o português do Libolo, e vice-versa.

#### *4.2. Pontos de problematização da comunidade de fala do Libolo: a realidade sociolinguística*

Atentar para os aspectos linguísticos do português e do quimbundo do Libolo auxiliará também a definir a situação sociolinguística dessa comunidade particular de fala. Isso porque ainda não está claro para os pesquisadores do “Projeto Libolo” o real estatuto das duas línguas na região do Libolo. Os modelos de Myers-Scotton (2002) ocupam-se também de duas situações resultantes de contatos linguísticos: convergência e atrito, que pode ser o caso das variedades linguísticas em pauta. Convergência é uma situação assimétrica de contato de línguas; consiste na influência da estrutura de uma língua sobre outra, de acordo com a literatura da área. O Modelo de Nível Abstrato interpreta convergência como processo e resultado. Enquanto processo, convergência é um mecanismo que promove uma divisão da estrutura lexical abstrata, que resulta frequentemente na reestruturação das relações gramaticais da Língua Matriz. Como resultado atesta-se uma configuração linguística em que todos os morfemas de superfície vêm de uma língua, mas parte de sua estrutura lexical abstrata vem de outra (MYERS-SCOTTON: 2002, p. 101). Para Myers-Scotton, a influência mútua é assimétrica, pois a variedade de maior poder e prestígio influencia a estrutura da outra variedade.

Para a pesquisadora (op cit), convergência pode levar à substituição de língua, mas esta é mais frequente no caso de atrito, que constitui o primeiro passo para perda e substituição de uma língua. Há, no entanto, semelhança

nos fatores sociolinguísticos e psicolinguísticos que promovem convergência, atrito e substituição: todos estão associados à frequência do uso e nível de *input* de língua.

O atrito pode levar à substituição ou à morte de uma língua, mas, mesmo no caso extremo de nivelamento e substituição, haverá sempre um modelo morfossintático claro. A autora argumenta que qualquer enunciado, em língua mista ou evidenciando atrito, terá sempre uma estrutura gramatical baseada numa ou em ambas as línguas participantes do contato. Considerando essas duas situações, observar as estruturas do português e do quimbundo do Libolo pode funcionar como um indicador de qual situação essas línguas em contato realmente se encontram.

Uma primeira hipótese de trabalho, a partir de uma análise prévia dos dados linguísticos do português e do quimbundo do Libolo, é a de que as variedades linguísticas citadas estejam em uma situação de atrito, o que não exclui a possibilidade de estarem também em convergência. Tomando por base uma tipologia do atrito, apresentada pelos mais conhecidos pesquisadores do tema, De Bot e Weltens (1995), podemos distinguir quatro tipos de pesquisa. O primeiro dedica-se ao estudo da perda da L1 num ambiente de L1, o que seria a perda de língua por pessoas idosas. O segundo tipo é a investigação sobre a perda da L1 num ambiente de L2. O terceiro tipo trata da perda de uma língua estrangeira aprendida na escola (que eles representam como sendo perda de L2 num ambiente de L1). O quarto tipo corresponde à perda de L2 num ambiente de L2, como, por exemplo, o caso de perda do inglês por imigrantes que não falam inglês como L1, mas vivem num ambiente em que se fala inglês. O que desperta maior interesse é a pesquisa sobre o atrito de uma L1 num ambiente majoritariamente de L2 – o segundo tipo. Possivelmente, esse poderá ser o caso do quimbundo no Libolo.

## 5. Conclusão

Para um melhor entendimento dos possíveis resultados do contato do português com determinadas línguas bantas é preciso, prioritariamente, um conhecimento mínimo das línguas africanas em questão. Esse é o ponto

principal da argumentação neste trabalho, tomando como particular o caso de variedades de português faladas em Angola e línguas bantas em contato com essas variedades (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2013; INVERNO, 2009; CHAVAGNE, 2005; entre outros), mais especificamente o quimbundo e a sua variedade denominada ngoya (ANGENOT; MFUWA; RIBEIRO, 2011).

A partir da demonstração das dificuldades conceituais que podem surgir em trabalhos baseados em dados secundários de línguas em contato, quando o foco é o cotejo de variedades linguísticas bem diferentes, tipologicamente falando, argumentamos que o ideal seja perseguido, ou seja, que a investigação seja pautada em fontes seguras, em informações atuais que considerem a realidade dos falantes a partir de dados primários. Uma alternativa sugerida é a consideração de abordagens teóricas de forma complementar, tentando, na medida do possível, guiar-se não apenas nos pressupostos dos modelos a que o pesquisador se subscreve, mas a uma postura de questionamento quanto ao alcance de seus modelos prediletos de análise. Sendo assim, guardadas as devidas especificidades epistemológicas de cada autor, o que se pode esperar de um modelo teórico de contato linguístico é uma adequação explicativa dos fatores linguísticos resultantes de contatos com a realidade linguística atual dos falantes, objetivo compartilhado pelos autores deste capítulo. Tomamos as sugestões propostas neste capítulo e oferecemos algumas possibilidades de análise, tanto no nível estrutural como social dos contatos, tomando assim uma agenda de pesquisa sobre o português e o quimbundo do Libolo que poderá se mostrar frutífera em nossa investigação.

## **Abreviaturas**

Anaf – anafórico;

Asp. – aspecto;

AVP – português vernacular angolano;

CL1 – prefixo de classe 1;

CL7 – prefixo de classe 7;

DET - determinante;

Der. - derivativo (extensão);

FOC - foco;

GEN - genitivo;

IMP - impessoal;

LBs - línguas bantas;

Lex - raiz;

LOC - locativo;

NO - nome;

Pas.- passado;

PASS - passado;

PE - português europeu;

PERF - perfeito;

PB - português do Brasil;

PL - plural;

PLB - português do Libolo, Angola;

PM - português moçambicano;

PVD - português vernacular do Dundo, Angola;

PP1 - prefixo pronominal de classe 1;

PPF - pré-prefixo;

Refx - reflexivo;

Tps - tempo;

VF - vogal final.



# Aspectos histórico-culturais e sociolinguísticos do Libolo: aproximações com o Brasil

*Carlos Filipe Guimarães Figueiredo<sup>1</sup>*

## 1. Introdução

Este trabalho fornece indicações de que o Município do Libolo, Província do *Kwanza-Sul*, Angola, partilha particularidades sócio-identitárias e linguísticas com o Brasil, resultantes do transplante massivo de escravizados resgatados nessa região angolana e que foram levados pelos portugueses, brasileiros e holandeses para terras brasileiras entre os séculos XVI e XIX. Procuraremos evidenciar essas aproximações começando por traçar os retratos geofísicos e sócio-históricos de Angola e do Libolo na seção 1 e suas subseções, já que o entendimento destes retratos das duas áreas só é possível se percebermos que eles estabelecem uma relação direta de causa/efeito entre si e que a gênese do Libolo tem embrionamento nas especificidades geográficas e sócio-históricas da própria Angola. Assim, apresentaremos as características geográficas e climáticas de Angola e também do Município do Libolo em particular, cujo território, de relevo bastante acidentado, faz a transição das regiões do baixo litoral para o Planalto Central do interior angolano.

Mostraremos igualmente como ocorreu a ocupação do município pelo *ambundo*<sup>1</sup> no século XVI, em sequência das grandes migrações dos povos bantos da África Central Ocidental. A panorâmica sobre a ocupação do

---

<sup>1</sup> Universidade de Macau – UMAC.

<sup>2</sup> Para designação dos grupos linguísticos, famílias e línguas africanas citados no presente trabalho, foi seguida a proposta ortográfica avançada por Fiorin & Petter (2008, p. 13).



Libolo completa-se com a descrição da chegada dos portugueses a Angola, relatando-se as dificuldades que eles encontraram para penetrarem no município e que determinou que apenas se fixassem na região no primeiro terço do século XX, aí permanecendo cerca de escassos 50 anos, até a independência de Angola, em 1975. A seção 1 encerra com uma breve descrição do Libolo pós-colonial, bastante marcado pelas consequências da Guerra Pós-colonial que assolou Angola durante quase três décadas (1975 - 2002), após a retirada dos colonos europeus.

As particularidades em que decorreu a ocupação do Libolo no seu período pré-colonial e colonial são relevantes porque determinaram que o município permanecesse autônomo durante séculos, sendo escassos os contatos da sua população nativa com as especificidades sócio-identitárias dos colonos ao longo do tempo. Por outro lado, como o período de permanência dos portugueses na região foi bastante curto, foi também inócuo o impacto das políticas de segregação cultural da administração colonial no Libolo, fazendo com que os nativos preservassem geracionalmente as suas milenares especificidades sócio-identitárias de matriz banta. Posteriormente, o isolamento determinado pela Guerra Pós-colonial angolana que deflagrou depois da independência permitiu que essas especificidades, bem como as características do português falado no município, se conservassem até aos dias de hoje.

Sobre essas características linguísticas e especificidades histórico-culturais e sócio-identitárias nos deteremos nas seções 3 e 4 e suas subseções, evidenciando as ligações que estabelecem com as do Brasil. Para melhor se evidenciarem os paralelismos linguísticos, abordados nas subseções da seção 4, foram selecionadas particularidades morfosintáticas e lexicais do português falado em ambas as regiões e que partilham traços entre si. O trabalho encerra com a elaboração das conclusões gerais do estudo.

## 2. O Libolo

O Libolo é um município administrativo localizado no interior de Angola, margem esquerda do rio Kwanza, pertencente à parte norte da Província do Kwanza-Sul (capital Sumbe, antiga Novo Redondo), com uma extensão aproximada de 9000 km<sup>2</sup> e cerca de 87244 habitantes recenseados (densidade populacional de 9,6 habitantes por km<sup>2</sup>).

O entendimento das particularidades histórico-sociais de um determinado país ou região só é possível caso se percebam as características geográficas do seu próprio território (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 25). Angola, cuja extensão territorial atinge cerca de 1, 24 milhões de quilômetros quadrados, possui uma imensa variedade de climas, vegetação e relevos. Assim, no caso concreto do Libolo, esse entendimento implica não apenas o conhecimento da geografia específica da região, mas também o do próprio território angolano, sobretudo das circunscrições que confinam com este município, uma vez que o acidente geográfico dessas circunscrições entra, por extensão, na área libolense.

Geograficamente, o país pode ser dividido em três grandes áreas, do litoral para o interior: (i) a região costeira, do rio Congo ao extremo sul do território e do litoral até cerca de 150 km para o interior, caracterizada por terras baixas; (ii) a estreita faixa central de subplanalto, também longitudinal de norte a sul, e que se eleva entre os 300 e os 1200 metros acima do nível do mar; (iii) e a faixa leste, um planalto composto por mesetas e cordilheiras que sobe entre os 1200 e os 2100 metros acima do nível do mar. O Município do Libolo, por seu lado, encontra-se na área que marca a transição entre as duas faixas do interior, essencialmente entre os 900 e os 1200 metros, o que lhe confere uma altitude média de 970 metros e características topográficas muito específicas. Desde a margem esquerda do baixo Kwanza, na fronteira norte do município, até ao seu extremo sul, onde se localiza a Serra da Kissala (partilhada com o vizinho Município da Kibala), cujo ponto mais alto atinge os 1.702 metros acima do nível do mar, o Município do Libolo caracteriza-se ainda por possuir uma riquíssima rede de cursos naturais de água, típica de orografia, cujos emaranhados de linhas corre entre cordilheiras e desfiladei-

ros de dimensão impressionante. Este conjunto de vasos hídricos alimenta, na sua maior parte, a grande artéria do Kwanza, um dos principais rios de Angola e o mais importante do Libolo. Outro rio que detém relevância no Libolo é o Longa, marcando a fronteira sudoeste do município e indo desaguar no Atlântico.

Os rios Kwanza e Longa desempenham um papel crucial na história de Angola, em geral, e do Libolo, em particular. Para além de possuir o vale mais fértil de Angola, o Kwanza, sendo o maior rio exclusivamente angolano, era também o corredor por excelência da migração ocidental dos povos africanos oriundos do leste e do norte (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 28). Berço do antigo Reino do Ndongo, nasce no Planalto Central de Angola e corre no sentido norte, antes de virar para oeste, demarcando então toda a fronteira norte do Libolo, e seguindo depois o seu percurso até ao sul de Luanda, onde desagua no Oceano Atlântico, na Barra do Kwanza. Apesar de o seu curso possuir cerca de 960 km, o Kwanza apenas é navegável em cerca de 190 km, desde a sua foz até ao Dondo, antiga feira muito próxima dos rápidos que o rio possui na área de Kambambe, e para onde eram conduzidos os escravizados resgatados no vale do baixo Kwanza, bem como parte dos que eram capturados no Libolo. Como os rápidos do rio impedem que a navegação se faça para lá de Kambambe, os escravizados e mercadorias eram embarcados no Dondo em navios de pequeno calado, como galeotas ou caravelões, que os transportavam até a Barra do Kwanza. Aí eram transferidos para embarcações maiores, que os conduziam depois para o entreposto de São Tomé e, posteriormente ainda, para o Brasil e a América Caraíba. Dada a sua importância estratégica, enquanto elemento natural que auxiliava no contato com nativos, no comércio com as regiões do interior e na colonização em direção ao leste angolano, o Kwanza mereceu especial atenção da parte dos portugueses, que não pouparam esforços, durante séculos, para conseguirem controlar as áreas adjacentes às suas margens.

Por seu lado, o rio Longa, que desagua numa ampla baía próxima de Porto Amboim (antiga Benguela Velha), desde cedo chamou a atenção dos portugueses, pois viram nele um elemento estratégico para facilitar também

a sua progressão em direção ao interior angolano e permitir o domínio sobre as províncias nativas da Kissama, do Libolo e de Kassanji (Mussende), controlando-se, assim, toda a cintura entre a margem esquerda do Kwanza e o Planalto Central de Angola.

Observando o acidente topográfico do Município do Libolo, constata-se que as suas comunas administrativas possuem diferentes altitudes médias, destacando-se a do Quissongo a 1.220 metros acima do nível do mar, a que se seguem a de Calulo, a 990 metros, a da Cabuta, a 910 metros, e por fim a da Munenga, a 420 metros. Para ocidente, os degraus montanhosos vão formando uma escadaria de montes e colinas, até as zonas baixas da planície litoral; para oriente, a topografia da região vai ondulando pelos planaltos interiores, que se alongam para a faixa continental extrema de Angola. Nesta zona montanhosa, que marca a transição para o planalto, o clima acentua a sua unidade, traduzindo-se em chuvas tropicais muito regulares (de outubro a maio) e que tornam praticamente intransponível os emaranhados de rios, ribeiros e riachos da região.

O clima do Libolo teve uma importância determinante na história da região, já que a estação seca (de maio a setembro), caracterizada por baixas temperaturas e pela ausência de chuvas, era a selecionada pelos europeus para levarem a cabo as suas campanhas militares e incursões ao interior do território. Já os povos do Libolo, adaptados à geografia e às condições do clima, optavam por efetuar as suas ações militares na época das chuvas, a mais desfavorável para os portugueses.

Na estação seca, predomina ainda o típico cacimbo, um nevoeiro matinal bastante úmido, frio e cerrado, que se acentua nas zonas mais elevadas, como a Comuna do Quissongo, a qual inicia a transição geográfica e etnolinguística para o Planalto Central, habitado pelos ovimbundo, ou “povo do nevoeiro”, falantes do umbundo. Por sua vez, as generosas chuvas do Libolo transmitem uma fertilidade única aos típicos solos avermelhados e argilosos da região, com textura fina e dos quais brota uma vegetação variada e exuberante, mas também bastante bravia e agreste. Por outro lado, a cordoalha de serrarias do município, que se sobrepõe das vastas planícies litorais até

aos planaltos interiores, é a detentora da mais tortuosa paisagem de Angola, com as suas ravinhas, lombadas e desfiladeiros de grande dimensão (KALULO COM, 2008).

### 2.1. *Nascimento do Libolo*

A penetração dos povos bantos em território da atual Angola apenas ocorreu no século XIII, quando os baongo se instalaram na região norte deste país, fundando aí o Reino do Congo, o maior da África Central Ocidental. Dois séculos depois, dava-se a chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire, em 1482, e os portugueses tomavam contato, pela primeira vez, com este reino e o seu soberano, Nzingo a Nkuwu. Os portugueses estabeleceram uma aliança com este monarca, mas, com a entrada de hostes jagas (ambundo) na região, estalaram conflitos entre os nativos a partir do século XVI, que criaram divisões entre os baongo e enfraqueceram o seu reino. Tirando partido destas convulsões para fortalecerem a sua posição na região de Angola, os portugueses passaram a controlar a sua costa marítima.

Por seu lado, grupos de jagas movimentaram-se para o sul, ocupando as áreas interiores da atual Província do Uíge. Progredindo ainda mais para o sul, alcançaram a região da Província de Malanje, a norte do rio Kwanza, onde, posteriormente, a Rainha Ginga<sup>2</sup> viria a fundar o histórico Reino da Matamba (século XVII). Como o rio Kwanza formava uma barreira de difícil transposição, alguns ambundo conduzidos pelo jaga Zimbo (FELNER: 1933, p. 201) fletiram para o oeste, fixando-se nas áreas do vale ao norte deste rio (zona da atual N'Dalatando) até a região do Bengo, um pouco ao sul de Luanda, dando origem ao Reino do Ndongo, após conflitos com os baongo que tentaram em vão subjugar os povos aí instalados. O vasto território deste novo reino estava, assim, subdividido em três regiões, entregues a vários sobas (régulos nativos) sob a tutela do rei N'gola-a-Kilwanji (MONTECÚCCOLO:

---

<sup>2</sup> Mwene Nzinga MbandiKya Ngola ou D. Ana de Sousa (nome que tomou depois de ter sido batizada em 1622).

1965, p. 253; HEINTZE: 1984, p. 11-12), filho de Zimbo: (i) região litoral, baixa, ou Luanda; (ii) região interior; (iii) região oriental, a Matamba.

Organizada em linhagens lineares que formavam sobados (HEINTZE, 1984), as populações do Ndongo e da Matamba eram de tradição milenar nômade e guerreira. Fixando-se em acampamentos com vigilância apertada (os quilombos) (DIAS, 1938), viviam essencialmente do saque, não possuindo gado nem plantações próprias (BIRMINGHAM, 1974: p. 25). Deste modo, quando os portugueses procuraram incursionar mais tarde pelas regiões do interior de Angola, ocupadas pelos ambundo, tiveram não só de enfrentar condições climáticas extremas, um relevo geográfico bastante adverso, zonas empestadas por doenças tropicais, mas também de entrar em confronto com “forças sociais africanas conflituantes e poderosas” (FERRONHA: 1989b, p. 92).

Enquanto alguns ambundo se estabeleciam na região do Ndongo, sobados da região da Matamba, como os kibala, os waco-kungo ou os bailundo, empreenderam migrações para o sul, atravessando o Kwanza na zona de Pungu a Ndongo (rebatizado pelos portugueses como Pungu Andongo), Malanje. Após a travessia, instalaram-se nas zonas da Kissala e do Katumbi, pertencentes ao antigo Reino do Libolo, mas presentemente integradas no Município da Kibala (antigamente também parte integrante do Libolo) (FIGUEIREDO & OLIVEIRA: 2013, p. 115), enquanto outros continuaram a progressão para o sul, ocupando o Planalto Central e regiões do extremo sul de Angola.

Difundindo-se a partir destas zonas, certos sobados foram ocupando outras áreas ao sul do Kwanza, radicando-se nas atuais Comunas do Quissongo, da Cabuta e da Munenga, bem como em áreas próximas do rio Longa, onde ainda hoje se encontram os mucongo ou os tumba (FIGUEIREDO, 2016: p. 56-57). Quanto à Comuna de Calulo, terá tido origem num dos sobados da região da Kibala. Três gerações de sobas depois da fixação nesta área, o soba Ngana Nambua II, devido a conflitos internos na região entre povos ambundo, partiu com os seus homens em busca de novo local de

fixação, atravessou o rio Longa e instalou-se na zona da Mbanza<sup>3</sup> de Kalulo (VARANDAS: 1997, p. 1).

A fixação de várias tribos nas ricas regiões da margem esquerda do baixo Kwanza e nas montanhas que as circundam estará na origem do nascimento do poderoso Reino do Lubolo (atual Libolo), que surge também designado por Atunda (CADORNEGA: 1972 [1680], tomo III, p. 168), Malemba<sup>4</sup> (BLUTEAU: 1716, vol.5: 267) ou Matamão (CANNECATTIM: 1859, p. XVII). No entanto, e apesar do seu poderio, o Libolo é apontado como sendo uma província tributária do extenso Reino do Ndongo, governado pelos sobas Ngola (CADORNEGA: 1972 [1680], tomo I, p. 28).

## 2.2. *Colonização do Libolo*

A região do Libolo terá sido uma das primeiras a ser visitada pelos portugueses, mas com fins unicamente mercantilistas. Quanto à ocupação do território por colonos, foi bastante tardia (século XX). Ainda assim, há relatos de trinta soldados do exército português, desertores das lutas na Ilamba (Kambambe), se terem refugiado na região em finais do século XVI, sendo capturados mais tarde (FIGUEIREDO & OLIVEIRA: 2003, p. 118-119, apud DELGADO: 1944b, p. 419-420).

Após a sua chegada à foz do rio Zaire, Diogo Cão avançou mais para a costa sul de Angola, ultrapassando a foz do Rio Kwanza e fazendo depois aguada na baía da foz do rio Longa, área da Kissama. Esta região, que confina com o Libolo, chamou imediatamente a atenção dos portugueses, pois só assim se explicam duas estratégias levadas a cabo logo de seguida por estes:

---

<sup>3</sup> O termo “mbanza”, aporuguesado como “banza”, é de origem quicongo e refere-se à povoação onde reside o rei ou chefe de uma certa área. Atualmente, a palavra é aplicada para definir a povoação onde o soba instala a sua residência oficial (no Libolo, designada “palácio”, apesar de bastante modesta) e a partir da qual exerce jurisdição sobre os seus domínios territoriais.

<sup>4</sup> Não confundir com o porto de Malemba, no qual eram embarcados os escravizados da área de Cacongo, Cabinda.

(i) a colocação da região no rol dos lugares demandados pela expansão, ainda antes do nascimento da própria colônia portuguesa, sendo para aí enviado Henrique Dias, em 1546, numa viagem com propósitos mercantilistas (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 115); (ii) a entrega da área, depois, a Paulo Dias de Novaes, como prêmio pelas suas conquistas no território na zona de Ilamba.

Em sequência da aliança com o Reino do Congo, os portugueses intensificaram as transações na região, levadas a cabo por comerciantes brasileiros e portugueses, estes últimos oriundos de São Tomé e estabelecidos na ilha de Luanda e suas proximidades continentais (WHITTLESEY: 1924). Em 1550 os navios “embarcavam escravos à razão de oito mil a dez mil indivíduos por ano para as plantações de açúcar nas ilhas de São Tomé e Príncipe e para as fazendas portuguesas no Brasil” (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 62). No entanto, a captura e transplante de jovens adultos do sexo masculino provocou uma drástica redução do seu número na região, por um lado, ao mesmo tempo que aumentou o rancor dos bacongo em relação aos portugueses, por outro lado. Desta forma, a coroa portuguesa decidiu deslocar definitivamente a concentração dos seus esforços mais para o sul de Angola, ou seja, para o Reino do Ndongo, de onde chegavam também relatos sobre a existência de minas de ouro, prata e outros metais preciosos no interior da região de Luanda e extensos filões de prata nas montanhas de Kambambe, margem Norte do Kwanza, onde este rio estabelece a fronteira natural com o Município do Libolo.

A mudança de interesses dos portugueses levaria também a uma alteração de estratégia na relação com os povos nativos: Portugal deixava de assentar a sua política em pilares de coexistência cristã, para passar a intervir de uma forma mais musculada, apoiada na intervenção militar. Embora não seja possível precisar o porquê desta decisão, tudo indica que ela terá assentado em duas particularidades: (i) o país ser governado por D. Sebastião (1568-1578), um rei movido por onirismos belicistas e expansionistas; (ii) o Ndongo ser habitado por jagas de tradição guerreira e que sempre se mostraram pouco receptivos à presença dos portugueses nos seus domínios.



De fato, embora os portugueses tenham recebido instruções, por decreto real de 1520, para cristianizarem o N'gola do Ndongo (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 68), este nunca aceitou os propósitos religiosos e espirituais, interessando-se apenas pelas trocas materiais. Deste modo, quando a primeira embaixada portuguesa, liderada por Baltazar de Castro, chegou ao Ndongo em 16 de fevereiro de 1520, este oficial foi feito prisioneiro pelo N'gola durante seis anos. Em consequência deste incidente, cessaram os contatos entre Portugal e o Ndongo durante cerca de 40 anos (PARREIRA: 1989, p. 224).

Em 3 de maio de 1560, chegou a segunda missão oficial portuguesa à barra do rio Kwanza, integrando diversos missionários jesuítas e liderada por Paulo Dias de Novaes. Depois de ter permanecido quatro meses a bordo com os seus homens, sem permissão para desembarcar, Dias de Novaes decidiu partir ao encontro do N'gola, sendo bem recebido inicialmente. Porém, depois de algum tempo em terra, o comandante e os jesuítas foram também detidos durante seis anos. Depois de ter sido libertado, Dias de Novaes regressou a Portugal e convenceu D. Sebastião a patrocinar nova expedição ao Ndongo, desta vez para o conquistar pela força (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 68).

### 2.2.1. *Expedições militares ao Ndongo e ao Libolo*

Através de carta de doação semelhante às que eram outorgadas aos “donatários” portugueses no Brasil e emitida pelo rei D. Sebastião, em Almeirim, a 6 de Setembro 1571, Paulo Dias de Novaes foi nomeado o primeiro Governador e Capitão-mor da Donataria do Reino de Sebaste na Conquista da Etiópia ou Guiné Inferior, isto é, Angola. A colônia portuguesa nascia oficialmente e Paulo Dias de Novaes, que iria exercer as funções máximas na região entre 1575 e 1589, tornava-se proprietário sucessório de um território que se:

... estendia da foz do Cuanza para sul ao longo de cerca de 270 quilômetros. A carta de doação não demarcava quaisquer fronteiras a leste

deste território, nem para a colônia da coroa que ficava entre os rios Dande e Cuanza, de que Novaes era governador, ou capitão-general (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 69).

Uma das condições impostas ao Governador era a obrigação de fixar cem casais europeus nos seus domínios territoriais.

Em 1575, Paulo Dias de Novaes chega à baía de Luanda com uma expedição de 400 europeus e encontra aí estabelecidos alguns comerciantes bastante ricos, que haviam abandonado o Congo, para além de sete navios fundeados de mercadores de São Tomé, com capacidade para o transporte de 5.000 escravizados (FERRONHA: 1989b, p. 92). Portanto, eram intensas as transações com o Ndongo, sobretudo no que diz respeito ao comércio de escravizados, permitindo perceber duas questões: (i) que os interesses dos traficantes negreiros do Brasil e de São Tomé se haviam deslocado do Congo para o Ndongo, para escaparem aos impostos praticados pela coroa portuguesa; (ii) que o rei do Ndongo beneficiava das transações para reforçar o seu poder e poderio militar, apartando-se do Congo e constituindo-se como um sério entrave às pretensões expansionistas dos portugueses.

A chegada da expedição deu lugar à edificação do núcleo militar e habitacional que estaria na origem do nascimento da cidade de Luanda, e que permitiu que o Governador passasse a concertar ações de intervenção no interior do território angolano. A guerra com o Ndongo estalou em 1579-1580 e, para além da tenaz oposição dos ambundo, os portugueses tiveram ainda que passar a enfrentar outros inimigos não menos poderosos no terreno, sobretudo nas zonas do baixo Kwanza, como o clima agreste, o letal mosquito da malária e a mosca tsé-tsé.<sup>5</sup> Estes acabariam mesmo por ceifar a vida de

---

<sup>5</sup> De acordo com um infográfico distribuído pelo filantropista Bill Gates, e não obstante os avanços da medicina atual, o mosquito é, ainda em pleno século XXI, o animal mais mortífero para o ser humano, causando o falecimento anual de cerca de 72.5000 pessoas. No caso concreto do mosquito da malária (família dos anopheles), foi responsável pela morte de cerca de 62.7000 seres humanos em 2012, das quais 46.8000 eram crianças (1 criança

mais portugueses do que os próprios nativos, concedendo à região do vale do Kwanza o significativo epíteto de “cemitério dos brancos” (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 30) e comprometendo seriamente a tão almejada conquista pretendida por Dias de Novaes.

A estratégia de domínio planejada visava à conquista militar do Ndongo através da subjugação das províncias da Ilamba, da Kissama e de Kassanji, o que permitiria a edificação de fortes, os presídios, ao longo das margens ou proximidades dos rios Lucala e Kwanza. Os portugueses controlariam assim o corredor do Kwanza, autêntica via natural que permitia ligar o Atlântico às supostas regiões mineiras do interior e de Kambambe, para além de facilitar o acesso aos pombes (feiras de escravizados) (PARREIRA: 1989, p. 228). Encravado entre a Kissama e Kassanji encontra-se o Libolo, não sendo possível o acesso à segunda, a partir do litoral, sem se dominar igualmente o território dos libolo. Na época, a total ignorância sobre o clima, a fauna, a flora, a geografia e o acidentado do terreno destas províncias, bem como sobre as condições de navegabilidade dos seus rios, sobretudo do Kwanza, viriam a estar na origem de tremendos reveses dos portugueses.

Os progressos de Dias de Novaes ficaram muito aquém do expectável, embora o Governador se tivesse empenhado em expandir as possessões portuguesas no vale da margem norte do rio Kwanza. Algumas das suas

---

falecida a cada minuto), tendo a doença atingido um total de 200 milhões de pessoas. No referido infográfico, a mosca tsé-tsé (família das glossina), causadora da doença do sono, surge como sendo o quinto animal mais mortífero para o homem, matando 10.000 pessoas por ano. Outros animais indicados no infográfico e responsáveis por elevadas taxas de morte entre o ser humano são também muito comuns na região do baixo Kwanza, como serpentes (50.000 mortes anuais) e caracóis venenosos (10.000 mortes anuais), bitacaias e insetos barbeiros transmissores da doença de chagas (10.000 mortes anuais), lombrigas (2.500 mortes anuais), têniás (2.000 mortes anuais), crocodilos (1.000 mortes anuais), hipopótamos (500 mortes anuais) ou leões (100 mortes anuais). Fonte: <http://www.gatesnotes.com/Health/Most-Lethal-Animal-Mosquito-Week>.

conquistas ficaram a dever-se a alianças com sobas locais,<sup>6</sup> agastados com as imposições do soba Muxima, o então senhor absoluto do Ndongo. Os portugueses puderam, assim, tomar a província de Ilamba, situada entre os rios Kwanza e Bengo, onde fundaram, em 1582, o posto de Massangano. Desta forma, alcançavam também Kambambe, o que lhes permitia lançar um olhar cobiçoso sobre os territórios da margem esquerda do Kwanza, isto é, sobre as províncias da Kissama e do Libolo, alimentando esperanças de levarem a cabo ações militares concertadas e sustentadas que culminassem com sua conquista.

As regiões são ricas em recursos hídricos naturais e, conseqüentemente, propícias para que Paulo Dias de Novaes levasse a cabo dois empreendimentos que objetivara: (i) por um lado, aproveitar as vias fluviais para exploração do interior e proceder ao escoamento dos escravizados aí resgatados; (ii) por outro lado, tirar proveito das benesses naturais da região, ideais para a agricultura, e conseguir a instalação dos colonos que prometera ao rei português, aquando da doação da colônia.

Porém, nestes territórios estavam já instalados poderosos sobados am-bundo e, quando Dias de Novaes tentou ocupar a área, mandando fundar aí a primeira povoação portuguesa – Benguela Velha (atual Porto Amboim), em 1587 –, a corporação militar destacada para o local foi dizimada pelos jagas (DELGADO: 1944b, p. 404). A partir de então, os planos para ocupação destas regiões foram abandonados pelas autoridades portuguesas, pelo que a área se tornou propícia para as atividades de comércio ilegal. Como

---

<sup>6</sup> Sendo Portugal um país europeu de tradição medieval, transportou para África um sistema de “vassalagem” subserviente, deslocada dos hábitos nativos, que procurou aplicar aos sobas aliados. Desta forma, os soberanos que fizessem acordos com as autoridades portuguesas eram obrigados a colaborar com os seus aliados nas campanhas militares, a fornecer homens para o transporte de mercadorias e armamento e a obter escravizados, que serviam como moeda para pagamentos dos seus impostos (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 71 e 73). Ainda, segundo estes autores, a implantação deste sistema, conhecido como “feudalismo luso-africano”, resultou da debilidade numérica dos efetivos portugueses, das suas tradições no meio ibérico e da natureza fragmentária dos sistemas políticos nativos.

o relacionamento entre Dias de Novaes e os comerciantes de São Tomé se tornara impossível devido aos impostos que a coroa portuguesa impusera sobre o comércio de escravizados, os navios desses comerciantes passaram a operar clandestinamente na baía de Benguela Velha, fazendo do local um “pôrto de tráfico clandestino de escravatura” (DELGADO: 1944b, p. 409). Assim, quando Dias de Novaes faleceu, em 1589, registrava 14 anos de ação militar e colonizadora praticamente estéreis em Angola, uma vez que não só não tinha acrescentado qualquer parcela de terreno aos seus domínios a sul do Kwanza nem tinha conseguido estabelecer, em território angolano, os prometidos 100 casais de colonos (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 69).

Depois da primeira tentativa de ocupação da baía do Longa, os Governadores que, seguidamente, tentaram colonizar a região não tiveram melhor sorte. Em 1604, sob o governo do oitavo Governador e Capitão-general de Angola, Manuel Cerveira Pereira, os portugueses construíram o presídio de Kambambe, a fim de controlarem o fluxo comercial e o escoamento de escravizados na margem norte do Kwanza, sobretudo através das feiras de Beja e do Dondo. No entanto, e dado o revés sofrido pelas forças de Dias de Novaes na baía do Longa, os portugueses continuavam a não se aventurar em terras além-Kwanza, ou seja, na Kissama e no Libolo. Desta forma, a região apenas seria oficialmente visitada por nova expedição trinta anos depois, quando, em 1617, Cerveira Pereira, no cumprimento do seu segundo mandato como Governador e Capitão-general da colônia, se deslocou para o sul, em busca de um local propício para instalar a capital do território que lhe havia sido concessionado. A corporação de 80 homens apenas permaneceu três dias na zona, e se retiraram em virtude de o Governador entender que ela era demasiado perigosa para aí se fundearem navios (DELGADO: 1944b, p. 405). Cerveira Pereira dirigiu-se então ainda mais para o sul, vindo a instalar-se no golfo de Benguela, onde estabeleceu o forte que daria origem à cidade de São Filipe de Benguela, ou Benguela Nova.

O nascimento deste povoado permitiu, mais tarde, que corporações militares aí instaladas apoiassem incursões militares que intervieram entre os

rios Keve<sup>7</sup> e Longa com o objetivo de pacificarem as circunscrições sul do Libolo. A área era controlada pelos kibala e pelos muongo, grupos ambundo provenientes da Matamba, reino pertencente àquele tempo à rainha Ginga, que ganhou reputação temível como negociadora, guerreira e rival dos portugueses. As intervenções terão começado em 1644 (DELGADO: 1944b, p. 420)<sup>8</sup> com o aliciamento de alguns sobas que aceitaram colaborar com as autoridades coloniais, numa fase em que os holandeses tinham passado a controlar extensas áreas em Angola através de alianças estratégicas com os nativos, nomeadamente com a rainha Ginga, daí retirando proveitos no comércio de escravizados<sup>9</sup> e incentivando as sublevações contra os portugueses. Os libolo, por seu lado, alimentavam também os efetivos militares da rainha Ginga com homens guerreiros, dado que ela passara a negociar uma coligação com os reinos do Congo, Dembos, Kassanji Kissama (vizinho do Libolo),

---

<sup>7</sup> O rio Keve tem a sua nascente no Planalto Central de Angola, a 45 km a este do Huambo. Possui uma extensão de 505 km, deslocando-se inicialmente no sentido noroeste, por 340 km, e fletindo depois para oeste, para percorrer os restantes 165 km e vir a desaguar no Oceano Atlântico, a sul de Porto Amboim (antiga Benguela Velha). Nas terras altas do Huambo, o rio é designado por Kuvo (língua umbundo), enquanto mais a jusante, perto da sua foz, é conhecido por Keve (língua quimbundo).

<sup>8</sup> No mesmo ano, os portugueses reconquistaram a ilha de São Tomé aos holandeses, evitando que estes continuassem a utilizar aquele destino como entreposto no envio de escravizados para o Brasil (Recife, Pernambuco) e para a América Caraíba. As intervenções levadas a cabo, em simultâneo, na área entre os rios Keve e Longa visariam, assim, afastar definitivamente os holandeses do comércio de escravizados clandestino praticado na cintura Kambambe/Kissama/Libolo.

<sup>9</sup> Depois da ocupação holandesa de Angola, e face à aliança estabelecida com a Rainha Ginga, as antigas rotas comerciais dos portugueses no Reino do Congo foram substituídas por outras através das quais os holandeses passaram a operar e que faziam agora a ligação Luanda-Reino da Matamba e outros circundantes, como Kassanji e Ambuíla. Nessas novas rotas estariam também incluídas, com certeza, as regiões de Kambambe, através do porto da feira do Dondo, e da Kissama e Libolo, através do porto de Benguela Velha. As rotas na área Kambambe/Kissama/Libolo oferecem também pistas para ajudar a perceber o porquê da crise de exportação de escravizados a partir do porto de Luanda durante o século XVIII.

a partir de 1635. Como tal, o fato de a área junto ao Longa ser ocupada pelos kibala e pelos mucongo poderá estar na base da decisão dos portugueses em intervirem aí, com vista a aniquilar as ações concertadas, sobretudo, entre os mucongo, a Kissama e a Matamba,<sup>10</sup> mas sem esquecer também o afastamento dos holandeses, enquanto elemento ativo interveniente neste processo de alianças.<sup>11</sup> Eliminadas estas alianças, os portugueses poderiam, depois, marchar vitoriosamente sobre a Kissama e sobre o Libolo.

Contudo, as forças coloniais viriam a somar derrotas atrás de derrotas na região. Só no século XVII, os registros oficiais apontam pelo menos mais cinco grandes sublevações de nativos no Libolo, com consequências fatídicas para as tropas coloniais. Desta forma, apenas em 1676, e aproveitando o falecimento da Rainha Ginga<sup>12</sup> (1663), é que uma força militar enviada para

---

<sup>10</sup> Cannecattim (1859: XVI-XVII) fornece uma descrição geográfica dos reinos do Libolo e da Matamba que permite entender as afinidades ancestrais entre ambos: “O segundo reino onde se falla esta lingua [quimbundo] é o Libólu, que parece ser parte do sobredito reino de Matamão, ou do reino que Bluteau chama de Malemba. Este reino ao leste faz limites com a lagôa de Zembra; ao oeste com a Quisáma, ou Matamão; ao norte primeiramente com o reino de Angola, e depois com o de Matamba ou da Ginga até à sobredito lagôa de Zembra; ao sul com a nação benguela. [...] o dito reino da Ginga confronta ao leste com a lagôa de Zembra; ao oeste com o reino de Angola e o os povos de Giáca; ao sul com o reino de Matamão, ou de Malemba, isto é, com o Libólu”. Por seu lado, Cadornega (1972 [1680], tomo 1: 52-53) apelida os nativos do Libolo de “Gingas”.

<sup>11</sup> Com o auxílio das forças militares da Rainha Ginga, os holandeses conseguiram mesmo ocupar a capital Luanda, de 1641 a 1648. Simultaneamente, os holandeses tomaram também a ilha de São Tomé, que permaneceu em sua posse até 1644, ano em que os portugueses a reconquistaram. Controlando os portos de Luanda e São Tomé e podendo movimentar-se livremente nas regiões de Kambambe, da Kissama e do Libolo, aliadas da Rainha, e fora do controle das autoridades portuguesas, os holandeses incrementaram largamente o envio de escravizados dessas áreas para a América Caraíba, o Brasil e a África do Sul, onde fundaram a cidade do Cabo.

<sup>12</sup> Após a morte da Rainha Ginga, os portugueses passaram a supervisionar a área da Matamba, embora o controle sobre regiões como o Libolo só se viesse a efetivar no primeiro terço do século XX. Cerca de 7.000 soldados do efetivo militar da rainha, entre os quais estariam

a região alcançou algumas vitórias, aniquilando vários sobas e permitindo nomear João Fernandes Figueiredo de Sousa como o primeiro Capitão-mor do Libolo, em 1680 (DELGADO: 1944b, p. 420-423). Este oficial tinha como objectivo colocar a área sob vigilância apertada e retirá-la da alçada dos postos além-Kwanza, sobretudo de Kambambe (DELGADO: 1944b, p. 422-423). Por outro lado, seria também necessário tentar controlar o tráfico clandestino de escravizados, levado a cabo na região tanto por comerciantes de São Tomé e do Brasil como por corsários holandeses, ingleses e franceses.

No entanto, as confrontações na área do Libolo continuaram no século XVIII, evidenciando que o relativo controle dos portugueses em Angola só se efetivava em Benguela Nova e no Ndongo, “num raio de 240 quilômetros para leste de Luanda, até ao Baixo Cuanza” (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 75). Assim, a cintura entre a margem esquerda do rio Kuanga e Benguela Nova, ou seja, a Kissama, o Libolo e Kissanji, continuava fora da supervisão efetiva das autoridades portuguesas, sendo também palco ideal para um cada vez mais intenso tráfico clandestino de escravizados. Por outro lado, é igualmente possível deduzir acerca da total incapacidade das forças coloniais para penetrarem na montanhosa região do Libolo, controla-

---

incluídos vários quissongo, muongo e kibala, foram então aprisionados pelos portugueses na Matamba, sendo enviados para o Brasil, onde acabaram vendidos como escravizados. Em trabalho sobre os critérios que determinavam a escolha dos escravizados africanos selecionados para permanecerem em Curaçao, Antilhas Neerlandesas – daí resultando um impacto direto na edificação do papiamentu, entre 1650 e 1700 –, Jacobs (2012) refere que a preferência dos senhores e comerciantes da ilha ia para os indivíduos provenientes da região acima da Guiné, por serem mais dóceis e submissos, ao contrário dos que provinham de Angola, rotulados de rebeldes e problemáticos. Para a implantação deste conceito muito terá contribuído a reputação guerreira dos muongo, dos kibala e de e outros povos originários da Matamba. Como tal, o seu destino prioritário terá sido o Brasil, daí o nome da Rainha Ginga ser, ainda hoje, bastante referenciado em vários folguedos da Festa de Reis dos negros do Rosário, nos quais são feitas alusões aos combates que opuseram os reis católicos e submissos do Congo aos monarcas africanos que nunca aceitaram o Cristianismo, ou seja, os senhores do Ndongo e da Matamba.



da por poderosos sobas ambundo, também eles agentes ativos no proveitoso comércio clandestino de escravizados.

Para tentar minorar este tráfico clandestino de escravizados na área, Francisco Inocência de Sousa Coutinho, Governador e Capitão-general de Angola entre 1764 e 1772, mandou fundar o povoado de Novo Redondo (atual Sumbe, capital da Província do Kwanza-Sul), em 1769, localizando-o estrategicamente entre Luanda e Benguela Nova, ligeiramente a sul do Rio Keve, a fim de se interceptarem os navios que pretendessem operar na região (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p. 83).<sup>13</sup>

A instalação do novo povoado pôde ajudar a alimentar uma nova tentativa de ocupação da baía de Benguela Velha a partir de 1772, quando o Governador e Capitão-general António de Lencastre, que sucedeu a Sousa Coutinho durante sete anos, destacou Francisco Nuno de Moraes como Capitão-mor da região e este procurou reconstruir o fortim de madeira que fora erigido em 1587 por Paulo Dias de Novaes. No entanto, a corporação da recente autoridade colonial foi também massacrada por ataques dos kissama e dos libolo, sendo a baía outra vez abandonada pelos portugueses (DELGADO: 1944b, p. 407-408). Assim, e sem supervisão das autoridades coloniais, o local continuou como porto privilegiado de tráfico clandestino de escravos até ao século XIX.

Com a independência do Brasil (1822) e o fim do comércio de escravos (1836-1842), os proventos que permitiam o enriquecimento imediato dos colonos ficaram estrangulados. Os portugueses foram obrigados a traçar um novo plano de colonização efetiva do interior angolano, estratégia que assentava no aproveitamento das vias fluviais oferecidas pelos rios da colônia (FIGUEIREDO & OLIVEIRA: 2013, p.118) e que ajudariam na progressão para o interior da cintura entre o sul do Kwanza e Benguela Nova.

---

<sup>13</sup> Note-se também que o povoado foi edificado na zona limítrofe do Libolo, mas fora da sua circunscrição, certamente por razões de segurança.

Em 1839, Manuel Eleutério Malheiro, Governador-Geral Interino de Angola, destacou uma impressionante força naval para ocupar a zona da baía de Benguela Velha e procedeu-se à reconstrução das casas, feitorias e fortins abandonados. Os ataques dos nativos foram repelidos e iniciaram-se incursões bem sucedidas pelo sertão em direção ao atual Libolo, ao mesmo tempo que se arrasavam barracões (no Libolo são designados de “garagens”) que tinham servido para aprisionar escravos antes de serem embarcados clandestinamente<sup>14</sup> (FIGUEIREDO & OLIVEIRA: 2013, p. 118, apud DELGADO: 1944b, p. 408- 409).

Em 1893, os padres espiritanos Jorge Kraft e Manuel Gonçalves de Souza, juntamente com o padre secular nativo Joaquim de Oliveira Gericota, iniciaram a evangelização efetiva do Libolo, ao fundarem a Missão Católica de Santo António de Calulo. Contudo, as rebeliões nativas continuaram no Libolo nos séculos XIX e XX, levando as autoridades portuguesas a criarem o Posto Militar de Calulo, em 1895, (DELGADO: 1944b, p. 424), desligando-o do Concelho de Kambambe e autonomizando-o como Circunscrição (FIGUEIREDO & SANTOS: 2013, p. 120). Logo em seguida, iniciaram a construção de uma fortaleza no povoado de Calulo, circundando o posto militar aí erigido anteriormente, com o objetivo de se controlar e consolidar a defesa da região do Libolo e suas áreas circundantes. Neste período, de entre

---

<sup>14</sup> As transações de escravizados no interior de Angola estavam a cargo dos pombeiros, que os adquiriam aos sobas e “kifumbes” (salteadores nativos a soldo dos comerciantes e que procediam à captura de nativos jovens) a troco de tecidos e outras mercadorias, conduzindo-os depois, a pé, até aos locais onde eram embarcados. De acordo com Bonvini (2008a, p. 31, apud BOXER, 1973, p. 243) “este tipo de comércio levou a criar, nos lugares de embarque, entrepostos de cativos, cada vez mais permanentes, fixos e organizados. No mais das vezes, meses eram necessários para completar a carga de um navio. No Congo, em Angola, em Benguela, os portugueses privilegiaram o ‘depósito fixo’ (barracão), instalação onde empregados permanentes dispunham de tempo para reunir um grande número de cativos e entregá-los junto aos negreiros. Os cativos, geralmente enfraquecidos pela viagem do interior para a costa, recebiam aí cuidados especiais antes de ser embarcados e, se a partida demorasse, eles trabalhavam a terra para dela retirar os mantimentos necessários para sua alimentação”.

quinze rebeliões por parte dos autóctones, destacaram-se as levadas a cabo pelos sobas do Quissongo (em 1905-1908) e de Dala-Usó (em 1917-1918).

A região do Quissongo, com as suas montanhas plenas de desfiladeiros e ravinas, permanentemente mergulhados na obscuridade do cacimbo cerrado no período seco e entre os quais serpenteiam as únicas vias terrestres transitáveis, era um terreno bastante propício à montagem de emboscadas. Por outro lado, essas vias eram utilizadas como rotas comerciais entre as regiões do Planalto Central de Angola (Bailundo), relativamente bem dominado pelos portugueses, e a parte navegável do Kwanza, isto é, o Dondo, imediatamente a seguir ao Libolo. Desta forma, a geografia natural do Quissongo não só fazia da região uma importante zona estratégica nos planos militar e comercial como também tornava quase impossível o assalto das tropas portuguesas aos redutos dos nativos. As campanhas militares na região, sob orientação do Capitão Antero de Magalhães, duraram até 1908, ano em que a zona foi pacificada, permitindo a construção do Posto Militar do Quissongo (ALMEIDA: 1940).

Posteriormente, a rebelião do soba de Dala-Usó teve como acontecimento mais marcante uma emboscada à coluna militar do Capitão Nepomuceno dos Santos, no local de Kassala-Sala, a escassos 4 km do povoado de Calulo, tendo contado com o apoio, para o efeito, dos sobas do Mucongó e da Cachica (Comuna da Cabuta). Os registos das autoridades coloniais não indicam as razões que estarão na base da revolta. No entanto, sabe-se que o Alto Comissário Norton de Matos ordenou um inquérito aos acontecimentos e que o relatório deste nunca viria a ser revelado (PÉLISSIER: 1997, vol. 2, p. 32), fazendo pressupor a ocorrência de fatos graves que foram ocultados.

Segundo Wheeler & Péliissier (2011, p. 78-79), até surgirem dados mais consistentes, as histórias escritas pelo ‘morador’ (colono) António de Oliveira Cardonega e por uma série de padres e soldados que visitaram Angola mantêm-se como os principais testemunhos da própria história angolana. Nesta, prevalecem preconceitos induzidos aos europeus e africanos como é o caso da “superioridade branca consciente”, que enraizava também a ideia de que a escravidão dos negros era legítima (CALDEIRA, 2003). Tais pre-

conceitos contribuíram também para desvirtuar/ocultar verdades sobre os acontecimentos históricos, como o massacre de Kassala-Sala, já que estes não só exporiam debilidades do sistema colonial como retratariam também os seus episódios menos gloriosos. De acordo com Ferronha (1989a, p. 258):

[...] quem quiser percorrer os caminhos calcorreados pelos Portugueses em Angola no século XVI à luz da investigação actual da história antropológica terá de ter em atenção a ‘tridimensionalidade’ constituída pelos Africanos, o alastramento dos Portugueses no território partilhado, conquistado e ou avassalado. [...] Olhar para os Africanos não através da imagem deformada que o olhar europeu do século XVI deixou filtrar [...]. O outro deve ser descoberto. ‘Pôr-se no lugar dos outros’ ainda é o melhor processo quando se procura compreendê-los. [...] Esta descoberta do outro tem vários graus, desde o outro como objecto, confundido com o mundo que o cerca, até ao outro como sujeito, igual ao eu, mas diferente [...] que [...] tem também uma história, com as suas formas socioculturais e político-económicas determinadas e determinantes. [...] Tratar o Africano como sujeito da sua própria história, e não como mero objecto de estudo, obriga a que esta igualdade acarrete a identidade; mas também a diferença, sem que ela degenera em superioridade/inferioridade [...] é importante ouvir a voz dos africanos a falar do seu povo e da sua cultura.

Dado que a verdadeira evangelização da região só se iniciou em 1893, são praticamente nulos os documentos de religiosos sobre o Libolo nas épocas que antecedem essa instalação. Contudo, os pesquisadores do “Projeto Libolo”<sup>15</sup> tiveram contato com apontamentos pessoais elaborados pelo Soba

---

<sup>15</sup> O projeto “Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguístico educacionais, histórico culturais, antropológicos e sócio-identitários”, também chamado de “Projeto Libolo”, é um projeto multidisciplinar e internacional coordenado pelo autor e por Márcia Santos Duarte de Oliveira (USP) que se instituiu em julho de 2013 em sequência de uma viagem de 16 dos seus pesquisadores ao município, onde, durante cerca de um mês, pro-

Grande dos mucongo, José Gaeta Ganga, enquanto registros escritos de relatos orais que transitaram geracionalmente desde o século XVI e que atestam não só aspectos das guerras tribais pré-coloniais mas também diversas ações e intervenções militares deste povo contra os portugueses. Bastante temidos, os mucongo são nativos de reputada tradição guerreira e oriundos da Matamba, com a qual mantinham ligações ancestrais e uma cooperação muito ativa.<sup>16</sup>

Nos manuscritos do soba Gaeta Ganga (s.d.), é possível constatar que os mucongo não só estiveram envolvidos nas principais sublevações do Libolo como apoiaram também diversas intervenções na vizinha região da Kissama. Na documentação do soba, sobressaem as ações de 1587, levadas a cabo no Novo Dondo (Benguela Velha) contra a corporação de Dias de Novaes, mas também uma outra intervenção próxima deste local, em 1617. Esta ação só poderá ter ocorrido contras as tropas do Governador Cerveira Pereira, quando este atracou em Benguela Velha em busca de um local para instalar a capital de Angola. Portanto, terá sido este ataque que esteve na base da sua

---

cederam à coleta de dados linguísticos, históricos e antropológicos para estudo e descrição da sócio-história e das línguas faladas na região (português do Libolo e quimbundo, variedade 'libolo'). No entanto, a coleta de dados de língua iniciou-se em maio/junho de 2011, quando o autor se deslocou ao Libobo no âmbito de um outro projeto, patrocinado pela Universidade de Macau e denominado: "Portuguese restructured by language acquisition in a contact situation: generation acquisition, linguistic, typology and gramatical analysis". Em 2013, como já mencionado, a coleta de dados linguísticos foi ampliada – para detalhes do "Projeto Libolo", ver Figueiredo & Oliveira (2016b).

<sup>16</sup> O sobado da Mbanza do Mucongo reclama a sua ligação ancestral à Rainha Ginga, Reino da Matamba, e defende, incondicionalmente, um retorno ao sistema tradicional de controlo sociocultural e político-económico pré-colonial, praticado no Ndongo e Matamba, no qual os sobas eram detentores de um destino não subjugado e orientado pelo atual poder político partidário vigente em Angola. Um mês depois de os pesquisadores do "Projeto Libolo" terem deixado o Município do Libolo, o soba José Gaeta Ganga faleceu, vítima de doença natural. Os mucongo procuram, nesta altura, assegurar a nomeação de um sucessor que garanta a continuidade da política de sistema tradicional que o falecido soba defendia e pretendia implementar.

retirada da zona, embora o Governador não ateste o fato nos seus registros oficiais, limitando-se a referir que o local era bastante perigoso para nele se fundearem navios.

As notas do soba dão também indicações sobre outras intervenções dos mucongo nas regiões da Kissama e do Libolo, ocorrendo uma delas em 1600, quando o Governador e Capitão-mor de Angola era João Furtado de Mendonça. Cadornega (1972 [1680], tomo 1, p. 52-53), sem precisar datas, refere uma incursão das tropas deste Governador ao Libolo, que atravessaram o Kwanza na zona de Kambambe para irem proteger sobas vassalos do reino português que estavam a sofrer represálias e ataques de outros autóctones. Se por um lado o tom patriótico dos relatos de Cadornega reclama retumbantes vitórias para os portugueses, por outro lado o manuscrito do Soba Gaeta Ganga, que se revela de importância extrema por ajudar a datar o período em que as escaramuças ocorreram, não deixa também de chamar a si o êxito nos ataques levados a cabo contra os soldados coloniais. Assim, apesar de persistirem dúvidas sobre quem terá saído vitorioso da contenda, uma conclusão não pode ser negada: os portugueses não se fixaram no Libolo, já que retiraram para Massangano (CADORNEGA: 1972 [1680], tomo 1, p. 53), malogrando-se, desta forma, mais uma tentativa de ocupação da região.

Nos apontamentos do Soba Gaeta Ganga (s.d.), novo ataque dos mucongo é datado em 1819, contra um navio que aprisionava escravizados no Novo Dondo (Benguela Velha) e que terá sido afundado pelos nativos. Sabe-se que os portugueses utilizavam uma variante do sistema de barracões para recolha dos escravizados provenientes do interior do território angolano, que “[...] consistia em estabelecer um depósito de cativos não em terra firme, mas num grande navio permanentemente ancorado num porto a fim de tornar um grande número de cativos menos vulnerável aos ataques exteriores” (BONVINI: 2008, p. 31). Terá sido um destes navios que foi afundado, mas não encontramos registros oficiais deste acontecimento, que poderá ter sido motivado por questões relacionadas com o comércio clandestino de escravizados, pois a área não era controlada pelas autoridades coloniais. Assim, o

ataque poderá ter tido como motivação alguma tentativa enganosa dos comerciantes ou qualquer desentendimento sobre a forma como deveriam ser feitos os pagamentos das “peças” aos chefes nativos. Quanto à administração portuguesa, ou não teve conhecimentos dos fatos, o que parece pouco credível, ou não os revelou para não mostrar que controlava iniquamente a área, o que parece ser mais plausível. Em 1819, Angola teve dois Governadores, o Capitão-general Luís da Mota Feio e Torres (1816-1819) e o Capitão-general Manuel Vieira de Albuquerque Touvar (1819-1821). Portanto, terá sido no período de governação de um deles que se deu este acontecimento.

Entre 1839, altura em que Eleutério Malheiro assumiu o controlo de Benguela Velha, e 1893, data em que os padres espiritanos se instalaram em Calulo, sabe-se apenas que a progressão dos portugueses contou com algumas vitórias. De acordo com os apontamentos do soba Gaeta Ganda, os mucongo estiveram envolvidos em pelo menos três intervenções vitoriosas na região do Libolo, datadas de 1842, 1845 e 1850. Estas ações militares ajudam a entender o porquê de a progressão dos portugueses, desde Benguela Velha até ao Libolo, ter demorado cerca de meio século.

Os escritos do Soba Grande dos mucongo atestam também a intervenção destes no massacre de Kassala-Sala, em 1917. Embora os resultados do inquérito ordenado por Norton de Matos não sejam conhecidos, dados orais recolhidos junto dos idosos de Dala-Uso, no âmbito do “Projeto Libolo”, confirmam que se tratou de uma represália contra o exército colonial, em virtude de este exigir amiúde, junto dos sobas, a entrega de carregadores para o transporte de mercadorias e armamento. Por norma, os carregamentos efetuavam-se entre o Libolo e a feira do Dondo, local onde atracavam as pequenas embarcações que os transportavam depois até a barra do Kwanza, a fim de serem transferidos para os navios de maior calado. Segundo os relatos dos anciãos de Dala-Uso, os carregadores levados para o Dondo desapareciam e não mais regressavam às suas aldeias.

De acordo com dados oficiais sobre o combate de Kassala-Sala, os soldados portugueses mortos no local teriam sido retalhados, cozinhados e comidos pelos nativos, num autêntico ritual de antropofagia (DELGADO:

1944b, p. 452).<sup>17</sup> Outros casos de antropofagia são também documentados oficialmente nas regiões do Mussende, Dala-Uso, Cabuta e Quissongo (PALAIO: 2003, p. 125-126). Os auxiliares etnolinguísticos do “Projeto Libolo” garantiram que os portugueses foram comidos num ato para vingar o desaparecimento dos carregadores, pois acreditam que estes teriam também sido comidos pelos portugueses, só assim se justificando o seu desaparecimento súbito. Nos relatos recolhidos no Libolo, mito e “realidade” se entrelaçam constituindo-se na “história” contada pelas gentes do Libolo. A nossa visão é que os carregadores seriam aprisionados e embarcados no Dondo com destino a São Tomé e ao Brasil, na condição de escravizados. Portanto, não se deve desconsiderar a possibilidade de as autoridades portuguesas ocultarem ou manipularem fatos com o propósito de denegrir a imagem dos nativos e incentivarem o ódio dos colonos contra eles. Paralelamente, escutar o outro lado dos intervenientes na construção da História de Angola, em geral, e do Libolo, em particular, permite-nos entender a forma como o colonizado construiu o seu imaginário sobre o colonizador.

O modo como os ideários são elaborados ou manipulados estão por vezes na base das situações de confronto marcadas por violência extrema. O Libolo não constitui exceção neste particular. Artur Vilar, um ex-militar português, que combateu quer nas campanhas do sul de Angola (1914-1915) contra os alemães e seus aliados nativos quer nas ações militares contra os nativos do Seles e do Libolo, fornece-nos o seu relato sobre o clima de insegurança e ódio que se instalou no Libolo durante a rebelião de 1917-1918:

Quem começou com os horrores não sei: aquilo era olho por olho, dente por dente e, principalmente, cabeça por cabeça. Muita cabeça

---

<sup>17</sup> De acordo com Ferronha (1989b, p. 93), “... o sacrifício humano e um determinado canibalismo ritual, numa osmose com a política, eram os meios de construção de uma força unida de resistência” entre os ambundo, tendo os seus chefes consciência da importância desses rituais para fortalecerem a unidade das suas forças.



cortada, pendurada em árvore ou rebolada no chão, eu vi. Dizia-se que corpo mutilado, espalhado por aqui e por ali (cabeça num ramo, tronco para refeição de bicho, partes e pernas abandonadas em triparia e ossos espalhados) no além, na outra vida, não teria descanso nem forma de gente. Daí, se calhar, o branco cortar a cabeça ao negro, e o negro mutilar o branco às postas. Era a lei do terror. Funantes, fazendeiros e negros podiam, no meio de tudo isto, pensar nos haveres e teres, e a coisa, sendo dura, fazer sentido. Lutavam por alguma coisa. Agora, para a gente, a tropa fandanga, só ficava o matar e não deixar-se cortar às postas. Só nos pertencia o ódio! Isso é que nos dava forças. Vivia-se com os olhos cheios de terror.

(PALAIO: 2003, p. 118)<sup>18</sup>

O testemunho do antigo combatente permite que se perceba também que a ocultação dos motivos que terão levado à revolta dos nativos fez parte de uma estratégia de incentivo à violência orquestrada pelas autoridades coloniais e que conduziu a situações de verdadeira carnificina, em mais uma página negra da história da colonização do Libolo.

A rebelião foi controlada em 1918, tendo o Libolo sido pacificado definitivamente. Os sobas revoltosos foram aprisionados, deportados, punidos ou eliminados, sendo substituídos por outros fiéis à administração portuguesa, mas que não pertenciam às tradicionais linhagens do poder ancestral de matriz banta. Por seu lado, o município transformou-se numa frente agropecuária de elevada importância econômica para Angola e a segurança na região permitiu também que se construísse um dos maiores complexos hidroelétricos de África no rio Kwanza, na zona de Kambambe.

Contudo, a história da colonização do Libolo e sua vizinha Kissama impõem-nos algumas reflexões pertinentes. A retaliação das autoridades e

---

<sup>18</sup> Eduardo Palaio serviu como alferes miliciano de uma Companhia de Artilharia do exército português, que esteve destacada em Calulo durante cerca de dois anos, na década de 1960.

mudança das linhagens tradicionais do poder banto afetou todo o tecido sociocultural autóctone, desviando um rumo histórico milenar, a fim de se imporem e regerem condutas deslocadas do imaginário africano e apegadas aos usos e língua do colono. Por outro lado, de acordo com estimativas de estudiosos, e sem contar com os números dos africanos transportados para São Tomé nos séculos XIX e XX sob o “regime do contrato”, o total de escravizados resgatados em Angola e transplantados para fora da colônia poderá ter atingido os quatro milhões entre os séculos XV e XIX (WHEELER & PÉLISSIER: 2011, p.73-74). Para além dos escravizados, há ainda que ter em conta outra prática comum dos portugueses: a captura e o envio de chefes rebeldes e da oposição para o exílio em outras colônias portuguesas da América, Ásia e África, uma medida que foi também aplicada no Libolo e suas circunscrições, conforme atestado em documentos oficiais e escritos sobre a região (BRANDÃO, 1902; ROBERT, 1912). De fato, quando faz a descrição da área por onde correm os rápidos do rio Kwanza, em Kambambe, Cadornega (1972 [1680], tomo 3, p. 143) refere:

Desta paragem se entra por entre rochedos ou rochas chamadas de Cambambe, mui nomeadas de todos pellas haver por ali mui levantadas e talhadas a pique, assim de huma como da outra banda, não havendo por estoutra parte deste Rio Coamza subida a ellas, onde corre com suas numerosas aguas como mettido em prizão, não tendo por onde espraia e resfolgar [...]; naquellas rochas talhadas se representam figuras como imagens que o tempo fez parecer, havendo tambem em estas penhas huma passagem perigoza, a que chamão a Bangala Ambota, apellido que tomou de hum grande conquistador, o qual, conforme noticias, há seus descendentes em a Cidade da Bahia, cabeça do Estado do Brazil, ou este conquistador, tomou desta paragem, que será o mais certo, por ser seu nome proprio que a antiguidade lhe deo [...].

Não obstante, o maior contributo do Libolo para engrossar o número de escravizados transplantados de Angola para São Tomé, Brasil e outras paragens dar-se-ia porque o resgate na margem esquerda do Kwanza se intensificou logo nos primeiros anos do século XVI, em virtude de os mercadores santomenses se mostrarem descontentes com a política monopolista da coroa portuguesa na região do Congo em relação aos escravos e procurarem um novo mercado que incrementasse o desenvolvimento açucareiro da ilha, mas que escapasse também ao controle dos impostos aplicados pelas autoridades coloniais (FERRONHA: 1989, p. 265). Por outro lado, como o resgate se processou sempre de forma clandestina e intensiva no Libolo, mesmo após a abolição,<sup>19</sup> não há registros sobre o mesmo por parte das autoridades

---

<sup>19</sup> Quando os padres Jorge Kraft, Gonçalves de Souza e Oliveira Gericotta chegaram a Calulo, encontraram dois comerciantes estabelecidos no minúsculo povoado e cinco agricultores com promissoras fazendas nas imediações deste (DELGADO: 1944b, p. 423; Arquivo Nacional de Angola: 2013, p. 5), provavelmente os mesmos a que Vidal (1916) se refere, aquando das suas andanças por terras do Libolo, em 1913. Os agricultores possuíam escravizados como empregados domésticos e outros a laborarem nas suas fazendas. Alguns destes fazendeiros tinham também tomado escravizadas para suas companheiras. Os escravizados provinham essencialmente da vizinha província da Kissama, onde eram capturados por salteadores a soldo dos colonos e especializados no aprisionamento de jovens, os “kifumbes” (SANTOS: 1993). Os registros de batismo iniciais efetuados pelos missionários e consultados pelos pesquisadores do “Projeto Libolo” atestam a existência de bastantes mestiços, alguns ainda bebês, filhos de escravizadas negras e dos seus senhores brancos ou mestiços. Santos (1993: 119-120) relata um episódio de pagamento de uma importância em dinheiro em pleno século XX, efetuado por nativos a um dos agricultores europeus da região, Manuel Jorge de Souza Callado, antigo militar do exército colonial e provavelmente o primeiro europeu a estabelecer-se no atual Libolo, a fim de obterem uma espécie carta de alforria que libertava uma das escravizadas do colono, também mãe de alguns dos seus filhos. O interlocutor do negócio com Souza Callado foi o soba de Dala-Uso, que terá também se beneficiado de um pagamento por parte dos familiares da escravizada para servir de mediador entre eles e o colono português. Por seu lado, as listas de escravizados “resgatados” (adquiridos) a fim de serem devolvidos à liberdade e valores pagos por eles pelos missionários da Missão Católica de Calulo aos fazendeiros e sobas do

coloniais e escasseiam também os dados oficiais sobre o número de escravos transplantados do Libolo. Conclui-se então que o valor avançado pelos estudiosos para Angola, mesmo o mais elevado, pecará certamente por insuficiência.

### 2.3. *O Libolo pós-colonial*

Em Figueiredo & Oliveira (2013, p. 120-123), é possível aceder a retratos resumidos, mas precisos, do Libolo pós-colonial. Após as últimas rebeliões na região, a área permaneceu em paz até a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975. Instalaram-se comerciantes e fazendeiros nas quatro comunas da região, bem como algumas herdades pecuárias. A economia prosperou e viam-se grandes extensões de palmares, café e sisal na zona. Por outro lado, havia escolas primárias em todas as comunas e na vila de Calulo, onde se inaugurou ainda uma Escola Técnico-Comercial.

Os acontecimentos de 1961 e 1962, que marcam o início das guerras de libertação nas ex-colônias portuguesas de África, não tiveram impacto no município, onde se encontrava destacado um contingente militar para controlar a zona, dado o seu longo historial de oposição à ocupação portuguesa. Contudo, antes da independência de Angola, os três grupos nacionalistas que tinham combatido o colonialismo já vinham lutando também entre si, por motivos essencialmente tribais. Cerca de um milhão de portugueses abandonou a ex-colônia entre 1974 e 1976, o que agravou de forma dramática a situação econômica do recente país. Os três movimentos de libertação, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), de maioria ambundo, a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), de maioria bacongo, e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), de maioria ovimbundo, iniciaram um conflito armado em 1977, visando ao controle do

---

Libolo permitem perceber que era volumoso o número de escravizados na região. Estes escravizados eram colocados numa aldeia cristã fundada para o efeito nas imediações da Missão e que recebeu o nome de Aldeia de S. Bedito, o Mouro (ROBERT: 1920, s.n.). Hoje o povoado é conhecido como Aldeia da Kibuma.

país e dando origem a uma longa e devastadora guerra, que se prolongaria durante quase trinta anos. O número de mortos e estropiados disparou durante o conflito armado e as infraestruturas do país ruíram.

O Libolo, sendo uma rota de transição entre o Planalto Central de Angola (Bailundo), onde a UNITA montou o seu quartel-general, e o vale do baixo Kwanza, onde se encontra o complexo hidroelétrico de Kambambe, era um baluarte estratégico para evitar o avanço das tropas deste movimento e a tomada do complexo. Deste modo, os confrontos foram bastante intensos e violentos na região, isolando-a praticamente do resto de Angola durante décadas.

O abandono das roças e das instalações agropecuárias pelos colonos no processo de independência e o seu saque e destruição durante o período da Guerra Pós-colonial levaram as estruturas do Município a colapsarem também, extinguindo-se os seus sistemas educacional, rodoviário e de comunicação. Deste modo, presentemente apenas Calulo possui infraestruturas a laborar, embora com evidentes dificuldades. As escolas primárias e a Escola Secundária encontram-se igualmente a funcionar, mas com muitas limitações.

Finalizada a resenha histórica de ocupação do Libolo pelos ambundo e colonos e fornecido o retrato atual do município, apresentaremos, a seguir, algumas aproximações históricas e linguísticas entre o Libolo e o Brasil dado que o segundo foi local de acolhimento de milhares de escravizados transplantados de Angola durante cerca de três séculos, significativa parte dos quais de forma clandestina, como sucedeu a partir do Libolo e suas periferias - ver notas de rodapé 8, 9, 11, por exemplo, sobre o período da prática de escravatura no Libolo.

### 3. Aproximações sociais e históricas entre o Libolo e o Brasil

A partir do século XV, iniciou-se o transplante de africanos para o Brasil, transplante esse que se intensificou massivamente a partir do século seguinte, tendo sido aprisionados milhões de escravizados em território angolano. Contudo, para além de escravocrata, Angola foi também terra de exílio no período colonial. Se para o Brasil foram também desterrados chefes rebeldes africanos, para Angola foram degredados brasileiros que se manifestavam contrariamente à política e pretensões da coroa portuguesa, como aconteceu com o poeta barroco Gregório de Matos (Salvador, 23 de dezembro de 1636 – Recife, 26 de novembro de 1695). No caso concreto do Libolo, dada a sua ocupação tardia pelos colonos europeus, não ocorreu contato com brasileiros. No entanto, enquanto fornecedor secular de elevado número de escravizados para o Brasil, através da baía do Longa e do corredor do baixo e do médio Kwanza, a identificação com o Brasil sempre falou alto na região. Em finais da década de 1960 e princípios da década de 1970, ainda em pleno período colonial, o viajante que passava pelo Libolo em direção ao sul de Angola deparava com a placa que sinalizava o desvio para Calulo, na qual podia ler o que um anônimo qualquer da região inscrevera manualmente: “Mini Brasil”. De fato, sendo a mestiçagem da sua população uma “imagem de marca” e em virtude de os habitantes da vila evidenciarem uma identificação apegada a hábitos e costumes do Brasil, alguém quis deixar patente estas características na placa de sinalização que indicava o trajeto para Calulo.

No campo da música, por exemplo, esta identificação nos é dada a conhecer por Vidal (1916: 121-123) desde os primórdios da colonização do Libolo em finais do século XIX, através das meticolosas descrições de instrumentos musicais utilizados pelos nativos da região, como a “kwita”, o antepassado da “cuica”. Nas décadas de 1950/1960/1970, ou seja, em pleno advento da colonização do Libolo, os gêneros musicais de Portugal, como o fado, apenas eram ouvidos pelos soldados portugueses do exército colonial, já que o grosso da população, com especial incidência para a camada miscigenada, era fiel seguidora de gêneros derivados da música africana, como o

foxtrot ou o mambo, ou do tipo latino-americana, como o bolero e o tango. Contudo, os estilos que verdadeiramente reinavam no Libolo eram, sem dúvida, o baião e o samba (SANTOS: 1993, p. 14-15/41). Cantores como Sivuca ou Carmélia Alves, inicialmente, e Cauby Peixoto, Roberto Carlos, Milton do Nascimento ou Nelson Ned, posteriormente, eram ídolos de verdadeiras legiões de fãs no Libolo, que trauteavam de cor os refrões das músicas mais conhecidas desses artistas. Assim, não surpreende que o carnaval de Calulo rivalizasse com os melhores de Angola (SANTOS: 1993, p. 88).

A Calulo chegavam também, com regularidade, e a pedido dos seus habitantes, publicações como o *Cruzeiro* ou a *Manchete Esportiva*, mostrando como os liboloenses se interessavam pelas competições desportivas que decorriam no Brasil. Assim, rapidamente foi criado no Libolo um campeonato de futebol para ser disputado por clubes das suas quatro comunas, tendo muitas das equipas constituídas optado por designações de influência brasileira, como a Associação Desportiva Palmeiras, o Vasco da Gama da Cabuta, o Grupo Desportivo Fortaleza (antecessor do atual Clube Recreativo Desportivo do Libolo) ou o Botafogo do Cassequel (modesto bairro residencial de Calulo que se assemelha às favelas brasileiras – hoje chamadas de “comunidades”). Por seu lado, os jogadores destas equipas logo trataram também de se auto alcunharem com nomes de jogadores brasileiros, como Pelé, Leônidas, Zózimo, Didi, Vavá, Sandão, Gusmão, Da Silva e até Cabeção (SANTOS: 1993, p. 17).

Em estudo que compara aspectos linguísticos (sistemas pronominais) e sócio-identitários partilhados entre o Libolo e a comunidade quilombo-la de Jurussaca, Nordeste do Estado do Pará, Brasil, Figueiredo & Oliveira (2013) apontam paralelismos sincréticos nos cultos negro-religiosos das duas regiões. De fato, tanto o Libolo como Jurussaca assimilaram e devotam fé a figuras religiosas do catolicismo, sendo São Benedito – o patrono de inúmeras comunidades de Jurussaca – o santo que, curiosamente, foi escolhido também pelos missionários da Missão Católica de Santo António de Calulo como protetor da aldeia constituída para alojar os escravizados por eles “resgatados” – veja nota de rodapé 19. Por seu lado, como o nome da própria

missão indica, Santo António de Lisboa foi o eleito para patrono do Libolo, enquanto Nossa Senhora de Fátima foi também adotada, posteriormente, como protetora deste município.

As celebrações que permitem conotar o Libolo ao Brasil (e América Caraíba) estendem-se ainda a festividades profanas, como acontece com as manifestações culturais associadas à rainha Ginga, cujo nome é bastante referenciado em vários folguedos da Festa de Reis dos Negros do Rosário. Nestes espetáculos são feitas alusões aos combates que opuseram os reis católicos e submissos do reino Congo aos monarcas africanos que não aceitaram o Cristianismo, ou seja, os senhores do Ndonge e da Matamba – ver nota 12.

Na costa caribenha da Venezuela, mais propriamente em Valles del Tuy, Estado Miranda, e no seu vizinho Município Monagas do Estado Guárico Jinca, uma das danças mais significativas dos festejos dos negros “kimbanganos” é a “jinca”.<sup>20</sup> Este tipo de dança, ao som de tambores, simula a luta entre dois guerreiros armados com facões idênticos às catanas utilizadas pelos guerreiros gingas. Mas as semelhanças estendem-se ainda a outras particularidades: (i) à coreografia das próprias danças dos “kimbanganos” e dos gingas; (ii) ao tipo de tambores usados na Venezuela, os tambores “kimbanganos”, parecidos com os “ngoma” dos ambundo, ao rufar dos quais os guerreiros africanos da Matamba ou do Libolo se reuniam para as danças de guerra que antecediam as suas campanhas militares; (iii) ao ritmo dos tambores que marcam o compasso das duas danças, ginga e “kimbangana”; (iv) à simbologia atribuída pelos “kimbanganos” e pelos gingas aos seus tambores, enquanto sinônimos de luta contra a opressão e conquista da liberdade. Não menos relevante será a etimologia de “jinca”, ao que tudo aponta com raiz em “ginga”, e de “kimbangano”, adjetivo gentilício que radicará em Kimbangu, topônimos de regiões pertencentes ao Songo e ao Libolo, ambos com

---

<sup>20</sup> O autor agradece a Arturo Álvarez D’ Armas as informações sobre a existência da dança da “jinca” e do topónimo Cambambe – ver ponto 3.1.3 do presente trabalho – na costa caribenha da Venezuela, que motivaram as pesquisas em torno dos mesmos e da apresentação das particularidades que aqui se expõem.



conexões no antigo reino da Matamba, atualmente integrado na Província de Malanje.

Presentemente, na edificação da estrutura administrativa do Libolo, o poder é exercido e controlado, em concomitância, pela autoridade administrativa governamental (o Administrador Municipal e seus subordinados hierárquicos, entre os quais os Administradores Comunais) e pela autoridade nativa (o Soba Grande do Libolo e seus subordinados hierárquicos, entre os quais o Soba Grande de cada Comuna e outros Sobas menos importantes). A maioria da população do Libolo reside em aldeias e aldeamentos, cujas habitações são edificadas com barro batido (o adobo) e cobertas de zinco ou palha. De acordo com Figueiredo & Oliveira (2013, p. 124), a organização dos aldeamentos do Libolo apresenta também semelhanças evidentes com o que acontece em Jurussaca, seja no tipo de habitações seja no tipo de produtos cultivados nos pedaços de terra pertencentes aos habitantes das aldeias, já que, fora do espaço da casa, todas as famílias possuem pequenas lavouras de subsistência (designadas de “lavras” no Libolo) para cultivo de produtos agrícolas como a mandioca, o feijão, a ginguba (amendoim), o milho ou a batata doce.

#### **4. Particularidades linguísticas do Libolo**

O Libolo é uma região ambundo de falantes do quimbundo L1, variedade libolo, já que a área se localiza na zona H.23 (GUTHRIE, 1948; LEWIS, SIMONS & FENNIG, 2015). O local conflui quer com zonas de falantes que usam outras variedades do quimbundo (kissama e kibala) quer com áreas de utilizadores do songo quer ainda com regiões ovimbundo de falantes do umbundo (FIGUEIREDO & OLIVEIRA: 2013, p. 118-119). De acordo com Cannecattim (1859, p. XV):

[...] a outra nação, que confina com a língua bunda<sup>21</sup> pela parte do sul, é o reino que os geographos e Bluteau, debaixo da palavra Angola, chamam Matamão, que compreende os libólos e os quisámas; os primeiros falam em língua bunda, e os segundos em a língua benguela. Esta se estende muito, tanto pelo sertão dentro, como pelas praias do mar; e principia, como dissemos, do reino de Quisáma, ou de Matamão, até o rio Lúnga, d'aqui corre ao sul até Benguela, e de lá avança-se por uma longa distancia até a Cafraria. A língua benguela é diferente da língua bunda, sendo esta mui difficil de aprender aos individuos d'aquela nação; contudo a mesma língua benguela tem muitos termos abundos, e por consequência não deixam estes dois idiomas de ter alguma afinidade entre si. A palavra benguela, na lingua bunda, quer dizer defenza.

Contudo, no Libolo, sobretudo nas Comunas de Calulo e do Quisongo, é comum ouvir os seus falantes referirem-se à língua ngoya, quando inquiridos sobre a variedade de quimbundo aí falada. Só recentemente documentado, o ngoya:

[...] é um falar bantu em uso no centro da província de Kwanza Sul, numa área relativamente extensa cujas principais localidades são Kibala, Ebo, WakoKungo, Assango, Cabela, Condé, Quilenda e Mussende<sup>22</sup> [...] paira alguma incerteza sobre a questão de saber se é uma variedade dialectal assaz distante da língua kimbundu [H20] ou – a priori por que não – do grupo umbundo [R10], ou se trata de um fa-

---

<sup>21</sup> Nota de rodapé nossa: nos estudos de Cannecattim, a língua bunda deve ser entendida como quimbundo.

<sup>22</sup> Nota de rodapé nossa: talvez por lapso, os autores grafam Cabela em vez de Gabela e Condé em lugar de Conda. De fato, desconhecemos a existência em Angola de qualquer região denominada Condé, enquanto a zona da Cabela se localiza na Província do Uige, ou seja, ao norte do país (falantes do quicongo).

lar híbrido de transição entre as zonas tipológicas H e R do domínio bantu (ANGENOT; MFUWA; RIBEIRO: 2011, p. 253-254).

Deste modo, o fato de os falantes do Libolo se referirem ao ngoya não surpreende, já que este município estabelece limites fronteiriços com o da Kibala, que antigamente lhe pertenceu, dele tendo sido desanexado em 1921, pela portaria provincial 83, de 17 de setembro. Mingas (2000, p. 31), por seu lado, inclui o Libolo nos domínios do quimbundo de influência linguística, ou seja, em que se faz a transição do quimbundo para o umbundo. Como os nativos do Quissongo e de Calulo conotam a sua fala ao ngoya implica que se descarte a possibilidade de este ser inserido no grupo umbundo [R10], uma vez que esta língua é ininteligível para os falantes do Libolo. Por outro lado, a conotação da Comuna do Quissongo à Kibala e seus vizinhos do Planalto Central (falantes de umbundo) é evidente, uma vez que a ocupação destes territórios aconteceu após a travessia do rio Kwanza por jagas que partiram da Matamba, conforme explicitado no ponto (1.1) deste trabalho. Por seu lado, e de acordo com o referido no mesmo ponto, a Mbanza de Kalulo tem origem num dos sobados que inicialmente se fixou da região da Kibala.

Tendo em conta que a colonização de Angola se processou, durante séculos, em zonas vizinhas do mar, sendo bastante limitada a penetração de europeus nas áreas do interior, como o Libolo, ficaram reunidas, desde logo, condições para a ocorrência de uma situação de diglossia linguística:

[...] (i) por um lado, uma elite minoritária afro portuguesa bilingue, instalada nas zonas litorais e restringindo o uso do português aos centros urbanos costeiros; (ii) por outro lado, uma comunidade nativa maioritária, monolíngue nas suas L1s e habitando as zonas rurais e inexploradas do interior. (FIGUEIREDO & OLIVEIRA: 2013, p. 116)

Figueiredo & Oliveira (2013, p. 125) chamam ainda a atenção para outros aspectos pertinentes no Libolo e que interessa voltar a referir aqui.

O município foi palco de confrontos constantes entre nativos e corporações militares portuguesas, que determinaram que a região fosse efetivamente colonizada apenas no século XX. Paralelamente ainda, o Libolo foi também submetido a um isolamento acentuado durante a fase da Guerra Pós-colonial. Estas particularidades contribuíram decisivamente para que, na região, acontecesse quer a defesa e preservação de ideologias autóctones quer a conservação de tradições socioculturais milenares e de marcas linguísticas específicas dos seus falantes, com o português falado por estes denotando a incorporação de substanciais traços morfossintáticos da L1 quimbundo. Por fim, as dificuldades com que as autoridades da região se debatem para reimplantarem o ensino nas comunas do Libolo, ensino esse ministrado por docentes que detêm um registro de fala marcado pelas variações de caráter generalizado no município, obstam a que os alunos obtenham *input* corretivo que permita reestruturação gramatical direcionada para o padrão do português europeu (doravante PE), a antiga língua alvo de Angola. Portanto, muitas das características do português do Libolo (doravante PLB), que importa ser alvo de investigação em pesquisas futuras, não poderão já ser vistas como variação (a terminologia adotada neste trabalho), mas como processo consumado de mudança linguística, como acontece com o quadro dos clíticos, dos anafóricos e das anáforas (FIGUEIREDO & OLIVEIRA: 2013, p. 175).

#### *4.1. Contributos do português do Libolo para o estudo do processo de formação histórico-linguística da sociedade brasileira*

Ao contrário do que sucede com variedades de português faladas na África Atlântica, ainda pouco estudadas, a variação do português vernacular brasileiro (doravante PVB) e do português do Brasil (doravante PB),<sup>23</sup> relativamente ao PE tem sido amplamente observadas. Contudo, a insistência em tomar-se o PE como paradigma para o cotejo de fenômenos de varia-

---

<sup>23</sup> Por PVB entenda-se as variedades de português faladas no Brasil (normas não padrão), enquanto por PB se aponta a modalidade escrita padrão e falada com aproximações à norma padrão. Ver abreviaturas ao final do trabalho.

ção implicou que não se levasse devidamente em conta as especificidades das línguas envolvidas com o contato na cadeia de transmissão linguística de África para o Brasil, ou seja, o papel que essas línguas terão desempenhado no processo de formação histórico-linguístico da sociedade brasileira (FIGUEIREDO, JORGE & OLIVEIRA, 2016, p. 253-254). Nesse sentido, Figueiredo & Oliveira (2013) iniciam as pesquisas comparadas envolvendo o PLB, marcando também o começo dos estudos oficiais da descrição desta variedade. Os traços da gramática desta variedade de português da África apresentam variação relativamente ao PE, a língua alvo no Libolo colonial, mas, em contrapartida, revelam similaridades quer com os de outras variedades de português falado na África Atlântica (incluindo o português de Angola) quer com os de variedades do PVB e, em alguns casos, com os do próprio PB. No estudo de Figueiredo & Oliveira (2013), o primeiro a comparar aspectos histórico-sociolinguísticos de uma região do interior de Angola (o Município do Libolo) com uma região do interior do Brasil (Jurussaca), são cotejados os sistemas de pronominalização do PLB e do português vernacular da Comunidade de Jurussaca, Pará (doravante PJ) – há também certo cotejo com o PB. Observando paralelismos nas formas acusativas/dativas e anafóricas do PLB com o PJ, os autores ratificam também as propostas de Petter (2007, 2008, 2009b, 2015b) e de Figueiredo (2010a, 2010b) no que concerne a um *continuum* de português constituído por variedades africanas e brasileiras.

Posteriormente, Figueiredo, Jorge & Oliveira (2013, 2016) observam o uso pronominal no PLB sob um novo enfoque, voltado para a variação no léxico e tendo também em perspectiva o Minimalismo – Derivação por Fases (CHOMSKY, 2001, 2004, 2005, 2008). Na sua proposta, os autores (op. cit.) assumem o desafio de demonstrar que as instâncias da variação estão concentradas em operações responsáveis pelo licenciamento de variedades de uma mesma língua ou de línguas em contexto de contato. Nestes trabalhos, Figueiredo, Jorge & Oliveira (2013, 2016) se distanciam ainda dos trabalhos que continuam acompanhando as alternâncias “clássicas” dos estudos em línguas românicas de flexão e de caso em suas abordagens.

#### 4.2. *Paralelismos morfossintáticos e lexicais entre o português do Libolo, variedades do português vernacular do Brasil e o português do Brasil*

Seguidamente listam-se alguns paralelismos morfossintáticos e lexicais entre o PLB, variedades do PVB e o PB. Dado que este trabalho tem como objetivo fazer apenas a apresentação desses paralelismos, abster-nos-emos de tecer análises sobre eles.

##### 4.2.1. *Pronomes clíticos*

No PLB, o uso dos clíticos é proclítico (exemplo 1), tal como acontece no PJ (exemplo 2) e no PB (exemplo 3), mas diferentemente do que sucede no PE contemporâneo (exemplo 4), cuja aplicação é, regra geral, enclítica.

- (1) PLB: kimbanda **le**<sup>24</sup> deu os kijila, ele num cumpriu [DALLAM5]<sup>25</sup>  
 (PE: o kimbanda [= curandeiro] deu-lhe as kijilas  
 [= indicações], ele não cumpriu)

- (2) PJ:  
 aí ela **me** chamo(u) e disse ... seu Valdecir.  
 (Oliveira, Campos & Fernandes, 2011: 34)

- (3) PB<sup>26</sup>  
 Eu **me** vesti rapidamente.

<sup>24</sup> No PLB, é atestada a variante fonológica de “lhe” realizada como “le” (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013: 155, nota de rodapé 58).

<sup>25</sup> Os nomes dos informantes do Libolo são omitidos para salvaguarda da sua identidade.

<sup>26</sup> Figueiredo & Oliveira (2013, p. 109), apud Bechara (2009, p. 165); dado renumerado.

(4) PE:<sup>27</sup>

Ele vestiu-se rapidamente.

Outra característica dos clíticos no PLB é a realização do complemento direto com recurso ao clítico 3ª pessoa “lhe(s)” (exemplo 5). Verifica-se, assim, uma regularização do pronome “lhe(s)” para as funções acusativa e dativa:

(5) PLB:<sup>28</sup>

**lhes** mandam arrebeutar os armazéns [JERANH5]

(PE: mandaram-nos arrebeutar os armazéns)

Segundo Figueiredo & Oliveira (2013, p. 146), tanto o uso proclítico como a regularização dativo/acusativo refletem o que acontece no sistema sintático-estrutural do quimbundo, substrato do PLB. De fato, nesta língua os clíticos acusativo e dativo são também realizados com uma forma única (pronome “mu”), sendo a sua colocação igualmente proclítica. O uso do clítico objeto direto “lhe” encontra-se também atestado no PJ, em realizações que estabelecem paralelismo sintático com as do PLB:

(6) PJ:<sup>29</sup>

Eu digo: “Não, roça uma roça que eu vou **lhe** ajuda prantá,  
carpiná, fazê farinha...”

---

<sup>27</sup> Figueiredo & Oliveira (2013, p. 109), apud Cunha & Cintra (1997, p. 281); dado renumerado.

<sup>28</sup> Figueiredo & Oliveira (2013, p. 144); dado renumerado.

<sup>29</sup> Oliveira, Campos & Fernandes (2011, p. 136); dado renumerado.

Interessa referir aqui que o uso de “lhe(s)” acusativo no Brasil foi já observado há mais de meio século – embora os gramáticos conservadores tenham ignorado essa evidência –, sendo hoje realizado, cada vez mais, na própria escrita (BAGNO: 2011, p. 765, apud NASCENTES, 2003 [1960], p. 447):

(7) PB:<sup>30</sup>

Você escreve sobre o que **lhe** indigna.

No PLB, os pronomes acusativos também podem ser esporadicamente realizados como formas nominativas (exemplo 8). Esta forma é aplicada no PB e também em variedades do PVB como a de Jurussaca/PA (exemplo 9):

(8) PLB:<sup>31</sup>

Não, num conheço. Num conheço **ele**. [DIDISH2]

(PE: Não, não conheço. Não o conheço.)

(9) PJ:<sup>32</sup>

Dá uma reboca, arrumá **ela** melhor

(PE: Dar uma rebocada, arrumá-la melhor)

No PLB (exemplo 10), tal como no PB, a forma acusativa também pode ocorrer sem realização morfológica. O fenômeno tem sido classificado como “ocorrência de objeto nulo não referencial” e vários autores defendem que tal fenômeno seja consequência do apagamento das formas

<sup>30</sup> Bagno, (2011, p. 766); dado renumerado e extraído de “Às favas com os escrúpulos” ([Juca de Oliveira] <[www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq24042000908.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq24042000908.htm)>).

<sup>31</sup> Figueiredo & Oliveira (2013, p. 149); dado renumerado.

<sup>32</sup> Oliveira, Campos & Fernandes (2011, p. 137); dado renumerado.



acusativas “o(s)/a(s)” (p.e. OLIVEIRA: 1989; NUNES: 1998; MIGUEL: 2008; SANTOS: 2008; PARCERO, s.d.).

(10) PLB:

pede descansar neles, o descanso... já aquilo era matar Ø [AL BAGH4]

(PE: pede-lhes para descansar e o descanso... já aquilo era [motivo para] matá-lo)

Figueiredo & Oliveira (2013, p. 151) discordam da proposta de apagamento dessas formas clíticas, uma vez que o PLB apresenta evidências da não instanciação das formas “o(s)/a(s)” do PE. Estes autores defendem, portanto, que não se estará perante situações de apagamento, conforme vem sendo apontado, mas sim de não aquisição de material morfológico da língua alvo, neste caso do PE.

Ao contrário do que acontece no PE, registra-se ainda, no PLB, tendência para se homogeneizar tanto o padrão dos clíticos anafóricos (pronomes reflexivos – exemplo 11) quanto o das anáforas (pronomes recíprocos – exemplo 12), recorrendo-se à forma *default* “se”, tendencialmente proclítica:

(11) PLB:<sup>33</sup>

Agarra o outro depois vamos se esconder [MARSAM1]

(PE: Agarra o outro, depois vamos esconder-nos)

(12) PLB:<sup>34</sup>

Se damo a mão [LUSAMH1]

(PE: damo-nos as mãos [uns aos outros])

---

<sup>33</sup> Figueiredo & Oliveira (2013, p. 161): dado reenumerado.

<sup>34</sup> Figueiredo & Oliveira (2013, p. 166): dado reenumerado.

No PLB, estes padrões refletem, uma vez mais, os sistemas do quimbundo (FIGUEIREDO & OLIVEIRA: 2013, p. 164). Veja que os mesmos padrões ocorrem também no PB:

(13) PB:<sup>35</sup>

S'embora, pessoal

(PB: vamos embora pessoal)

(PE: vamo-nos embora, pessoal)

Após a apresentação de paralelismos sintático-estruturais dos sistemas de pronominalização do PLB com os do PJ e do PB, listaremos, de seguida, mais algumas aproximações entre estas línguas, dirigindo a nossa atenção, sobretudo, para aspectos morfossintáticos e lexicais. Tal como procedemos em relação aos exemplos até aqui apresentados, deixamos de lado possíveis análises dos fenômenos, pois estariam fora do âmbito deste trabalho.

#### 4.2.2. *Concordância variável*

Em estudo que observa quantitativamente a concordância plural variável no sintagma nominal (doravante SN) do português reestruturado de Almozarife, São Tomé (doravante PALM),<sup>36</sup> em que, ao contrário do que sucede no PE, a tendência é para se inserir a marca de plural apenas no elemento pré-nominal, mantendo-se os restantes elementos do SN inalterados, Figueiredo (2008; 2010a; 2010b) compara este perfil de marcação com outros idênticos registrados em variedades de português africano e brasileiro, fornecendo vários exemplos para esse efeito, dos quais aqui se transcrevem apenas

<sup>35</sup> Figueiredo & Oliveira (2013, p. 164), apud Castilho (2012, p. 480); dado renumerado.

<sup>36</sup> O PALM tem como substrato direto o crioulo santome e é falado por uma pequena comunidade de cerca de 150 indivíduos, descendentes de escravos transplantados do continente africano para a zona este da ilha de São Tomé a partir do século XVI (FIGUEIREDO: 2010, p. 85-87).

dois para ilustração (exemplo 17, para o PALM; exemplo 18 para o português do Município do Rio de Janeiro, Brasil (doravante PORT. MRJ)):

(17) PALM:<sup>37</sup>

já trabalhê **esses lugar** tudo[LUISH2]

(PE: já trabalhei nesses lugares todos)

(18) PORT.MRJ:<sup>38</sup>

**meus filho** casado

(PE: os meus filhos casados)

Para Figueiredo (2010b, p. 681), a concordância plural variável observada corrobora a questão do *continuum* afro-brasileiro de português e descarta a possibilidade de a variação resultar de processos internos à própria língua portuguesa, como a deriva românica (p.e. SCHERRE: 1988; NARO & SCHERRE: 1999, 2007a; 2007b). O PLB parece sustentar a questão apresentada por Figueiredo (2010b):

(19) PLB:

Aí tem **muitas pedra** [ALJERM1]

(PE: Aí há muitas pedras)

No PLB é igualmente comum a variação na concordância de gênero entre o núcleo e os outros elementos do SN (exemplo 20). Este tipo de fenômeno foi também analisado por Figueiredo (2009; 2010a) no PALM (exemplo 21), recorrendo a comparações com ocorrências idênti-

---

<sup>37</sup> Figueiredo (2010b, p. 61); dado renumerado.

<sup>38</sup> Figueiredo (2010b, p. 47), apud Scherre (1988: 356); dado renumerado.

cas em variedades de português de África e de variedades do PVB, como o português rural de Helvecia, Bahia (doravante HEL-BA):

(20) PLB:

Três filho. Doz lapaz **um lapariga** [VACHIH5]

(PE: Três filhos. Dois rapazes, uma rapariga)

(21) PALM:

faço **trabalhos caseira** até à tarde [CARMOM1]

(22) HEL-BA:<sup>39</sup>

ôpero **no perna** e tudo

A variação no PLB, que se demarca do PE mas estabelece paralelismos com variedades do PVB e, por vezes, com o próprio PB, pode ainda ser observada, por exemplo, na concordância entre sujeito e forma verbal (exemplos 23 e 24), em sentenças com possessivos sem co-ocorrência de artigo (exemplos 25 e 18, abaixo renumerado como 26 para melhor leitura), no uso das preposições (exemplos 27 e 28) ou ausência das mesmas (exemplos 29 e 30) e ainda nas construções com dupla negação, inexistente no PE (exemplos 31 e 32).

---

<sup>39</sup> Lucchesi (2000, p. 207); dado renumerado. Para Figueiredo (2010a), a variação nas construções que apelam ao valor referencial de sexo registradas pelos falantes das variedades de português faladas na África poderá ser lincada aos seus substratos diretos ou ancestrais (línguas do grupo nígero-congolês), uma vez que as distinções sexuais não se revelam importantes nestas línguas, conforme proposto por Welmers (1973: 159).

(23) PLB:

agora **nós todo** começou sair [VACHIH5]

(PE: Agora nós todos começámos a sair)

(24) HEL-BA:<sup>40</sup>

nós... nunca **xingô** nosso pai e mãe

(PE: nós... nunca xingámos o nosso pai e a mãe)

(25) PLB:

Encontro **minha** irmã já cozinhou. [JOARNH1]

(PE: Quando chego [a casa], a minha irmã já cozinhou [o jantar])

(26) PORT.MRJ:<sup>41</sup>

**meus** filho casado

(PE: os meus filhos casados”

(27) PLB:

meu pai vai **no** trabalho [VACHIH5]

(o meu pai vai para o trabalho - PE”

(28) PB:<sup>42</sup>

Cheguei **no** rio

(PE: Cheguei ao rio

---

<sup>40</sup> Lucchesi (2000, p. 261); dado renumerado.

<sup>41</sup> Scherre (1988, p. 356); dado renumerado.

<sup>42</sup> Bagno (2011, p. 854); dado renumerado.

(29) PLB:

se quando você quere começa [Ø] moir e mete no sacco

[VACHIH5]

(PE: quando você quiser, começa a moer e mete nos sacos)

(30) PB:<sup>43</sup>

mas nós nunca liguemo [Ø] festa não

(PE: mas nós nunca ligamos à festa)

(31) PLB:

Não, **num** conhêço **não**. [JOMAJH1]

(32) PB:<sup>44</sup>

O Ferreira **não** sai de casa quando está chovendo não.

Como se verifica, as particularidades morfossintáticas apontadas abrem campo para o estudo de grande número de fenômenos numa perspectiva comparada (e não só), a partir de realizações linguísticas do PLB. Seguidamente lista-se o uso de alguns verbos nesta variedade de português da África atlântica que estabelecem paralelismo com realizações no Brasil, mas que se demarcam do que acontece no PE.

#### 4.2.3. *Uso de determinados verbos*

No PLB, o verbo “ter”, cuja etimologia tēnēre radica no latim e “tinha um sentido próximo ao de segurar, manter, sendo, portanto, um verbo agetivo” (VIOTTI: 2003, p. 222), adquiriu, diacronicamente, outros sentidos,

<sup>43</sup> Figueiredo, 2010a, ex. 127), apud Lucchesi (2000, p. 98); dado renumerado.

<sup>44</sup> Perini (2007, p. 129); dado renumerado.

que são transmitidos a partir da composição que o verbo estabelece com os outros elementos oracionais. Desta forma, as distintas interpretações são adquiridas de acordo com o arcabouço sintático em que o verbo é inserido.<sup>45</sup>

(33) PLB:

**Tem** um que se lava. [ALJERM1]

“PE: Há um que se lava.”

A partilha de formas únicas é ainda extensiva a outros verbos do PLB, que apresentam semânticas distintas das do PE. Contudo, essas realizações acompanham a semântica que se verifica no Brasil, como sucede, por exemplo, com os pares de verbos do PE “assistir”/“ver” e “falar”/“dizer”:<sup>46</sup>

(34) PLB: Sim, vou **assistir** televisão. [JOMAJH1]

(PE: Sim, vou ver televisão.)

(35) PLB: faz o que o pai **fala** [AGOSOH3]

(PE: faz o que o pai diz)

#### 4.2.4. *Questões em torno do uso lexical*

A questão do léxico merece ainda uma consideração final e que tem a ver com os vocábulos de origem africana na constituição do PB. No final do século XVII, o padre Dias (1697) procedeu a um levantamento de palavras africanas nesta língua, apontando os vocábulos do quimbundo como sendo os de maior frequência. Esta particularidade deu pistas para se perceber que esta “... era a língua africana de referência para uma extensão geográfica que

---

<sup>45</sup> No quimbundo, língua de substrato do PLB, a posse e a existência são também expressas por um único verbo, no caso concreto o verbo “-kala” (literalmente “estar”).

<sup>46</sup> No quimbundo: “-mona” (“assistir”/“ver”); “-zuela” (“falar”/“dizer”).

ia muito além da Bahia” (BONVINI: 2008a, p. 36-37), o que levou o padre Dias a sugerir a publicação de dois dicionários com fins didáticos no Brasil (“português/quimbundo” e “quimbundo/português”), uma pretensão que, contudo, não viria a ser concretizada.

O aprisionamento de escravizados no Reino do Congo se iniciou logo que os portugueses aportaram em Angola. Os aprisionamentos e suas rotas encontram-se relativamente bem documentados em escritos do período colonial. No entanto, o controle dos portugueses na área do Ndongo foi praticamente insignificante até o século XVIII, limitando-se a um corredor de cerca de 240 km, até a margem norte do baixo Kwanza, área da Ilamba (Kambambe). Nesta mesma margem, para lá da Ilamba, por onde se estendiam as vastas terras do Ndongo e da Matamba, bem como na cintura entre a margem esquerda do Kwanza e a linha que vai do planalto central angolano até Benguela Nova (litoral), onde se encaixam a Kissama e o Libolo, tudo era território absoluto dos jagas ambundo, que haviam estabelecido alianças com os holandeses, em meados do século XVII, e por onde estes se movimentavam relativamente à vontade nessa época. Logo, são escassos os documentos oficiais portugueses que atestam o aprisionamento de escravizados nestas áreas, pelo menos com a mesma precisão do que acontecera no Congo.

Relativamente bem documentado está também o embarque de escravizados no porto de Benguela Nova, controlado pelos portugueses. Mas se tivermos em conta que no Reino do Congo habitavam os falantes do quicongo e que Benguela Nova era área dos ovimbundo falantes do umbundo, como se justifica a presença de tão elevado volume de léxico quimbundo no português falado no Brasil, proveniente das zonas onde o controle e presença dos portugueses era praticamente insignificante? O fato de em Luanda se falar quimbundo não justifica esta questão, uma vez que o aprisionamento de escravizados dessa zona era nulo e a exportação de africanos por esse porto decresceu de forma significativa no século XVIII. Pelo contrário, o massivo resgate clandestino de escravizados efetuado na área Kambambe/Kissama/Libolo, quer por comerciantes de São Tomé e do Brasil quer por corsários



holandeses (e também ingleses e franceses), será, com certeza, uma pista bem mais consistente para se encontrar a resposta para a pergunta que colocamos. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, é comum encontrar-se o topônimo “Cambambé”<sup>47</sup> (estrada do Cambambé, brejo do Cambambé, rio Cambambé). Esta região foi local de intensa pirataria de corsários holandeses, franceses e ingleses, antes de os colonizadores portugueses terem povoado o recôncavo fluminense e ali terem instalado engenhos de açúcar. O mesmo topônimo (Cambambe) é também encontrado na Venezuela, batizando um casario que remonta ao período colonial e pertence ao Município Simón Bolívar, Estado de Miranda, localizado na zona costeira caribenha e de intensa atividade corsária holandesa no passado.

## 5. Conclusões

Neste trabalho, evidenciaram-se aproximações sociolinguísticas e histórico-culturais entre o Município do Libolo, Angola, e o Brasil. O Libolo é uma área banto em que substancial parte dos habitantes é falante do português L2, tendo como substrato direto o quimbundo, variedade libolo ou ngoya. Em alguns casos, os falantes são monolíngues em português que apresenta traços lincados ao substrato e “cristalizados” por transmissão geracional. Para a preservação destes traços linguísticos e das tradições socioculturais milenares no município, muito terão contribuído quer o modo como a colonização da região decorreu, efetuada apenas no século XX, por um lado, quer a Guerra Pós-colonial em que o país mergulhou depois da sua independência, e que colocou o município em isolamento extremo durante um período de quase trinta anos, por outro lado.

A ligação histórico-linguística entre Angola e o Brasil remonta ao período em que se iniciou o envio de escravizados africanos para o Brasil (século

---

<sup>47</sup> Em Angola, o topônimo quimbundo “Kambambe” foi aportuguesado para “Cambambe”, sendo assim grafado na documentação portuguesa. Note-se que a grafia do toponónimo em português se desvia da pronúncia do termo em quimbundo, já que nesta língua não ocorrem vogais altas.

XV), muitos deles capturados e aprisionados clandestinamente durante mais de três séculos na área Kambambe/Kissama/Libolo. Este aspecto determinou que traços linguísticos e tradições socioculturais desta região tenham “viajado para terras de Vera Cruz” – e América Caraíba –, continuando aí a marcar presença, sobretudo na fala e nos hábitos do dia a dia de milhões de brasileiros. Nos aspectos socioculturais, essas manifestações observam-se em celebrações religiosas e festivas, na partilha de gostos musicais ou na forma como determinadas comunidades de ambos os países se estruturam. Linguisticamente, para além de topônimos e determinados usos lexicais, também se registram paralelismos de ordem sintático-estrutural entre o PLB, variedades do PVB e, em determinados casos, o próprio PB, como exemplificado neste trabalho. Ao aproximarmos o PLB das variedades brasileiras pretendemos também apresentar evidências que permitem ratificar as propostas de Petter (2007; 2008; 2009a; 2015) e de Figueiredo (2010a; 2010b) no que concerne a um *continuum* de português constituído por variedades africanas e brasileiras. Desta forma, conclui-se que o Libolo se revela como um “rico laboratório” para contribuir valiosamente não só para um melhor entendimento dos fenómenos de aquisição e transmissão linguística geracional mas também para dar importante contributo aos estudos sobre questões várias relacionadas com vertentes histórico-culturais e sociolinguísticas quer do próprio município quer de Angola quer ainda do Brasil, enquanto regiões secularmente conectadas.

### Abreviaturas

HEL-BA – português rural de Helvécia, BA (Brasil);

PA – português de Angola;

PALM – português de Almojarife (São Tomé e Príncipe);

PB – português brasileiro (modalidade padrão);

PE – português europeu;

PJ – português de Jurussaca, PA (Brasil);

PLB – português do Libolo, Angola;

PORT.MRJ – português do Município do Rio de Janeiro.



# CABO VERDE

VOCÊ: CABO VERDE  
(com licença de Jorge Barbosa)

Eu gosto de você, Cabo Verde,/ porque você é parecido com a minha terra./ [...] E o seu povo se parece com o meu/na raça e no sofrimento, às vezes no desalento./ E gosto de suas coladeiras e mornas,/ como do nosso samba e do nosso choro./[...] Eu queria ver de perto as coisas/ espantosas que todos me contam/ de Você: de sentir morabeza, de comer cachupa e cantar uma morna ... [...]

Simone Caputo – Gomes (2008: 23)



# Estudos sobre o português falado em Cabo Verde: o "estado da arte"

*Francisco João Lopes<sup>1</sup>*

*Márcia S. Duarte de Oliveira*

## 1. Introdução

O escritor brasileiro Jorge Amado certa vez afirmou que a “vida em Cabo Verde decorre em crioulo” – Veiga (1999a, p. 16). Tal afirmação se constata facilmente por qualquer pessoa que pisa em solo caboverdiano ou que convive com a realidade linguística de Cabo Verde. A língua caboverdeana – ou o crioulo falado em Cabo Verde (CCV) – é a língua do cotidiano das ilhas da ex-colônia portuguesa, localizada no coração do Atlântico, na Costa Ocidental da África. Sem desmerecer a importância do CCV para o falante caboverdiano e sem ignorar a “força” que essa língua atesta ao longo dos seus cerca de quinhentos anos de existência e ‘luta por sobrevivência’, cabe observar que a situação sociocomunicativa dos caboverdianos não é monolítica, como parece indicar as palavras de Jorge Amado (citadas acima).

A situação sociolinguística de Cabo Verde é a de diglossia, ou seja, em Cabo Verde se dá um bilinguismo disfuncional em que as duas línguas (o CCV e o português falado em Cabo Verde (PCV)) ocupam esferas sociocomunicativas bem demarcadas e que já são parte do inconsciente/consciente coletivo do povo caboverdiano. Resumidamente, pode-se afirmar que o PCV é a língua da formalidade e o CCV a língua da informalidade, ou seja, “a língua do coração” – ver F. Lopes (2011). Tendo consciência desse fato, no

---

<sup>1</sup> Respectivamente: Universidade de Cabo Verde/Instituto Camões/Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental; Universidade de São Paulo/CNPq.

presente trabalho, assumimos que a ‘vida em Cabo Verde também decorre em português’.

Assim, tomando como enfoque os estudos sobre o PCV, a língua segunda (L2) dos caboverdianos, este trabalho está organizado em quatro seções além desta introdutória. Na seção 2, iniciamos com uma breve revisão do sócio-histórico e do ambiente sociocomunicativo de Cabo Verde. Nas seções 3 e 4, apresentamos resumos de estudos sobre o PCV. No entanto, na seção 4, objetivamos levar o leitor a perceber que essa variedade de português falada na África já é objeto de estudos linguísticos tal como o crioulo de Cabo Verde, o CCV. Na seção 5, dedicamo-nos às considerações finais.

## **2. Cabo Verde**

Nesta seção, apresentamos uma breve revisão do sócio-histórico de Cabo Verde e de sua situação sociolinguística.

### *2.1. O Sócio-histórico de Cabo Verde e sua Localização Geográfica*

Cabo Verde é um país independente, situado no Oceano Atlântico, Costa Ocidental da África entre as latitudes 14° 23’ e 17° 12’ norte e as longitudes 22° 40’ e 25° 22’ oeste, a cerca de 450 km da cidade de Dakar, Senegal. Até a chegada dos portugueses em 1460, as ilhas eram inóspitas e inabitadas. O descobrimento das ilhas se deu como resultado direto das expansões marítimas de Portugal no Século XV. Desde suas descobertas até 1975 (ano da independência), essas ilhas foram colônia portuguesa, tendo desempenhado papel importantíssimo na rota do comércio triangular de escravos – ver Amaral (1991, p. 1-23). A população atual do país é de cerca de meio milhão de habitantes, sendo 51.6% mulheres e 60% com idade inferior a 25 anos de idade – ver Ministério das Finanças e Administração Pública (2008).

A República de Cabo Verde é um arquipélago formado por 10 ilhas e alguns ilhéus, sendo que 9 dessas ilhas são habitadas – ver, entre outros, F. Lopes (2012b, p. 8-9). O país está organizado geograficamente e politicamente em dois grupos que recebem nomes de terminologia náutica: (1) grupo

das ilhas de Barlavento, as ilhas do Norte (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista); (2) grupo das ilhas de Sotavento, as ilhas do Sul (Maio, Santiago, Fogo e Brava). Esses dois grupos de ilhas, além de representarem áreas geográficas bem demarcadas, representam ainda dois macro grupos dialetais da língua materna dos caboverdianos, o crioulo de Cabo Verde (CCV) – cada ilha possui o seu próprio dialeto (somando assim 9 variedades dialetais). Os dialetos que compõem os macro dialetos (Barlavento e Sotavento) possuem características idiossincráticas que distinguem um grupo do outro. Assim um dialeto de Sotavento é mais próximo de outro dialeto de Sotavento do que um de Barlavento e vice-versa. Mas a realidade linguística de Cabo Verde vai além de sua diversidade dialetal, como se vê a seguir.

## 2.2. *A Situação Sociocomunicativa*

O ambiente sociocomunicativo de Cabo Verde é composto de duas línguas que estão em situação de contato há muitos anos:

- (i) a língua portuguesa, denominada neste trabalho de “o Português Falado em Cabo Verde” – PCV. É a única língua oficial do país e é a língua do ensino, da comunicação escrita, da administração e de comunicação com o exterior;
- (ii) a língua caboverdiana, CCV. É a língua materna de todo caboverdeano, mas é uma língua não oficial e excluída, portanto, do ensino formal – ver A. Lopes (2011, p. 1).

Quanto à língua portuguesa, ela foi implantada em solo caboverdeano em 1462, ano que se iniciou o povoamento das ilhas. As ilhas foram descobertas em 1460 e o povoamento é considerado como “povoamento de imediato”, pois, em 1462, já existiam portugueses povoando a ilha de Santiago (como se atesta pela Carta Régia sob a Chancelaria de Don Afonso V) – ver Baleno (1991, p. 27). Segundo Baleno (1991, p. 148-149), os primeiros habitan-



tes de Cabo Verde foram portugueses, provavelmente do Norte de Portugal, que foram aliciados com incentivos comerciais da Coroa para negociações com ‘os vizinhos das ilhas’, isto é, a chamada costa da Guiné. No tocante ao CCV, os fatos apontam que esta língua, que é considerada um dos crioulos mais estáveis do mundo, tenha surgido no primeiro século após o início do povoamento de Cabo Verde (século XVI, portanto) – ver Veiga (2013).

Apesar da coexistência dessas duas línguas no arquipélago por cerca de 500 anos, suas funções sociais não se dão de forma equiparada, mesmo depois de 40 anos de emancipação de Cabo Verde como nação independente. Veiga (2009) observa que:

A relação entre a Lp e o Ccv, não sendo totalmente harmoniosa, foi no entanto pacífica, do século XV ao século XIX, altura em que o sistema do ensino formal, ministrado exclusivamente em português, conferiu, por um lado, um grande prestígio à língua portuguesa e, por outro lado, passou não só a marginalizar, como também a menosprezar a língua crioula. (VEIGA, 2009).

Antes do século XIX, a importância do CCV era tanta que um escritor anônimo relatou, em 1784, que “... até mesmo os brancos são pouco civilizados, de sorte que raros (são) os que sabem falar a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo de falar da terra, que é uma corruptela tão rústica que não se pode escrever.” – Carreira (1985: p, 27). Com o alargamento do ensino formal, mais especificamente com a construção do Seminário-Liceu de São Nicolau, em 1867, vão surgir:

[...] por um lado, os principais entraves ao desenvolvimento do Ccv e, por outro lado, [...] as condições estruturais e institucionais para a afirmação e o desenvolvimento da Lp. A partir de então, o desenvolvimento das duas línguas passou a processar-se num contexto de contradições e de competição desigual, no âmbito político, cultural e linguístico. (VEIGA: 2009)

O fator primordial para o entrave ao desenvolvimento do CCV está baseado no discurso colonial que via o mesmo como “um atentado à ideia unitária do Império português” – Veiga (2009, sem paginação). Esse fato é comprovado através da fala de um congressista que, no Congresso de Antropologia Colonial (1934), ao referir-se à situação linguística preocupante da então Colônia (Cabo Verde) fez o seguinte comentário:

[...] até os filhos de Portugal animam este uso aprendendo o crioulo logo que chegam da Europa, usando-o no trato doméstico e educando os seus filhos a falarem quase com a exclusão do português [...] o crioulo [...] não favorece a ideia unitária do Império. (FERREIRA: 1973, p.130-131)

Segundo Veiga (2013, p. 30), várias são as vozes que surgiram ao longo da história, condenando o crioulo com dizeres tais como:

[...] a língua que usam é um ridículo crioulo;

[...] idioma o mais perverso, corrupto e imperfeito, sem gramática e que não se pode escrever;

[...] gíria ridícula, composto monstruoso de antigo português e das línguas da Guiné que aquele povo (o caboverdiano) tanto preza e mesmo os brancos se comprazem a imitar.

Esse “olhar crítico e depreciativo” do CCV perpassou o período pós-independência e prevalece até os dias atuais, propiciando o surgimento da situação sociolinguística conhecida como diglossia – ver: Ferguson (1959). Assim, as duas línguas (o CCV e o PCV) desempenham papéis distintos e demarcados na sociedade caboverdiana, não sendo ‘permitido’ socialmente que uma ocupe o lugar reservado à outra. A título de exemplo de como é tão demarcada a função de cada língua em um contexto de diglossia, como o que se dá em Cabo Verde, pode-se citar um acontecimento recente. Em 24 de

novembro de 2011, ocorreu um fato que se esperaria ser motivo de orgulho para todo falante que tem o CCV como a sua língua materna:

O primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, fez história ao discursar, neste sábado, em crioulo cabo-verdiano perante a 66ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde estão reunidos chefes de Estado e de governo do mundo. (EXPRESSO DAS ILHAS: 2011)

No entanto, ao lermos os comentários sobre a reportagem que relatou o discurso do Primeiro Ministro em CCV, percebe-se a “relação” que os caboverdianos têm com sua língua. Atente o leitor para a fala de um dos comentaristas que se identifica com o pseudônimo ‘Diplomata’:

[...] nos Serviços de Tradução e Interpretação da ONU não fizeram a tradução do palhaço JMN do dialecto Crioulo para a Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa, Francesa, Russo, Árabe, etc.. Não, houve Tradução e Interpretação da ONU! Do dialecto crioulo para as línguas universais Portuguesa, Espanhola, Inglesa, Francesa, Russo, Árabe, etc! A ONU não tem serviço de tradução do dialecto crioulo para línguas Universais e Civilizadas! O crioulo é um mero dialecto falado de forma diferente em 10 regiões [...] O dialecto crioulo não é uma língua universal como o Português, Francês, Russo, Árabe! (EXPRESSO DAS ILHAS: 2011)

Por mais incrível que possa parecer, tanto o comentarista ‘Diplomata’ quanto todos os demais comentaristas falam o CCV como língua materna. Percebe-se, assim, em outro trecho da fala do ‘Diplomata’ o principal motivo por trás de tanta revolta:

Eu, que sou de Mindelo não aceito e não entendo-compreendo o discurso do JMN feito em crioulo de Pedra Barro como sendo a mi-

nha língua crioula de São Vicente! Porque, eu o Diplomata falo um crioulo evoluído e cosmopolita que é o crioulo de São Vicente. (EX-PRESSO DAS ILHAS: 2011)

A questão da variação dialetal, realidade comum a todas as línguas, é tomada pelos caboverdianos como o principal impasse para a oficialização do CCV. A ‘variedade de língua’ que cada caboverdiano fala é tão importante para ele que qualquer ameaça de perdê-la, como na eventualidade da oficialização de uma das variedades como norma padrão, o leva a se contentar com o fato de que o CCV deva ser mantido fora do mundo da oficialidade.

Atente ainda para as palavras de Fonseca Soares (um radialista caboverdiano com muitos anos de experiência na área da comunicação social em Cabo Verde) em resposta a uma pergunta colocada por uma interlocutora: “Eu pensava que as pessoas falassem português porque lhe atribuem mais valor ou isto é uma situação do passado?” – Ramos (2008, p. 113). Segue-se a resposta do radialista:

O crioulo é uma língua, o problema é que ele nunca foi estudado. Nós utilizamos o crioulo só oralmente. Isto é, está claro, um “handicap”, porque a língua não está organizada e não tem regras. É esse o problema com o crioulo.

(RAMOS: 2008, p. 113-114)

Tal como observado por Duarte (2003), a questão vai além da função sociocomunicativa do CCV quando o assunto é a cooficialização dessa língua ao lado do PCV.

[...] todos os cabo-verdianos, por mais acérrimos defensores do português que possam ser, reafirmam o seu apego ao crioulo, e até se confessam orgulhosos da sua língua materna. Mas, para alguns esse orgulho prevalece enquanto o crioulo se mantém reduzido à sua

condição de língua de casa ou língua da poesia popular. (DUARTE: 2003, p.27)

Assim, tanto o próprio falante caboverdiano quanto o observador da realidade caboverdiana têm consciência do alto valor identitário atribuído ao CCV. Cabe-nos, então, reproduzir a afirmação de Jorge Amado, usada para introduzir este trabalho, de que, “... em Cabo Verde, a vida decorre em crioulo”. Tal afirmação é amplamente citada por autores e por pesquisadores caboverdeanos como demonstração da força do CCV; há uma forte corrente em defesa da oficialização dessa língua falada por cerca de 500 anos no país – ver, entre outros, Veiga (1999a, p. 15), Ramos (2008, p. 55), Centeio (2013) e Cardoso (2013).

Como se pode observar, o discurso acerca da situação linguística caboverdiana é composto por dois grupos distintos e com percepções diferentes da realidade sociolinguística de Cabo Verde:

- (i) o primeiro grupo é o representado por caboverdianos como o ‘Diplomata’, que por mais absurdo que possa parecer, representa o pensamento da grande maioria dos caboverdianos residentes em Cabo Verde. Este grupo inclui pessoas com alto nível de escolarização, mas sem conhecimento algum de questões linguísticas. Para esse grupo, a oficialização do CCV não é necessária;
- (ii) o segundo grupo é formado, basicamente, por especialistas das áreas da: Linguística, Antropologia e Sociologia. A esse grupo, que defende e promove a oficialização do CCV, integram-se ainda ‘nacionalistas’ e um bom número de caboverdianos da diáspora.

No entanto, as questões linguísticas de Cabo Verde perpassam os conflitos locais, políticos e sociais do país e suscitam outros questionamentos. Um deles seria a pergunta que vem sendo feita por especialistas: “qual seria o melhor termo para descrever a situação sociolinguística do país: diglossia ou bilinguismo?”.

A. Lopes (2011, p.1) entende que a situação dominante em Cabo Verde é a de bilinguismo, mas isso não é consensual entre os pesquisadores. Há aqueles que identificam a realidade sociolinguística de Cabo Verde como uma situação de diglossia – ver, entre outros, Duarte (1977), F. Lopes (2011), Veiga (2004, 2009a). Neste trabalho, o termo diglossia é usado como descritivo da realidade caboverdiana (embora percebamos que a questão da diglossia não seja a situação ideal para se enfatizar “política linguística” em Cabo Verde). Assim, para se abordar tais questões, ainda que superficialmente, pensamos ser importante apresentar uma breve revisão dos conceitos de diglossia e de bilinguismo.

Os termos diglossia e bilinguismo não se excluem mutuamente, pois a situação de diglossia pressupõe a existência do bilinguismo. Assim, uma pessoa envolvida em um contexto diglótico, é, por definição, um bilingue já que é alguém que fala “duas línguas” – ver Bueno (1968, p. 1018). Baseando-nos nos conceitos atuais de bilinguismo que são aceitos pela comunidade científica – como o conceito defendido por Harmers & Blanc (2000, p. 6-7) –, entendemos a sociedade caboverdeana como uma comunidade de fala com diversos níveis de bilinguismo. Cabo Verde é, por questões de ordem sociopolítica e não linguística, uma nação diglótica. No entanto, os caboverdianos são falantes bilingues: têm o CCV como sua língua materna e falam, com diferentes graus de proficiência, o PCV.

Em uma situação clássica de diglossia, como a descrita por Ferguson (1959, p. 325-334), o que se observa é que a língua/dialeto de “maior prestígio” é aquele(a) que recebe a atenção dos estudiosos da linguagem. Porém, em Cabo Verde, o PCV, apesar de ser a língua da formalidade e da ‘produção do saber’ do país, não tem sido o objeto de estudo de maior interesse das pesquisas linguísticas. O CCV, a língua da informalidade, é que tem sido o foco principal de estudos dos especialistas (caboverdianos e estrangeiros); mais precisamente a variante de Santiago. Até há pouco tempo, eram escassos os estudos sistemáticos sobre o PCV (embora esse fato já esteja sendo revertido). Atente o leitor para as palavras de A. Lopes (2011):

[...] desconhecemos estudos exaustivos, sistemáticos e metodologicamente fiáveis sobre o português falado em Cabo Verde (PCV, doravante); o mesmo se aplica aos contornos da própria situação de contacto, ou seja, ao grau de bilinguismo na comunidade, aos papéis desempenhados por cada uma das línguas nos seus diferentes usos ou ao valor simbólico das mesmas. (A. LOPES: 2011, p. 1)

Nas próximas seções, dedicamo-nos à apresentação do “estado da arte” dos estudos linguísticos sobre o PCV.

### **3. Breves Estudos sobre o PCV**

Nesta seção, apresentamos um resumo de estudos que abordam a temática: português falado em Cabo Verde – PCV.

#### *3.1. Figueiredo (2010, p. 45-49)*

Em sua tese de doutorado, Figueiredo (2010) centra-se no estudo da concordância plural variável no sintagma nominal, tendo como objeto principal de sua análise o português reestruturado da comunidade de Almoxarife, São Tomé – PA. Ao buscar delimitar o seu objeto de estudo, o PA, Figueiredo (2010) o enquadra, primeiramente, com outras variedades da língua portuguesa na África e no Brasil. O autor toma como referência, para fins de cotejo, variedades de português e argumenta em favor de línguas (ou grupos de línguas) como substrato dessas variedades:

- (i) a variedade do português brasileiro que, mais à frente na argumentação de Figueiredo (2010), será enfatizada como uma língua que tem como substrato línguas africanas;
- (ii) as variedades africanas de português com substrato de línguas do grupo Niger-Congo: português dos tongas, português vernacular de Angola (PA), português falado em Moçambique (PM);

- (iii) as variedades africanas de português com substrato crioulo: português caboverdiano, cujo substrato é o crioulo de Cabo Verde, e português de Almojarife (São Tomé), cujo substrato é o santomense.

Como se pode observar, Figueiredo (2010) classifica o PCV como uma variedade africana de português de substrato crioulo ao lado do PA. O autor apresenta um cotejo inicial entre essas duas variedades de português – Figueiredo (2010, p. 45-49).

Figueiredo (2010, p. 47) chama a atenção para as duas línguas nacionais caboverdianas:

Desde a sua formação até aos nossos dias, o CCV tem mantido um contacto quase exclusivo com a língua portuguesa. Privados das relações com as suas terras de origem, os africanos e seus descendentes acabaram por deixar de usar as suas L1's. Desta forma, em Cabo Verde existem apenas duas línguas nacionais: o CCV e o português, que ganhou o estatuto de língua oficial, embora se preveja para breve o estatuto de “língua de ensino e da administração” para o crioulo. Estigmatizado durante séculos, o CCV, apesar de ser a LI de todos os cabo-verdianos, não era estudado nas escolas nem usado em contextos oficiais.

De início, Figueiredo (op. cit.) apresenta fatos sobre o CCV; faz um cotejo entre as línguas crioulas CCV e santomense com base no fato dessas duas línguas atestarem, como substrato, línguas do grupo Níger-Congo. Assim, o autor explica o paralelismo formal que se observa nessas duas línguas crioulas no tocante à marcação de ‘número’ – no caso, à marcação do plural. No entender de Figueiredo (2010), tal paralelismo pode ser associado às línguas maternas faladas pelos ancestrais dos falantes de CCV e de santomense. O autor observa que, nessas duas línguas crioulas, a marcação do plural em sintagmas nominais (NPs) é inserida somente no elemento pré-nominal, dei-



xando os outros itens do NP sem nenhuma marcação. Assim, Figueiredo (op cit) aponta para o fato de que o mesmo fenômeno de marcação de ‘número’ no NP é atestado nas variedades de português: PCV, PA e PB, corroborando assim a hipótese da influência das línguas africanas nessas variedades, tal como apontado por Guy com relação ao PB (GUY: 1981, p. 301-302 apud Figueiredo: 2010).

Quanto à marcação de plural no PCV, Figueiredo (2010, p. 58) constatou possíveis ‘interferências’ da língua do substrato, mas essas interferências são condicionadas:

[...] por cinco variáveis linguísticas – saliência fônica, posição em relação ao núcleo, posição linear, categoria gramatical e animacidade – e duas variáveis extralinguísticas – escolaridade e idade de início de aquisição (age of onset) do português. (FIGUEIREDO: 2010, p. 58)

Cabe, porém, observar que os dados do PCV usados por Figueiredo (2010) são, quase em sua totalidade, retirados da pesquisa de Jon-And – ver Jon-And (2009, 2011) –, cujo estudo centra-se no PCV falado em Mindelo, ilha de São Vicente. Alguns outros poucos dados citados no trabalho de Figueiredo (2010) são de Cardoso (2005b) (dados tanto da ilha de Santiago quanto da ilha de São Vicente).

### 3.2. *Outros Estudos*

Outros estudos abordam o PCV em sua relação com o CCV:

- (1) Cardoso (2005a) – Na dissertação de mestrado intitulada “As interferências linguísticas do caboverdiano no processo de aprendizagem do português”, Cardoso (2005a) apresenta um estudo de caráter sócio-pedagógico que discute acerca dos principais problemas enfrentados por crianças caboverdeanas (cuja língua mater-

na é o CCV) no processo de aprendizagem da língua portuguesa como consequência direta da interferência da língua materna.

- (2) Cardoso (2005b) – “O papel da língua materna na aquisição de uma segunda língua: o caso da língua caboverdiana (breve abordagem gramatical)”. Nesse trabalho a autora (op. cit.) faz uma breve abordagem à gramática do CCV e às interferências mais comuns que ocorrem do contato entre essa língua e a língua portuguesa em Cabo Verde. Cardoso (2005b) realça a importância da língua materna na aquisição de uma segunda língua – Cardoso (2005a, p. 3).
- (3) Castello Branco (2010) – no trabalho intitulado “As línguas de Cabo Verde – o cabo-verdiano e o português: lugar onde joga o equívoco”, a autora (op cit) apresenta um estudo na perspectiva de análise do discurso, enfocando o CCV e o PCV como línguas que disputam por espaços de enunciação em um movimento de tensão em Cabo Verde.
- (4) Alexandre (2018) (em capítulo deste livro) – “Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: alguns aspetos morfossintáticos do contacto”. Nesse trabalho, Alexandre (op cit) aborda a questão da aquisição do Português como língua segunda (L2) em Cabo Verde, apresentando aspectos morfossintáticos que resultam do contato dessa língua (PCV) com o CCV.
- (5) Alexandre & Oliveira (2018) (em capítulo deste livro) – em “Cabo-verdiano e Português: cotejando estruturas focalizadas”, Alexandre & Oliveira (op cit) empreendem um estudo morfossintático em que cotejam estruturas clivadas encontradas no PCV. Estas estruturas divergem do português europeu (PE), mas são também atestadas no português vernacular brasileiro (PVB) e no caboverdiano (CCV).

Para uma lista de estudos sobre o PCV, consultar Alexandre (2014) –“Bibliografia sobre o Português de Cabo Verde”.

Na próxima seção, apresentamos estudos que centram suas descrições e análises no PCV.

#### **4. Ratificando o PCV como objeto de estudo**

Na seção (2), vimos que a língua portuguesa começou a ser falada em Cabo Verde desde os primórdios da formação do país e é a segunda língua dos caboverdianos.

F. Lopes (2011, p. 18) afirma que, no processo de oficialização da língua caboverdiana (CCV), deve-se lutar em favor da proposta do bilinguismo, pois “[...] a língua portuguesa não deve ser considerada uma ameaça [...]”. Assim, F. Lopes (op cit) partilha do mesmo sentimento que se atestava no grande herói da libertação nacional de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, Amílcar Cabral:

[...] muitos camaradas, com sentido oportunista, querem ir para frente com o crioulo. Nós vamos fazer isso, mas depois de estudarmos bem. Agora a nossa língua para escrever é o português. Por isso é que vale a pena falar-se aqui tanto o português como o crioulo [...] O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram. (CABRAL: 1976, p.59)

Depreendemos dos dizeres de Cabral (1976) que a língua portuguesa em Cabo Verde (e em Guiné-Bissau) deve ser usada como instrumento de ‘produção de saber’. No entanto, pensamos que a língua portuguesa falada em Cabo Verde não deve ser somente “[...] um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros [...] e exprimir as realidades da vida e do mundo” (CABRAL: 1976, p. 59). Esta língua deve ser tomada também como alvo dos estudos das ciências da linguagem. Trabalhos recentes vêm demonstrando que o PCV desempenha papel ativo em diversos setores do sociocomunicativo de Cabo Verde. Logo, cabe dizermos um pouco diferente das palavras de Jorge Amado, já mencionadas, e afirmarmos que “a vida em

Cabo Verde também decorre em português". Assim o fazemos pelos seguintes fatores:

- (i) toda a educação em Cabo Verde, desde o 1º ano até o ensino superior, se dá em língua portuguesa;
- (ii) a grande maioria da comunicação social no país ocorre em língua portuguesa;
- (iii) todos os documentos oficiais são escritos em português;
- (iv) no meio eclesiástico, usa-se bastante o português (em grande parte da liturgia que inclui as músicas);
- (v) a língua portuguesa é a principal língua de contato de Cabo Verde com o "mundo";
- (vi) todo caboverdiano, ainda que não versado nas "letras" (com fins de leitura e de escrita), tem uma compreensão mínima do PCV. Este fato nos permite classificar esse tipo de falante/ouvinte como um falante bilíngue (nos conceitos atuais do termo - ver seção (2.2)).

Nesta seção, apresentamos os trabalhos mais recentes, centrados em descrições e análises do PVC, e que ratificam a importância de estudos linguísticos dessa variedade de português.

#### 4.1. A. Lopes (2011)

A. Lopes (2011), em sua tese de doutorado intitulada "As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística", empreende um estudo de cunho descritivo sobre a situação sociolinguística de Cabo Verde, enfocando as duas línguas faladas no arquipélago: o PCV e o CCV. O estudo é feito considerando a situação de contato em que convivem as duas línguas. Os dados coletados são das nove ilhas habitadas, o que quer dizer que representa todo o país. No final de seu trabalho, A. Lopes (2011) faz uma análise exploratória

de alguns aspectos sintáticos a partir dos dados dos falantes com nível superior (que a autora denomina de ‘líderes’) com o intuito de colaborar para a definição daquilo que pode ser considerada a variedade padrão do PCV.

De início, A. Lopes (2011) afirma que, ao se empreender qualquer estudo sobre o PCV, o pesquisador depara-se com um problema inicial:

A ausência de um conhecimento consistente das variedades do PCV impede a identificação de uma variedade padrão, reconhecida como tal pela comunidade, o que dificulta, nomeadamente, a elaboração de uma política linguística adequada e a definição da norma culta. Assim, e de modo paradoxal, a variedade tomada como norma continua a ser a variedade padrão do português europeu, mau grado o facto de a insignificante presença de portugueses no arquipélago e a distância geográfica de Portugal, impedirem que esse modelo esteja disponível como input robusto para os cabo-verdianos. (A. LOPES: 2011, p.2)

A autora considera a condição sociolinguística caboverdiana como “uma situação de bilinguismo estável e antigo” – A. Lopes (2011, p. 25). A consideração da pesquisadora é feita com base nos conceitos atuais sobre o bilinguismo, enfocando os casos de bilinguismo da comunidade e bilinguismo individual.

Porém, ao falar do bilinguismo em Cabo Verde, A. Lopes (2011, p. 38-44) remete o leitor aos conceitos de diglossia, partindo, desde a sua concepção clássica em Ferguson (1959) até as revisões contemporâneas como:

- (i) Borstel (2003) que sugere que o conceito de Ferguson (1959) seja designado de diglossia interna (‘in-diglossia’), que é quando estão em causa duas variedades próximas, e de diglossia externa (‘out-diglossia’), que é quando se dá uma relação idêntica entre línguas sem parentesco próximo;

- (ii) Fasold (2004, p. 53) que por sua vez faz uma revisão de Borstel (2003). Fasold (2004) redefine o conceito de diglossia, considerando os extremos do contínuo formalidade/informalidade e não o conceito de duas variedades linguísticas.

Face a esses conceitos, A. Lopes (2011, p. 24) adota um conceito relativo de bilinguismo individual e o explica:

[...] como um fenómeno que depende do contexto e das condições em que se desenvolve e que deve ser analisado do ponto de vista dos indivíduos que se tornam bilingues. Por isso, considera-se como bilingues falantes com diferentes graus de proficiência e apresentando variedade de uso das duas línguas, e que, portanto, manifestam, na sua fala, fenómenos como a interferência e a alternância de línguas. (A. LOPES: 2011, p. 24)

Feitas as considerações teóricas, A. Lopes (op. cit.) empreende o seu estudo objetivando fazer 'uma radiografia sociolinguística' de Cabo Verde, que no seu entender visa a responder às seguintes questões:

[...] quem usa que língua, com quem, para falar sobre o quê, em que contextos, com que objectivos comunicativos, com que frequência e duração, e ainda quais as atitudes mentais relativamente ao prestígio e funcionalidade da LCV e da LP1 e os factores situacionais que intervêm na redefinição da escolha de cada uma das línguas pelos falantes inquiridos. (A. LOPES: 2011, p.101)

Desse modo, a autora (op cit) seleciona duas unidades de análise: (i) um recorte estatisticamente representativo da população jovem, composto de alunos do ensino secundário (9.º ao 12.º anos de escolaridade, com idades compreendidas entre os 13/14 e os 18/19 anos); (ii) um recorte qualitativamente representativo composto por falantes adultos, com idade superior a

28 anos, inseridos no mundo do trabalho e cujas atividades profissionais implicam em uso intenso da língua; este grupo subdivide-se em professores de português do ensino secundário e em intelectuais, artistas, políticos e profissionais liberais (tais como jornalistas, advogados e médicos). São denominado de ‘líderes’ pela autora – ver A. Lopes (2011, p. 63).

A coleta de dados é feita por meio de inquéritos, entrevistas e questionários com os dois grupos. Feita a análise e interpretação dos dados coletados, A. Lopes (2011, p. 128) aponta os seguintes resultados no que tange ao uso das duas línguas em Cabo Verde:

A LCV e não a LP dominam na interação, independentemente da região geográfica, já que é a LCV a língua preferencial dos inquiridos para falar com as pessoas da região de barlavento e com as da de sotavento. Segue-lhe, com distanciamento o uso das duas línguas, com valores quase iguais para barlavento e sotavento e, depois, a LP com valores irrelevantes. Identicamente, a LCV é a língua mais ouvida das pessoas de barlavento e de sotavento, ainda que seja de destacar o facto de que, no ouvir, o valor de ‘os dois’ é relativamente alto em ambas as regiões. (A. LOPES: 2011, p. 128)

A tese de A. Lopes (2011) insere-se no quadro da macro-sociolinguística, e como a própria autora reconhece, não era de se esperar um estudo de âmbito micro-linguístico. No entanto, considerando o fato de o material recolhido conter múltiplas referências dos inquiridos a questões linguísticas e de constituir em si mesmo um *corpus* bastante vasto, a autora sente-se levada a ‘trair’ parcialmente o perfil geral da sua investigação – ver A. Lopes (2011, p. 409). Assim, a pesquisadora faz um estudo complementar recorrendo à análise linguística do material recolhido, visando “[...] testar, apenas de forma exploratória, se o julgamento que os falantes fazem intuitivamente da sua fala encontra sustentação nos dados.” – A. Lopes (2011, p. 409). Cabe realçar que, para esse estudo complementar, os dados são somente do grupo dos líderes, ou seja, dos falantes instruídos. Assim, a autora (op. cit.) nos

adverte: “[...] os resultados do estudo linguístico exploratório apresentado no Capítulo 4 não podem ser generalizados para a sociedade cabo-verdiana em seu todo (até porque utilizam-se dados apenas de falantes instruídos).” – A. Lopes (2011, p. 494).

Para seu estudo complementar, a pesquisadora seleciona duas questões sintáticas: (i) a concordância morfossintática sujeito-verbo que é focada pelos inquiridos instruídos como apresentando variação no PCV; (ii) sujeito pronominal nulo vs. sujeito pronominal realizado, que segundo a autora não é referido pelos entrevistados por não ser socialmente estigmatizado. A. Lopes (2011, p. 411) explica a razão da escolha dessas duas questões:

A primeira questão pareceu ser bastante relevante, dado tratar-se de um domínio de variação em português, em geral, e que atinge percentagens elevadas em PB. Estabelecem-se, assim, comparações com o português europeu (PE), o qual é usado como variedade de referência (Mota, 2004: 127), remetendo-se por vezes também para o português do Brasil (PB). Tomar como objecto de descrição a segunda questão pretende testar se o PCV se aproxima mais do PE ou do PB; isto é, se constitui uma variedade de sujeito nulo ou se, como o PB, tende, em maior ou menor grau, para a perda desse parâmetro. (A. LOPES: 2011, p. 411)

Quanto aos resultados desse estudo complementar, A. Lopes (2011, p. 489-490) observou que:

- (i) são muito poucos os casos de não concordância, apontando para a tendência de observação de uma norma idêntica a do PE;
- (ii) há uma tendência “normativa” dos professores na escrita;
- (iii) há tendência para a realização do “sujeito” (SU), com aproximação com o que acontece no PB quer em relação aos pronomes realizados quer quanto aos fatores condicionantes;



- (iv) há aproximação do PVC ao PB também no que diz respeito aos fatores condicionantes da aplicação ou não da concordância.

#### 4.2. *Jon-And (2011)*

Em sua tese de doutorado, intitulada “Variação, contato e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde: a concordância variável de número em sintagmas nominais do português”, Jon-And (2011) empreende um estudo de caráter sociolinguístico variacionista enfocando duas variedades do português na África: o português de Moçambique (PM) e o Português falado em Cabo Verde (PCV).

Jon-And (2011) apresenta, inicialmente, um panorama dos estudos sobre a concordância variável de ‘número’ no Sintagma Nominal (SN) no português falado em diferentes países na África e no Brasil. A pesquisadora afirma que “as variedades de português” faladas na África foram até agora pouco estudadas e aponta principalmente para a falta de estudos quantitativos dessas variedades (Jon-And: 2011, p. 29). A pesquisadora apresenta os estudos feitos em cada país - Jon-And (2011, p. 29 - 31):

- (a) **Moçambique:** cita-se, em Moçambique, o estudo de Companhia (2001) sobre a concordância de número no SN na interlíngua de crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 17 anos, estudantes da 3ª classe, falantes de português L2 e falantes nativos de línguas *bantu* de Moçambique.
- (b) **Cabo Verde:** Jon-And (2011) afirma que não há nenhum estudo exaustivo do PCV e que os estudos linguísticos em Cabo Verde são geralmente voltados para o crioulo caboverdiano e não para o português que é falado como L2 nesse país. Cita, porém, um registro de português usado por caboverdeanos encontrado em um artigo de Ançã (2000) em que se relatam os resultados da aplicação de um questionário escrito que pretende diagnosticar

a competência linguística de estudantes universitários nas capitais de Cabo Verde e Angola.

- (c) **Angola:** Jon-And (2011) cita o do trabalho de Gärtner (1996) e também alguns estudos em que a concordância nominal no português de Angola (PA) é enfocada: (i) Inverno (2004) que faz comparações morfosintáticas entre o português vernacular brasileiro e o português vernacular angolano; (ii) Inverno (2005) que desenvolve uma discussão sobre a origem *bantu* ou não da concordância variável no PA, baseando-se em exemplos de um *corpus* gravado em Luanda. Segundo Jon-And (2011), Marques (1985) também discute a influência *bantu* na concordância variável no PA.
- (d) **São Tomé e Príncipe:** Jon-And (2011) cita Baxter (2004, 2009) que estuda a concordância de número no SN no português falado pelos tongas. A autora cita ainda Figueiredo (2008, 2010) que estuda também a concordância de número no SN no português falado pelos habitantes da baía de Almojarife no norte da ilha, onde se fala português e o crioulo forro, ou santomense.

Jon-And (2011) reporta ainda que, também em Portugal os estudos sobre concordância no português falado são poucos – o português de Portugal é referido como PE. A autora (op cit) cita Naro e Scherre (1999) que investigam quanto à concordância variável em Portugal. Esses autores apresentam alguns exemplos de perda de concordância de número no SN e alguns exemplos de perda de concordância verbal encontrados em gravações de PE moderno. Quando ao panorama geral dos estudos de concordância variável de número, Jon-And (2011) apresenta a razão de ter escolhido, para seu estudo, as variedades de Moçambique e de Cabo Verde:

Estuda-se a concordância variável de número nas variedades do português de duas localidades em África. Para cobrir duas situações linguísticas típicas e diferentes do português falado em África, foi escolhido um país no qual o português é tipicamente L2 para falantes

que têm uma língua bantu como L1, e um país no qual o português é tipicamente L2 para falantes que têm um crioulo de base lexical portuguesa como L1. (JON-AND: 2011, p. 55)

Na impossibilidade de tratar do português falado em Cabo Verde em sua totalidade, Jon-And escolhe o português falado na cidade de Mindelo, Ilha de São Vicente. A autora justifica ainda a escolha por uma variedade de português nessa área de fala crioula – a ilha de São Vicente:

- (i) Cabo Verde representa uma situação em que os falantes de português têm um crioulo de base lexical portuguesa como L1;
- (ii) Cabo Verde é um país onde a variedade do português praticamente não tem sido estudada. Em geral há poucos estudos que se dediquem às variedades do português dos países africanos em que se fala um crioulo de base lexical portuguesa; os estudos linguísticos mais comuns enfocam as línguas crioulas desses países;
- (iii) há apenas um estudo quantitativo de concordância variável de número numa variedade de português que coexiste com um crioulo de base lexical portuguesa: o estudo de Figueiredo (2008; 2011) centrado em falantes de português – em São Tomé – que têm o crioulo forro como L1;
- (iv) o crioulo forro, diferentemente do crioulo caboverdiano, tem substratos do grupo *bantu*;
- (v) o PCV é uma variedade africana de português que não tem qualquer influência de línguas *bantu*, o que faz com que seja interessante a comparação desta com outras variedades africanas e ainda com variedades do PB, nas quais há/houve a possibilidade de uma influência de línguas *bantu* – Jon-And (2011, p. 56).

Ainda sobre a escolha da cidade de Mindelo como objeto de estudo do português falado em Cabo Verde, a pesquisadora afirma que:

- (i) a variedade do crioulo falado no Mindelo (Barlavento) tem menos influência africana do que a variedade "sotavento", que é falada na cidade da Praia;
- (ii) a ilha de São Vicente não foi o primeiro lugar de estabelecimento dos colonos portugueses;
- (iii) a ilha foi descoberta em 1462 e permaneceu desabitada até o ano 1795. Nessa altura, o crioulo que já existia nas ilhas de Sotavento há 300 anos, foi levado para São Vicente;
- (iv) ocorreu alguma reestruturação do crioulo em termos de aproximação ao português, uma vez que a população da ilha era constituída por caboverdeanos, falantes nativos do crioulo e por portugueses de Portugal, dos Açores e de Madeira, que tiveram que aprender o crioulo como L2;
- (v) falantes de línguas africanas nunca estiveram presentes na ilha de São Vicente, e, portanto nunca influenciaram a variedade de português falada nessa ilha;
- (vi) o crioulo caboverdiano é a única língua que pode ter influenciado o português de forma considerável na ilha de São Vicente, o que facilita a análise da possível influência da L1 dos falantes de português – Jon-And (2011, p. 56-57).

Para a criação dos *corpora* de análise do PCV de Mindelo, a pesquisadora entrevistou 22 informantes da ilha e São Vicente. Segundo a autora, todos os informantes declararam não falar português com familiares ou com amigos que não sejam estrangeiros, e que, mesmo em situações de trabalho, apenas um informante indica que, às vezes, em reuniões, fala em português com colegas ou chefes caboverdianos, ao passo que os outros informantes só falam português no trabalho com os estrangeiros. Comparando-se com a situação de Moçambique, Jon-And (2011) atesta uma situação diferente: entre os 21 informantes escolhidos, basicamente com os mesmos critérios que os informantes de Cabo Verde, apenas três afirmam não ter nenhum familiar

ou amigo com quem a comunicação seja principalmente em português; todos dizem falar frequentemente português com outros moçambicanos em seu trabalho – Jon-And (2011, p. 58).

Quanto aos resultados obtidos, a autora chama a atenção para o fato de que:

[...] poucos cabo-verdianos falam português com outros cabo-verdianos, se não for com o professor na sala de aula ou em situações extremamente formais. Esta situação deixa pouco espaço para o desenvolvimento de uma variedade local de português, e muito espaço para grande variação individual. Por esta razão é complicado falar de uma ou mais variedades cabo-verdianas de português. Esta situação implica uma dificuldade em fazer generalizações a partir do material de Cabo Verde, uma dificuldade que deve ser considerada na discussão dos dados linguísticos referentes a Cabo Verde. (JON-AND: 2011, p. 59)

Quanto ao resultado das análises gerais e suas respectivas comparações com outras variedades do português, nomeadamente, o português brasileiro, no que diz respeito ao debate sobre a crioulização prévia e influências africanas no PB, a pesquisadora faz os seguintes comentários:

- (i) não foram encontradas evidências de influências de línguas africanas nas estruturas de marcação de plural que são comuns para as variedades brasileiras e africanas comparadas no seu estudo;
- (ii) a hipótese de uma influência de línguas *bantu* ou de outras línguas africanas na tendência no PB de marcar plural em elementos pré-nucleares ao núcleo em particular parece pouco provável;
- (iii) os resultados obtidos pela pesquisadora indicam que a concordância variável de número resulta em primeiro lugar do contato linguístico e não de processos internos da língua – Jon-And (2011, p. 149).

#### 4.3. Jorge, Oliveira & Lopes (manuscrito)

Jorge, Oliveira & Lopes (manuscrito) divulgaram parte de seus estudos sobre o PCV por meio do trabalho: "Estruturas relativas do português de Cabo Verde: revisitando complementizadores e relativos". Os autores revisitam o fenômeno comumente denominado na literatura de 'complementizador relativo' e o fazem a partir de Lopes (2012b, p. 82-85) que investiga relativas na língua caboverdiana - variedade falada na ilha de São Nicolau. A nomenclatura 'complementizador relativo' usada por Lopes (2012b) é baseada na proposta de De Vries (2002, p. 62) que divide os relativos em complementizadores e pronomes relativos. Seguindo a proposta de De Vries (2002), a hipótese de Lopes (2012b) é a de que, em virtude da ausência da preposição acompanhando pronomes relativos em dados do PCV - tratado pelo autor como PCV "acadêmico" -, o pronome relativo passaria a ter estatuto de complementizador. Veja um exemplo em:

(1) Temos a antropologia que o professor logo nos dê a orientação.

A partir do dado (1), tendo como ponto de partida os dados do CCV analisados por Lopes (2012b), Jorge, Oliveira & Lopes (manuscrito) apontam para a ambiguidade teórica a que a nomenclatura/categorização de De Vries (2002) acarreta. Os autores constroem sua argumentação centrada na análise do comportamento de categorias funcionais, em especial no que se refere ao C(omplementizador), e considerando a expressão de itens lexicais no que se refere a propriedades relativas a traços formais e a traços semânticos, com base na proposta minimalista de derivação por fases (Chomsky, 2008). Nessa abordagem, os 'complementizadores' são definidos como itens lexicais funcionais que têm, entre outras, a propriedade de 'ligar' orações - por serem 'conectivos' -, mas não licenciam relações de retomada entre um elemento pronominal e um dado NP. Assim sendo, o elemento 'que' que introduz a oração encaixada [que o professor logo nos dê a orientação] em (1) não é um 'complementizador relativo', mas sim um 'pronome relativo',

pois o mesmo mantém as propriedades que envolvem um pronome relativo: em se considerando relações internas à sentença, o elemento ‘que’ em (1) tem ‘exigências’ sintático-semânticas de ‘pronome’ – o que fica evidenciado relativamente à necessidade da presença de um NP (no caso, “antropologia”). Essa é uma restrição sintático-semântica que complementizadores não apresentam no que diz respeito ao conjunto de traços.

#### 4.4. *Campos & Lopes (2015)*

Campos & Lopes (2015) empreendem um estudo descritivo inicial da expressão pronominal do PCV em cotejo com o PB. Os autores partem do pressuposto de que a expressão da pronominalização é um dos itens mais marcantes das línguas, pois podem revelar, entre outros, aspectos pragmáticos ligados a traços culturais e sociais das comunidades. Numa proposta inicial, Campos e Lopes (2015):

- (i) lançam a hipótese de que a expressão pronominal do PCV, adquirido em contexto de L2, não seja completamente similar à situação de Portugal;
- (ii) suscitam, em primeiro lugar, as similaridades históricas que o português caboverdiano têm em relação ao brasileiro, como apresentar como substrato línguas do oeste africano;
- (iii) resguardam o fato de que a história dessas duas variedades de língua portuguesa tem fatores muito divergentes: a aquisição de português como L2 e os contextos de uso em Cabo Verde.

Campos & Lopes (2015) apontam, primeiramente, as diferenças na sintaxe pronominal entre o PE e o PB, visto que é diferente o estatuto atribuído por falantes brasileiros e portugueses a enunciados aparentemente idênticos. Entre algumas das diferenças, os autores indicam:

- (i) o licenciamento das formas pronominais tônicas 'a ele' no PE são construções com redobro obrigatório do clítico, ao contrário do PB.
- (1) a. Deilhe o livro a ela (PE/\*PB)  
b. Dei o livro a ela (PB / \*PE)
- (ii) o uso das formas pronominais tônicas no PE está condicionado a interpretações contrastivas ou enfáticas (conf. TORRES MORAIS & BERLINCK (2006, p. 9):
- (2) Enviei o livro a ele, não a seu irmão
- (iii) em PB, os clíticos de terceira pessoa na função acusativa (*o, a, os, as*) e dativa (*lhe, lhes*) são normalmente empregados na linguagem culta mais formal. Diversos estudos atestam que esses clíticos não fazem parte da gramática das crianças e são aprendidos em contextos de escolarização (conf. BERLINCK (2001a), FREIRE (2000), entre outros).

Após apontarem as diferenças entre o PB e PE, que são as duas variedades da língua portuguesa com mais estudos, Campos e Lopes (2015) empreendem cotejo entre o PB e o PCV. Em uma análise preliminar, os autores apontam o seguinte:

- (i) Quanto ao genitivo *seu* vs. *dele* - Parece que, em PCV, o genitivo é sempre 'o/a *seu(a)*', como no PE.
- (3) Ele foi matricular o seu filho, e ele disse: e os governantes, os representantes, e os escritores querem nos enganar, né.



- (ii) Ocorrência de pronome tônico como objeto direto (caso acusativo) como em PB:
- (4) Eu fechei a porta deixei eles todos lá fora naquele [quadro lá fora]
- (ii) Sobre o parâmetro não-pro drop, atestam-se muitas sentenças com preenchimento da posição de sujeito no PCV, como se observa em PB:
- (5) O problema que eu tenho com o português ou que eu tive durante o curso com o português, foi um problema que eu trouxe ... eu carreguei do 12º...

Ao final de seu estudo, Campos & Lopes (2015) propõem que as relações de contato linguístico e os fatores sociolinguísticos que ocorrem em Cabo Verde, como o bilinguismo e as situações de diglossia, são aspectos que marcam a sintaxe do PCV, aproximando-o, em alguns casos, do PB. Essa aproximação é entendida no contexto do PB como língua que tem a sua gênese fortemente marcada por situações de contato linguístico.

#### 4.5. *Lopes (manuscrito)*

Lopes (manuscrito) aborda o uso do morfema-Wh ‘onde’ como o relativizador preferido, tanto no Português Vernacular Brasileiro (PVB) quanto no Português Falado em Cabo Verde (PCV), em construções sintáticas em que, na norma culta da língua portuguesa, indica-se o uso do sintagma-Wh preposicionado ‘em que’ – cf. Bechara (2009, p. 363). Observe dados do PCV:

- (1) Esse curso passa-se somente na universidade pública, onde a universidade pública tem prova de acesso
- (2) No semestre passado tive uma cadeira onde o professor não deu 70% de aula

Em uma primeira análise dos dados acima, a tendência seria a de atribuir o uso de 'onde' à influência do CCV sobre o PCV. Observe que, em construções semelhantes às em (1)-(2), em CCV (variante de Santiago), usa-se, preferencialmente, o morfema undi 'onde':

- (3) Ten sô un stória undi nho Lobu ta pasa sábi  
 Ten sô un stória undi nho lobu ta pasa sábi  
 ter-PFT só DET estória onde Senhor lobo TMA passar- PFT bem  
 Existe somente uma história onde o senhor Lobo se dá bem.

No entanto, a análise de 'onde' em (1)-(2), centrada no substrato crioulo como em (3), precisaria ainda explicar essa mesma ocorrência atestada no PVB:

- (4) ...será difícil encontrar um povo onde a sogra não seja tema de diversidade...

Quanto ao PVB (ou português brasileiro como um todo), as mais recentes teorias acerca da mudança linguística não corroboram que esta língua tenha tido como substrato um crioulo estável que tenha ocorrido em todo o país – ver, entre outros, Luchesi, Baxter & Ribeiro (2009, p. 28, 29). No entanto, linguistas como Holm (2004) consideram o PVB como parte de um conjunto restrito de línguas do mundo chamadas de “reestruturadas” – em que as línguas crioulas se inserem. Tal conjunto de línguas é subdividido em: (a) parcialmente reestruturadas, que tem como exemplar o PVB; (b) completamente reestruturadas, que inclui as crioulas como CCV. Seguindo nessa direção, pesquisadores têm empreendido cotejo entre o PVB e outras línguas parcialmente reestruturadas a até mesmo com línguas completamente reestruturadas – ver Holm (2012); Oliveira & Holm (2011), entre outros.

No entanto, sem atentar para questões ligadas a hipóteses substratistas, Lopes (manuscrito) enfoca uma descrição do morfema-Wh 'onde' como relativizador em dados como os observados em (1) e (2) em PCV, considerando o

seu estatuto morfossintático e sua posição estrutural quanto a propriedades do sistema CP (sintagma complementizador).

#### 4.6. F. Lopes (2017)

Em F. Lopes (2017) – “Análise Morfossintática das Construções-Wh no Português Falado em Cabo Verde” –, atesta-se um estudo sistematizado das construções-Wh no português falado em Cabo Verde. Para a elaboração da pesquisa, F. Lopes (op. cit.) segue, como orientação metodológica, técnicas da linguística de *corpus*. Como modelo teórico, ancora-se na Teoria da Gramática na sua versão “Minimalismo”. Como o objetivo central do estudo de F. Lopes (2017) foi a análise morfossintática das construções-Wh no PCV e não havendo uma descrição prévia dessas construções que servisse de base para a análise pretendida, o autor procedeu a uma descrição dessas construções na língua. O trabalho de F. Lopes (2017) organiza-se em cinco capítulos além da introdução geral e da conclusão. Os capítulos em que são tratados os dados do *corpus* foram divididos em duas partes: em uma primeira é feita a descrição dos dados; em uma segunda parte, é feita a análise sintática dos dados descritos na primeira parte.

No Capítulo II, F. Lopes (2017: 36-76) apresenta o referencial teórico-metodológico, organizado em duas partes: (1a.) introduz o leitor às técnicas de pesquisa de campo (linguística de *corpus*) utilizadas para selecionar os auxiliares linguísticos (ALings) além de explicitar como procedeu para coletar, tratar e transcrever os dados a fim de criar *corpora* gerais e *corpus* específico sobre as construções-Wh em PCV; (2a.) apresenta os conceitos teóricos fundamentais para a análise sintática dos dados do *corpus* específico, centrada no Programa Minimalista da Teoria da Gramática.

Na parte metodológica, F. Lopes (2017: 36-60) faz a descrição de seu processo de pesquisa, desenvolvido ao longo de um período de cerca de quatro anos: (i) a primeira fase da “construção da metodologia” compreende o período que vai desde a elaboração do projeto de pesquisa até a primeira visita de trabalho de campo em 2013. (ii) A segunda fase ‘metodológica’

deu-se por meio da primeira coleta de dados em campo, direcionada a um grupo de ALings específico. Acerca dos dados a serem coletados, seu escopo foi delimitado durante a “fase preparatória” tendo por objetivo o enfoque de contextos de ‘Fala Espontânea’ de ALings selecionados, convivendo em ambiente acadêmico – considerado o *locus* de uso por excelência do PCV em Cabo Verde. (iii) A terceira fase da “construção da metodologia” de F. Lopes (2017) objetivou, preferencialmente, a coleta de dados de ‘Elicitação Formal’, solicitados a ALings que participaram da primeira coleta de dados (centrados em ‘Entrevistas’). Por meio de um ‘Questionário de Elicitação Formal’, o autor (op cit) buscou corroborar hipóteses formuladas durante o período em que a análise centrou-se em dados de “Fala Espontânea” (‘Entrevistas’). (iv) A quarta etapa metodológica do estudo de F. Lopes (2017) corresponde a um período aproximado de um ano (2014/2015) em que o pesquisador, em Cabo Verde (na Ilha de São Vicente), lecionou disciplinas de Linguística, Língua Portuguesa e Língua Caboverdiana em uma Universidade pública caboverdiana. Durante esse período, o pesquisador pôde coletar dados de ‘Fala Espontânea’ e de ‘Elicitação Formal’ concomitantemente.

No Capítulo III da tese de doutorado, F. Lopes (2017: 78-131) apresenta o contexto sociocomunicativo de Cabo Verde, normalmente caracterizado como uma área de diglossia em que se atesta um ‘bilinguismo disfuncional’. O pesquisador (op. cit.) observou que não há um consenso geral dos estudiosos quanto à real situação sociolinguística em Cabo Verde:

- (i) há um grupo que defende categoricamente que a situação é de pura diglossia;
- (ii) há um segundo grupo que defende que a situação atesta “bilinguismo hesitante”, mesclado com diglossia;
- (iii) há um terceiro grupo emergente sobre estudos do PCV em que Francisco Lopes, por meio de sua tese, se insere. Esse grupo propõe que a situação trata-se de bilinguismo disfuncional.

O pesquisador constatou que a tentativa para identificar uma possível ‘data’ para o surgimento de uma ‘variedade local’ da língua portuguesa não deve ser uma preocupação de pesquisa, haja vista a inexistência de estudos sobre essa variedade linguística até recentemente. No entanto, F. Lopes (2017: 89-92) tenta buscar ‘pistas’ linguísticas e históricas que apontem para a possível variedade local do PCV em formação no arquipélago.

F. Lopes (2017) advoga que o PCV, ainda que não seja a língua primeira dos caboverdianos, desempenha papel importante na vida do falante caboverdiano desde sua infância até a fase adulta. Assim, no terceiro capítulo da tese, F. Lopes (2017: 103-115) apresenta, ainda que de forma preliminar, cinco possíveis fases/etapas do contato e grau de exposição do falante caboverdeano com o PCV: (i) Fase Pré-escolar/Primeira infância; (ii) Fase do Ensino Básico; (iii) Fase do Ensino Médio; (iv) Fase do Ensino Superior; (v) Fase de continuidade/descontinuidade.

Ao final do terceiro capítulo da tese, F. Lopes (2017: 128-131) ratifica o PCV como objeto de estudo após ter demonstrado que “a vida em Cabo Verde também decorre em PCV”. Assim, para o autor, a língua portuguesa em Cabo Verde não deve ser utilizada somente como instrumento da educação formal, mas deve ser alvo de continuadas pesquisas.

F. Lopes (2017: 133-185), em seu capítulo IV, inicia o estudo das construções-Wh em PCV com a descrição e análise dos dados contendo construções relativas. A descrição dos pronomes-Wh em PCV é feita com base nos dados do *corpus* de ‘Fala Espontânea’, valendo-se de conceitos, descrições e análises sobre os pronomes-Wh apreendidos na literatura em Teoria da Gramática. A descrição inicia-se com o pronome relativo com maior número de ocorrências: o pronome “que” (considerado o pronome relativo *default* em PCV), e seguindo a ordem decrescente do número de ocorrências dos demais pronomes relativos atestados na língua. A descrição é feita levando em consideração aspectos sintáticos tais como:

- (i) o tipo de relativa introduzida pelo pronome relativo: restritiva ou apositiva;
- (ii) a função sintática que o pronome relativo desempenha dentro da oração encaixada relativa;
- (iii) a verificação, para cada pronome, das estratégias *Pied-piping* ou *P-chopping* – quando a posição relativizada corresponde a um PP (sintagma preposicional);
- (iv) a identificação da natureza do constituinte antecedente da oração relativa (implícito ou explícito) em cada pronome descrito.

Na segunda parte do Capítulo IV de sua tese, F. Lopes (2017: 166-182) apresenta a proposta de análise derivacional por ‘fases’ das relativas em PCV. Para a derivação das relativas em PCV, F. Lopes (op. cit) adotou a proposta de Kayne (1994), em que o CP (sintagma complementizador) relativo é selecionado como complemento de um DP (sintagma determinante) que está fora desse CP relativo. Pela análise derivacional por ‘fases’ corrobora-se, na pesquisa de F. Lopes (2017), que o relativizador *que* tem a mesma natureza que os demais pronomes relativos na língua, e que todos os pronomes relativos são copiados da posição relativizada para Spec CP (especificador de CP) para a verificação de traços Wh e traços Edge.

No Capítulo V, F. Lopes (2017: 187-228) apresenta o grupo dos pronomes interrogativos. À semelhança do que se fez no capítulo das relativas, a descrição dos pronomes interrogativos é feita por ordem decrescente a partir do pronome com maior número de ocorrências atestado no *corpus* de ‘Fala Espontânea’, levando em conta os seguintes critérios:

- (i) o tipo de interrogativa: matriz, encaixada ou eco;
- (ii) a estratégia interrogativa utilizada: (a) padrão (o sintagma interrogativo consiste apenas do pronome-Wh); (b) *Highlighter Subset 1* (o sintagma interrogativo é formado pelo pronome-Wh e a sequência “é que”); (c) *Highlighter Subset 2* (o sintagma interrogativo é formado pelo pronome-Wh seguido do morfema “que”);

- (iii) verificar se o pronome-Wh ocorre *in situ* ou se é movido para Spec CP;
- (iv) caso atestado o movimento-Wh, verificou-se se ocorre a estratégia *Pied-piping* ou *P-chopping* quando a interrogativa incide sobre uma posição preposicionada;
- (v) a verificação da posição sintática em que incide a pergunta.

Na segunda parte do Capítulo V, F. Lopes (2017: 216-228) apresenta a proposta de derivação por fases para as sentenças interrogativas-Wh em PCV. Ao final do capítulo, o pesquisador chama a atenção para o grupo de dados denominado de interrogativas-Wh clivadas na literatura. Esse grupo de dados, embora não tratado como estruturas clivadas, não foi analisado por F. Lopes (2017) no Capítulo V. O autor considerou analisar essas perguntas juntamente com o grupo de dados no capítulo seguinte, ligado às construções clivadas.

O capítulo VI da tese de F. Lopes (2017) foi reservado para a descrição e análise do grupo de dados considerados estruturas de clivagem na literatura. O autor deixou, estrategicamente, esse grupo de dados por último pelo fato de, na literatura, serem atribuídas ligações diretas destes tipos sentenciais aos dois grupos de construções-Wh apresentados anteriormente: tradicionalmente, descreve-se a clivagem como uma estrutura biclausal em que há uma relativa, e entende-se que ocorram, portanto, interrogativas-Wh clivadas.

F. Lopes (2017: 241-253) faz a descrição das clivadas em PCV valendo-se da nomenclatura e tipologia usadas na literatura da Teoria da Gramática para descrever esse tipo de construções-Wh. O autor contempla os seguintes aspectos:

- (i) os dois tipos da operação “clivagem” e seus subtipos: (a) clivadas: canônica (pessoal e impessoal), reduzida, invertida, apresentativa; (b) pseudoclivadas: canônica, reduzida, invertida, extraposta;
- (ii) identificação do pronome-Wh utilizado para introduzir a pseudo clivada;

- (iii) identificação do estatuto sintático do elemento focalizado com relação ao núcleo verbal não copulativo;
- (iv) tipo(os) de foco(s) atestado(os) em cada tipo de clivagem.

Na segunda parte do Capítulo VI da tese, F. Lopes (2017: 258-279) apresenta a proposta de derivação das clivadas em PCV, partindo do grupo de dados considerados interrogativas-Wh clivadas, mencionado ao final do Capítulo V.

A fim de apresentar uma proposta derivacional das clivadas em PCV, o pesquisador introduz, primeiramente, uma argumentação que permite que se assumam que clivadas não sejam estruturas biclausais. A proposta monoclausal para as estruturas clivadas, assumida por F. Lopes (2017: 275-279), baseou-se em estudos prévios como Oliveira (2014), entre outros. A fim de ratificar a proposta monoclausal das clivadas, o autor corrobora, primeiramente, alguns conceitos fundamentais já atestados na literatura:

- (i) o conceito de ‘sentenças copulativas’ tendo como principal referência o trabalho de Higgins (1973) que dá ênfase às sentenças copulativas especificacionais como as que atestam relações estreitas com construções clivadas;
- (ii) questões ligadas à ‘interpretação semântica do tempo’.

F. Lopes (2017: 275-279) apresenta uma nova proposta derivacional para as estruturas clausais do PVC, diferenciando duas estruturas básicas:

- (i) *a estratégia highlighter*: um sintagma *cleft* cujo núcleo é sempre a Forma SER (implícito ou explícito) e seu complemento que é um sintagma *highlighter* que tem como núcleo o morfema *que*. Na posição ‘especificador’ do *highlighter*, aloja-se o pronome-Wh, copiado de posição argumental do VP não copulativo da sentença;
- (ii) *a estratégia de clivagem*: um sintagma *cleft* cujo núcleo é uma das formas do morfema SER e o complemento é um sintagma Wh que tem como núcleo um dos pronomes Wh. O sintagma Wh

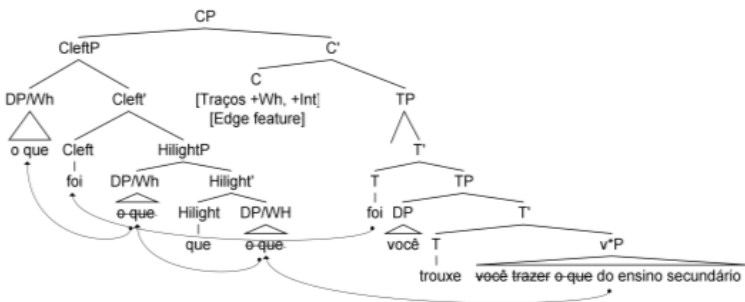


tem como complemento o constituinte focalizado, que é copiado de posição argumental do VP não copulativo da sentença. O tipo de clivada ou pseudoclivada vai depender da posição de ‘pouso’ final do elemento focalizado: (a) posição interna do sintagma Wh; (b) especificador do Sintagma Wh; (c) especificador do sintagma *cleft*. Veja exemplos da proposta derivacional para as clivadas em PCV – F. Lopes (2017: p. 300, 301, dados reenumerados):

*Derivação da Estratégia Highlighter*

(1) a) O que foi que você trouxe do ensino secundário?

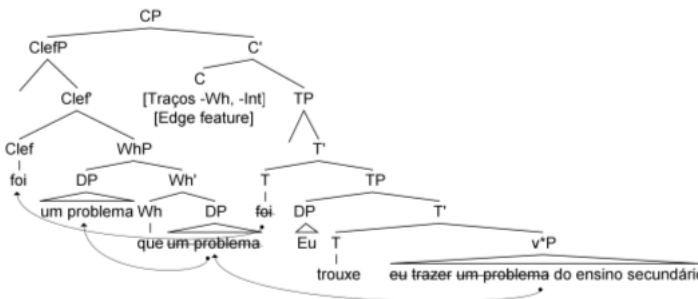
b)



*Derivação da Estratégia Clivagem*

(2) a) Foi um problema que eu trouxe do ensino secundário

b)



Ao final do Capítulo VI, F. Lopes (2017: 279-282) argumenta, portanto, em favor das clivadas e das pseudoclivadas apresentarem a mesma estrutura sintática no que diz respeito às operações derivacionais que ocorrem no Spec CP.

Ao término da Tese, F. Lopes (2017: 301-302) conclui que o estudo das construções-Wh em PCV aponta para a existência de uma variedade falada autóctone de língua portuguesa, em desenvolvimento, e que convive ao lado da língua materna dos caboverdianos.

## 5. Considerações finais

Neste trabalho, apresentou-se o português falado em Cabo Verde (PCV) e o crioulo de Cabo Verde (CCV) como as línguas pertencentes ao ambiente sociocomunicativo do povo das ilhas de Cabo Verde, um *locus* de grande importância durante o período das Grandes Navegações. Porém, essas duas línguas, mesmo convivendo em uma situação de contato, ocupam posições demarcadas e delimitadas no contexto sociopolítico de Cabo Verde. Essa realidade sociolinguística é descrita como uma situação de diglossia em que:

- (i) o PCV, língua segunda, é a língua da formalidade, do ensino, da administração. É a língua oficial e de comunicação com o exterior;
- (ii) o CCV é a língua materna e restrita aos contextos de informalidade. É a língua não oficial, excluída do ensino formal, mas, ao mesmo tempo é a língua da expressão poética, musical e cultural do povo que orgulhosamente se identifica como “crioulo”.

No presente estudo, chamamos a atenção para o seguinte fato: o PCV, a língua da produção científica e do ensino não tem sido o foco de interesse dos estudos linguísticos voltados para Cabo Verde, contrariamente ao que se observa com relação ao CCV. Assim, mesmo tendo consciência de que o PCV não seja a língua vernácula em Cabo Verde, trabalhos recentes vêm reconhecendo que o português faz parte ativa do sociocomunicativo desse país, merecendo a devida atenção dos estudos científicos da linguagem.

No intuito de se ratificar quanto à importância das pesquisas linguísticas realizadas sobre o PCV, buscou-se uma apreensão dos principais estudos feitos até então sobre essa variedade africana da língua portuguesa com substrato crioulo.

### **Lista de Abreviaturas**

- ALing - Auxiliares Linguísticos;
- CCV - Crioulo de Cabo Verde;
- CP - Sintagma Complementizador;
- DET - Determinante;
- DP - Sintagma Determinante;
- L1 - Língua Materna;
- L2 - Língua Segunda;
- LCV - Língua Caboverdiana;
- LP - Língua Portuguesa;
- NP - Sintagma Nominal;
- PA - Português de Angola;
- PA - Português de Almojarife - São Tomé e Príncipe;
- PB - Português Brasileiro;
- PCV - Português falado em Cabo Verde;
- PE - Português Europeu;
- PFT - Perfectivo;
- PL - Plural;
- PP - Sintagma Preposicional;
- PVB - Português Vernacular Brasileiro;
- SN - Sintagma Nominal;
- SU - Sujeito;
- TCV - Televisão de Cabo Verde;
- TMA - Partícula de Tempo Modo e Aspecto;
- TRC - Rádio Televisão de Cabo Verde.

# Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: alguns aspectos morfossintáticos do contato

Nélia Alexandre<sup>1</sup>

## 1. Introdução

O arquipélago de Cabo Verde caracteriza-se por uma relativa estabilidade linguística (considerando o contato entre o Caboverdiano<sup>2</sup> e o Português) que advém da história da colonização das ilhas, por um lado, e da política linguística pós-independência de Cabo Verde, por outro. Assumindo, na linha de Mufwene (2002), que “as línguas são espécies parasitárias cuja vitalidade depende dos comportamentos comunicativos dos seus falantes” (p. 162, trad. minha), admite-se que a situação linguística atual de Cabo Verde é consequência da adaptação dos falantes ao ambiente socioeconômico em que viveram e vivem.

Neste artigo, pretende-se abordar aspectos gerais da história da formação de um dos crioulos da Alta Guiné (nomeadamente, o Caboverdiano), referindo algumas características de substrato e de superstrato, e mostrar a relação de forças entre o Caboverdiano e o Português falado em Cabo Verde (PCV), focando as questões de diglossia, bilinguismo e identidade linguística.

---

<sup>1</sup> Universidade de Lisboa/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

<sup>2</sup> A maior parte dos cabo-verdianos refere-se à sua língua materna como *kriolu* ‘crioulo’. No entanto, para evitar a imprecisão da palavra, já que há dezenas de crioulos no mundo, usar-se-á aqui o termo ‘Caboverdiano’, tal como se encontra já estabelecido no Decreto-Lei nº 8/2009 da República de Cabo Verde. Realce-se ainda que a designação ‘Caboverdiano’ funciona apenas como um conceito genérico, não pendendo para nenhuma das variantes existentes.

ca. Na secção 2., far-se-á um relato sumário da formação dos crioulos da Alta Guiné, referindo os seus traços lexicais e gramaticais de origem africana. Na secção 3., abordar-se-ão aspectos sociolinguísticos atuais de Cabo Verde, discutindo as vantagens da adoção de um sistema de bilinguismo assumido. Na secção 4., refletir-se-á sobre o impacto do contacto entre o Caboverdiano e o PCV, baseando a discussão em dados retirados de *corpora*. Finalmente, na secção 5., serão tecidas algumas conclusões sobre os dados apresentados.

## 2. Uma breve perspectiva da formação do Caboverdiano: contato linguístico e aquisição de L2

Supõe-se que logo a partir dos fins do século XV, inícios do século XVI, se terá desenvolvido em Cabo Verde uma língua de contato, a que se chama proto-crioulo da Alta Guiné (cf. Duarte 2003).<sup>3</sup> Esta língua ter-se-á ramificado no tempo e no espaço dando origem aos atuais crioulos da Alta Guiné (concretamente, o Caboverdiano, o *Kriyol*<sup>4</sup> – na Guiné-Bissau e em Casamansa – e o Papiamentu<sup>5</sup> – nas Antilhas holandesas), que resultaram de um contexto de escravatura e do contato linguístico entre o Português

<sup>3</sup> Historicamente, uma língua de contato é o produto de uma situação linguística caracterizada pela presença no mesmo espaço de muitas línguas diferentes com poucos falantes (cf. Appel & Muysken 1987), situação essa que seria a de Cabo Verde (concretamente, Santiago) no fim do século XV. Segundo Lüpke (2010), ainda hoje se observa um contexto semelhante de multilinguismo e de ‘hibridismo cultural’ que gera interações linguísticas muito complexas.

<sup>4</sup> Baptista, Mello & Suzuki (2007) exploram as semelhanças entre o Caboverdiano e o Kriyol concluindo que as duas línguas exibem 90% de correspondências de traços gramaticais.

<sup>5</sup> Já há algum tempo, e principalmente nos últimos anos, que se tem levantado a hipótese de o Papiamentu também pertencer à família dos crioulos da Alta Guiné. Por exemplo, Jacobs (2009), baseado em textos do século XVIII e XIX escritos em Papiamentu, compara palavras funcionais de cinco aspectos gramaticais do Caboverdiano e do Papiamentu (nomeadamente, o sistema pronominal, os elementos interrogativos, as preposições, as conjunções e a reflexividade), mostrando que elas têm uma origem comum (veja-se também Valkhoff (1975) e Martinus (1996)).

médio e dialetal e várias línguas africanas, continuando a exibir um elevado grau de inteligibilidade entre eles. O Português funcionou, então, como a base lexical destes crioulos, i.e., como seu superstrato (cf. HAGEMEIJER & ALEXANDRE: 2012), enquanto diversas línguas africanas da macro-família linguística do Níger-Congo constituem o substrato dos crioulos da Alta Guiné (especificamente, línguas como o Mandinka, Bambarã, Solinke, Wolof, Temné, Fula, etc., faladas na área do macro Sudão<sup>6</sup> – faixa que vai do Senegal, a Oeste, passando pelo Norte dos Camarões até à República Centro-Africana, mais a Leste, ao longo dos rios Senegal, Níger, Volta e Benue).

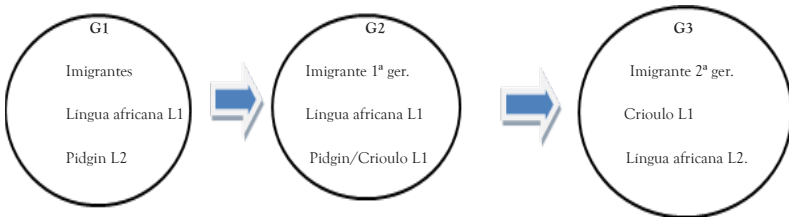
A partir do século XVI, o Caboverdiano (ou ainda apenas uma ‘forma dialetal dos Rios’, no dizer de Duarte (2003, p. 43)) terá sido levado através do comércio de escravos para as Antilhas holandesas, nordeste brasileiro e, inclusive, para o extremo Oriente. Segundo Valkhoff (1975), o Caboverdiano chegou a ser mesmo uma verdadeira língua franca em África, nas Américas e na Ásia.

Sendo este o cenário de Cabo Verde nos séculos XV e XVI, considera-se que aí estiveram reunidas as condições necessárias para se formar um crioulo, na linha da proposta de Becker & Veenstra (2003, apud Veenstra 2008, p. 234), nomeadamente, (i) grupos de imigrantes nascidos no estrangeiro que tinham como L1 uma língua africana e que falavam um pidgin como L2; (ii) grupos de filhos de imigrantes de primeira geração nascidos em Cabo Verde, falantes L1 de uma língua africana e de um pidgin ou crioulo L1 (bilingues, portanto); (iii) grupos de filhos de imigrantes de segunda geração, falantes de L1 do crioulo e de uma língua africana como L2 (cf. esquema 1).

---

<sup>6</sup> São línguas que, apesar de parecem muito diferentes entre si, partilham propriedades comuns, visto pertencerem a dois ramos do mesmo filo: Mande e Atlântico. Para mais informação sobre algumas características linguísticas desta área, leia-se Güldemann (2008).

Esquema 1. Cenário multigeracional da formação de um crioulo



Fonte: Veenstra (2008, p. 234 - adaptado e traduzido).

### 2.1. *Léxico de origem africana no Caboverdiano*

Tal como foi referido na seção anterior, foram várias as línguas africanas que estiveram em contato com o Português nos séculos XV e XVI em Cabo Verde, de que resultou o Caboverdiano, tendo deixado nesta língua a sua marca. No entanto, segundo Quint (2008), o léxico de origem africana no Caboverdiano é inferior a 2% do total. Para o autor, nesta língua não há palavras funcionais (e.g., preposições, conjunções, pronomes) de origem africana. De fato, em cada cem palavras do vocabulário nuclear do Caboverdiano, noventa são de origem portuguesa. A razão que o autor aponta para a ocorrência de tais números é o esforço dos falantes africanos em aprender português, língua veicular no século XV e naquele espaço. No espírito de Veenstra (2008), considera-se que o estilo de colonização operado em Cabo Verde; o isolamento geográfico a que os habitantes estavam obrigados e a tentativa de aproximação à língua e cultura portuguesas terá favorecido esta situação.

### 2.2. *Aspectos gramaticais de origem africana no Caboverdiano*

Apesar da baixa percentagem de palavras de origem africana no vocabulário nuclear do Caboverdiano, há evidências linguísticas fortes para a presença de traços gramaticais das línguas africanas nesta língua. Ao nível da morfologia, Quint (2008, p. 50-55) refere a existência de marcadores de classe como *ma-* e *min-* em (1), que existem em várias línguas do ramo atlântico

(como o Wolof e o Temné), do sufixo verbal de iteratividade *-ti* em (2), do Wolof, e a marcação de gênero feita pelo processo lexical de *femia/matxu* em (3), do Bambarã.

(1)

Caboverdiano	Português
mafafa	inhame
mankara	amendoim
makuka/minkoko	mandioca

(2)

Caboverdiano	Português
korkoti	rapar o prato com a colher
rukuti	esculpir
txuputi	debicar

(3)

Caboverdiano	Português
fidju femia	filha
fidju matxu	filho

Relativamente ao componente morfossintático, a marcação de número em ‘nomes simples’ (i.e., sem determinante) é também um processo recorrente nas línguas mande e atlânticas, como em (4).

(4) *Kasa di es aldeia e baratu.*

casa de DEM aldeia ser barato<sup>7</sup>

‘As casas desta aldeia são baratas’. (BAPTISTA: 2007)

<sup>7</sup> No fim do trabalho, o leitor encontra uma lista de abreviaturas.



Quanto ao componente morfossintático, a expressão do tempo e do aspecto verbais são equivalentes a processos encontrados nas línguas Bambarã, Mandinga e Wolof, como em (5), para a oposição Passado ( $\emptyset$ , *-ba*) vs. Presente (*ta*), ou para a marcação de Perfetividade (com verbos dinâmicos em (6a.)) vs. Imperfetividade (com verbos estativos, em (6b.)):

(5) a. *N ka  $\emptyset$  kume keju.*  
 1sg NEG comer queijo  
 ‘Eu não comi o queijo.’

b. *Mininus ta djuga karanbola.*  
 meninos IPFV jogar carambola  
 ‘Os meninos jogam ao berlinde.’

(6) a. *E fase kel trabadju-li.*  
 3sg fazer(PFV) DEM trabalho-PROX  
 ‘Ele fez este trabalho.’

b. *Nhos sabe kel asuntu-li.*  
 1pl saber DEM assunto-PROX  
 ‘Vocês sabem este assunto.’

Ao nível da semântica, o Caboverdiano recorre a duas formas distintas do verbo ‘ter’ para assinalar posse inerente (*ten*, em (7a.)) e posse transitória (*tene*, em (7b.)) e marca as relações de deixis através de *-li/-la*, em (8), à semelhança do Wolof (segundo Lang et al (2006:145), *-i/-a*, respetivamente).

(7) a. *Bu ten dos fidju-femia.*  
 2sg ter dois filho-fêmea  
 ‘Tu tens duas filhas.’

- b. *Ami e riku, mas gosi li N*  
 1sg ser rico mas agora PROX 1sg  
*ka tene dinheru.*  
 NEG ter dinheiro  
 ‘Sou rico, mas neste momento não tenho dinheiro comigo.’

- (8) *Kes mininu-li/la...*  
 DEM menino-PROX/DIST  
 ‘Estes meninos/ aqueles meninos...’

Como se verifica, a partir da amostra acima, a presença de traços gramaticais das línguas africanas da família do Níger-Congo no Caboverdiano é notória nas áreas nucleares da gramática da língua.<sup>8</sup>

### 3. Questões sociolinguísticas atuais em Cabo Verde

A situação linguística atual de Cabo Verde caracteriza-se pela convivência de duas línguas: o Caboverdiano, língua materna (ou L1) da maior parte da população do arquipélago (mais de 500.000), e o Português, língua segunda (ou L2).<sup>9</sup>

Tal como em S. Tomé e Príncipe (cf. HAGEMEIJER: 2012), os caboverdianos tiveram desde sempre acesso ao Português,<sup>10</sup> língua da administra-

<sup>8</sup> Não se referiram as características fonéticas africanas presentes no Caboverdiano devido à escassez ou quase inexistência de estudos sistemáticos sobre esta temática.

<sup>9</sup> Leiria (2000, p.1) refere que “o termo [língua segunda] deve ser aplicado para classificar a aprendizagem e o uso de uma língua não-nativa dentro de fronteiras em que ela tem uma função reconhecida [(por exemplo, língua oficial)].”

<sup>10</sup> Para se ser mais preciso, a difusão do ensino da língua portuguesa em Cabo Verde não teve relevância apenas no último século de colonização. Ela começa logo no século XVI, a cargo do clero, tal como nos relata Carreira (1984, p. 141), dizendo que “por vezes em cada

ção e de prestígio, tendo sofrido também repressão linguística relativamente ao uso do crioulo (especialmente durante o período do Estado Novo – 1933-1974). Até à independência, o Caboverdiano foi considerado pelas elites ‘menor’ e desprestigiante, estando-lhe reservada apenas a função de língua ‘do coração’, ‘de casa’, da música e das tradições orais. No entanto, já antes do séc. XIX, o Caboverdiano era tão expressivo que eram “raros os brancos de Santiago que soubessem falar a língua portuguesa com perfeição” (CARREIRA: 1984, p. 1985). É por haver apenas duas línguas em contato no mesmo espaço que alguns estudiosos têm concentrado a sua atenção a refletir se o contexto linguístico de Cabo Verde constitui uma situação de diglossia ou de bilinguismo.

### 3.1. *Diglossia em Cabo Verde?*

Diz-se que uma determinada comunidade é diglósica quando o contexto linguístico é relativamente estável, havendo dois códigos com clara separação funcional e com estatutos distintos. Duarte (2003) e Veiga (2004) assumem que a realidade linguística cabo-verdiana ainda é diglósica, apesar de já não haver uma clara separação funcional entre o Caboverdiano e o Português, situação para a qual tem contribuído fortemente a política linguística da República de Cabo Verde (nomeadamente, com o interesse pelo estudo e oficialização do Caboverdiano, desde 1979). Efetivamente, atualmente em Cabo Verde, o Português já não é “indispensável para a participação na vida política e econômica do Estado” e também já não existe uniformemente em todo o país tanta exposição à língua portuguesa que ela possa ser aprendida sem recurso à escola, pelo que, como Leiria (2000) sugere, o Português em Cabo Verde será já, para a maioria da população, uma língua segunda.

---

fazenda rural actuava junto da criadagem e dos escravos um agente da Igreja, na catequese, ensino das primeiras letras e rudimentos da língua portuguesa”. E quando o plano de criação de escolas primárias (que normalmente era para os não-naturais) se esboçou no século XIX para a generalidade da população nativa da Guiné, Angola e Moçambique, “o cabo-verdeano detinha sobre [essas populações] apreciável avanço” (op. cit., p. 142).

### 3.2. *Bilinguismo em Cabo Verde?*

Apesar de o Português ser a única língua oficial de Cabo Verde, a realidade linguística do país começa a aproximar-se cada vez mais de uma situação de bilinguismo, caminho que é, aliás, expresso na Resolução 48/2005, segundo a qual se deve implementar um “bilinguismo assumido” (...) [que] é uma exigência do valor histórico, social, cultural, patrimonial e sentimental das duas principais línguas da nossa vivência antropológica – o Caboverdiano e o Português” (p. 1242) e como Veiga (2004) defende. Sendo o Português adquirido como L2<sup>11</sup> em Cabo Verde, ele tem, necessariamente, características diferentes das do Português falado em Portugal. Essas características do Português de Cabo Verde estão relacionadas com diversas variáveis, como as enunciadas em (9):

- (9) a. o contato linguístico com o Caboverdiano;
- b. o grau de instrução
- c. o grau de exposição à língua portuguesa  
        (a qualidade do *input*);
- d. as condições socioeconômicas dos falantes, etc.

Como consequência disto, veremos, a partir dos exemplos da seção 4, que o PCV exhibe propriedades gramaticais que os falantes ainda não aprenderam/dominam, apesar de assumirmos que há outras propriedades que os mesmos falantes (i) conhecem de forma ativa, porque as usam espontaneamente no discurso informal, (ii) usam apenas em situações formais ou (iii)

---

<sup>11</sup> Refira-se apenas que, embora o Português seja adquirido como L2 em Cabo Verde, ele é aprendido através dos métodos didáticos de ensino de L1. Tais métodos deviam ser revistos e adequados às características específicas da situação linguística em Cabo Verde, mas não se está aqui a defender um ensino do Português em Cabo Verde baseado exclusivamente em métodos internacionais de ensino de L2 (contrariamente ao que deve ser nas comunidades em que a L2 não é língua oficial, como sugere Craig (2008).

conhecem de forma passiva, compreendendo-as, mas não as produzindo (cf. situação da Jamaica em Craig (2008)).

Mas quais as vantagens em se implementar um ‘bilinguismo assumido’ em Cabo Verde, além de atribuir às duas línguas – Caboverdiano e Português – um estatuto igual?

Assumindo-se que o Caboverdiano desempenha todas as funções que as outras línguas maternas desempenham no desenvolvimento cognitivo dos seus falantes, esta paridade, concretamente ao nível do ensino formal dos dois sistemas linguísticos, contribuiria positivamente para o conhecimento explícito das gramáticas do Caboverdiano e do Português, tal como Ellis (1997) afirma, baseando-se em experiências efetuadas por Martha Trahey e Lydia White que mostram que tanto a evidência positiva (i.e., a exposição a muitas estruturas gramaticais de um dado aspecto da língua) como a evidência negativa podem eliminar certos desvios às regras. Além disso, deve-se considerar a questão dos direitos humanos, especialmente os das crianças, e do direito ao desenvolvimento pleno e consciente da língua materna dos falantes (cf. BAPTISTA, BRITO & BANGURA: 2010).

Finalmente, e tomando como ponto de comparação outras realidades linguísticas semelhantes à cabo-verdiana, como a da Guiné-Bissau, Siegel (2010, p. 204), dando conta dos resultados de uma experiência de ensino do Kriyol nos dois primeiros anos de escolarização, no início dos anos 90, realça como vantagens a questão de os alunos passarem a compreender melhor outras matérias, a participar mais ativamente e a depender menos da memorização. Ou seja, os fatores psicológicos também são uma variável muito importante neste processo.

### 3.3. *A identidade cabo-verdiana*

A identidade cabo-verdiana, ou seja, “o espaço cultural de realização da liberdade” (TOLENTINO: 2007, p. 56), descreve-se em Caboverdiano e não (ou raramente) em Português. Nas palavras de Veiga (2004, p.73), “o Crioulo é pois, por excelência, a marca da nossa identidade (...) Só conseguimos ser

e existir no e com o Crioulo”. Embora o Português tenha muito prestígio em Cabo Verde, o que advém da situação diglósica e porque é a língua da internacionalização, ele não é o espaço identitário dos cabo-verdianos.<sup>12</sup> E não é de estranhar que assim seja, já que a presença e consolidação do Caboverdiano são efetivas desde o primeiro século de formação do país; como afirma Peixeira (2003, p.68, n.6):

“cerca de 90 anos após o achamento das Ilhas, o crioulo é já língua falada entre capatazes e escravos, e entre os próprios escravos de diferentes grupos étnicos; passaria a autêntica língua de comércio e das relações sociais, nas áreas adjacentes à Guiné; é utilizada por europeus e algumas etnias africanas”.

Além disso, e concordando com Tolentino (2007, p. 270), “numa nação relativamente homogênea, do ponto de vista étnico, linguístico, religioso e do sentido de pertença à comunidade do território, a força da identidade desempenha papel crucial, principalmente nos períodos críticos”. Como corolário desta relação entre língua e identidade cabo-verdianas, sugere-se aqui que a oficialização do caboverdiano contribuiria para a preservação da identidade nacional, visto que o ensino/aprendizagem formal dos dois sistemas linguísticos – Caboverdiano e Português – asseguraria o desenvolvimento linguístico completo da língua materna e nacional dos cabo-verdianos (inclusive nas suas variantes dialetais principais: a de Santiago e a de S. Vicente).

Como é sabido, a ideia de oficialização do Caboverdiano já não é nova e está registrada em documento da República do país desde 1998, altura em que o ‘Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo’ (ALUPEC) é posto à experiência (DL-67/1998), sendo instituído o ‘Alfabeto Caboverdiano’ em

---

<sup>12</sup> Veja-se A. Lopes (2011, p. 113-114) sobre a avaliação que alguns grupos de falantes cabo-verdianos atribuem à sua própria proficiência em Português, em que apenas 51,3% dos inquiridos revelam dominar o Português de modo ‘suficiente’, valor que resulta, no entender de A. Lopes, da auto censura dos falantes devido à importância que dão a esta língua.

2009 (DL-8/2009). Apesar de a oficialização do Caboverdiano ter estado prevista para 5 de Julho de 2005, ainda hoje não é língua oficial por não haver consenso na comunidade.

#### **4. Alguns aspectos morfossintáticos do contato português-cabo-verdiano**

Apesar de se ter referido na seção 3.3. que o português em Cabo Verde ainda goza de uma importância significativa, “o prestígio por si só não favorece uma (variedade de) língua em detrimento de outras” (MUFWENE: 2002, p. 175). A motivação para adquirir uma segunda língua (ou seja, as atitudes e os estados afetivos que determinam o grau de esforço que os falantes fazem) também desempenha um papel importante no sucesso da aquisição dessa língua. Para além disso, o ensino pode ajudar em vários aspectos, nomeadamente, diminuindo os desvios relativamente à gramática-alvo (ou à norma).<sup>13</sup> Contudo, de acordo com Ellis (1997), o ensino nem sempre tem resultados positivos e os seus efeitos nem sempre são duradouros.

Realça-se ainda que a compreensão do Português por parte dos cabo-verdianos supera a sua produção, principalmente porque os falantes tendem a achar desde cedo que dominam relativamente bem o Português, desvalorizando a necessidade de aperfeiçoar a sua competência nessa língua.<sup>14</sup> Por todas estas razões, devem-se investigar os mecanismos que atuam nos casos

---

<sup>13</sup> Note-se que, segundo Nascimento et al (2008, p. 36), “em todos os países africanos [(Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe)], o português é a língua oficial, sendo objetivo da escola que esta língua seja adquirida conforme a norma-padrão do PE [português europeu]”. É de registar ainda que, segundo dados do INECV (2001), “a alfabetização, desde os primeiros anos da independência, sempre foi um termo emblemático para os cabo-verdianos (...). Desde 1975, os sucessivos governos elegeram a erradicação do analfabetismo como um dos vetores fundamentais da política educativa” e, entre os censos de 1990 e de 2000, houve uma redução da taxa de analfabetismo em cerca de 12%.

<sup>14</sup> Tal situação verifica-se em todas as sociedades em que a língua materna é um crioulo e a língua oficial está relacionada com a materna (cf. CRAIG: 2008, p. 609).

em que não há convergência com a gramática-alvo da língua portuguesa. Para atingir esse objetivo, os dados usados neste artigo foram, na sua maioria, extraídos:

- (i) do *subcorpus* África da variedade de PCV,<sup>15</sup> sendo este um *corpus* eletrônico com um total de 637.533 palavras (25.413 de discurso oral e 612.120 de discurso escrito) retiradas de conversas informais, de entrevistas de rádio, de livros e jornais e de textos de natureza diversa (cf. NASCIMENTO et al, 2008);
- (ii) de A. Lopes (2011, Anexo 7);
- (iii) de jornais cabo-verdianos *online* (e.g., Liberal e A Semana).

#### 4.1. Algumas características morfossintáticas do Português de Cabo Verde

##### 4.1.1. Concordância nominal e verbal

Verificam-se em PCV divergências ao nível da concordância de número entre os nomes e os seus determinantes, como em (10), entre os nomes e os adjetivos também encontramos desvios de concordância de gênero, como em (11), e casos em que não há concordância entre o sujeito da frase e a flexão verbal, como em (12):

(10) ... passou com duas **corda** nas **mão**.

(= duas cordas nas mãos, CLUL)

(11) a. Achou a **mandioca** tão **gostoso** ...

(= mandioca tão gostosa, CLUL)

---

<sup>15</sup> O corpus África é um recurso do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e encontra-se disponível online em <<http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpcf16/index.php?thisQ=restrict&uT=y>>, sendo pesquisável na plataforma *Corpus Query Processor* (CQPweb)



- b. Gostaria que ele fosse **uma pouquinho** mais humilde.  
(= um pouquinho, Liberal online, opinião dos leitores, 21/5/2009)

- (12) **O sobrinho e o lobo estava** plantando mandioca.  
(= o sobrinho e o lobo estavam, CLUL)

#### 4.1.2 *Uso das formas de tratamento*

Há também instabilidade no uso das formas de tratamento, aparecendo casos de alternância entre o tratamento formal (de terceira pessoa) e o informal (de segunda pessoa) relativamente ao mesmo interlocutor, como em (13).

- (13) a. Não me diga que a Cidade da Praia está abandonada!.  
Ah, outra coisa, vá estudar legislações, e vê [quem] é responsável pelos transportes escolares<sup>16</sup> ...  
(= vá... veja, Liberal online)

- b. Boa tarde! estou a gostar das suas intervenções e **aparentas** já ter debruçado sobre o assunto.  
(= suas ... aparenta / tuas ... aparentas,  
www.tertuliacrioula.com, 2010)

#### 4.1.3 *Uso da informação temporo-aspectual*

Em PCV, a expressão da informação aspectual de imperfeito (aspecto inacabado) na relação com o perfeito (aspecto acabado) apresenta divergên-

---

<sup>16</sup> Dados recolhidos a partir de <http://liberal.sapo.cv>, mantendo-se a ortografia usada pelos autores

cias relativamente ao Português de Portugal, como em (14), e o domínio do modo conjuntivo também não é pacífico, podendo ser substituído pelo presente (15a, b) ou ser empregue por excesso, em substituição do imperfeito ou do pretérito mais-que-perfeito composto (15c):

(14) Quem que **pusesse** no buraco, **ganhou**. Quem não **pusesse perdeu**.

(= ganhava ... perdia, CLUL)

(15) a. Por isso não admitimos, que gente da sua laia **vem** nos menosprezar.

(= venha, A Semana<sup>17</sup>)

b. Neste Mundo, não existe ninguém que **é** perfeito, e ele, não **foge** à regra.

(= seja, Liberal *online*, opinião dos leitores, 21/5/2009)

c. Se me dissessem que **fosse** um guineense eu ia ficar triste.

(= era / tinha sido, CLUL)

#### 4.1.4. *Regência verbal: seleção de preposições*

Ao nível da estrutura da língua, atestam-se em PCV desvios relativamente ao uso de preposições, já que algumas são apagadas, como a preposição *a* e *de* em (16), outras são substituídas, como *a* por *para* em (17), e outras ainda são inseridas onde não devia ocorrer nenhuma preposição, como *de* em (18):

<sup>17</sup> Acesso em [www.asemana.publ.cv](http://www.asemana.publ.cv).

- (16) a. Primeiro amarras  $\emptyset$  o macaco os pés e os mãos.  
(= ao macaco / os pés e as mãos do macaco, CLUL)
- b. Com as chuvas caídas e o prenúncio de um bom ano agrícola, assistimos  $\emptyset$  um tempo de esperança renovada ...  
(= assistimos a um tempo, CLUL)
- c.  $\emptyset$  O poeta José Luís Tavares, o dom não lhe falta.  
(= Ao poeta, Liberal online, opinião dos leitores, 21/5/2009).
- d. Termina alertando os deputados  $\emptyset$  que se não chegarem  $\emptyset$  acordo nesta matéria a história há-de os responsabilizar.  
(= de ... a, Liberal online, 21/5/2009)
- (17) O sobrinho arrancou um pé de mandioca e deu **para** o lobo.  
(= ao lobo, CLUL)
- (18) a. Os pais aqui gostam **de** que as filhas casem, para depois, para ter filho.  
(= gostam que, CLUL)
- b. O poeta tem demonstrado tanto na língua de Camões e na sua língua materna, **de** que tem grande carisma pela escrita.  
(= que tem grande carisma, Liberal online, opinião dos leitores, 21/5/2009)

#### 4.1.5. *Regência verbal: construções de duplo objeto*

No âmbito da regência verbal, encontramos ainda casos de construções com ‘duplo objeto’, ou seja, frases em que o verbo seleciona dois complementos (e nenhum é introduzido por uma preposição, como o Português exige), em (19):

(19) O lobo pediu [o macaco] [um figo].

(= pediu um figo ao macaco, CLUL)

#### 4.1.6. *Regência verbal: uso dos pronomes reflexos*

A reflexivização é também uma área em que se detectam oscilações, havendo três tipos de possibilidades: ou o pronome reflexo é substituído pela expressão nominal sua cabeça, como em (20), ou o pronome reflexo é apagado, como *se* e *me* em (21) e (22), ou é inserido um pronome reflexo *se* a verbos que não têm forma pronominal (23):

(20) O sobrinho começou a marar **sua cabeça**.

(= amarrar-se, CLUL)

(21) a. Quem pretende formar Ø em biologia vai ter que leccionar, dar aulas. (= formar-se, CLUL) b. ... então, é lógico, que (...) os jornalistas Ø possam sentar, não é, e, realmente, eh, ter ideias comuns, como é que se irá fazer essa negociação dos contratos.

(= se possam sentar, CLUL)

(22) Era isso que eu queria perguntar ao Deputado Eurico Monteiro, mas esqueci Ø, por isso...

(= esqueci-me, CLUL)

(23) a. Vê-se que, burro velho não **se** aprende.

(= não aprende, Liberal online, opinião dos leitores, 21/5/2009)

b. o pessoal, às vezes a gente não... não **se** convive muito bem.

(= não convive, CLUL)

#### 4.1.7. *Regência verbal: uso dos pronomes de complemento*

O PCV evidencia igualmente desvios no sistema de pronomes pessoais átonos (clíticos), ao substituir *lhe* por *o* (24) ou *o* por *lhe* (25) e ao empregar uma ordem diferente da usada em Português de Portugal (26):

(24) O lobo por curiosidade perguntou-**o** onde ia.

(= perguntou-lhe, CLUL)

(25) Pessoalmente admiro-**lhe** pelas suas capacidades que ele tem vindo, ao longo destes anos demonstrando.

(= admiro-o, Liberal online, opinião dos leitores, 21/5/2009)

(26) Termina alertando os deputados que se não chegarem acordo nesta matéria a história há-de **os** responsabilizar.

(= há-de responsabilizá-los, Liberal online, 21/5/2009)

#### 4.1.8. *Formato de orações relativas, interrogativas e clivadas*

Acrescentam-se ainda os casos de desvios representados pelas orações relativas, como os de (27)-(29), nos quais encontramos elementos que são inseridos, como *que* em (27)<sup>18</sup> e *ele* em (28);<sup>19</sup> elementos que são apagados, como *de* em (29)<sup>20</sup> e o uso de *onde* em contextos em que o antecedente da relativa não indica lugar (30):

---

<sup>18</sup> A literatura sobre o assunto considera que estes são casos de ‘COMP duplamente preenchido’.

<sup>19</sup> O enunciado (28) é um exemplo de ‘relativa resumptiva’, um tipo não muito frequente nos *corpora* consultados.

<sup>20</sup> O enunciado (29) é um exemplo de ‘relativa cortadora’, um tipo muito frequente nos dados, especialmente, com o apagamento da preposição *a* ou *de*.

- (27) a. **Quem que** ficar perto do buraco é que joga primeiro.  
 (= quem ficar, CLUL)
- b. Se não houver arguidos presos ou o seu número for igual, o tribunal da área **onde que**, em primeiro lugar, tiver tomado conhecimento de qualquer dos crimes.  
 (= onde, CLUL)
- (28) És **um homem** que não se ia confia **nele**.  
 (= um homem em quem não se confia, CLUL)
- (29) O género  $\emptyset$  que o meu colega falou há bocado eu não aprecio muito.  
 (= o género de que, CLUL)
- (30) São Vicente teve uma historia - uma **gênese onde** que... que... portanto... não... digamos - aguentou isso.  
 (= que, A. Lopes 2011, Anexo 7: 158)

Quanto às orações interrogativas, nos *corpora* encontram-se casos em que o morfema ou sintagma interrogativo é imediatamente seguido por *que* (31) - à semelhança das relativas em (27) acima:

- (31) a. ... eu comigo mesmo muitas vezes dizia - “mas **porquê que** essas missas que são dadas aí...?”  
 (= porque é que, Lopes A. 2011, Anexo: 306)
- b. ... até a Escola Pentagrama, que começa com crianças, já começa desvirtuada, em termos do que somos , **o que que** queremos, ...  
 (= o que queremos, CLUL)

Nas orações clivadas, observa-se um mecanismo de focalização que produz pseudoclivadas invertidas de *que*,<sup>21</sup> como em (32):

- (32) ... a língua que facilita ou que mais facilita a comunicação entre os presentes - **esse que** é o critério - independentemente de ser o crioulo...  
(= esse é que é, Lopes 2011, Anexo 7: 9)

#### 4.1.9. *Determinação nominal*

Finalmente, numa área de interface sintaxe-semântica, a determinação nominal pode ser feita de várias formas que divergem do Português europeu, nomeadamente, na ausência de artigos antes dos nomes, como em (33); no recurso a nomes no singular para expressar valores de [genérico] (34); no emprego de nomes no plural para expressar valores de [específico] e [singular] (36); no uso de demonstrativos em substituição de artigos ou de nomes simples (35); entre outras possibilidades.

- (33) É preciso fazer crítica a iluminação e a barreira que devia ser refletora antes de apontar dedo a Ø pessoas, ...  
(= o dedo às pessoas, Liberal online)

b. Uhmuhm, os mais pequeninos brincam com Ø mais grande.  
(= os maiores, CLUL)

c. Os alunos têm que aceitar o problema de Ø bolsas de estudo.  
(= das bolsas, CLUL)

---

<sup>21</sup> A propósito deste tipo de estruturas para o Português brasileiro, veja-se Kato et al. (1996).

- (34) a. ... toda a gente fala dos jornalistas, é bofetada para aqui, pontapé, pontapé para lá, e o **jornalista** fica aí quietinho a apanhar, e talvez, a tentar merecer o tal título de, de, de menino de **recado**.  
 (= os jornalistas ... recados, CLUL)
- b. Há dias que temos **aula** de manhã e à tarde.  
 (= aulas, CLUL)
- (35) Bom, eu, ah... converso muito com as minhas **famílias**.  
 (= família, CLUL)
- b. ... eu penso ir para o ano para Portugal para estudar, se por acaso tiver **bolsas**.  
 (= bolsa, CLUL)
- (36) a. Ah? Em S. Vicente há um, a urbanização. (...) Ah, enquanto em S. Nicolau, ah? não há **aquele** urbanismo.  
 (= não há urbanismo / o mesmo tipo de urbanismo, CLUL)
- b. ... e... o mais interessante de tudo isso - a Isabel também vai ouvir **essa** história minha - ah, lá para a zona do norte...  
 (= uma história, CLUL)

#### 4.2. *Algumas características morfossintáticas do Caboverdiano em contacto com o Português*

Segundo Duarte (2003: 67), o PCV, devido ao seu prestígio social e cultural, “vem invadindo progressivamente, não apenas o léxico constituído nos séculos XV e XVI, mas, ainda, a estrutura do crioulo”. Infelizmente, não há conhecimento de estudos sobre a interferência do Português no Caboverdiano, mas podem-se apontar alguns desvios na gramática do Caboverdiano



contemporâneo que parecem estar relacionados com o contacto com o Português, visto que alguns casos seguem o padrão do Português europeu.<sup>22</sup>

#### 4.2.1. *Concordância nominal e verbal*

A título exploratório, vejamos os enunciados em que a concordância de número entre nomes e os seus determinantes é explícita em ambas as palavras, como em (37) e (38):

(37) N ta pensa ma autor tenta traduzi **alguns palavras** que ...  
(= alguns palavra)

(38) Se no segui kel lógica de ki mutó antes de **sociedades americanas** nos djha era uma realidade...  
(= sosiadadi merkanu)

#### 4.2.2. *Modificação adjetival*

Nesta área da gramática, encontramos dados em que o sufixo de superlativo sintético *-issimo* (do Português) é empregue, substituindo o processo analítico com *txeu/mutu* (do Caboverdiano), como em (39):

(39) CIA descubri ma Bin Laden dja sta morto e es kre fica cu credito di kela ou Obama é **grandissimo** mentiroso...  
(= mutu grandi)

---

<sup>22</sup> Dados escritos extraídos de comentários de cabo-verdianos que entrevistaram em ([www.tertuliacioula.com](http://www.tertuliacioula.com)) e em (<http://liberal.sapo.cv>).

#### 4.2.3. *Determinação nominal*

Em Caboverdiano, o processo de determinação nominal diverge bastante do que se verifica em Português (cf. Alexandre & Soares 2005 e Baptista 2007), consistindo essencialmente, por um lado, em usar demonstrativos (e.g., *es, kel/kes*) e, por outro lado, em recorrer a artigos indefinidos para introdução do nome no discurso e, posteriormente, empregar nomes simples. No entanto, encontram-se dados em que artigos definidos, com marca de gênero inclusive, ocorrem em Caboverdiano (40):

- (40) ... pa inteirá kaloiros, **das** ajuda na alojamento, ma tambem  
pa mostras kultura purtuguesa...  
(= di ajuda, [www.tertuliacrioula.com](http://www.tertuliacrioula.com), 2009)

#### 4.2.4. *Uso da informação temporo-aspectual*

O uso do conjuntivo português em Caboverdiano, língua em que este modo não encontra paralelo, mostra como o contato pode ser determinante para a ocorrência de casos divergentes (pelo menos, em falantes mais escolarizados), como em (41). Também se registram casos em que a morfologia verbal de pretérito imperfeito em Caboverdiano (sempre *-ba*) ocorre na forma portuguesa *-ia* quando o verbo é da 2ª ou 3ª conjugação (42):

- (41) Kualker kusa, steja a vontade...  
(= sta, Liberal online)
- (42) Na kestaw de sirkulo de estudantes **divia** izisti nao so pa...  
(= debeba, [www.tertuliacrioula.com](http://www.tertuliacrioula.com), 2009)

### 5. Considerações finais

A situação linguística atual de Cabo Verde é retratada num quadro invariavelmente bicolor: o Caboverdiano, língua materna da maior parte da

população, e o Português, língua segunda, apesar de ser a língua de ensino e de prestígio.

Neste artigo reviram-se algumas das razões históricas e linguísticas que fazem com que o Caboverdiano seja um dos crioulos da família linguística dos crioulos da Alta Guiné e represente hoje o elemento de identidade dos cabo-verdianos, quer no país, quer na diáspora (realidade aparentemente contrária à de São Tomé e Príncipe – cf. Hagemeijer (2012)).

Este texto tentou contribuir igualmente para a discussão da emergência de uma variedade local de português e para o reconhecimento de que são necessários estudos teórica e metodologicamente bem fundamentados que contribuam para a descrição adequada desta variedade. Os dados apresentados na seção 4. mostram bem que há propriedades da gramática do Caboverdiano que são mantidas no Português falado em Cabo Verde (e.g., a concordância nominal e verbal e o processo de reflexivização) e traços gramaticais do Português que são conservados no Caboverdiano (como a concordância nominal e verbal e a informação temporo-aspectual, entre outras), mas também que há características novas que não pertencem a nenhuma das gramáticas aqui em causa (e.g., as formas de tratamento em (13), a expressão do tempo e aspecto verbais em (14 e 15) e a inserção de elementos funcionais, como preposições (em (18)) e complementadores (em (27)).<sup>23</sup>

Contudo, não se deve esquecer que algumas das mudanças registradas no PCV também se encontram no Português contemporâneo falado em Portugal (e.g., orações relativas em que se apaga a preposição, como no exemplo de (29), ou se insere um pronome resumptivo, como em (28)). Por tudo isto, considero que há mudanças que são internas ao sistema linguístico e não devidas exclusiva ou maioritariamente a interferências com a língua materna.

Neste contexto, o PCV vai sobreviver de uma forma progressivamente mais afastada da norma europeia (e, eventualmente, até mais próxima do Caboverdiano), mas não deixará de ser uma variedade nacional própria.

---

<sup>23</sup> Para uma situação similar em Português de Moçambique, veja-se Gonçalves, P. (2010).

A convivência do Caboverdiano com o Português seria muito mais positiva se as duas línguas tivessem o mesmo estatuto oficial e fossem ambas línguas de escolarização pois tal situação concorreria para uma maior consciência linguística explícita e, conseqüentemente, para o reforço da identidade dos cabo-verdianos.

**Abreviaturas:**

CLUL - Centro de Linguística da Universidade de Lisboa;

DEM - Demonstrativo;

DIST - (Dêitico) distante;

IPFV - (Aspecto) imperfetivo;

PFV - (Aspecto) perfetivo;

L1/L2 - língua materna/língua segunda;

NEG - negação;

PCV - Português de Cabo Verde;

PROX - (Dêitico) próximo;

1,2,3 - pessoas verbais.



# Caboverdiano e Português: cotejando estruturas focalizadas

Nélia Alexandre<sup>1</sup>

Márcia Santos Duarte de Oliveira<sup>2</sup>

## 1. Introdução<sup>3</sup>

As línguas dispõem de várias estratégias possíveis para focalizar um constituinte nominal. Segundo os dados do Atlas of Pidgin and Creole Language Structures (APiCS) – ver Michaelis et al (2013) –, um dos processos mais usados é o de clivagem.<sup>4</sup> Essas construções podem envolver um focalizador (um *highlighter*), que é tipicamente um verbo cópula (para os autores do APiCS), mas que pode ser um elemento de outra natureza categorial, como mostraremos e defenderemos abaixo.

Apesar de Holm (1980) referir que o verbo cópula é um *highlighter*<sup>5</sup> próprio dos crioulos africanos e das línguas faladas na costa africana, mas não nas línguas europeias relacionadas com estes crioulos, notamos que o

---

<sup>1</sup> Universidade de Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo/ CNPq; FAPESP – processo 2014/12433-1.

<sup>3</sup> Trabalho apresentado no V Seminário Internacional do Grupo de Estudos de Línguas em Contato (GELIC), 5-6 de junho de 2014, Universidade de Cabo Verde, Praia.

<sup>4</sup> Assim chamados por um grande número de linguistas, embora o termo, no âmbito deste trabalho seja enganador, já que pode levar o leitor a pensar que estamos a assumir uma estrutura bi oracional para estas construções, quando defendemos precisamente o contrário.

<sup>5</sup> O termo 'highlighter' foi introduzido por Holm (1980) e refere-se a uma categoria sintática discursiva atestada em línguas da África ocidental que, mais tarde e segundo o autor, foram muito difundidas para outras partes do globo via contato linguístico.

Português exibe um tipo de construção clivada que não se encontra em mais nenhuma língua românica: a ‘clivada é que’ (cf. COSTA & DUARTE, 2001; AMBAR, 2005), como em (1), para o Português europeu (PE) e brasileiro (PB). Nesta construção, o constituinte clivado precede o verbo copulativo e é interpretado como foco contrastivo (cf. Ambar 2005):

(1) O livro **é que** o João comprou. PE/PB

Também para as interrogativas-qu, a literatura registra um tipo de ‘interrogativa focalizada’ que recorre ao mesmo mecanismo de ‘X é que’ (cf. Kato *et al.* 1996; Duarte, 2000; Ambar, 2005; e. o.), como em (2):

(2) Quem **é que** comprou este livro? PE/PB

No entanto, encontramos em outras variedades do Português (e.g., a de Cabo Verde e em extensas áreas do Português vernacular do Brasil) processos de focalização que só recorrem à forma *que*. Notamos ainda que essas variedades estão (ou estiveram) em contato com línguas que não recorrem a um verbo cópula para efeitos de focalização de constituintes nominais. Nesse trabalho a nossa ênfase recai sobre o processo de focalização “X que”. A hipótese de trabalho que aqui colocamos é a de que, nas variedades do Português em que a estratégia ‘X que’ é produtiva, o focalizador (ou *highlighter*) é a partícula *que*, um elemento distinto da cópula. Propomos que essa estratégia resulte do contato linguístico com outras línguas.

Este artigo pretende, portanto, discutir até que ponto o contato linguístico e propriedades universais da gramática têm influência nos mecanismos de focalização das línguas em estudo: o Caboverdiano (CV), o Português de Cabo Verde (PCV) e o Português de extensas áreas do Brasil (variedade vernacular – PVB).

A partir de dados dos *corpora* (escritos e orais) e de dados fornecidos por falantes nativos, faremos a descrição e análise das propriedades sintáticas de construções focalizadas apenas com elemento interrogativo-qu em CV, em PCV e em PVB, como se pode observar em (3) (5), respectivamente. Nestes dados observa-se que o sintagma interrogativo-qu é deslocado por movimento para a esquerda para o início da frase (ou seja, para uma posição não argumental), sendo imediatamente seguido de *ki/que*. Tais fatos podem ser traduzidos na fórmula: *sintagma interrogativo-qu fronteado, seguido de ki/que, sem cópula*.<sup>6</sup>

- (3) a. **Kusé ki** bu kunpra? CV  
 coisa que 2sg comprar (PST)  
 Lit.: ‘Que que tu compraste?’  
 ‘O que é que tu compraste?’<sup>7</sup>

- b. Maria djobe **kusé ki** mininus riska?  
 Maria ver(PST) coisa que meninos riscar (PST)  
 Lit.: ‘Maria viu o que que meninos riscaram?’  
 ‘A Maria viu o que é que os meninos desenharam?’

- (4) a. ... **mas quem** que está a falar errado? PCV  
 (A. Lopes 2011, Anexo 7:9)

- b. ...sinceramente não vejo **porquê que** eu... eu não gostaria...  
 (A. Lopes 2011, Anexo 7: 3)

<sup>6</sup> Ver Oliveira (2014, p. 430).

<sup>7</sup> Nos exemplos do CV, apresentaremos sempre uma linha de tradução literal e outra que corresponde à norma do PE ou ao PB culto.



(5) **Que que** o João comprou? PVB<sup>8</sup>

O presente trabalho assenta em dados provenientes de vários corpora disponíveis e de informantes consultados para o efeito. Quanto aos *corpora*, para o CV, usamos dados de Alexandre (2006 e 2012), exemplos do ApiCS<sup>9</sup> – Michaelis et al (2013) – do Instituto Max Planck de Leipzig e consultamos falantes nativos do CV. Relativamente ao PCV, usamos (i) o *corpus* África,<sup>10</sup> um *subcorpus* do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo, composto por 637.533 palavras de proveniências diversas em textos recolhidos entre 1970 e 1990 (e.g., dados escritos – correspondência, jornais, revistas, folhetos, livros, dados variados – e dados orais); (ii) o *corpus* VAPOR,<sup>11</sup> com cerca de 25.000 palavras transcritas, e (iii) o *corpus* de A. Lopes (2011), composto por um *subcorpus* oral com, aproximadamente, 182.000 palavras e um *subcorpus* escrito com quase 7.000 palavras.

Finalmente, para o PVB, usamos dados da intuição de uma das autoras, falante da região sudeste do Brasil, especificamente do Rio de Janeiro (ver nota 8).<sup>12</sup>

<sup>8</sup> Português vernacular brasileiro falado na região sudeste. O dado (5) pode ser o falar de “carioca” (do Rio de Janeiro) de onde Márcia Oliveira é natural. No entanto, não é, por exemplo, um falar natural de um belenense (de Belém do Pará – norte do Brasil).

<sup>9</sup> O APiCS contém mais de 18.500 exemplos de 76 pidgins e crioulos falados no mundo.

<sup>10</sup> O *corpus* África é um recurso do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e encontra-se disponível online em <<http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpfq16/index.php?thisQ=restrict&UT=y>>., sendo pesquisável na plataforma Corpus Query Processor (CQPweb)

<sup>11</sup> Projeto em curso, desde 2008, no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, na sequência do *Corpus* África. Os dados (orais) usados neste trabalho foram recolhidos em Cabo Verde em 2008 e 2009.

<sup>12</sup> Refira-se que também serão usados dados retirados do projeto NURC-SP e NURC-RJ (<http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/>), i.e., da norma urbana culta de São Paulo e do Rio de Janeiro, sempre que for necessário mostrar como a estratégia em estudo não ocorre apenas na variante vernacular da região em destaque do português brasileiro.

Este artigo encontra-se dividido em quatro seções além desta introdução, que apresenta o *corpus*. Na seção dois, fazemos uma breve revisão sobre a noção de foco, apresentando a operação de clivagem com o objetivo de introduzirmos a questão de os sintagmas interrogativos-qu fronteados seguidos de *que* sem cópula terem vindo a ser analisados, na literatura de modo geral, como resultado de um processo de gramaticalização que apaga uma cópula invariável (concretamente, *é*). Ainda dentro dessa seção, apresentamos uma proposta diferente para os dados do CV, do PCV e do PVB. Corroboramos igualmente análises que propõem que o fenômeno seja descrito como uma construção de foco não clivada. Nas seções três e quatro, apresentamos estruturas focalizadas em CV e em PCV, respectivamente, confirmando a análise destas estruturas como envolvendo foco sem clivagem. Na seção 5, enunciamos as conclusões possíveis.

## 2. Foco e Clivagem – breves considerações

### 2.1. *Foco*

Nesta seção, abordaremos resumidamente a categoria foco, incidindo sobre os subtópicos que consideramos importantes para a nossa análise. Primeiramente, chamamos a atenção do leitor para a noção de foco que assumimos, na linha do que propõe Zubizarreta (1997, p. 1), ap. Santos & Oliveira (2011, p. 273-274), tradução dos autores:

“(...) foco é definido em termos da noção discursiva de pressuposição: o foco é a parte não pressuposta da sentença. (...) Zubizarreta (1997) propõe que a interpretação de um constituinte focalizado deve ser representada por meio de duas asserções (A) no nível da Forma Lógica (LF): A1, A2, chamadas de estrutura de asserção (AS) pela autora, conforme notamos abaixo para um elemento focalizado [F o chá] em:

(i) Foi o chá que o Pedro bebeu A1: **Existe um x tal que o Pedro bebeu x.** A2: O x tal que o Pedro bebeu x = [F o chá].”

Na literatura sobre foco, encontramos referidos vários mecanismos (clássicos) de marcação de foco em que distintos componentes da língua estão envolvidos, como a morfossintaxe e a fonologia. Assim, em Português, o foco pode ser marcado por:

- (i) inserção do verbo cópula *ser*, que pode ter ou não marcas de concordância, como em (2), retomado em:
  - (6) Quem **é/foi que** comprou este livro?
- (ii) deslocação do constituinte focalizado para outro lugar na frase:
  - (7) **Quem comprou este livro**<sub>i</sub> foi o João t<sub>i</sub>
- (iii) realce prosódico (pico entoacional), como em:
  - (8) **O JOÃO** comprou este livro (não foi a Maria).

Neste artigo, reforçaremos a ideia de que o foco pode ser realizado morfossintaticamente, na linha de propostas já efetuadas para outras línguas, nomeadamente, como em Alexandre (2006 e 2012), considerando para o CV que a posição C<sup>o</sup> tem o traço formal [+Q] que é lexicalizado por *ki* através de uma operação de Merge. De igual modo, Jorge & Oliveira (2012), num estudo sobre a realização de estruturas com um elemento [+Q] fronteadado em línguas reestruturadas, mostram como a categoria foco pode ser realizada por meio de um elemento morfológico nessas línguas (nomeadamente, *ki* - em CV - ou *que* - em PVB).<sup>13</sup>

Como já apontado na seção 1, os *corpora* deste trabalho envolvem dados que obedecem a uma dada fórmula: sintagma interrogativo-qu frontea-

<sup>13</sup> Santos & Oliveira (2011) apresentam uma proposta semelhante para os dados do Português culto falado em Angola, como em (i).

(i) Quando que pensa trabalhar? (Santos & Oliveira 2011, p. 296)

Figueiredo & Santos (2014) apresentam proposta semelhante para o português falado no município do Libolo (Kwanza Sul/Angola).

do, seguido de *ki/que*, sem *cópula*. Na literatura há um debate sobre se esses dados são compostos ou não por estruturas *clivadas*, uma operação sintática empregue para obtenção de *foco*.

A seguir, apresentamos resumidamente o debate e ratificamos a posição de que as construções aqui em estudo não são casos de estruturas *clivadas*.

## 2.2. *Clivagem – revisão sumária*

### 2.2.1. *Clivagem ‘canônica’*

A *clivagem*, como já dito, é um mecanismo sintático para a obtenção de *foco*. Adotamos aqui a noção proposta em Santos & Oliveira (2011, p. 276):

“(...) Tomada como uma sentença ‘*marcada*’, assim como as pseudo-clivadas e perguntas-QU fronteadas, a *clivada* é o resultado de uma operação de ‘*ensanduichamento*’ de um dado sintagma da sentença entre uma *cópula* e um ‘*que*’, como vemos no sintagma *uma casa*, abaixo:

(i) Foi uma casa<sub>i</sub> **que** ele comprou <sub>t<sub>i</sub></sub> (e não um carro).”

Realçamos ainda que a maior parte dos estudos sobre construções focalizadas em PE tem afirmado que tanto interrogativas como *clivadas* envolvem movimento para uma posição não argumental (movimento-A’) dos constituintes sobre os quais recai esta operação. Por exemplo, relativamente às interrogativas-qu do PE, Ambar (1992) e Duarte (2000) consideram que estes enunciados se caracterizam por envolverem o movimento-A’ de um morfema ou sintagma-qu, gerado numa posição interna à frase, para Spec, CP, como em (9).

(9) [CP O que<sub>j</sub> [C° é que [IP a Maria leu ~~o que~~<sub>j</sub> ]]]?

A par disto, Brito et al. (2003, p. 466) defendem que, em PE, os morfemas-*qu* não podem co-ocorrer com complementadores explícitos em C° como em (10):

(10) \***Quem que** chegou? PE

No que diz respeito às orações clivadas do PE, e de acordo com Costa & Duarte (2001: 631), elas são estruturas que envolvem movimento-A', mas não implicam movimento-*qu* para fora do domínio em que se dá a relação de identificação. Na verdade, para Costa & Duarte (2001, p. 627), as clivadas são estruturas identificacionais em que a relação de identificação se estabelece entre dois termos de uma oração pequena (SC - *Small Clause*) e os constituintes clivados deslocam-se de uma posição interna à SC para Spec, IP.

Os autores afirmam ainda que todos os tipos de clivadas são derivados de duas estruturas identificacionais subjacentes como se observa em (11):

(11) a. [<sub>IP</sub> ser [<sub>SC</sub> [<sub>CP</sub> {o que/OP que} o João comeu] [<sub>DP</sub> o bolo]]]  
(Clivadas-*qu*, pseudoclivadas básicas, pseudo-clivadas invertidas ou clivadas)

b. [<sub>IP</sub> {ser/é que} [<sub>SC</sub> [<sub>CP</sub> OP [<sub>IP</sub> o João comeu]] [<sub>DP</sub> o bolo]]]  
(Pseudoclivadas invertidas de *é que*, pseudoclivadas e semipseudo clivadas básicas)  
(Costa & Duarte 2001:628)

No caso das pseudoclivadas invertidas de *é que*, os autores propõem que a expressão *é que* sofreu um processo de reanálise em que o complementador *que* do CP 'sujeito' da SC é incorporado no verbo *ser*, contando como

um morfema único que ocorre em I° (cf. COSTA & DUARTE: 2001, p. 628) e dando origem a configurações bioracionais (IP e SC) como as de (12):

(12) [ <sub>IP</sub> [ <sub>DP</sub> o bolo ]<sub>i</sub> é que [ <sub>SC</sub> [ <sub>CP</sub> Op o João comeu ]<sub>i</sub> ]

### 2.2.2 Clivagem ‘não canônica’ – um subtipo de pseudoclivadas

A literatura aponta que, entre as línguas românicas, estruturas chamadas “pseudoclivadas invertidas de que” e “interrogativas focalizadas/clivadas do tipo que” – as estruturas sob enfoque em nosso estudo – só são atestadas em PVB (cf. COSTA & DUARTE: 2001, p. 628). Essas construções foram exemplificadas na seção 1 através dos exemplos (3)-(5), para o CV, PCV e PVB. Reveja-se o exemplo (5), retomado aqui como (13):

(13) **Que que** o João comprou?          PVB

Kato & Ribeiro (2009, p. 152), entre outros, analisam dados iguais aos de (13) como o resultado de um processo de gramaticalização que apaga uma cópula invariável (é). Deste modo, para esses autores, tais dados são parte da “operação de clivagem” com apagamento de cópula e inserem-se no conjunto das estruturas bioracionais (veja-se a proposta de estrutura unificada de Costa & Duarte (2001) para todas as clivadas, incluindo as pseudoclivadas, em (11a-b)). Começamos por dizer que ratificamos estudos que consideram que construções como (13) não são atestadas apenas no PVB. Os sintagmas interrogativos-qu fronteados, seguidos de focalizador *que*, sem cópula vêm sendo atestados no Português falado no Libolo (Angola) – cf. Figueiredo & Santos (2014) –; no Português falado na Guiné-Bissau – cf. Santos & Silva (2018) – neste volume –; no Português falado em Cabo Verde – cf. Alexandre

(2018), neste volume.<sup>14</sup> O fenômeno tem sido ainda descrito em línguas crioulas do atlântico,<sup>15</sup> como o CV, o Principense, o crioulo jamaicano, o crioulo da Costa Miskito (Nicarágua) – ver Oliveira & Holm (2011: 32-34), entre outros.

Diferentemente da análise de clivagem de Costa & Duarte (2001), nós ratificamos análises de que tais construções sejam estruturas mono-oracionais – ver, entre outros, Jorge & Oliveira (2012), Oliveira (2014). Logo, o morfema *que* em enunciados do PVB como (13) acima é tratado como um *highlighter*; um marcador morfológico da categoria foco realizado tanto no PVB, como no CV, no PCV e em outras línguas do Atlântico, como vem sendo atestado na literatura. Esta proposta pode ser reforçada ainda por análises como as de Alexandre (2006 e 2012) para o CV.

As propostas de Oliveira (2011 e 2014), entre outros, apoiadas em estudos prévios ligados a línguas africanas da família Niger-Congo, atestam a ausência de “clivagem” para a marcação de foco de elementos fronteados. Nos trabalhos citados, apontam-se os estudos sobre o foco em Hausa e em Kimbundu e Kikongo. Essas duas últimas línguas são referidas por Arends (2009 [1989], p. 104) como dois exemplares de línguas bantas em que, segundo o autor, o fenômeno de clivagem não opera. A seguir, apresentamos um exemplo de Hausa:

---

<sup>14</sup> A título de exemplo, observe-se (i), para o Português da Guiné-Bissau, e compare-se com o dado do Português de Angola (nota 13 acima) e com os dados do texto. (i) uhn, mas é assim, como que você... ficou sabendo sobre... questão da vaga na embaixada e tal? (SANTOS & SILVA, 2018, dado (39), neste volume).

<sup>15</sup> Segundo Oliveira & Holm (2011, p. 32, nota 6), “O termo ‘línguas crioulas do Atlântico’ é um termo técnico em ‘Teoria do Contato’ e se refere aos crioulos que têm sido relacionados às línguas africanas (LAs); (...) Logo, justifica-se que, no conjunto de dados apresentados (...) línguas crioulas da Nicarágua e da Jamaica tenham sido incluídas (...)”.

- (14) Mène nè ya fâru?  
 o. que.m FM.m 3msg.FOC.PFV acontecer  
 Lit.: ‘O que que aconteceu?’  
 (GREEN: 2007, p. 60-69, ap. OLIVEIRA: 2011, p. 101)

Nas seções que se seguem, apresentamos a focalização em CV e em PCV.

### 3. Estruturas focalizadas em Caboverdiano

#### 3.1. Breve panorâmica sociolinguística

Segundo dados do *Ethnologue* – Lewis, Simons & Fannig (2015) – o CV é a língua materna (L1) da maioria da população de Cabo Verde e está em contato apenas com o Português. O *census* de 2010 indica-nos que a população atual de Cabo Verde é de 492.000 e que cerca de 100.000 pessoas (20%) são monolíngues em CV, enquanto os restantes são bilíngues em CV e Português.<sup>16</sup> Há ainda estudos que indicam que, neste país, o Português só é falado como L1 por uma minoria da população (essencialmente, por portugueses ou brasileiros a morar no território) (cf. A. Lopes, 2011). Para esta situação linguística atual, contribuiu a fraca representatividade da língua portuguesa ao longo da história de Cabo Verde e a ausência quase total de instrumentos e de políticas de imposição cultural (e.g., escolas, professores, material didático), razões pelas quais, nos séculos XVII e XVIII, o CV já se tinha consolidado em todo o arquipélago (CARREIRA, 1982), ao ponto de,

<sup>16</sup> Esta convivência entre CV e Português é uma realidade tão presente no dia-a-dia da população que o Governo de Cabo Verde aprovou a Resolução 48/2005 de 14 de novembro, em que assume a intenção de “implementar “bilinguismo assumido” (...), exigência do valor histórico, social, cultural, patrimonial e sentimental das duas principais línguas da nossa vivência antropológica – o Caboverdiano e o Português”.



no séc. XIX, a coroa portuguesa se mostrar preocupada com esta situação, considerada já nessa altura irreversível:

“Os indígenas não falam outra linguagem: rezam em crioulo; os párocos lhes explicam a doutrina cristã em crioulo, e em crioulo falam eles a qualquer autoridade, que não sendo do país carece de intérprete para os entender. Os que habitam nas povoações marítimas pela maior parte compreendem o português, mas não o falam. (...) Os mesmos brancos animam este uso, aprendendo o crioulo logo que chegam da Europa, e usando-o depois no trato doméstico, educando os seus filhos a falarem-no quase com exclusão do português limpo (assim lá chamam, e com razão, o puro)”.

(J. Lima: 1844, apud. DUARTE, 1998, p.124)

### 3.2. *Interrogativas-qu* fronteadas em *Caboverdiano*

No que diz respeito às orações interrogativas-quem em CV, Alexandre (2012) defende que elas envolvem movimento(-qu) dos pronomes interrogativos da sua posição básica para Spec, CP<sup>17</sup> como em (15)-(18), para todos os morfemas interrogativos da língua.

(15) a. **Kenha ki** fasi katxupa?  
quem que fazer (PST) cachupa  
Lit.: ‘Quem que fez cachupa?’ ‘  
Quem (é que) fez a cachupa?’

b. **Ken ki** ka konxe bidjakaria di Nho?  
quem que NEG conhecer velhacaria de senhor  
Lit.: ‘Quem que não conhece velhacaria do senhor?’  
‘Quem (é que) não sabe que o senhor é velhaco?’  
(H. Santos, 2000)

---

<sup>17</sup> Nos referimos às interrogativas *in situ*.

- (16) **Kuse ki** bo ta bebi?  
 coisa que 2SG IPFV beber  
 Lit.: ‘Que que tu bebes?’  
 ‘O que é que tu bebes?’
- (17) **Kantu mudjeris ki** fuxi di kasa?  
 quanto mulheres que fugir(PST) de casa  
 Lit.: ‘Quantas mulheres que fugiram de casa?’  
 ‘Quantas mulheres (é que) fugiram de casa?’
- (18) **Y pamódi ki** ka ta kiriadu kondisons pa  
 E porque que NEG IFV criar+du condições para  
 xina nos língua?  
 aprender POSS língua  
 Lit.: ‘E porque que não são...’  
 ‘E porque é que não são criadas condições para se  
 aprender a nossa língua?’  
 (SILVA:1998, p. 112)

Como se observa nos dados acima, os sintagmas-qu são fronteados para a posição inicial de frase, sendo imediatamente seguidos de *ki* (*que*),<sup>18</sup> sem cópula a intermediar os dois elementos. Quanto às possibilidades de clivagem, o CV disponibiliza a estratégia clivada que também se encontra em PE e em PB, com o formato ‘ser X que’, como nos enunciados de (19)-(22):

<sup>18</sup> Note-se que *ki* pode ser omitido em (15)-(18) sem comprometer o significado das frases. No entanto, a quase totalidade dos falantes inquiridos prefere a ocorrência explícita de *ki*, o que parece reforçar a hipótese de que este elemento é a marca morfológica de um traço formal (abstrato) de foco (ou de [+Q]), como propõe Alexandre (2012).

- (19) E [<sub>DP</sub> rapas] **ki** furta galinha.  
COP rapaz que roubar (PST) galinha  
Lit.: ‘É o rapaz que roubou as galinhas.’  
‘Foi o rapaz que roubou as galinhas.’
- (20) Nu atxa m’e [<sub>DP</sub> fidjus di Maria] **ki** furta galinha.  
1pl achar(IPFV) que-COP [filhos de Maria] que roubar  
(PST) galinha  
Lit.: ‘Nós pensamos que é os filhos da Maria que roubou  
as galinhas.’  
‘Nós pensamos que foram os filhos da Maria que roubaram  
as galinhas.’
- (21) **Foi** [<sub>DP</sub> galinha] **ki** rapas furta (e ka patu).  
COP [galinha] que rapaz roubar(PST) (COP NEG pato)  
Lit.: ‘Foi galinha(s) que o rapaz roubou (não foi pato).’  
‘Foram as galinhas que o rapaz roubou (não foram os patos).’
- (22) E [<sub>DP</sub> ku mudjeris] **ki** omi papia.  
COP [com mulheres] que homem falar(PST)  
Lit.: ‘É com mulheres que o homem falou.’  
‘Foi com as mulheres que o homem falou.’ (Alexandre 2006)

Note-se que, nestas clivadas, o verbo *ser* pode aparecer flexionado em tempo (pretérito, como a em (21)) *foi*, embora a forma preferida seja *e* “*é*”. Além desta estratégia de clivada, registra-se em CV outra, aparentemente mais frequente, de clivada sem cópula, implicando obrigatoriamente a não

ocorrência da cópula e em I<sup>19</sup> e envolvendo apenas a forma *ki* (que) em C. Podemos afirmar ainda que estas construções pseudoclivadas invertidas de *ki* em CV geram leituras ambíguas entre clivadas e relativas (cf. (23)-(25)):

(23) **Djon ki** sabi e undi.

João que saber COP onde

Lit.: 'João que sabe é onde.'

'O João é que sabe onde é.' (Quint-Abrial, 1998)

(24) **Galinha ki** rapas furta (e ka patu).

Galinha que rapaz roubar (PST) (Cop NEG pato)

Lit.: 'Galinha que o rapaz roubou (não é pato).'

'As galinhas é que o rapaz roubou (não foi os patos).'

(25) **Oxi ki** N ta po-bu na korda.

Hoje que 1SG IPFV pôr-2sg em corda

Lit.: 'Hoje que vou-te pôr na corda.'

'Hoje é que eu te apanho.' (Santos, 2000)

Orações interrogativas-qu fronteadas como (15)-(18), também consideradas na literatura como um tipo de clivada<sup>20</sup> e clivadas como (19)-(22) levaram Alexandre (2006) a propor que em CV, é necessário lexicalizar a posição C<sup>o</sup> [+Q] por Merge.<sup>21</sup> Tal proposta pretende dar conta, especificamen-

<sup>19</sup> Recorde-se que em CV, na variante de Santiago, não existe *e ki* (é que) como alternativa a *ki* (que).

<sup>20</sup> "Pseudoclivada invertida do tipo que" - cf. Oliveira (2014, p. 438); Braga, Kato & Miotto (2009, p. 283).

<sup>21</sup> A necessidade de lexicalizar C<sup>o</sup> por Merge com *ki* não é exclusiva das estruturas interrogativas-qu e clivadas em CV. Também em construções relativas e noutras variantes do

te, das construções em que a posição de Spec/CP se encontra preenchida por um elemento-qu e, em C<sup>o</sup> ocorre, simultaneamente, *ki*. Saliente-se que esta proposta não pode ser considerada um contra-argumento àquilo a que nas primeiras fases do Programa Gerativista se designava por *Doubly Filled C Filter* (cf. CHOMSKY & LASNIK 1977), que excluía a coocorrência de um sintagma-qu e de um complementador em C (atualmente, em CP), por razões de legitimação dos vestígios, dado que se sabe hoje que este filtro não é universal.

## 4. Estruturas focalizadas em Português de Cabo Verde

### 4.1. Breve panorâmica sociolinguística

Fatores históricos e sociais explicam a dinâmica do Português em África que conduziu à emergência de novas línguas e de outras variedades do Português. Concretamente, no século XV e XVI, a partir do contato linguístico entre o Português e várias línguas africanas que coabitaram o mesmo espaço, formaram-se os crioulos da Alta Guiné (Caboverdiano, Kriyol e Crioulo de Casamansa). Daí até a atualidade, e em particular em Cabo Verde, o Português continua a conviver com o CV, mas não se nativizou (contrariamente ao que encontramos noutros espaços africanos, em que uma variedade de Português L1 começa a emergir, parecendo estar a nativizar-se efetivamente, sendo já a língua materna de uma parte significativa da população – e.g.,

---

CV além da de Santiago, a ocorrência de *ki* (ou *k'*) é obrigatória. Atente-se no exemplo de uma oração relativa dada por Cardoso (1989), para o CV de São Nicolau:

(i) Kel rapaz má ken k'botá ta papia...

DET moço com quem COMP 2sg estar-PST IPFV falar

Lit.: 'Aquele moço com quem que tu estavas a falar.'

(CARDOSO: 1989, p. 34, ap. F. LOPES: 2012b, p. 38, adaptado)

em São Tomé e Príncipe, Luanda, e Maputo).<sup>22</sup> O que se observa em Cabo Verde é uma variedade do Português que é falada como L2 (e oficial) pela maioria da população, não havendo já uma clara separação funcional entre o CV e o Português. Por isto, a variedade de Português falada em Cabo Verde (o PCV) depende de vários fatores, como (i) o grau de instrução dos falantes; (ii) o grau de exposição à língua portuguesa (e a qualidade do *input*) e (iii) as condições socioeconômicas dos falantes.

Na linha de A. Lopes (2011), inclusivamente os falantes mais instruídos apresentam falhas no processo de aquisição do Português L2 em Cabo Verde, já que (i) não há acesso à norma europeia (ao PE), nem naturalmente, nem formalmente, pois só um número muito reduzido de falantes domina plenamente a norma, e (ii) há *transfer* negativo da L1 (o CV) para a L2 (o Português). A título de exemplo, Monteiro (2009, p. 100),<sup>23</sup> refere que as crianças do seu estudo, no 1º ano, não leem em Português e que no 2º são pouquíssimas as crianças que conseguem ler. Segundo a autora, no recinto escolar, ouve-se o CV em 100% dos casos, concluindo que a língua portuguesa e a escola acabam por funcionar como fator de exclusão (MONTEIRO: 2009, p. 102). Apesar de nos *corpora* consultados não se registrar um grande

---

<sup>22</sup> Para uma reflexão mais aprofundada sobre este assunto, veja-se Hagemeyer & Alexandre (2013), que questionam as consequências da existência de uma nova variedade de Português para a comunidade que a fala e qual deverá ser o papel dos linguistas. Para os autores, as variedades africanas do Português exibem um contínuo muito amplo, devido ao estatuto do Português como L1 ou L2 e a diversas variáveis sociolinguísticas (e.g., nível de educação, idade, grau de exposição à língua portuguesa, etc.). Estas variedades apresentam também muita convergência com o PE padrão em muitas áreas da gramática. Ver ainda Figueiredo & Oliveira (2013, p. 175) que reclamam o estatuto do Português do Libolo (Angola) como L1.

<sup>23</sup> Um estudo realizado nas escolas públicas da cidade da Praia com crianças entre os 6 e os 9 anos. Todas as crianças têm o CCV como língua materna, que utilizam normalmente em casa, com os amigos da família, os da escola e outros, usando o CCV, inclusive, para se dirigirem aos professores, que também recorrem sistematicamente ao CCV durante as aulas para explicitarem as matérias.

número de interrogativas-qu<sup>24</sup> e de clivadas sem cópula, registram-se algumas frases em que a focalização é feita com *que*, tipicamente depois do pronome e do advérbio *porque* e *onde*, como em (26)-(27), mas também com *quem* e *como* (28)-(29), para interrogativas-qu, e estruturas clivadas (30):

- (26) a. sinceramente não vejo **porquê que** eu... eu não  
gostaria... é uma questão...  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 3)
- b. ... acho normal não (...) **porquê que** aconteceu no Brasil?  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 109)
- c. ... o chinês... **porquê que** se vai pôr tantos problemas a  
aprender a escrever crioulo?  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 119)
- d. ... **porquê que** acontece muitas vezes com os  
santiaguenses – até celebrativa não é?  
(A. LOPES 2011, Anexo 7: 158)
- e. ... acho que tratamento igual não é igual a igualar –  
**porquê que** eu digo igualar?  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 161)
- f. ... eu vou responder esta pergunta com uma outra –  
**porquê que** o cicerone de são Vicente era um indivíduo  
*bazofu*?  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 296)

---

<sup>24</sup> A escassez destas estruturas nos dados de *corpora* deve-se essencialmente à natureza da recolha destes dados, já que, normalmente, se pede aos informantes que falem sobre um determinado tópico, não havendo assim, situações dialógicas, mas antes monológicas. Por isto, consideramos também os dados relevantes presentes nas perguntas do inquiridor, sempre que se sabe que essa pessoa é falante de PCV.

- g. ... eu comigo mesmo muitas vezes dizia – “mas **porquê que** essas missas que são dadas aí...”  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 306)
- h. eu muitas vezes pergunto – mas **porquê que** não falam em crioulo – se o povo entende?  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 306)
- (27) ... este é crioulo de Nassau - um sítio que não tinha nada a ver... lá para as Índias Ocidentais... ou sei lá **onde... que** os portugueses tinham lá estado numa situação similar àquela que tivemos em Cabo Verde.  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 67)
- (28) ... então eu ficava assim a pensar – mas **quem que** está a falar errado?  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 343)
- (29) **Como que** acha que é a sua proficiência geral em português e em crioulo?  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 332)
- (30) a. “o MpD não se deve escandalizar -se (...), porque ele **que**, com a sua maioria, fez batota na Assembleia...”  
(*Corpus* África, J10702)
- b. eu cresci numa, num ambiente que só pessoas que vivem na América, que falavam comigo. (VAPOR, ANL)
- c. ... a língua que facilita ou que mais facilita a comunicação



entre os presentes **esse que** é o critério –  
independentemente de ser o crioulo...  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 9)

Como é de esperar, nesta variedade de Português também encontramos outras estratégias de clivagem, especialmente, a pseudoclivada invertida de *é que* ou a clivada ‘ser X que’, como em (31)-(32) abaixo:

(31) a. ... imagine... o que **é que** isso faz lembrar?  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 32)

b. ... o crioulo **é que** comanda a vida - a língua cabo-  
verdiana...  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 21)

(32) a. ... o português é uma língua que eu falo e é a língua  
**que** eu escrevo.  
(A. LOPES: 2011, Anexo 7: 8)

b. ... eu falo o crioulo de São Vicente porque **foi lá que** eu  
me criei desde pequenininha.  
(A. Lopes 2011, Anexo 7: 68)

Como afirmamos acima, concordando com A. Lopes (2011), tais estratégias estão presentes inclusive nos discursos de falantes mais instruídos, pelo que a variável ‘grau de instrução/escolaridade’ não parece desempenhar nesta área um papel relevante.

Perante estes dados, colocam-se as seguintes questões:

- (i) O contato com o CV, que realiza morfologicamente foco em C<sup>o</sup> através de *ki* (que), condiciona o uso da estratégia de focalização ‘X que’ em PCV?<sup>25</sup>
- (ii) O morfema *que* da estratégia ‘X que’ terá adquirido traços formais explícitos de foco [+FOC], além do traço [+QU], marcando a oração que ele introduz como pertencendo à tipologia de estruturas focalizadas?

Neste artigo, consideramos que a focalização de constituintes nominais feita por ‘X que’ e, mais especificamente, por sintagmas interrogativos-que fronteados seguidos de *ki/que*, sem cópula, em PCV e PVB resulta do contato que o Português teve e tem com o CV, no caso do PCV, e com línguas africanas da costa oeste, para o PVB.

Tomando o exemplo da relação Caboverdiano/Português de Cabo Verde, podemos ponderar se a construção de focalização em estudo não passou, no próprio CV, por um processo de relexificação em que o morfema *que* do Português foi reinterpretado como um marcador de frase cuja função é introduzir um domínio oracional focalizado. Essa mudança terá ainda conduzido a uma alteração nos traços formais de *que*, que passa a especificar positivamente o traço [FOC]. Realçamos também o fato de as principais línguas africanas de substrato do CV, pertencentes à família do tronco linguístico Níger-Congo, a saber, Wolof e Mandinga, exibirem processos de focalização distintos, mas em alguns aspectos semelhantes, ao que verificamos em CV. Por exemplo, em Wolof, a clivagem é feita apenas por deslocação do elemento focalizado para Spec, Foc<sup>o</sup>, como [Ayda] em (33), enquanto, em Mandinga, o realce é feito por um elemento que ocorre obrigatoriamente no final da frase, como [di] em (34):

---

<sup>25</sup> Podíamos equacionar também o papel da saliência fônica no processo da não realização da cópula na estratégia ‘X que’, mas não seguiremos esse caminho aqui.

(33) *Wolof*

Ayda mu a leen fa togg-al-oon jën wi daaw.

Ayda 3sg COP<sup>26</sup>3pl LOC cozinhar-BEN-PST peixe o  
ano. passado

Lit.: ‘A Ayda que cozinhou o peixe para esses aí no ano  
passado.’

(adaptado de TORRENCE: 2013, p. 176)

(34) *Mandinga*

Kó-di?

dizer-o. que

‘O que se passa?’

(adaptado de DELAFOSSE: 1955, p. 120)

Assim, é lícito supormos que as primeiras gerações de falantes de Português L2, falantes de línguas níger-congolesas em contato com o Português, tenham escolhido focalizar através do movimento de constituintes para a periferia esquerda do enunciado e, simultaneamente, assinalar esse tipo de construção a partir de um elemento morfológicamente explícito – *que*, dispensando completamente o verbo cópula. Na nossa linha de raciocínio, tanto em PCV como em PVB, as estruturas focalizadas por ‘X que’ são mono-oracionais, porque *que* entra na Numeração como um elemento [+FOC] que é inserido por Merge em C°, havendo apenas movimento-A´ do elemento focalizado para Spec, CP, como sumariamente esquematizado em (35):

---

<sup>26</sup> Segundo Torrence (2013: 180-181), a presença do verbo cópula em (33) é independente de foco.

(35) [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> Onde]<sub>i</sub> [<sub>C°</sub> que] [<sub>IP</sub> o João comprou este livro ~~onde~~<sub>i</sub>]]?

Como se observa em (35), o apagamento de um verbo cópula em C° ou noutro lugar na estrutura de uma frase focalizada não é tomado em consideração na nossa análise. Em nossa análise não levamos ainda em conta a diferença entre sentenças com “qu” ou elementos DPs seguidos por “que” como se observam em Jorge & Oliveira (2012) ou Oliveira (2014).

## 5. Considerações finais

Neste artigo, mostramos que há uma tendência convergente nas estratégias de focalização entre o CV e duas variedades de Português: a caboverdiana e a vernacular brasileira. A partir de dados obtidos em *corpora* escritos e orais e junto de falantes nativos, descrevemos uma estratégia de focalização presente em interrogativas-qu e clivadas do CV, PCV e PVB: a focalização sem cópula, com *ki/que*; questionamos se essa estratégia no PCV seria decorrente da interferência (*transfer* negativo) do CV (língua materna dos caboverdianos) no PCV e se essa interferência estaria relacionada com o grau de instrução dos falantes, tendo concluído que outros fatores (como a natureza dos traços formais de *que* e provavelmente a saliência fônica) pesarão mais na ocorrência daquela estratégia. Finalmente, defendemos uma análise unificada das construções focalizadas por *que*, propondo para elas uma estrutura mono-oracional em que a cópula não é elidida.

### Abreviaturas:

APiCS - Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online;

CV - Caboverdiano;

COMP - Complementador;

COP - Cópula;

DP - Determiner phrase (Sintagma determinante);

FOC - Foco;

IPFV - (Aspecto) imperfectivo;  
Lit. - (Tradução) literal;  
L1/L2 - Língua materna/língua segunda;  
NEG - Negação;  
PCV - Português de Cabo Verde;  
OP - Operador;  
PB - Português brasileiro;  
PE - Português europeu;  
POSS - Possessivo;  
PST - (Aspecto) passado;  
PVB - Português vernacular brasileiro;  
SC - *Small clause* (oração pequena);  
Spec - *Specifier* (especificador);  
t - *trace* (vestígio);  
1,2,3 - Pessoas verbais.

# GUINÉ-BISSAU

NA KAL LINGU KE N NA SKIRBI NEL

“Em que língua escrever”

[...] O N na ten ku papia/ na e lingu lusu/ Ami ku ka sibi/ Nin N ka ten kin ke na oioin/ Ma si i bin sedu sin/ N na ten palavra di pasa/ Erderus di no djorson/ Ma kil ke N ten pa konta/ N na girtal na kriol/ Parekadu pasa di boka pa boka/ Tok i tchiga si distinu.

Na versão portuguesa:

“Ou terei de falar/ Nesta língua lusa/ E eu sem arte sem musa/ Mas assim terei palavras para deixar/ Aos herdeiros do nosso século/ Em crioulo gritarei/ A minha mensagem/ Que de boca em boca/ Fará a sua viagem”.

Odete Costa Semedo – Couto (2008: 89)



# Contribuições para o estudo da prosódia do português de Guiné Bissau: a entoação do contorno neutro

*Vinícius Gonçalves dos Santos<sup>1</sup>*

*Flaviane Romani Fernandes Svartman<sup>2</sup>*

## 1. Introdução<sup>3</sup>

O presente trabalho tem por objetivo a descrição e análise do padrão entoacional de sentenças declarativas neutras<sup>4</sup> do português de Guiné-Bissau (doravante, PGB), no que se refere, especificamente, à investigação da relação entre atribuição de eventos tonais ao contorno entoacional e a formação de domínios prosódicos. Além disso, objetiva-se a comparação dos

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo (Doutorado).

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Este trabalho apresenta os principais resultados obtidos no desenvolvimento da pesquisa de Mestrado intitulada “Aspectos prosódicos do português de Guiné-Bissau: a entoação do contorno neutro” (Santos, 2015) e desenvolvida pelo primeiro autor, sob orientação da segunda autora. A investigação foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo FAPESP 2013/08329-1) e desenvolvida no âmbito do projeto *Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese* (InAPoP) (financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal, processo PTDC/CLE-LIN/119787/2010), projeto internacional do qual os autores são pesquisadores colaboradores estrangeiros. A pesquisa contempla dados advindos de dois estilos discursivos: fala controlada (leitura) e fala espontânea. Neste presente trabalho, apresentaremos os resultados referentes à fala controlada.

<sup>4</sup> Sentenças neutras são enunciados de foco amplo, o qual introduz uma nova informação ao discurso e, portanto, envolve foco na sentença como um todo. O foco amplo diverge do foco estreito (ou foco de identificação/contrastivo), que envolve foco em determinada parte da sentença. Na literatura fonológica a respeito dos padrões de proeminência em línguas como o inglês, o foco amplo é normalmente equiparado ao acento não marcado (neutro) e o foco estreito, ao acento marcado (Frota: 2000, §1.4.1).



resultados encontrados para o PGB com os resultados descritos em trabalhos prévios para o português brasileiro (doravante, PB) e o português europeu (doravante, PE). Na Guiné-Bissau, o português é a língua oficial e coabita com diversas línguas africanas étnicas e um crioulo de base portuguesa, a principal língua veicular do país. Apesar de o português não ser a língua mais falada e ser, sobretudo, uma língua não materna para os guineenses, o idioma exerce um papel social e político significativo em Guiné-Bissau por ter o estatuto de única língua oficial de um país plurilíngue. Poucos, porém, são os trabalhos a respeito do PGB. Desse modo, investigações de suas características gramaticais se fazem necessárias. Este estudo, portanto, no que compete aos seus objetivos, tenciona trazer contribuições a esse domínio pouco explorado, por meio do estudo de aspectos prosódicos do PGB. Neste trabalho, além desta introdução, apresentamos, brevemente alguns aspectos sócio-históricos e sociolinguísticos do PGB (seções 2 e 3). Em seguida, apresentamos os modelos teóricos adotados, bem como os estudos já realizados a respeito da entoação do contorno neutro do português nesses modelos teóricos (seção 4). Delimitamos o *corpus* e a metodologia empregados neste estudo (seção 5) e apresentamos os resultados obtidos da descrição e análise do PGB (seção 6), seguidos da comparação dos mesmos com trabalhos prévios para outras variedades do português (seção 7). Por fim, apresentamos nossas considerações finais (seção 8).

## **2. Aspectos sócio-históricos da Guiné-Bissau**

A Guiné-Bissau é um pequeno país de 36.125 km (dos quais 28.000 km<sup>2</sup> são habitáveis), situado na costa africana ocidental, entre o Senegal e a República da Guiné e banhado pelo Oceano Atlântico (AUGEL: 2007, p. 49). Foi uma das primeiras regiões do continente africano a que os colonizadores portugueses chegaram em decorrência das Grandes Navegações e a primeira colônia portuguesa desse continente a ter a independência de Portugal.

Embora a presença dos portugueses na costa da Guiné (ou seja, o trecho de terra entre o Senegâmbia e a Guiné-Bissau) tenha ocorrido no século anterior, a ocupação das terras guineenses pela Coroa Portuguesa

começou a se efetivar somente a partir de 1558, com a fundação da vila de Cacheu, a fim de assegurar o monopólio português sobre o comércio dos territórios descobertos.

Porém, foi somente a partir do século XVII, por meio dos “lançados” (ou “tangomãos”),<sup>5</sup> que houve, de fato, o estabelecimento de portugueses na região com a prática do comércio consentido pelas autoridades africanas locais. Os “lançados” estabeleciam-se em aldeias e integravam-se socialmente, contudo, mantendo sua língua, que transmitiam ao próximo e aos descendentes (KIHM: 1994, p. 4). Desse modo, começaram a surgir as primeiras povoações portuguesas habitadas também por mestiços e caboverdianos. Todavia, esses núcleos portugueses não exerciam poder efetivo sobre a maioria dos africanos, os quais mantiveram, assim, seus valores culturais e, sobretudo, suas línguas maternas (MELLO: 2007, p. 18).

Os portugueses, por meio dos lucros obtidos com o comércio escravagista da Costa da Guiné, não se aventuraram pelo interior, permanecendo em suas cidades costeiras. Contudo, a partir do final do século XX, após a grande disputa europeia pela África, os portugueses decidiram estabelecer, de fato, o controle do território atribuído a eles na Conferência de Berlim (1884-1885). Com auxílio dos “grumetes” (grupo social mestiço afro-português),<sup>6</sup> eles iniciam campanhas contra os povos guineenses, o que desencadeou um conflito contínuo pelo domínio do interior e dos arquipélagos da Guiné-Bissau. Após várias batalhas, por fim os portugueses obtiveram o controle de todo o território, instaurando-se um regime colonial opressivo.

---

<sup>5</sup> “Lançados” eram os portugueses que viviam à margem da sociedade (muitos deles com registro criminal ou parentesco judaico) e que “lançaram-se” ao mar a fim de estabelecerem negociações comerciais no continente africano. Normalmente passavam algum tempo nas ilhas de Cabo Verde para posteriormente seguirem à costa da África (KIHM: 1994, p. 4).

<sup>6</sup> “Grumetes” eram os africanos que se tornaram cristãos, começaram a trabalhar para os portugueses como marinheiros e como intermediários nas negociações com os africanos não assimilados (nativos) e se estabeleceram em aldeias próximas às povoações portuguesas (KIHM: 1994, p. 4).

Em decorrência disso, começou a surgir, frente a esse regime, um sentimento nacionalista entre os poucos guineenses instruídos, o que levou à fundação do Partido Africano para a Independência de Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) pelo intelectual Amílcar Cabral em 1956. Ao perceber o movimento do partido, que veio a ganhar corpo armado e apoio da população urbana, o governo colonialista iniciou um período de repressão no ano de 1959. O resultado desse processo foi o início, em 1963, de uma década de luta armada contra o regime colonial pela libertação do país. Após a consolidação do domínio territorial pelos rebeldes, o partido declarou, unilateralmente, a independência do país em 24 de setembro de 1973, reconhecida por Portugal somente um ano depois, com a Revolução dos Cravos.

Ao emergir de uma luta armada de libertação, a Guiné-Bissau encontrou-se em meio a um período de grandes dificuldades: os cofres do Estado estavam vazios, o país havia ficado dependente de ajuda externa, a administração pública fora abandonada pela maior parte de seus agentes (caboverdianos que deixaram o país após a independência), não havia mão de obra qualificada em qualquer setor e a população era formada por 95% de analfabetos (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 16).

Desse modo, o país se tornou um dos mais pobres do mundo atualmente: se, por um lado, o período colonial, de economia de base exclusivamente agrícola, não introduziu nenhum desenvolvimento infraestrutural no país, a crise político-militar da década de 1990, por sua vez, instaurou um período de instabilidade, com sucessivos golpes militares e governos transitórios, que perdura até os dias atuais. Como consequência desse quadro instável, a atual República da Guiné-Bissau encontra poucas oportunidades de um desenvolvimento pleno – seja na área econômica, educacional ou de saúde básica –, confrontando-se com permanentes períodos de greve de funcionários e também com problemas de baixa qualidade dos serviços.

### 3. Situação sociolinguística e o português falado em Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau contempla uma vasta diversidade étnica e cultural em seu território pouco extenso. A crescente população, estimada em 1.704.255 habitantes (Banco Mundial 2013), distribui-se entre mais de vinte etnias e suas respectivas línguas e dialetos. Essas línguas africanas,<sup>7</sup> maternas para a maior parte da população, coabitam com duas outras línguas de papel social e político de grande importância: o crioulo de Guiné-Bissau, língua veicular e de unidade nacional, e o português, única língua oficial do país (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 28).

O crioulo de Guiné-Bissau é a língua que mais falantes possui em Guiné-Bissau: a percentagem de falantes, no censo de 1991, totaliza 51% da população.<sup>8</sup> Porém, apesar de amplamente difundido, ele kriol não é a

---

<sup>7</sup> As línguas africanas faladas em Guiné-Bissau têm seu uso concentrado nas áreas rurais do país, sendo utilizadas no cotidiano das aldeias e em práticas tradicionais (cerimônias religiosas, festividades e outras tradições), o que as torna um dos elos fundamentais entre o indivíduo e a identidade comunitária de uma mesma etnia. Entre mais de duas dezenas de línguas, as mais expressivas em número de falantes são, em ordem de importância numérica, as seguintes: fula, balanta, mandinga, manjaco, papel, felupe, beafada, bijagó, mancanha, nalu; todas pertencentes aos grupos Oeste-Atlântico e Mandé da família de línguas nigerocongolesas. As quatro primeiras línguas, com o maior número de falantes, são faladas por mais de 70% da população, segundo o censo de 1991 (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 28-29).

<sup>8</sup> O crioulo de Guiné-Bissau, localmente chamado de kriyol, é uma língua afro-romance de base lexical portuguesa falada na República da Guiné-Bissau e na região de Casamansa (Senegal). Originada do contato da língua dos colonizadores portugueses com as línguas autóctones - diversas línguas africanas nigerocongolesas (particularmente dos grupos Mandé e Atlântico) -, a língua já estava estruturada lexical e morfossintaticamente desde o século XVII - ver Kihm (1994, p. 5). Assim como para as demais línguas guineenses, não há dados censitários oficiais e atuais para o crioulo. Contudo, segundo Benson (2010 apud FONSECA: 2012, p. 31), o crioulo é a língua materna de cerca de 15% da população e 30-40% dos guineenses a têm como segunda língua; para Candé (2007 apud FONSECA: 2012, p. 29), essa língua é falada por 60-70% dos guineenses; por fim, refere-se ainda que 90% dos guineenses têm pelo menos um domínio passivo do idioma (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 50).

língua materna de grande parte dos guineenses – exceto nos grandes centros urbanos, como a capital Bissau, em que uma considerável parte dos jovens e crianças desconhece as línguas africanas do país (AUGEL: 2007, p. 81). O contato com o crioulo acontece muito cedo e muitas vezes é aprendido em conjunto com uma língua africana. Assim, o crioulo é a língua veicular e de unidade nacional, e tem seu uso notadamente no cotidiano urbano do país devido à intensa interação entre falantes de etnias distintas nesse ambiente.

Segundo Kihm (1994: 7), apesar das discussões para tornar o crioulo a língua oficial (ou uma entre as línguas oficiais) após a independência da Guiné-Bissau, era necessário que o português continuasse a ser oficial a fim de se manter o contato com as outras ex-colônias portuguesas da África e com a lusofonia em geral. Os planos de tornar o crioulo uma língua oficial nunca se concretizaram, tornando-se o português a única língua oficial do país.

A língua portuguesa nunca foi difundida em Guiné-Bissau ao longo de toda a história de ocupação colonial (já que os núcleos portugueses se mantinham na costa), e não seria diferente nas décadas seguintes à independência, devido à disseminação do crioulo como língua veicular de comunicação interétnica.

Muitas bases de dados atestam o expressivo desconhecimento dessa língua por parte dos guineenses. O censo de 1991, por exemplo, aponta que somente cerca de 9% dos guineenses declaravam-se falantes do idioma, incluindo os que o tinham como primeira (1% dos falantes), segunda (3% dos falantes) e terceira língua (5% dos falantes) – Augel: 1997, p. 252). Atualmente, aproximadamente 13% da população é falante do idioma, sendo essencialmente como segunda ou terceira língua, segundo Couto & Embaló (2010: 45). Os dados censitários corroboram o fato de o português, apesar de língua oficial, até hoje não ser língua vernácula no país e ter seu uso limitado ao meio formal, a casos específicos.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Segundo Couto & Embaló (2010, p. 47), o português “... só é adquirido como língua primeira, materna, por uma insignificante franja de filhos de guineenses que, tendo estu-

Além do processo sócio-histórico que levou o português a estatuto de língua oficial, a presença dessa língua em Guiné-Bissau justifica-se mediante ao decreto de lei nº 7/2007, de 12 de novembro de 2007, que determina a obrigatoriedade da utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas (FONSECA: 2012, p. 27). Todavia, o que se encontra na prática não corresponde exatamente ao que está promulgado. No nível governamental, em repartições e instituições públicas, os funcionários comunicam-se em português com quem se dirige a eles nessa língua.

Porém, é o crioulo que geralmente utilizam com a comunidade. Já em situações de maior formalidade, o uso do português é a primeira opção (FONSECA: 2012, p. 44). Além disso, os meios de comunicação em massa utilizam o português (imprensa escrita de periodicidade regular) ou o crioulo (no caso de programas radiofônicos e de televisão). No caso da televisão, a presença do português é preponderante devido à fraca produção nacional, o que implica a importação de programas, principalmente de Portugal e do Brasil, apesar de existirem programas em crioulo, sobretudo noticiários e debates – ver: Fonseca (2012, p. 29); Couto & Embaló (2010).

Por ser obrigatório em instituições públicas, o português é a língua de uso obrigatório no ensino, fato que já ocorria desde a era colonial. Desse modo, no recinto escolar, é esse o idioma que deve ser utilizado. Entretanto, muitos professores não o dominam suficientemente e recorrem ao crioulo frequentemente por não saberem explicar o assunto em português ou pela razão de os alunos não conseguirem entender as explicações dadas nessa língua.

Sendo o português a língua de letramento existente no país, por conseguinte, praticamente todo o acervo histórico-cultural do país que se tem

---

dado em Portugal ou no Brasil, adotaram-no como língua de comunicação familiar ou por filhos de casais mistos de guineenses com falantes de português de outras nacionalidades. É também o caso de filhos de portugueses residentes na Guiné-Bissau ou, então, de filhos de outros estrangeiros que por um motivo ou outro falem português em casa. No entanto, estas crianças que, desde cedo entram em contato com o crioulo, quer ouvindo os familiares falando, quer brincando na rua com outras crianças, aprendem-no rapidamente”.

registrado está nesse idioma: todas as produções ocorridas durante a época colonial, os livros didáticos atualmente utilizados (importados de Portugal), praticamente todas as publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa e a maior parte da literatura existente – apesar de recentemente surgir uma crescente produção literária em crioulo (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 48).

Por fim, o idioma é visto como língua de prestígio associada à elite, a pessoas com certo grau de instrução ou que viveram no exterior. E, apesar de nem mesmo a elite instruída falar espontaneamente o português em situações naturais, há, entretanto, fomentadores dessa língua em Guiné-Bissau, como os centros culturais em Bissau (Centro Cultural Português e o Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau) que oferecem ocasionalmente cursos de português, além de possuírem pequenas bibliotecas acessíveis ao público. Todavia, o elemento preponderante na promoção do português no país é o fato de ele consistir na única língua oficial e, assim sendo, é utilizado pelos principais meios de difusão: o ensino formal obrigatório (escola) e os meios de comunicação em massa (rádio e TV). Além disso, com o desenvolvimento das relações exteriores do país, tem havido uma intensificação nas relações com os demais membros dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e, por meio dos programas de cooperação internacional com a lusofonia (como bolsas de estudos concedidas aos guineenses para estudarem fora do país), o idioma tem recebido cada vez mais destaque. Em geral, os guineenses consideram o acesso ao português como uma forma de garantia de ascensão social e de desenvolvimento do país – ver: Couto & Embaló (2010); Fonseca (2012).

Por não ser uma língua materna de parte significativa da população, segundo Couto e Embaló (2010), o português falado em Guiné-Bissau apresenta certas especificidades gramaticais variáveis que são consequências do quadro multilíngue da Guiné-Bissau: a interação de diversas línguas no país resulta em uma escala de variabilidade linguística denominada “continuum guineense”, que vai desde as línguas nativas até o português lusitano, passando por variedades do crioulo e pelo português acrioulado,

que, para os autores, é o português falado de fato em Guiné-Bissau. Segundo Couto e Embaló (2010), essa variedade de português apresenta uma série de particularidades fonético-fonológicas, morfossintáticas e léxico-semânticas que a diferencia de outras variedades de português, como as brasileira e europeia. No nível fonético-fonológico, por exemplo, há, na variedade guineense do português, a neutralização da distinção entre as consoantes coronais vibrantes, a neutralização de altura entre as vogais médias, a realização plena do arquifonema consonantal nasal em posição de coda silábica, e, finalmente, o ritmo da frase divergente do ritmo da frase do português lusitano e do português brasileiro (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 51).<sup>10</sup>

Apresentados os principais aspectos sócio-históricos e sociolinguísticos de Guiné Bissau e do português falado no país, passamos a abordar o quadro teórico que norteia a presente investigação.

#### **4. Quadro teórico e estudos prévios sobre a prosódia do padrão entoacional neutro de outras variedades do português**

##### *4.1. Fonologia Entoacional<sup>11</sup>*

No que diz respeito à descrição e à análise entoacional, o presente trabalho é desenvolvido à luz do quadro teórico da Fonologia Entoacional: Pierrehumbert (1980), Beckman & Pierrehumbert (1986), Pierrehumbert & Beckman (1988), Hayes & Lahiri (1991), Ladd (1996, 2008), entre outros. Um dos principais objetivos da teoria é identificar os elementos contrastivos da estrutura entoacional e fornecer um aparato descritivo potencialmente

---

<sup>10</sup> Para as demais características lexicais, morfossintáticas e semântico-pragmáticas do português guineense apontadas, confira Couto & Embaló (2010, p. 51-55).

<sup>11</sup> Fonologia Entoacional” é a expressão mais utilizada na literatura brasileira sobre prosódia, e é a que também adotaremos, neste capítulo, para a teoria “Fonologia Autossegmental Métrica” de análise entoacional.



universal para a entoação. Para o modelo, cuja entoação apresenta uma organização fonológica própria, um contorno entoacional constitui-se, fonologicamente, de uma sequência de unidades discretas, os eventos tonais, que por sua vez são originados a partir de dois níveis de tons primitivos ou alvos de altura e que são suficientes para a descrição da variação de altura da curva entoacional: alto (H – high) e baixo (L – low) – Ladd (2008 [1996]: 72).<sup>12</sup> Os eventos tonais são localmente definidos, constituem blocos de contorno e associam-se a pontos específicos na cadeia segmental. Assim, o contorno que está entre os eventos tonais é fonologicamente não especificado e pode ser descrito em termos de transição de um evento para o outro – Ladd (2008[1996]: 44). A representação fonética de uma sequência de eventos tonais consiste no contorno da frequência fundamental (F0).

Os eventos tonais de maior relevância na cadeia tonal de línguas como o português e o inglês (nas quais não há configurações tonais linguisticamente significativas no nível lexical) são os acentos tonais e os tons relacionados a fronteiras. Os acentos tonais são associados a sílabas portadoras de acento lexical da cadeia segmental e podem ser simples, monotonais (L\* ou H\*), ou complexos, bitonais (H\*+L, H+L\*, L\*+H ou L+H\*). Já os tons relacionados a fronteiras são associados a fronteiras de constituintes prosódicos e podem ser de dois tipos: tons de fronteira (L% ou H%)<sup>13</sup> ou acentos frasais (L- ou

<sup>12</sup> Além do uso dos símbolos “H” e “L”, há também outras convenções utilizadas para a representação das variações de altura: (i) “!” antecedendo um “H” (!H) significa “achatamento” (denominado *downstep* ‘degrau abaixo’) do nível, em escala de F0, de um tom H em relação a outro tom H imediatamente precedente; e (ii) “i” antecedendo um “H” (iH) significa ascendência abrupta (denominada *upstep* ‘degrau acima’) do nível, em escala de F0, de um tom H em relação a outro tom H imediatamente precedente.

<sup>13</sup> Afora as anotações dadas tradicionalmente, o modelo não exclui a possibilidade de existência de acentos tritonais ou tons relacionados a fronteiras bitonais, caso essas anotações sejam necessárias para caracterizar os contrastes entoacionais de determinada língua. Este é o caso do português (variedades brasileira, europeia e guineense), em que tons de fronteiras complexos (LH% e HL%) são atestados (ver FROTA: 2014; FROTA et al. 2015; SANTOS 2015; entre outros).

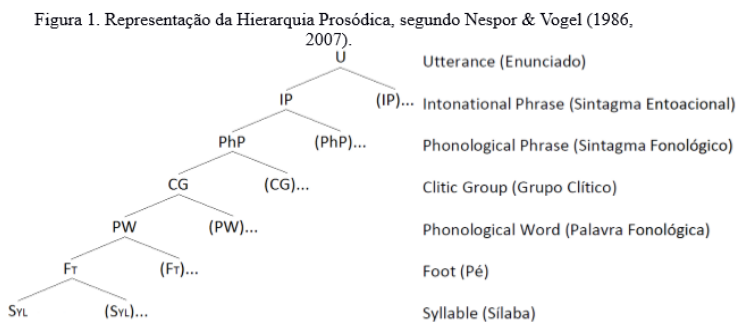
H-) – ver: Pierrehumbert (1980), Hayes & Lahiri (1991), entre outros.

A perspectiva de análise que assumimos dentro do quadro teórico da Fonologia Entoacional prevê a integração entre entoação e domínios prosódicos – Hayes & Lahiri (1991), Frota (2000), Tenani (2002). Conforme tal visão, a atribuição de eventos tonais à cadeia segmental depende de relações de constituição e proeminência definidas na estrutura prosódica fornecida pela hierarquia prosódica, abordada na seção a seguir.

#### *4.2. Fonologia Prosódica*

De acordo com a Fonologia Prosódica – Selkirk (1984, 1986, 2000), Nespor & Vogel (1986, 2007) –, a fala é organizada em constituintes prosódicos, cuja formação se dá a partir de informações acessadas em outros níveis da gramática. A relação entre a fonologia e os demais módulos da gramática é parcialmente determinada, isto é, a estrutura dos constituintes prosódicos não corresponde necessariamente a constituintes sintáticos e morfológicos por exemplo. O mapeamento sintático-fonológico fornece uma representação prosódica na qual os constituintes prosódicos, organizados hierarquicamente, são compostos por uma ou mais unidades do nível imediatamente abaixo. Tal hierarquia, na perspectiva de Nespor e Vogel (1986, 2007), é disposta conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1. Representação da Hierarquia Prosódica, segundo Nespor & Vogel (1986, 2007)<sup>14</sup>



Fonte: Bisol (2001: 230), símbolos modificados.

Evidências para a organização hierárquica em domínios prosódicos são dadas por meio da observação da operação de certos processos fonológicos segmentais (como regras de sândi externo e haplogogia sintática e alongamento segmental de fronteiras prosódicas), rítmicos (como regras de retração de acento) e tonais (atribuição de tons) em diversos idiomas e que se aplicam no interior e entre limites de certos domínios e que são bloqueados em outros – Nespor & Vogel (1986, 2007), Frota (2000).<sup>15</sup> A palavra fonológica (PW), o sintagma fonológico (PhP) e o sintagma entoacional (IP) são os domínios prosódicos considerados no presente estudo por serem esses os domínios privilegiados, de modo geral, na associação de eventos tonais nas variedades de português até o momento estudadas.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> *Intonational Phrase* e *Phonological Phrase* são usualmente traduzidos como “frase entoacional” e “frase fonológica” na literatura linguística brasileira sobre Fonologia Prosódica. Optamos, porém, pelas traduções “sintagma entoacional” e “sintagma fonológico” devido ao fato de o termo *phrase* do inglês remeter, em termos sintáticos, a um sintagma, uma unidade menor que a frase.

<sup>15</sup> Sobre a formação e definição dos constituintes da hierarquia prosódica, confira, entre outros, Nespor & Vogel (1986) e Selkirk (1986, 2000).

<sup>16</sup> No PE, a depender da variedade, PhP (VIGÁRIO & FROTA: 2003; FROTA & VIGÁRIO: 2007; CRUZ: 2013) ou IP (FROTA: 2000; FROTA & VIGÁRIO: 2003) é o domínio

### 4.3. O padrão entoacional neutro do PE e do PB descrito em estudos prévios

#### 4.3.1. Português europeu

O contorno entoacional das sentenças declarativas neutras da variedade padrão do PE (doravante, SEP<sup>17</sup>), falada na região de Lisboa, é constituído por um pico inicial, um platô intermediário e uma descida final pronunciada. Com relação ao contorno entoacional final, a descida final é caracterizada por um alvo tonal baixo (L) alinhado à sílaba tônica e imediatamente precedido por um tom alto (H) (portanto, um acento bitonal descendente H+L\*); o acento tonal ocorre associado à sílaba portadora

---

relevante na associação de acentos tonais ao contorno entoacional. PhP é o domínio relevante na associação de acentos frasais (CRUZ: 2013); IP, na associação de tons de fronteira (FROTA: 2000; FROTA & VIGÁRIO: 2003, VIGÁRIO & FROTA: 2007, CRUZ: 2013). No PB, PW (FERNANDES: 2007a, 2007b; TENANI & FERNANDES-SVARTMAN: 2008; TONELI: 2014) e PhP (FROTA & VIGÁRIO: 2000; TENANI: 2002) são os domínios relevantes na associação de acentos tonais; PhP (FERNANDES: 2007a, 2007b; TENANI & FERNANDES-SVARTMAN: 2008) e IP (FROTA & VIGÁRIO: 2000; TENANI: 2002; FERNANDES: 2007a, 2007b; FERNANDES-SVARTMAN: 2009) na associação de acentos frasais e de tons de fronteiras respectivamente. Na formação dos domínios prosódicos em português, assume-se, em linhas gerais, que a PW é o domínio prosódico no qual pode haver apenas um acento primário ou lexical (VIGÁRIO: 2003). Por sua vez, PhP corresponde ao domínio que abrange um núcleo lexical e todos os elementos funcionais de seu lado não recursivo que ainda estejam dentro da projecção máxima de tal núcleo; além disso, pode ainda abranger, opcionalmente, o sintagma subsequente que seja complemento não ramificado desse mesmo núcleo lexical (FROTA: 2000). Já IP consiste em: (i) todos os PhPs em uma sequência que não esteja incorporada estruturalmente à árvore da sentença; (ii) toda sequência de PhPs adjacentes pertencentes a uma sentença raiz; (iii) um contorno entoacional, cujas fronteiras coincidem com a posição nas quais pausas gramaticais podem ser inseridas em um enunciado (FROTA: 2000). Sobre os domínios prosódicos em português, confira, entre outros: Schwindt (2000, 2001), Vigário (2003), Simioni (2008) e Toneli (2009, 2014) para PW; Frota (2000), Sândalo & Truckenbrodt (2002) e Tenani (2002, 2004) para PhP; Frota (2000) e Tenani (2002) para IP.

<sup>17</sup> Do inglês *Standard European Portuguese*. Uma lista de abreviaturas e símbolos segue ao final..

de acento lexical da palavra fonológica cabeça do sintagma entoacional,<sup>18</sup> seguido por um tom de fronteira baixo (L%) associado à fronteira direita desse sintagma – Falé (1995), Frota (1997, 2000, 2002a, 2002b), Vigário (1998), Frota & Vigário (2000). O acento tonal associado à palavra fonológica cabeça do sintagma entoacional e o tom de fronteira associado à fronteira direita desse sintagma formam juntos o contorno entoacional nuclear das sentenças declarativas neutras. Já em relação ao contorno entoacional inicial, os seguintes eventos tonais podem estar relacionados ao pico inicial: (i) um acento tonal (normalmente H\* ou L\*+H), associado à primeira sílaba portadora de acento lexical – Frota (1993, 1997, 2000, 2002a, 2002b, 2003), Vigário (1998), Grønnum & Viana (1999); (ii) um tom de fronteira %H, associado à fronteira esquerda de IP – Frota (1993, 2000, 2003; Vigário 1998); ou (iii) um tom H com uma associação secundária à primeira PW – Vigário (1998), Frota (2003). O trecho do contorno entre o pico inicial e a queda final não contém normalmente eventos tonais, possuindo, assim, o formato de um platô. No que se refere a variedades não padrão do PE, estas podem apresentar características entoacionais distintas do SEP.

O contorno nuclear das declarativas neutras da variedade setentrional do PE falada na região de Braga (doravante, NEP<sup>19</sup>), diferentemente do SEP, é caracterizado por um acento monotonal baixo seguido de um tom de fronteira também baixo (L\* L%) – Vigário & Frota (2003). Com relação às variedades centro-meridionais do PE – nomeadamente a variedade alentejana (doravante, ALE) que é falada na região de Castro Verde e a Algarvia (doravante, ALG) que é falada na região de Albufeira –, as declarativas neutras são produzidas com a configuração tonal nuclear H+L\* L%, semelhante ao SEP. Todavia, a configuração tonal L\* L% também é

---

<sup>18</sup> A palavra fonológica cabeça de um sintagma entoacional é o constituinte prosódico no qual recai a proeminência principal desse sintagma. No português, essa é a palavra fonológica mais à direita de IP. Por sua vez, a palavra fonológica cabeça de um sintagma fonológico é a palavra fonológica mais à direita desse sintagma.

<sup>19</sup> Do inglês *Northern European Portuguese*.

possível no ALE (CRUZ: 2013). Ademais, os sintagmas entoacionais não finais de sentenças mapeadas em mais de um sintagma entoacional são caracterizados pelos seguintes contornos entoacionais nucleares: L\*+H H % e H+L\* H% (SEP e NEP) e L+H\* H% e L\* L% (NEP) (FROTA *et al.*: 2007).

Com relação ao contorno entoacional não nuclear de variedades não padrão do PE (NEP, ALE e ALG), encontram-se diferenças em relação ao SEP quanto à densidade tonal (isto é, a proporção de acentos tonais em relação ao número de palavras prosódicas de um contorno entoacional), conferida pela maior atribuição de acentos tonais nas variedades não padrão. O SEP é caracterizado por uma distribuição esparsa de acentos tonais no IP, na medida em que é pouco frequente a ocorrência de eventos tonais além dos que compõem a melodia mínima - isto é, o acento tonal nuclear de IP e o tom de fronteira associado à fronteira direita desse sintagma (FROTA & VIGÁRIO: 2000). O NEP, entretanto, apresenta uma densidade tonal maior, conferida pela maior atribuição de acentos tonais por IP (VIGÁRIO & FROTA: 2003), assim como o ALE e o ALG, visto que a cada palavra fonológica cabeça de PhP dessas variedades é associado um acento tonal (CRUZ: 2013, §4.3.2.4).

Por fim, diferentemente das demais variedades do PE, nas quais somente as fronteiras de IPs são marcadas por eventos tonais, no ALE, as fronteiras de PhPs também podem ser marcadas entoacionalmente: nessa variedade centro-meridional do PE, há a possibilidade de um acento frasal de tom baixo ser associado à fronteira esquerda do PhP mais à direita de um IP, isto é, o PhP cabeça do IP (CRUZ: 2013, § 4.3.2.2).

#### 4.3.2. *Português brasileiro*

O contorno entoacional nuclear das sentenças declarativas neutras do PB (variedades paulista, carioca, baiana, mineira e gaúcha) é caracterizado pela configuração tonal H+L\* L% (FROTA & VIGÁRIO: 2000; TENANI: 2002; FERNANDES: 2007a, 2007b; SERRA: 2009; FROTA *et al.*: 2015;

entre outros). Além disso, os sintagmas entoacionais não finais de sentenças mapeadas em mais de um sintagma entoacional (com base no estudo da variedade carioca) são caracterizados pelos seguintes contornos entoacionais nucleares: L+H\* H%, L\*+H H% e H+L\* H% (TENANI: 2002; SERRA: 2009; entre outros).

No que se refere ao contorno entoacional não nuclear, são encontrados, no PB (variedade paulista), acentos tonais associados obrigatoriamente à palavra fonológica cabeça de sintagma fonológico (FROTA & VIGÁRIO: 2000; TENANI: 2002; FERNANDES: 2007a, 2007b) e, opcionalmente, à palavra fonológica não cabeça de sintagma fonológico, dependendo do número de sílabas que compõe tais palavras e de sua(s) posição(ões) nas sentenças (FERNANDES: 2007a, 2007b; VIGÁRIO & FERNANDES-SVARTMAN: 2010; TONELLI: 2014). Além disso, tons adicionais H podem ser encontrados associados a sílabas pretônicas, nas quais são percebidos acentos secundários, em palavras fonológicas com duas ou mais sílabas pretônicas (TENANI: 2002; FERNANDES: 2007a, 2007b; FERNANDES-SVARTMAN: 2009).

Quanto às fronteiras de constituintes prosódicos, não são encontrados acentos frasais associados a fronteiras de sintagmas fonológicos em sentenças declarativas neutras, embora haja a possibilidade da associação de um acento frasal de tom baixo (L-) à fronteira direita de um sintagma fonológico no qual um elemento focalizado é mapeado - segundo dados da variedade paulista (FERNANDES: 2007a, 2007b; TENANI & FERNANDES-SVARTMAN: 2008).

## 5. 'Corpus' e Metodologia

O *corpus* de análise do presente estudo é derivado da adaptação ao PGB de um *corpus* pré-existente, o *Romance Languages Database* – RLD (D'IMPERIO *et al.*: 2005) –, a partir de sua versão em PE.<sup>20</sup> O RLD constitui-se de um conjunto comparável de 76 sentenças declarativas a serem lidas, formadas por uma única oração de ordem SVO (sujeito-verbo-objeto). As sentenças variam sistematicamente quanto ao tamanho (medido em número de sílabas) e quanto à complexidade sintático-prosódica (medida pela ausência ou presença de ramificações em S e O) dos constituintes. Ademais, o léxico escolhido na formação das sentenças é constituído, prioritariamente, por palavras não oxítonas e que não contêm, quando possível, consoantes obstruintes surdas.<sup>21</sup> Os fatores considerados na elaboração das sentenças formadoras do *corpus* são apresentados no Quadro 1.

<sup>20</sup> Por meio do RLD, a investigação da variação do fraseamento prosódico de línguas românicas vem sendo feita por meio de investigadores do projeto internacional *Intonational Phrasing in Romance*. Esse projeto tem por objetivos centrais: (a) a constituição de uma base de dados de línguas românicas que permita o estudo comparativo da constituição entoacional dessas línguas; (b) a descrição e análise da constituição prosódica, tendo em conta o peso de fatores fonético-fonológicos e morfossintáticos; e (c) a compreensão da variação encontrada nas línguas românicas, no domínio da constituição entoacional. Para os estudos já obtidos pelo projeto, confira, entre outros trabalhos: Vigário Frota (2003), Elordieta *et al.* (2003), Elordieta, Frota & Vigário (2005), D'Império *et al.* (2005), Frota *et al.* (2007) e Frota & Vigário (2007). Conferir: <http://labfon.lettras.ulisboa.pt/intphraro.htm> [Acesso em 15 de maio de 2015].

<sup>21</sup> A manipulação sistemática dos fatores de composição do *corpus* foi levada em conta ao termos por objetivo verificar a influência do tamanho fonológico do constituinte e dos níveis de ramificação morfossintática e prosódica na associação dos eventos tonais ao contorno das sentenças neutras do PGB. Por sua vez, o controle do léxico visa à obtenção de sentenças que auxiliem a descrição entoacional do PGB, visto que: (i) não é clara a identificação do evento tonal (se é acento tonal ou tom relacionado à fronteira) alinhado às sílabas finais dos oxítonos; e (ii) a curva entoacional de sentenças formadas por palavras contendo consoantes obstruintes surdas pode conter perturbações microprosódicas que dificultam a realização da análise entoacional.



Quadro 1. Fatores de composição do ‘corpus’ do RLD, conforme  
D’Imperio et al. (2005)

	Constituinte	Composição	Exemplos
i.	Curto	Até 3 sílabas	[o.ho.mem]
ii.	Longo	Mais de 3 sílabas	[do.na.mo.ra.do]
iii.	Não ramificado sintaticamente	Morfossintaticamente com 1 núcleo lexical	[(meninas) <sub>N</sub> ]
iv.	R a m i f i c a d o sintaticamente	Morfossintaticamente com 2 núcleos lexicais	[(meninas) <sub>N</sub> (lindas) <sub>Adj</sub> ]

Fonte: Própria

A combinação desses fatores fornece as condições dadas em (1) para a formação das sentenças do RLD.<sup>22</sup>

(1) **Condição 1:** sintagma não ramificado curto

[A loira]<sub>NP</sub> mimava morenos

**Condição 2:** sintagma não ramificado longo

[A boliviana]<sub>NP</sub> memorizava uma melodia

**Condição 3:** sintagma ramificado curto

[O jovem loiro]<sub>NP + AdjP</sub> mimava meninas lindas

**Condição 4:** sintagma ramificado longo

[O boliviano mulhengo]<sub>NP + AdjP</sub> gravava uma melodia  
maravilhosa

<sup>22</sup> Os exemplos das condições referem-se aos sujeitos que aparecem entre colchetes; entretanto, essas condições também são válidas para o objeto das sentenças. Os verbos, porém, variam somente quanto ao tamanho (em número de sílabas).

**Condição 5:** sintagma duplamente ramificado curto

[O jovem moreno da loja]<sub>NP + AdjP + PP</sub> levava dinheiro libanês  
na mala

**Condição 6:** sintagma duplamente ramificado longo

[O namorado megalômano da brasileira]<sub>NP + AdjP + PP</sub>  
gravava uma melodia maravilhosa

A metodologia de obtenção dos dados de análise consistiu na gravação digital da leitura das sentenças adaptadas por guineenses falantes do PGB, selecionados conforme critérios do InAPoP.<sup>23</sup> Para a tarefa de leitura (envolvendo repetição), as sentenças foram ordenadas aleatoriamente, intercaladas com sentenças distrativas ao falante e foram apresentadas, aos falantes, antecedidas por contexto próprio para a obtenção de sentença neutra. A performance dos participantes na tarefa foi gravada com o uso de um gravador digital MARANTZ, modelo PMD661,<sup>24</sup> a uma frequência de 48.000 Hz, em canal monofônico, e por meio de um microfone de lapela SENNHEISER, modelo EW122-P G3.

Após a inspeção de todos os dados coletados, selecionamos, para a análise, o material produzido por quatro auxiliares linguísticos (INB, NMB, FCS e LPC) de perfil semelhante: mesma faixa etária, sexo, origem, grau de instrução e perfil similar em relação às línguas faladas (conferir o Quadro 2).

<sup>23</sup> Os critérios do InAPoP de escolha dos informantes para a coleta dos dados de fala são os seguintes: (i) deve-se coletar dados de seis falantes de sexo feminino, organizados em dois grupos etários (de 20 a 45 anos e de 60 anos ou mais); (ii) os falantes do grupo mais jovem podem ter um nível variável de educação (do ensino médio ao ensino superior), enquanto os falantes do grupo mais velho devem ser alfabetizados, a fim de realizarem a tarefa de leitura; e (iii) quando os falantes não possuírem uma boa *performance* na tarefa de leitura, somente a entrevista deve ser considerada para análise (CRUZ: 2013, p. 13). Importa dizer que não tivemos acesso a informantes do segundo grupo etário (60 anos ou mais).

<sup>24</sup> Para uma das informantes, INB, foi utilizado um gravador digital ASCAM, modelo HD-P2.

Quadro 2. Perfil dos auxiliares linguísticos selecionados

	INB	NMB	FCS	LPC
Idade	24	27	19	20
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Origem	Bissau	Bissau	Bissau	Bissau
Língua materna	Crioulo de Guiné-Bissau	Crioulo de Guiné-Bissau	Crioulo de Guiné-Bissau	Crioulo de Guiné-Bissau
Segunda língua	Português	Português	Português	Português
Formação/Atuação	Estudante universitária	Estudante universitária	Estudante universitária	Estudante universitária
Estadia no Brasil	5 anos (São Paulo – SP)	4 meses (Redenção – CE)	3 meses (Redenção – CE)	3 meses (Redenção – CE)

Fonte: Própria

O material de áudio das participantes selecionadas foi submetido ao programa computacional de análise de fala PRAAT (BOERSMA & WEENINK: 2012), no qual foram produzidos o espectrograma, o oscilograma e o contorno da frequência fundamental (F0) das respectivas sentenças. A partir desses elementos, procedeu-se a descrição entoacional, constituída da identificação e da transcrição dos eventos tonais associados ao contorno entoacional das sentenças neutras do PGB, com base na percepção auditiva do investigador e na exploração do sinal acústico de F0 e de acordo com os pressupostos teóricos da Fonologia Entoacional.

## 6. O padrão entoacional neutro do português de Guiné-Bissau

Ao todo, foram produzidas pelas auxiliares linguísticos 912 sentenças: 76 sentenças; 4 falantes; 3 repetições. Do total de sentenças produzidas, 866 foram utilizadas e 46 sentenças foram descartadas por não serem naturais para uma leitura fluente<sup>25</sup> ou por não serem produzidas como sentenças

<sup>25</sup> Consideramos como enunciados de uma leitura não fluente as produções que apresentaram a realização de uma das seguintes discontinuidades e estratégias de formulação e organização textual específicas do texto falado (espontâneo, não lido) (Jubran & Koch 2006): apagamentos, correções, inserções, interrupções, marcadores discursivos e repetições, assim como pausas hesitativas (pausas realizadas entre fronteiras de constituintes abaixo do

neutras (conforme a percepção do investigador).

A análise do contorno entoacional das sentenças declarativas neutras do PGB foi conduzida a fim de se observar: (i) a associação e a configuração de eventos tonais; (ii) os contornos entoacionais nucleares; (iii) a marcação tonal na fronteira de constituintes prosódicos; e (iv) a densidade tonal. Identificamos os eventos tonais (acentos tonais, acentos frasais, tons de fronteiras e eventos tonais adicionais) ocorridos no contorno entoacional das sentenças e verificamos a quais domínios prosódicos esses eventos estão associados. Calculamos também a frequência das associações e discriminamos o tipo de configuração dos eventos tonais, levando em consideração a proeminência dos domínios prosódicos sob investigação (palavra fonológica, sintagma fonológico e sintagma entoacional), com base em variedades do português já estudadas prosodicamente (cf. seção 3.3).

### 6.1. Associação e configuração de acentos tonais

Segundo os dados do corpus, há uma frequente associação de acentos tonais (T\*) às palavras fonológicas do contorno entoacional do PGB. Das 3.852 palavras fonológicas que compõe o *corpus*, apenas 102 (2,6%) não possuem um acento tonal associado (ver Quadro 1). Portanto, há frequentemente a associação de um acento tonal a cada palavra fonológica de uma sentença declarativa neutra, conferindo uma alta densidade tonal ao contorno entoacional desse tipo de sentença (ver, como exemplo, a sentença em 2).

---

domínio de PhP) e alongamentos vocálicos hesitativos (alongamentos que não coincidem com sílabas tônicas ou que não se relacionam à marcação de fronteira de constituintes).

Quadro 3. Frequência da atribuição de acentos tonais (T\*) a palavras fonológicas

Informante	Total de PWs	PWs com T* associado	PWs sem T* associado
INB	985 (100%)	962 (97,7%)	23 (2,3%)
NMB	890 (100%)	878 (98,7%)	12 (1,3%)
FCS	984 (100%)	920 (93,5%)	64 (6,5%)
LPC	993 (100%)	990 (99,7%)	3 (0,3%)
<b>TOTAL</b>	<b>3852 (100%)</b>	<b>3750 (97,4%)</b>	<b>102 (2,6%)</b>

Fonte: Própria

(2) a. O jovem moreno da loja manuseava livrinhos.

b. [(o JOvem)<sub>PW</sub> (moREno)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub> [(da LOja)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>  
                   T\*                  T\*                  T\*  
 [(manuseAva)<sub>PW</sub> (liVRInhos)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>]<sub>IP</sub><sup>26</sup>  
                   T\*                  T\*

No que se refere ao domínio do sintagma fonológico, distinguimos, na análise de atribuição de acentos tonais, a palavra fonológica na qual recai a proeminência desse domínio, a palavra fonológica cabeça de PhP (em português, a PW mais a direita desse sintagma), das demais palavras fonológicas mapeadas nesse sintagma (as quais são não proeminentes). A partir dessa distinção, observamos que as palavras fonológicas sem acento tonal estão distribuídas, em frequências próximas, em palavras fonológicas cabeça (54 – 52,9%) e não cabeça (48 – 47,1%) de sintagma fonológico (ver Quadro 2). Entretanto, com relação ao domínio do sintagma entoacional, nenhuma palavra fonológica sem acento tonal é cabeça de IP (em português, a PW mais à direita desse sintagma). Esse resultado revela a obrigatoriedade da associação de um acento tonal a toda palavra fonológica cabeça de IP,

<sup>26</sup> Neste trabalho, as sílabas em caixa alta representam sílabas tônicas; palavras fonológicas são delimitadas por parênteses; e sintagmas fonológicos e sintagmas entoacionais são delimitados por colchetes.

obrigatoriedade essa compartilhada por todas as demais variedades do português.

**Quadro 4.** Distribuição de palavras fonológicas sem acento tonal entre PW cabeça e PW não cabeça de sintagma fonológico

Informante	PWs sem T* associado	PW não cabeça de PhP	PW cabeça de PhP
INB	23 (100%)	7 (30,4%)	16 (69,1%)
NMB	12 (100%)	7 (58,3%)	5 (41,7%)
FCS	64 (100%)	31 (48,4%)	33 (51,6%)
LPC	3 (100%)	3 (100%)	-
<b>TOTAL</b>	<b>102 (100%)</b>	<b>48 (47,1%)</b>	<b>54 (52,9%)</b>

Fonte: Própria

Com relação ao número de sílabas, das 102 palavras fonológicas sem acento tonal, 56 (54,9%) são curtas (3 ou menos sílabas) e as demais 46 (45,1%) são longas (4 ou mais sílabas).<sup>27</sup> Já em relação à posição sintática ocupada na sentença, as palavras fonológicas sem acento tonal pertencem, sobretudo, ao predicado das sentenças: apenas 6 delas (5,9%) pertencem ao sujeito (exclusivamente dos dados de NMB) e as 96 demais (94,1%) pertencem ao predicado. As palavras fonológicas que pertencem ao predicado das sentenças consistem em primeiras palavras fonológicas de objetos ramificados ou duplamente ramificados sintaticamente e, majoritariamente, em verbos (que possuem como complemento tanto objetos ramificados quanto objetos não ramificados). As poucas ocorrências de palavras fonológicas sem acento tonal pertencentes ao sujeito das sentenças consistem na última palavra fonológica de um sujeito ramificado ou duplamente ramificado sintaticamente.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Das 23 PWs sem acento tonal nos dados de INB, 18 (78,3%) são curtas e 5 (21,7%) são longas. Todas as 12 PWs (100%) sem acento tonal nos dados de NMB são longas. Nos dados de FCS, das 64 PWs sem acento tonal, 36 PWs (56,3%) são curtas e 28 PWs (43,7%) são longas. Já das 3 PWs sem acento tonal de LPC, 1 (33,3%) é longa e 2 (66,7%) são curtas.

<sup>28</sup> Para o detalhamento das ocorrências de cada tipo de ramificação sintático-prosódica para cada informante, confira Santos (2015, p. 97).

Assim, podemos concluir que a alta frequência de atribuição de acentos tonais a palavras fonológicas, sendo elas cabeça ou não de sintagma fonológico, parece revelar ser a palavra fonológica o domínio relevante para a associação de acentos tonais. Além disso, a posição sintática que a palavra fonológica ocupa na sentença parece afetar a associação tonal.

A respeito da configuração e do alinhamento dos acentos tonais encontrados associados às palavras fonológicas não cabeça de IP (acentos tonais não nucleares), nota-se a preferência de acentos tonais ascendentes em que o alvo tonal L está alinhado à sílaba tônica ( $L^*+H$  - 77,2%). São encontrados também, em menor frequência, acentos tonais ascendentes em que o alvo tonal alinhado à sílaba tônica é o tom H ( $L+H^*$  - 6,3%), assim como acentos tonais descendentes em que o alvo tonal L está alinhado à sílaba tônica ( $H+L^*$  - 2,3%), além de acentos monotonais altos ( $H^*$  - 5,6%) e baixos ( $L^*$  - 8,6%) - ver Quadro 3.<sup>29</sup>

Os resultados encontrados para os acentos tonais associados a palavras fonológicas cabeça de IP (acentos tonais nucleares), por integrarem o contorno entoacional nuclear da sentença, são apresentados na seção a seguir.

Quadro 5. Frequência, por tipo de acento tonal, da associação de acentos tonais ao contorno entoacional não nuclear de IP (palavras fonológicas não cabeça de IP)

Informante	PWs não cabeça de IP e com T* associado	H+L*	H*	L+H*	L*	L*+H
INB	737 (100%)	1 (0,1%)	3 (0,4%)	5 (0,7%)	76 (10,3%)	652 (88,5%)
NMB	648 (100%)	14 (2,2%)	36 (5,6%)	39 (6%)	34 (5,2%)	525 (81%)
FCS	637 (100%)	48 (7,5%)	102 (16%)	81 (12,7%)	119 (18,7%)	287 (45,1%)
LPC	759 (100%)	2 (0,3%)	14 (1,8%)	50 (6,6%)	9 (1,2%)	684 (90,1%)
TOTAL	2781 (100%)	65 (2,3%)	155 (5,6%)	175 (6,3%)	238 (8,6%)	2148 (77,2%)

Fonte: Própria

<sup>29</sup> Para verificarmos o tipo de acento tonal presente no contorno entoacional nos dados, discriminamos as palavras fonológicas que portam o acento nuclear de IP (PWs cabeça de IP) das demais palavras fonológicas (PWs do contorno entoacional não nuclear) e desconsideramos, nas análises de frequência, as palavras fonológicas que não possuem acentos tonais associados a elas.

O exemplo em (3) – composto: pela sentença (3a), por sua representação prosódica e transcrição dos eventos tonais a ela associados (3b) e por sua imagem acústica (Figura 2) – ilustra a frequente atribuição de acentos tonais às palavras fonológicas do contorno entoacional do PGB<sup>30</sup> e o tipo de acento tonal do contorno não nuclear mais comum atestado nos dados.

(3) a. O boliviano mulherengo memorizava uma melodia maravilhosa

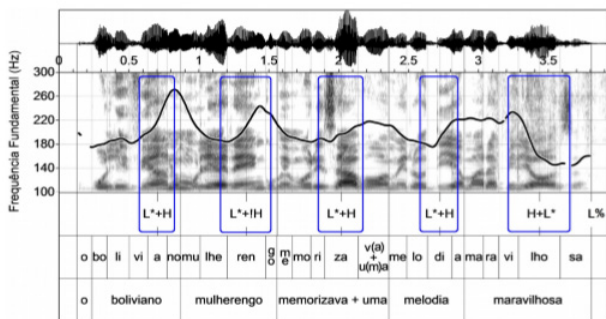
b. [[(o boliviA<sub>PW</sub>) (mulheRENgo)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>] [(memoriZAv<sub>a</sub>)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub> ·

L\*+H            L\*+!H                            L\*+H

[(uma meloD<sub>ia</sub>)<sub>PW</sub> (maraviLHOsa)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>]<sub>IP</sub> ·

L\*+H                            H+L\*            L%

Figura 2. Associação de acentos tonais ao contorno entoacional da sentença “O boliviano mulherengo memorizava uma melodia maravilhosa”, produzida por INB em contexto de obtenção de sentença neutra



Fonte: Própria

<sup>30</sup> A ausência de acento tonal associado a uma palavra fonológica pode ser observada na sentença em (7) – subseção (6.3) – e respectiva imagem acústica, dada na Figura 5, da seção 5.3. No exemplo (7), nota-se a não atribuição de um acento tonal à palavra fonológica (o livro)<sub>PW</sub>, palavra fonológica não cabeça do sintagma fonológico [o livro vermelho]<sub>PhP</sub>, na qual está mapeada.



Nota-se a associação de acentos tonais a cada palavra fonológica da sentença: acentos tonais ascendentes  $L^*+H$  associados a (o boliviano)<sub>PW</sub>, (mulherengo)<sub>PW</sub>, (memorizava)<sub>PW</sub> e (uma melodia)<sub>PW</sub> e um acento tonal descendente  $H+L^*$  associado a (maravilhosa)<sub>PW</sub>. As quatro primeiras palavras fonológicas constituem o contorno entoacional não nuclear do IP no qual essa sentença se encontra mapeada.

## 6.2. Contorno entoacional nuclear

Na investigação do contorno entoacional do PGB, identificamos, no *corpus*, a ocorrência de sentenças mapeadas em dois IPs, majoritariamente apresentando pausas silenciosas (SIL) entre os sintagmas. O primeiro sintagma entoacional da sentença denominamos de IP medial e o segundo denominamos de IP final. A sentença em (4), extraída do *corpus* de fala controlada (e produzida por FCS), exemplifica casos de IPs medial e final.

- (4) a. O namorado megalômano da brasileira (SIL) memorizava uma melodia
- b. [o namorado megalômano da brasileira]<sub>IP</sub><sup>Medial</sup> [memorizava uma melodia]<sub>IP</sub><sup>Final</sup>

O acento tonal associado à palavra fonológica cabeça de IP e o tom de fronteira associado à fronteira direita desse sintagma caracterizam o contorno entoacional nuclear das sentenças declarativas neutras das variedades do português. Em nossos dados do PGB, verificamos que, para todas as informantes, há a associação obrigatória de um acento tonal à palavra fonológica cabeça do sintagma entoacional (medial ou final), seguido de um tom de fronteira associado à fronteira direita desse sintagma.

As configurações tonais mais frequentes para o contorno nuclear de sintagmas entoacionais finais são a descendente  $H+L^* L\%$  (52,5%) e a baixa e  $L^* L\%$  (44,3%): a primeira configuração é a predominante para IPs finais nos dados de duas auxiliares linguísticas (INB - 91,4%, FCS - 99,1%) e a

segunda, para IPs finais nos dados das outras duas auxiliares (NMB – 84,1%, LPC – 91,4%) – ver Quadro 4. Já as configurações tonais mais frequentes para o contorno nuclear de sintagmas entoacionais mediais, para todas as falantes consultadas, são as ascendentes L\*+H H% (29,8%) e L\* LH% (37,5%) – ver Quadro 5. Entretanto, faz-se necessário notar que a alta frequência geral de L\* LH% se deve à alta ocorrência específica desse tipo de configuração tonal nos dados de uma auxiliar linguística (FCS). A configuração tonal mais frequente e comum a todas as falantes é, de fato, L\*+H H%. Assim, o contorno nuclear dos IPs mediais nos nossos dados do PGB é caracterizado, sobretudo, por uma configuração ascendente, independentemente da configuração e do alinhamento dos tons que compõem o contorno nuclear: a ascendência pode se manifestar no acento tonal (L\*+H) ou no tom de fronteira (LH%), conforme a auxiliar linguística.

Quadro 6. Frequência de tipos de configuração tonal do contorno entoacional nuclear de IP final

Configuração do contorno nuclear de IP final	INB 221 (100%)	NMB 201 (100%)	FCS 222 (100%)	LPC 222 (100%)	TOTAL 866 (100%)
H*+L L%	9 (4,1%)	2 (1%)	–	15 (6,8%)	26 (3%)
L* L%	10 (4,5%)	169 (84,1%)	2(0,9%)	203 (91,4%)	384 (44,3%)
H+L* L%	202 (91,4%)	30 (14,9%)	220 (99,1%)	3 (1,4%)	455 (52,5%)

Fonte: Própria

Quadro 7. Frequência de tipos de configuração tonal do contorno entoacional nuclear de IP medial

Configuração do contorno nuclear de IP medial	INB 5 (100%)	NMB 29 (100%)	FCS 61 (100%)	LPC 9 (100%)	TOTAL 104 (100%)
H+L* H%	–	–	–	1 (11,1%)	1 (1%)
L* !HL%	–	1 (3,4%)	–	–	1 (1%)

H+L* L%	1 (20%)	1 (3,4%)	-	-	2 (1,9%)
L+H* HL%	-	1 (3,4%)	-	1 (11,1%)	2 (1,9%)
H*+L L%	-	2 (6,9%)	-	-	2 (1,9%)
L+H* H%	-	2 (6,9%)	-	1 (11,1%)	3 (2,9%)
L* L%	-	-	4 (6,6%)	-	4 (3,8%)
H+L* LH%	-	-	6 (9,8%)	-	6 (5,8%)
L+H* L%	-	5 (17,2%)	-	1 (11,1%)	6 (5,8%)
L*+H L%	2 (40%)	5 (17,2%)	-	-	7 (6,7%)
L*+H H%	2 (40%)	12 (41,4%)	12 (19,7%)	5 (55,6%)	31 (29,8%)
L* LH%	-	-	39 (63,9%)	-	39 (37,5%)

Fonte: Própria

As sentenças (5a) e (6a), suas representações prosódicas e transcrições dos eventos tonais – (5b) e (6b) – e respectivas imagens acústicas – Figuras 3 e 4 – ilustram as configurações tonais dos contornos entoacionais nucleares de IPs mediais e finais mais frequentes encontradas nas sentenças do PGB. Nesses exemplos, podemos observar a presença de uma pausa silenciosa (SIL) entre os IPs de cada sentença e, em destaque, o acento tonal atribuído à palavra fonológica cabeça de cada IP, seguido de um tom de fronteira associado à fronteira direta do sintagma.

(5) a. O boliviano mulherengo (SIL) manuseava livrinhos

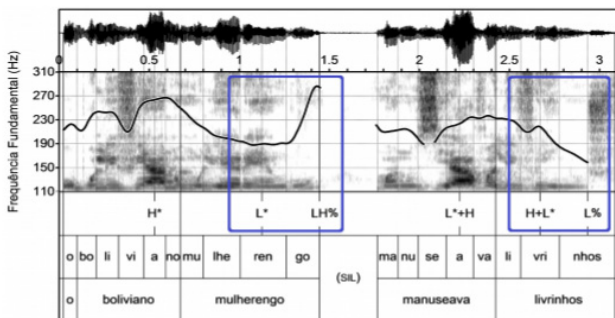
b. [[(o boliviA<sub>pw</sub>) (mulheREng<sub>pw</sub>)]<sub>phP</sub>]<sub>IP</sub><sup>Medial</sup>

H\*                      L\*              LH%

[(manuseA<sub>pw</sub>) (liVRInhos)<sub>pw</sub>]<sub>phP</sub>]<sub>IP</sub><sup>Final</sup>

L\*+H    H+L\*    L%

Figura 3



Fonte Própria

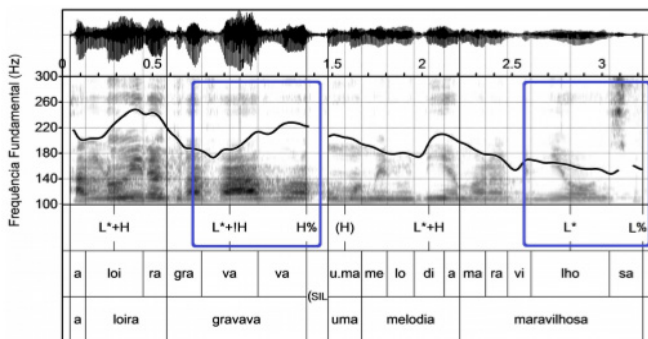
Na Figura 3, atesta-se a atribuição de acentos tonais e tons de fronteira ao contorno entoacional nuclear dos IPs [o boliviano mulherengo]<sub>IP</sub><sup>Medial</sup> e [manuseava livrinhos]<sub>IP</sub><sup>Final</sup> da sentença “O boliviano mulherengo manuseava livrinhos” (produzida por FCS). Segue a sentença (6), sua representação prosódica de eventos tonais e imagem acústica:

(6) a. A loira gravava (SIL) uma melodia maravilhosa

b. [[(a LOIra)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub> [(graVAva)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>]<sub>IP</sub><sup>Medial</sup>  
 L\*+H                      L\*+!H                      H%

[[(uma meloDIA)<sub>PW</sub> (maraviLHOsa)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>]<sub>IP</sub><sup>Final</sup>  
 (H)                      L\*+H                      L\*                      L%

Figura 4.



Fonte: Própria

Na *figura 4*, observa-se a atribuição de acentos tonais e tons de fronteira ao contorno nuclear dos IPs [a loira gravava]<sub>IP</sub><sup>Medial</sup> e [uma melodia maravilhosa]<sub>IP</sub><sup>Final</sup> da sentença “A loira gravava uma melodia maravilhosa” (produzida por NMB). Ao IP medial é atribuída a configuração tonal nuclear L\*+!H H% e ao IP final é atribuída a configuração tonal nuclear L\* L%.

### 6.3. Associação e configuração de tons relacionados a fronteiras: acentos frasais

Além da associação de tons de fronteira à fronteira direita de sintagmas entoacionais (ver seção 5.2),<sup>31</sup> verificamos, na investigação da associação tonal a fronteiras de constituintes prosódicos, a possibilidade de acentos frasais, exclusivamente de tom baixo (L-), associarem-se a fronteiras direitas de sintagmas fonológicos.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> Não foram encontrados tons de fronteira associados à fronteira esquerda de sintagmas entoacionais, à exceção de 3 ocorrências nos dados de LPC, em que um tom H encontra-se associado à segunda sílaba das seguintes palavras fonológicas localizadas no início de sentenças mapeadas em um único IP: (a boliviana)<sub>PW</sub>, (o namorado)<sub>PW</sub> e (a mulher)<sub>PW</sub>.

<sup>32</sup> Na análise dos acentos frasais identificados, consideramos estudos prévios sobre a associação desses mesmos eventos tonais a fronteiras de sintagmas fonológicos em outras va-

De modo geral, em relação ao número total de fronteiras direitas de sintagmas fonológicos, é baixa a frequência (13,6%) de atribuição de acentos frasais (T-) (ver Quadro 6).<sup>33</sup>

Quadro 8. Frequência da atribuição de acentos frasais a fronteiras de sintagmas fonológicos<sup>34</sup>

Informante	Fronteira direita de PhP	]PhP com T- associado	]PhP sem T- associado
INB	530 (100%)	75 (14,2%)	455 (85,8%)
NMB	456 (100%)	80 (17,5%)	376 (82,5%)
FCS	470 (100%)	29 (6,2%)	441 (93,8%)
LPC	527 (100%)	84 (15,9%)	443 (84,1%)
<b>TOTAL</b>	<b>1985 (100%)</b>	<b>268 (13,6%)</b>	<b>1715 (86,5%)</b>

Fonte: Própria

Com relação à extensão dos sintagmas fonológicos (medida pelo tamanho de suas PWs: curtas ou longas) que possuem acentos frasais associados e à sua ramificação prosódica, verifica-se que os acentos frasais são atribuídos principalmente a sintagmas fonológicos compostos por uma única palavra fonológica longa (ou seja, um PhP longo não ramificado prosodicamente - ex.:

---

riedades de português - ver, para o PB, Fernandes (2007a, 2007b), Tenani & Fernandes-Svartman (2008) e ALE (Cruz 2013) - verificamos que os acentos frasais, em nossos dados de sentenças neutras do PGB, associam-se à fronteira direita dos sintagmas fonológicos, sendo que tal associação é diferente da associação dos acentos frasais encontrada para o PB e o ALE (ver seção 6).

<sup>33</sup> Para as frequências referentes ao acento frasal apresentadas nesta seção, foram desconsiderados os sintagmas fonológicos que possuem fronteiras direitas que coincidem com as fronteiras direitas de *sintagmas* entoacionais, pois, havendo tom relacionado à fronteira nesse local, não é possível determinar de qual evento tonal (acento frasal ou tom de fronteira) se trata. Por esse motivo, das 2953 fronteiras direitas de sintagmas fonológicos das sentenças do PGB, 970 fronteiras foram excluídas da análise de frequências.

<sup>34</sup> Utilizamos o símbolo "] PhP" para representar fronteira direita de sintagma fonológico.

[o boliviano]<sub>PhP</sub>), correspondendo a 45,9% do total de associações. Entretanto, os resultados específicos de cada informante atestam também alta frequência de atribuição de acentos frasais a outros tipos de sintagmas fonológicos (ver Quadro 7). Contudo, sintagmas fonológicos formados por duas palavras fonológicas curtas (isto é, um PhP curto ramificado prosodicamente - ex.: [(levava)<sub>PW</sub> (livrinhos)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>) são, para todas as quatro informantes, o tipo de sintagma em que se observa uma menor associação de acento frasal a sua fronteira direita (7,8% do total de associações desse tipo).

Quadro 9. Atribuição de acentos frasais (T-) por tipo de sintagma fonológico<sup>35</sup>

Informante	Fronteiras de PhP com T-associado	[PW <sub>C</sub> ] <sub>PhP</sub>	[PW <sub>L</sub> ] <sub>PhP</sub>	[PW <sub>C</sub> + PW <sub>C</sub> ] <sub>PhP</sub>	[PW <sub>L</sub> + PW <sub>L</sub> ] <sub>PhP</sub>
INB	75 (100%)	22 (29,3%)	39 (52%)	2 (2,7%)	12 (16%)
NMB	80 (100%)	12 (15%)	37 (46,3%)	7 (8,8%)	24 (30%)
FCS	29 (100%)	10 (34,5%)	10 (34,5%)	3 (10,3%)	6 (20%)
LPC	84 (100%)	13 (15,5%)	37 (44%)	9 (10,7%)	25 (29%)
<b>TOTAL</b>	<b>269 (100%)</b>	<b>58 (21,3%)</b>	<b>122 (45,9%)</b>	<b>20 (7,8%)</b>	<b>69 (25%)</b>

Fonte: Própria

No que se refere à posição sintática na sentença, os acentos frasais presentes nos dados de duas informantes (INB e FCS) estão associados somente a fronteiras de sintagmas fonológicos nos quais os sujeitos das sentenças são mapeados. Entretanto, para as outras duas auxiliares linguísticas (NMB e

<sup>35</sup> Utilizamos as seguintes convenções no Quadro 9:

- (i) “[PW<sub>C</sub>]<sub>PhP</sub>” para representar sintagma fonológico curto não ramificado prosodicamente - ex.: [(a loira)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>;
- (ii) “[PW<sub>L</sub>]<sub>PhP</sub>” para representar sintagma fonológico longo não ramificado prosodicamente - ex.: [(a boliviana)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>;
- (iii) “[PW<sub>C</sub> + PW<sub>C</sub>]<sub>PhP</sub>” para representar sintagma fonológico curto ramificado prosodicamente - ex.: [(o jovem)<sub>PW</sub> (loiro)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>;
- (iv) “[PW<sub>L</sub> + PW<sub>L</sub>]<sub>PhP</sub>” para representar sintagma fonológico longo ramificado prosodicamente - ex.: [(o boliviano)<sub>PW</sub> (mulherengo)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>.

LPC), foram também encontrados acentos frasais associados a fronteiras de sintagmas fonológicos do predicado, embora esse tipo de associação seja menos frequente.<sup>36</sup> Desse modo, dos 269 acentos frasais atestados nos dados, 234 (87%) estão associados a fronteiras de sintagmas fonológicos do sujeito das sentenças e os demais 35 (13%) estão associados a fronteiras de sintagmas fonológicos do predicado.

Os sintagmas fonológicos do sujeito das sentenças e que possuem acentos frasais associados a suas fronteiras distribuem-se entre: (i) o primeiro PhP de um sujeito mapeado em dois PhPs; e (ii) PhPs do sujeito seguido por um verbo longo (que possui como complemento um objeto não ramificado, um objeto ramificado ou um objeto duplamente ramificado, curtos ou longos). Já os sintagmas fonológicos do predicado das sentenças e que possuem acentos frasais associados a suas fronteiras distribuem-se entre: (i) PhPs formados por um verbo curto (que possui como complemento um objeto não ramificado curto ou longo); e (ii) primeiros PhPs de um objeto mapeado em mais de um PhP.<sup>37</sup> Portanto, atestam-se, no *corpus*, acentos frasais atribuídos a fronteiras de sintagmas fonológicos, formados por diferentes constituintes sintáticos e em diferentes posições ao longo da sentença.

Em suma, verifica-se que a associação dos acentos frasais ao contorno entoacional do PGB parece ser opcional, uma vez que é baixa a frequência de ocorrência desses eventos tonais e se encontram associados a fronteiras de sintagmas fonológicos de diferentes tipos (com diferentes extensões e ramificações prosódicas e formados por constituintes sintáticos de diferentes posições na sentença). Assim, no que se refere aos fatores determinantes

---

<sup>36</sup> Dos 80 acentos frasais encontrados para NMB, somente 19 (23,8%) estão associados a fronteiras de PhPs do predicado, enquanto os demais 61 (76,2%) estão associados a fronteiras de PhPs do sujeito; já para LPC, de seus 84 acentos frasais, apenas 16 (19%) associam-se a fronteiras de PhPs do predicado, enquanto os demais 68 (81%) associam-se a fronteiras de PhPs do sujeito.

<sup>37</sup> Para o detalhamento das ocorrências de cada tipo de sintagma fonológico para cada informante, confira Santos (2015, p. 112).

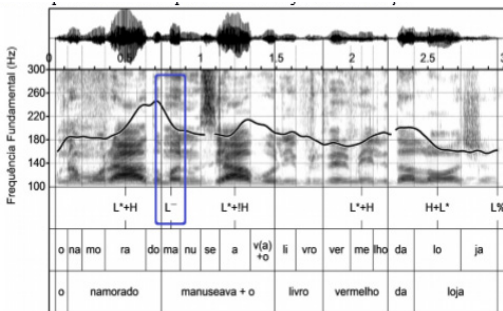


para a associação dos acentos frasais, parece não haver um tipo de sintagma fonológico específico que condicione a presença desse evento tonal associado a sua fronteira. Entretanto, destacamos que os seguintes tipos de sintagmas fonológicos são os mais frequentemente encontrados com associação de acentos frasais às suas fronteiras: (i) PhPs longos; (ii) PhPs não ramificados prosodicamente; (iii) PhPs pertencentes ao sujeito da sentença.

A sentença em (7a), sua representação prosódica e transcrição de eventos tonais em (7b) e respectiva imagem acústica, dada na Figura 5, ilustram a ocorrência de acentos frasais nos dados de nosso *corpus*:

- (7) a. O namorado manuseava o livro vermelho da loja  
 b.  $[[(\text{o namoRAdo})_{PW}]_{PhP}] [(\text{manuseAva})_{PW}]_{PhP}] [(\text{o LIvro})_{PW}]_{PhP}]$   
 $L^*+H \quad L- \quad L^*+!H$   
 $(\text{verMELho})_{PW}]_{PhP}] [(\text{daLOja})_{PW}]_{PhP}]_{IP}$   
 $L^*+H \quad H+L^* \quad L\%$

Figura 5



Fonte: Própria

Na Figura 5, atesta-se a atribuição de acento frasal L- à fronteira direita do sintagma fonológico  $[\text{o namorado}]_{PhP}$  pertencente à sentença “O namorado manuseava o livro vermelho da loja”, produzida por INB em contexto de obtenção de sentença neutra. Nota-se que o acento frasal se

encontra associado à fronteira direita de um sintagma fonológico longo, não ramificado prosodicamente e pertencente ao sujeito da sentença.

#### 6.4. Associação e configuração de eventos tonais adicionais

Além dos acentos tonais e tons relacionados a fronteiras ora descritos, foram encontrados eventos tonais, ao longo do contorno entoacional nos dados de três auxiliares linguísticas de PGB (NMB, FCS e LPC), que não se encontram associados a sílabas proeminentes e tampouco se relacionam à fronteira de constituintes prosódicos.

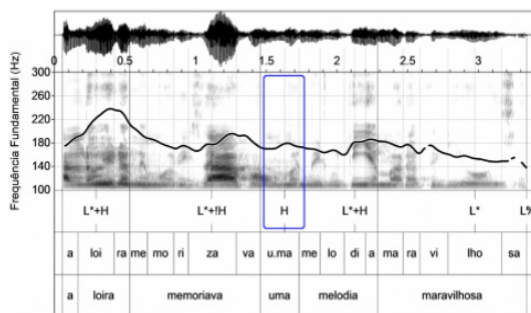
Esses eventos tonais são tons H e estão associados exclusivamente ao início de palavras fonológicas específicas: as palavras fonológicas (uma melodia)<sub>PW</sub>, as quais apresentam um acento tonal associado à sílaba tônica “di” e um tom H adicional associado à palavra “uma” (ver sentença em 8 e Figura 6).<sup>38</sup> Do total de 277 palavras fonológicas (uma melodia)<sub>PW</sub> existentes no *corpus*, 42 (15,2%) contém um H adicional: 15 (17%) de um total de 88 PWs nos dados de NMB, 14 (15%) de 93 PWs nos dados de FCS e 13 (13,5%) de 96 PWs nas sentenças de LPC.

(8) a. A loira memorizava uma melodia maravilhosa

b. [[(a LOIra)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>] [(memoriZAva)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>] [(uma meloDIA)<sub>PW</sub>]  
 L\*+H                      L\*+!H                      H                      L\*+H  
 (maraviLHOsa)<sub>PW</sub>]<sub>PhP</sub>]<sub>IP</sub>  
 L\*      L%

<sup>38</sup> Nos dados de NMB, foram encontradas 2 ocorrências de tons adicionais H associados à primeira sílaba da palavra (memorizava)<sub>PW</sub>, palavra fonológica longa que contém 5 sílabas.

Figura 6



Fonte: Própria

Na Figura 6, atesta-se a associação de tom adicional H ao início da palavra fonológica longa (uma melodia)<sub>PW</sub> da sentença “A loira memorizava uma melodia maravilhosa”, produzida por NMB em contexto de obtenção de sentença neutra.

O fato de não termos encontrado eventos tonais adicionais nas demais palavras fonológicas compostas por 6 sílabas – (o boliviano)<sub>PW</sub> e (a boliviana)<sub>PW</sub> – e tampouco em outras palavras fonológicas consideradas longas (as que contêm 4, 5 ou mais sílabas) é uma questão ainda a ser melhor investigada. Entretanto, cabe observar que é possível que a associação de um H adicional a “uma” seja decorrente de essa palavra ser dissilábica (formação de um pé ao qual é atribuído acento), enquanto os artigos “o” e “a” de “o boliviano” e “a boliviana” são monossilábicos. Assim, a proeminência de “uma”, atribuída pela formação de um pé, pode ser relevante na atribuição de tons adicionais.

Além disso, as informantes podem ter interpretado “uma” como numeral: nesse caso, “uma” não é um clítico fonológico, mas sim uma palavra fonológica, e o H adicional associado a essa palavra se trata, portanto, de um acento tonal.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> O fato de, em algumas sentenças, os tons adicionais associados à palavra “uma” assemelhem-se a um acento tonal do tipo L\*+H (conferir Figura 6) corrobora tal possibilidade.

Parece haver, portanto, uma relação entre atribuição de tons adicionais e tipo de prosodização das palavras funcionais (se prosodizadas como clíticos fonológicos ou como palavras fonológicas) no PGB. Se, por um lado, “uma” for prosodizada como clítico fonológico (portanto, parte integrante de uma palavra fonológica), o tom H associado a ela consiste em um tom adicional associado ao início da palavra fonológica da qual faz parte; desse modo, tons adicionais seriam eventos tonais possíveis no PGB.

Se, por outro lado, “uma” for prosodizada como uma palavra fonológica independente, o tom H associado a ela consiste em um acento tonal e, portanto, tons adicionais não seriam eventos tonais encontrados no PGB, conforme nossos dados. Todavia, para que uma dessas hipóteses se confirme, de forma segura, uma investigação mais aprofundada é necessária, uma vez que são poucos os dados de palavras funcionais em nosso *corpus*.

## **7. Comparação do padrão entoacional neutro do PGB com o PB e o PE**

Ao compararmos o padrão entoacional neutro encontrado nos dados do PGB com esse mesmo tipo de padrão entoacional descrito para o PB e o PE em estudos anteriores, encontramos similaridades e diferenças entoacionais entre essas variedades.

Com relação à associação de acentos tonais, tanto o PGB quanto o PB possuem acentos tonais frequentemente associados às palavras fonológicas do contorno entoacional, sendo essa associação obrigatória a palavras fonológicas cabeça de sintagma fonológico e opcional a palavras fonológicas não cabeça de sintagma fonológico nessa última variedade de português – Frota & Vigário (2000), Tenani (2002), Fernandes (2007a, 2007b), entre outros. A frequente associação de acentos tonais a cada palavra fonológica cabeça de um sintagma fonológico é também uma característica das variedades centro-meridionais do PE (ALE e ALG) – Cruz (2013). Em contrapartida, a variedade padrão do PE (SEP) possui uma distribuição esparsa de acentos tonais ao longo do contorno entoacional (sendo obrigatória somente

associação do acento tonal nuclear e do tom de fronteira de IP) – Frota (2000), Vigário & Frota (2003). Já a variedade setentrional do PE (NEP) possui uma distribuição maior de acentos tonais por IP do que o SEP – Vigário & Frota (2003). Assim, no que se refere à atribuição de acentos tonais, o PB é a variedade que possui a densidade tonal (isto é, a proporção de acentos tonais em relação ao número de palavras fonológicas) mais próxima à do PGB, e o SEP, a variedade que possui a densidade tonal mais divergente.

Apesar da alta frequência de associação de acentos tonais a palavra fonológicas, há no PGB a ocorrência de palavras fonológicas sem acento tonal associado, sendo elas cabeça ou não cabeça de sintagma fonológico. Essas palavras são predominantemente pertencentes ao predicado das sentenças, o que sugere existir uma diferença, em termos de atribuição tonal, entre sujeito e predicado. Há uma maior atribuição de acentos tonais a palavras fonológicas pertencentes ao sujeito da sentença do que a palavras pertencentes ao predicado em nossos dados do PGB (conferir também Santos & Fernandes-Svartman (2014) para essa afirmação sobre o PGB). Resultados semelhantes a esses são encontrados por Fernandes-Svartman (2012) para seus dados da variedade paulista do PB.<sup>40</sup>

Quanto ao contorno entoacional nuclear, em todas as variedades de português, encontra-se a associação obrigatória de um acento tonal à última palavra fonológica do sintagma entoacional, seguido frequentemente de um tom de fronteira que marca a fronteira direita desse sintagma. O PGB apresenta dois padrões entoacionais associados ao contorno nuclear (de IP final) das sentenças declarativas neutras, H+L\* L% e L\* L%, os quais correspondem aos padrões do contorno nuclear de sintagmas entoacionais

---

<sup>40</sup> Fernandes-Svartman (2012) e Santos & Fernandes-Svartman (2014), visando à investigação de fatores reguladores da atribuição tonal em sentenças neutras do PB e do PGB, respectivamente, verificam que existe uma frequência menor de atribuição de acentos tonais à palavra fonológica não cabeça de sintagmas fonológicos mapeados no predicado da sentença do que no sujeito a depender do tamanho (em número de sílabas) e da ramificação sintático-prosódica de seus constituintes.

(finais) das sentenças declarativas neutras de outras variedades do português: (i) H+L\* L % é semelhante ao padrão do contorno nuclear encontrado em IPs finais do PB – Frota & Vigário (2000), Tenani (2002), Fernandes (2007a, 2007b) do SEP, Frota (2000, 2014), Frota & Vigário (2000) do ALG e do ALE, Cruz (2013); e (ii) L\* L% é semelhante ao padrão do contorno nuclear encontrado em IPs finais do NEP – Vigário & Frota (2003) e do ALE – Cruz (2013).

Para o contorno entoacional nuclear de um sintagma entoacional não final (IP medial) de sentenças mapeadas em dois sintagmas entoacionais, encontra-se o padrão L\*+H H% (mais frequente e comum a todas as informantes), seguido pelo padrão L\* LH % (exclusivo de uma das informantes): o primeiro padrão é semelhante ao encontrado para IPs não finais do PB, do SEP e do NEP e o segundo padrão é similar ao encontrado para IPs não finais do NEP (L\* H% por se tratar do mesmo acento tonal nuclear (L\*) e por ser seguido de uma ascendência tonal (um tom de fronteira LH% no caso do PGB ou H% no caso do NEP).

Com relação à marcação tonal de fronteiras de constituintes prosódicos, além de tons de fronteira associados à fronteira direita de sintagmas entoacionais, foram encontrados acentos frasais L- associados a fronteiras de sintagmas fonológicos no PGB.

No PB, os acentos frasais não são atribuídos a fronteiras de sintagmas fonológicos de sentenças neutras, já que esse evento tonal, nessa variedade, refere-se exclusivamente à marcação de focalização: nos casos de focalização do sujeito, a esse elemento é associado ou um acento H\*+L ou um acento tonal L\*+H seguido por um acento frasal L-, associado à fronteira direita do sintagma fonológico no qual esse mesmo constituinte focalizado se encontra mapeado. No PE, as fronteiras de sintagmas fonológicos de sentenças neutras também não são marcadas pela associação de acentos frasais, à exceção de uma de suas variedades, o ALE, no qual é possível a associação de acento frasal à fronteira esquerda do último sintagma fonológico de um IP. A marcação tonal da fronteira desse sintagma fonológico no ALE não é obrigatória e sua frequência é variável entre os falantes, além de ocorrer em diferentes

tipos de sentenças, inclusive sentenças neutras, independentemente do estilo discursivo (§4.3.2.2).

Assim, observamos um comportamento diferente da associação de acentos frasais em nossos dados do PGB em relação ao PB e ao ALE: os acentos frasais, no PGB, são encontrados associados a PhPs de sentenças neutras (não focalizadas), diferentemente do que acontece no PB, e, embora ocorra em sentenças neutras, não estão relacionados a uma posição específica do PhP em IP como está no ALE, visto que ocorrem, na primeira variedade de português referida, associados a fronteiras de PhPs que ocupam diferentes posições na sentença. Ademais, consideramos, neste estudo, que a associação de acentos frasais se relaciona à fronteira direita (e não à esquerda) dos sintagmas fonológicos, visto que, nos dados do PGB, a marcação de fronteiras de domínios maiores (isto é, do sintagma entoacional) é realizada pela associação de tons de fronteira a fronteira direita do sintagma.

Contudo, a presença dos acentos frasais associados ao contorno de sentenças declarativas neutras do PGB constitui um aspecto ainda a ser melhor investigado. Acreditamos que a descrição dos padrões entoacionais de outros tipos de sentenças do PGB, como as enfatizadas e focalizadas (uma vez que se encontram acentos frasais em sentenças desse tipo em dados de fala espontânea – ver Santos (2015) –, possa fornecer novas pistas para o entendimento do padrão de associação dos acentos frasais aos contornos entoacionais e para o entendimento da função desses eventos tonais na gramática entoacional dessa variedade de português.

Por fim, além das características entoacionais já expostas, há a ocorrência de eventos tonais adicionais H associados a sílabas pretônicas de palavras fonológicas longas, semelhante aos tons H adicionais encontrados associados a palavras fonológicas também longas no PB. No PB, o tom adicional H está relacionado à sílaba pretônica percebida como portadora de acento secundário em palavras fonológicas compostas por duas ou mais sílabas pretônicas. Entretanto, no PGB, pelo fato de os tons adicionais atestados estarem relacionados a um único contexto prosódico do *corpus* – associados exclusivamente ao início da palavra fonológica (uma melodia)

<sup>PW</sup>, alinhados à palavra “uma” –, é ainda necessário uma investigação mais aprofundada para determinar os fatores que regulam sua atribuição.

A seguir, no Quadro 10, resumimos comparativamente as características entoacionais predominantes encontradas para os dados de nossas auxiliares linguísticas do PGB e descritos neste estudo. Nos Quadros 11 e 12, sintetizamos as principais características entoacionais encontradas nos dados do PGB em comparação com o PB e o PE.

Quadro 10. Síntese das similaridades e divergências entoacionais do PGB entre auxiliares linguísticas

Característica entoacional	INB	NMB	FCS	LPC
T* frequentemente associado à PW não cabeça de PhP	√	√√	√√	√√
T* frequentemente associado à PW cabeça de PhP	√√	√√	√√	√√
Contorno nuclear de IP medial	L*+H H% L*+H L%	L*+H H%	L* LH%	L*+H H%
Contorno nuclear de IP final	H+L* L%	L* L%	H+L* L%	L* L%
T- associado à fronteira direita de PhP	PhPs do sujeito	PhPs da sentença	PhPs do sujeito	PhPs da sentença
H adicional opcionalmente associado à PWs longas	—	√√	√√	√√

Fonte: Própria



Quadro 11. Atribuição de eventos tonais ao contorno entoacional de sentenças declarativas neutras do PGB em comparação com o PB e o PE

Atribuição Tonal	PGB	PB	PE			
			SEP	NEP	ALE	ALG
T* frequentemente associado à PW cabeça de PhP	√√	√√	---	√√	√√	√√
T* frequentemente associado à PW não cabeça de PhP	√√	√√	---	---	---	---
T adicional opcionalmente associado à PW longas	√√	√√	---	---	---	---
T* associado à PW cabeça de IP	√√	√√	√	√	√	√
T- associado ao contorno entoacional de declarativas neutras	√√	---	---	---	√√	---
T frequentemente associado à fronteira direita de IP	√√	√	√	√	√	√

Fonte: Própria

Quadro 12. Contorno entoacional nuclear de IP medial e IP final das declarativas neutras do PGB em comparação com o PB e o PE<sup>41</sup>

Contorno entoacional nuclear	PGB	PB	PE			
			SEP	NEP	ALE	ALG
IP medial	L*+H H% L* LH%	L*+H H% L+H* H% H+L* L%	L*+H H% H+L* H%	L+H*H% L*+H H% H+L* H% L* H%	---	---
IP final	H+L* L% L* L%	H+L* L%	H+L* L%	L* L%	H+L* L% L*	H+L* L%

Fonte: Própria

<sup>41</sup> Não há descrição da configuração tonal nuclear de sintagmas entoacionais não finais de sentenças mapeadas em mais de um sintagma entoacional no ALE e no ALG em estudos prévios.

## 8. Conclusões

A descrição e a análise do contorno entoacional de sentenças declarativas neutras do PGB e a comparação dos resultados obtidos com os padrões entoacionais neutros já descritos para o PB e o PE revelam características entoacionais gerais do português guineense que são semelhantes às encontradas nas demais variedades de português.

Observamos que há uma frequente atribuição de acentos tonais a cada palavra fonológica que compõe a sentença no PGB, revelando uma alta densidade tonal do contorno entoacional, característica também encontrada no contorno entoacional do PB.

No que se refere ao contorno entoacional nuclear das declarativas neutras, em todas as variedades do português, há a associação obrigatória de um acento tonal à palavra fonológica cabeça de um sintagma entoacional, seguido por um tom de fronteira associado à fronteira direita desse sintagma. Essa característica entoacional é também encontrada no PGB. Verificamos que as configurações tonais encontradas para o contorno entoacional nuclear correspondem aos padrões já descritos para o PB e para o PE. Tal correspondência se refere tanto ao contorno nuclear de sintagmas entoacionais finais quanto ao contorno nuclear de sintagmas entoacionais não finais de sentenças mapeadas em mais de um sintagma entoacional.

Atestamos também que há a possibilidade de associação de acentos frasais a fronteiras de sintagmas fonológicos no PGB. Esse evento tonal, apesar de encontrado no PB e na variedade alentejana do PE, exhibe propriedades fonológicas diferentes, uma vez que não se relaciona ao foco como na variedade brasileira, nem à posição do sintagma fonológico na sentença como na referida variedade europeia de português. Além disso, foram encontrados eventos tonais adicionais associados a sílabas pretônicas de palavras fonológicas longas, semelhantes aos tons adicionais encontrados em palavras fonológicas também longas do PB, mas não encontrados nas demais variedades de português.

Vale mencionar que os resultados alcançados na investigação do contorno entoacional das declarativas neutras do PGB e apresentados neste

trabalho apontam questões para pesquisas futuras que se referem à realização de investigações na busca de uma melhor compreensão sobre: (i) os padrões de associação de determinados eventos tonais (acentos frasais, em sentenças neutras e não neutras, e tons adicionais) às sentenças do PGB; e (ii) a relação entre os resultados obtidos com o fato de essa variedade de português ser uma segunda língua para as informantes. Nesse caso, os resultados alcançados e que particularizam prosodicamente o PGB poderiam, por hipótese, refletir transferências das línguas maternas dos guineenses (o crioulo de Guiné-Bissau e as línguas africanas) ao português falado por eles.

Por fim, salientamos que os resultados obtidos na descrição e na análise do padrão entoacional do PGB trazem contribuições fonológicas à gramática ainda pouco estudada dessa variedade de português e aos estudos das variedades de português faladas na África em geral.

## **Abreviaturas e símbolos utilizados**

Adj – adjetivo;

ALE – Português europeu centro-meridional de Alentejo (Castro Verde);

ALG – Português europeu centro-meridional de Algarve (Albufeira);

CGB – Crioulo de Guiné-Bissau;

InAPoP – *Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese*;

IP – Sintagma entoacional;

N – nome;

NEP – Português europeu setentrional (Braga) (*Northern European Portuguese*);

PB – Português brasileiro;

PE – Português europeu;

PGB – Português de Guiné-Bissau;

PhP – Sintagma fonológico;

PW – Palavra fonológica;

RLD – *Romance Languages Database*;

SEP - Português europeu padrão (Lisboa) (*Standard European Portuguese*);

SN - Sintagma nominal;

T\* - Acento tonal;

F - Acento frasal;

T% - Tom de fronteira.



# Estudo Inicial das Perguntas-Q no Português de Guiné-Bissau

*Eduardo Ferreira dos Santos<sup>1</sup>*

*Raquel Azevedo da Silva*

## 1. Introdução

Guiné-Bissau é um pequeno país africano que apresenta uma situação de plurilinguismo com cerca de 20 línguas – muitas de famílias linguísticas diferentes – faladas no território. Destacamos a língua crioula – que chamaremos, neste trabalho, de guineense – e a língua portuguesa; o guineense é principal língua veicular e o português, a língua oficial. Atualmente, o guineense é a língua materna da maioria dos falantes de Guiné-Bissau e o português ocupa o papel de segunda língua – L2.<sup>2</sup>

O contato entre as diferentes línguas do país com o guineense e o português aponta para um possível *continuum* linguístico em Guiné-Bissau que nos interessa na medida em que nos direciona a estudos sobre essa variedade da língua portuguesa, principalmente em relação a aspectos gramaticais já estudados no português brasileiro (doravante, PB) e no português europeu (doravante, PE).<sup>3</sup>

Trabalhos como o de Miotto & Kato (2005), ligado as perguntas-Q, apontam que o PB e o PE apresentam contrastes em certas construções desse

---

<sup>1</sup> Respectivamente: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB; Mestre pela Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> A lista de abreviaturas encontra-se ao final do trabalho.

<sup>3</sup> Sobre o *continuum* em Guiné-Bissau, ver Couto & Embaló (2010: 31).

tipo e que particularizam cada variedade. Considerando a necessidade de se descrever as variedades africanas do português, buscamos, em nosso trabalho, um estudo inicial das perguntas-Q no português de Guiné-Bissau (doravante, PGB) como uma forma de se propor um melhor entendimento dessa variedade e sua proximidade e relação com outras línguas faladas naquele país e também com o PB e o PE.

O trabalho está dividido em quatro seções, além dessa apresentação: na seção (2), apresentamos um breve panorama dos aspectos sócio-históricos e linguísticos de Guiné Bissau; a seção (3) é dedicada à metodologia relacionada à delimitação e organização dos dados usados na análise deste trabalho; na seção (4), introduzimos o leitor às perguntas-Q e sua tipologia; a apresentação dos dados de perguntas-Q no português guineense é feita na seção (5) e, por fim, a seção (6) é dedicada às considerações finais.

## **2. Guiné Bissau – Aspectos Sócio-Históricos e Linguísticos**

Nesta seção, abordamos aspectos histórico-sociais de Guiné-Bissau, assim como alguns aspectos linguísticos do país.

### *2.1. Aspectos Sócio Históricos*

Guiné Bissau é um país localizado no noroeste africano com cerca de 3.6125 km. Seu pequeno território faz fronteira com o Senegal, ao norte, a República da Guiné Conacri, a leste e ao sul, e o Oceano Atlântico, a oeste.

Chamamos a atenção do leitor para o período histórico da colonização e a chegada dos portugueses ao território guineense no século XV – no contexto das Grandes Navegações. Embora tenha liderado a incursão ao território guineense, os portugueses disputavam com os espanhóis o estabelecimento na região, resolvido com o Tratado das Tordesilhas e assinado em 1494 (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 20).

A fundação da Vila de Cachéu, em 1588, fortaleceu a presença e o monopólio português, principalmente contra os franceses e os ingleses que começaram a aparecer na região. A chegada de Companhias holandesas e

inglesas no século XVII focalizou o papel dos “lançados” e a presença efetiva dos portugueses na região (KIHM:1994, p. 4).<sup>4</sup> Para controlar o monopólio português, é fundada a Companhia de Bissau, em 1687, com função de fiscalização do comércio. Embora fundada em Bissau, a capital é transferida para aquela aréa em 1766 e ainda sob a administração de Cabo Verde.

No século XIX, é importante destacar a forte presença de caboverdianos em Guiné-Bissau devido à seca em Cabo Verde e ao desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar para o fabrico de aguardente e açúcar. Em 1879 dá-se a separação administrativa de Cabo Verde – Bolama passa a ser a capital de Guiné Bissau. Outro momento histórico a se destacar, nesse período, é a Conferência de Berlim, ocorrida entre 1884 e 1885, que teve como participantes as principais potências europeias do período. Os principais objetivos da Conferência eram assegurar o livre comércio e a livre navegação sobre os rios Níger e Congo, principais rios que desaguam no Atlântico. Outro objetivo era a regulamentação das novas ocupações de territórios africanos, principalmente da costa ocidental (HERNANDEZ: 2008, p. 62). Em 1886, as fronteiras de Guiné-Bissau são definitivamente estabelecidas a partir do Acordo Franco-Português, que dava à França o domínio da região da Casamansa e a região de Cacine para o domínio português. O processo de independência de Guiné-Bissau começa a ter destaque em 1953, com a chegada do agrônomo Amílcar Cabral. Vindo de Portugal, Cabral passou a reunir-se com membros do Movimento da Independência Nacional da Guiné. O principal objetivo do grupo era “educar civicamente os jovens, sensibilizando-os para a necessária remoção das injustiças da ordem social imposta pela metrópole” (HERNANDEZ: 2008, p. 540). Em 1956 é fundado o Partido para a Independência – União dos povos da Guiné e Cabo Verde (PAI), depois denominado: Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1960. O maior desafio do PAIGC foi o de unir os diferentes

---

<sup>4</sup> *Lançados* eram os portugueses que exploravam os rios e terrenos guineenses mantendo contato com os nativos e servindo de intermediários para a exploração de mercadorias e tráfico de escravos.



grupos etnoculturais a fim de se estabelecer uma consciência nacional e atenuar essas diferenças em prol de uma causa comum.

Em 1961 o PAIGC enviou uma Carta Aberta ao Governo Português com a proposta de negociar a independência de Guiné. No entanto, o governo português, em resposta, aumentou a repressão e ordenou ataques à população civil. Em 23 de novembro de 1962, iniciou-se a luta armada pela independência e o PAIGC passou a ter apoio externo de países como China, Gana e Marrocos, além de conquistar o apoio de “povos do sul”. O movimento pela independência se intensificou nos anos que se seguiram, com repressões por parte do governo português, de um lado, e com a resistência do PAIGC de outro. Mesmo com o assassinato de Amílcar Cabral, (líder do movimento),<sup>5</sup> em 21 de janeiro de 1973, o movimento continuou a ganhar força e, em 24 de setembro do mesmo ano, é declarada a independência de Guiné Bissau na primeira Assembleia Nacional Popular. No entanto, Portugal só veio a reconhecer a independência do país no ano seguinte, em 26 de agosto de 1974.

Na década seguinte, em 1980, Guiné-Bissau encontrou-se num agitado momento político com o golpe militar liderado por Nino Vieira e com a guerra civil deflagrada entre os anos de 1998 e 1999, quando o período de poder absoluto de Nino Vieira chega ao fim. Os anos seguintes serão de sucessivas eleições legislativas e presidenciais ao lado de conflitos políticos herdados, em sua maioria, do processo de colonização. Segundo Couto & Embaló (2010, p. 27), esses problemas advindos da independência, não só de Guiné-Bissau, mas de outros países africanos, são fruto das contradições internas que ressurgiram e foram somadas aos problemas específicos de cada país africano, trazidos pelos invasores, como a desestruturação dos sistemas

---

<sup>5</sup> As causas e o autor do assassinato de Amílcar Cabral nunca foram determinados. Segundo Couto & Embaló (2010, p. 24), “... havia no seio do PAIGC um mal estar entre guineenses e cabo-verdianos por causa da questão da unidade Guiné-Cabo Verde, o que pode ter tornado possível a utilização dos guineenses descontentes para a realização do assassinato”. Inicia-se, desse modo, a ruína do projeto de união entre Guiné-Bissau e Cabo Verde.

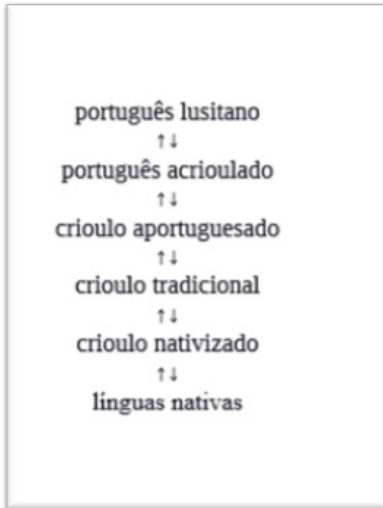
político-sócio-econômicos, a escravidão e a discriminação. Como as soluções desses problemas é uma tarefa difícil, cabe aos africanos uma escolha política e econômica com modelos “...consentâneos com as suas realidades, com base num verdadeiro desenvolvimento do fator humano, condição indispensável para um desenvolvimento sustentado” (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 27).

## 2.2. Aspectos Linguísticos

Assim como no continente africano, o quadro linguístico de Guiné-Bissau é de plurilinguismo. Cerca de 20 línguas, muitas de famílias linguísticas diferentes, são faladas no país – ver Couto & Embaló (2010, p. 28-29). Segundo os mesmos autores, não há dados oficiais sobre a distribuição étnica depois de 1991, o que dificulta a possibilidade de atestarmos a porcentagem de determinada etnia e a sua língua correspondente. Ao lado dessa diversidade de línguas africanas seculares, há a presença do guineense, língua veicular e de unidade nacional, e o português, língua oficial. Atenta-se, também, para a presença da língua francesa devido às relações que Guiné-Bissau possui com os vizinhos Senegal e Guiné-Conacri, dois países de língua oficial francesa.

Como já mencionados, desse conjunto de línguas, destacamos o guineense e o português. Segundo Couto & Embaló (2010, p. 30), o crioulo (guineense) é falado por cerca de 80% da população, enquanto o português, conhecido por apenas 13%, é tido como língua oficial, ou seja, a língua da escolarização, dos meios de comunicação, do governo. O contato entre as diferentes línguas africanas do país e os resquícios da colonização portuguesa com o guineense e o português faz surgir, segundo Couto & Embaló (2010), um *continuum* linguístico como se apresenta a seguir:

**Figura 1.** *Continuum* Linguístico de Guiné-Bissau



Fonte: Couto & Embaló (2010: 31)

O guineense (a língua crioula), durante o processo de independência, serviu como meio de unificação entre as diferentes etnias e a solução para os conflitos linguísticos dos guineenses. Entre o dilema “... de se usar uma língua africana (que, aliás, são muitas) ou o português, eles criaram uma terceira via, o crioulo, que é justamente uma solução de compromisso entre as duas realidades ...” (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 27). O guineense torna-se, portanto, o símbolo de nacionalidade entre os guineenses. Com a independência, essa língua continuou a ganhar território, mas é o português que é alçado a língua oficial do país.<sup>6</sup>

### 2.2.1. *A língua portuguesa em Guiné-Bissau*

Embora a empreitada portuguesa em terras guineenses tenha ocorrido de meados do século XV até o século XIX e o território ter sido fonte de

<sup>6</sup> Para uma discussão mais pormenorizada acerca da situação do crioulo em Guiné-Bissau, remetemos o leitor ao texto de Couto & Embaló (2010, p. 32-44).

escravizados e de mercadorias, é apenas no século XX que se tem uma exploração efetiva da costa da Guiné e de suas regiões interioranas. Para Couto & Embaló (2010, p. 47), essa é uma das razões da língua portuguesa não ter sido implantada na região e ter ocorrido a mescla dessa língua com as línguas nativas, dando origem ao crioulo da Guiné – o guineense.

Nos dias atuais, o português ainda não é majoritariamente falado pelos guineenses como língua vernácula (ver seção 1.2.). Apenas uma pequena parcela de guineenses possui a língua portuguesa como L1, ou língua materna, constituindo, assim, um cenário em que o português é falado como língua L2 (língua não materna).

Mesmo com uma minoria de falantes de língua portuguesa, o *status* que o português adquire em Guiné-Bissau é de língua oficial. Isso significa que o português é a língua do sistema de ensino no país e, consequentemente, dos discursos oficiais e dos meios de comunicação. No entanto, conforme apontam Couto & Embaló (2010, p. 51-55), no ambiente ‘culto’, a língua portuguesa também convive com a língua crioula em programas de rádio e até mesmo nas reuniões de trabalho no governo, em determinados níveis. No que diz respeito aos assuntos técnicos, científicos ou de política internacional, por exemplo, quando o guineense é a língua utilizada, dá-se o uso de empréstimos do português para a adequação da terminologia com termos que não existem no guineense. Por outro lado, em um ambiente mais popular e com menos grau de escolarização, o uso do guineense é largamente atestado ao lado das línguas africanas.

Percebe-se, desse modo, que o português não é uma língua estranha aos guineenses e, mesmo não sendo uma língua materna de grande parte deles, o ‘português acrioulado’<sup>7</sup> já apresenta certas especificidades nos níveis morfossintáticos, fonético-fonológico, lexical e semântico.<sup>8</sup> Desse modo,

---

<sup>7</sup> O português acrioulado é o termo usado para a língua portuguesa falada em Guiné-Bissau, com características e traços específicos da língua crioula, que a distingue do PE tomado como norma padrão (COUTO & EMBALÓ: 2010, p. 51).

<sup>8</sup> Cf. Couto & Embaló (2010, p. 52-55), para exemplos do ‘português acrioulado’ em cada um desses níveis.

coloca-se em pauta a importância das discussões sobre o português falado em Guiné-Bissau e a necessidade de análises linguísticas sobre essa variedade africana de português em cotejo com outras variedades da língua portuguesa. É o que pretendemos com nosso estudo inicial sobre as perguntas-Q no português falado por guineenses, considerando estudos já realizados para o PB e o PE.

### 3. Metodologia para a Organização e Delimitação dos Dados

Nesta seção, apresentamos a metodologia aplicada para a obtenção dos dados utilizados no trabalho, a partir do *corpus* da pesquisa de Iniciação Científica: “Para um Estudo de Perguntas-Q na Variedade Africana de Português Falado em Guiné Bissau” – R. Silva (manuscrito).

#### 3.1. O *Corpus* da Pesquisa de R. Silva (manuscrito)

A pesquisa de Iniciação Científica “Para um Estudo de Perguntas-Q na Variedade Africana de Português Falado em Guiné Bissau” inseriu-se no projeto “Línguas Crioulas e Variedades de Português em Contato”, dentro da linha de pesquisa “Gramática do português e de línguas em contato” – DLCV/FFLCH/USP.<sup>9</sup> A constituição do *corpus* deu-se a partir de um conjunto de sete gravações realizadas com quatro estudantes guineenses do *campus* da Universidade de São Paulo que vieram para o Brasil através do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) do Governo Federal. Ressaltamos que os quatro auxiliares linguísticos falam o português como L2, conforme informação fornecida pelos próprios estudantes e reforçada na fala de um deles (sua identidade é omitida):

(...) eu acho que eu... eu vô reforçar um pouco lingua portuguesa, porque o maior dificuldade, por exemplo, dos guineenses eu acho que é a língua portuguesa, entendeu, porque na comunidade da Gui-

---

<sup>9</sup> ver: [lport.fflch.usp.br](http://port.fflch.usp.br).

né Bissau as pessoas não fala português, as pessoas fala mais crioulo...  
a nossa língua, entendeu (...)

Confirmam-se, assim, as palavras de Couto & Embaló (2010, p. 47-59) sobre o uso majoritário da língua guineense no país e a necessidade do aprendizado da língua portuguesa enquanto língua oficial.

A dinâmica metodológica – que se vê em R. Silva (manuscrito) – consistiu em entrevistas:

- (i) da própria documentadora com os auxiliares linguísticos;
- (ii) dos próprios guineenses conversando entre si.

Essas entrevistas possibilitaram a organização de *corpora* baseada em fala espontânea, adaptada para a pesquisa em questão. Após as gravações, iniciou-se o trabalho de transcrição do material coletado<sup>10</sup> – ver Baio (manuscrito) e Baio & Injai (manuscrito).<sup>11</sup>

### 3.2. Organização dos Dados

A partir das transcrições, foram delimitadas as ocorrências das construções sintáticas com perguntas-Q; cada ocorrência foi considerada uma sentença/dado individual. Desse processo, chegou-se a 83 sentenças, sendo cada uma delas numerada, classificada e referenciada. Por exemplo: ao final de cada sentença, entre parênteses, atesta-se uma abreviatura das iniciais do

<sup>10</sup> As entrevistas são parte do acervo do Grupo de Estudos de Línguas em Contato – GELIC/FFLCH/USP.

<sup>11</sup> Em Baio (manuscrito) e Baio & Injai (manuscrito) atestam-se gravações e transcrições de entrevistas de dois estudantes guineenses, participantes do *corpus* da pesquisa de R. Silva (manuscritos). Esses estudantes também realizaram pesquisas de Iniciação Científica sob orientação da Profª. Márcia Oliveira (FFLCH/USP) com o *corpus* citado – ver Oliveira, Baio & Injai (2013).

nome de cada auxiliar linguístico e a indicação da linha onde cada sentença encontra-se em uma transcrição específica (de maneira que seu contexto pudesse ser facilmente localizado no *corpus*), como se vê em:

- (i) então, por exemplo ... na hora vagas por exemplo cê faz o quê?  
(J&AL379)

Em (i), a indicação entre parênteses aponta para um dado retirado da transcrição com os auxiliares linguísticos “J” e “A”, localizado na linha 379 dessa mesma transcrição. Com as sentenças identificadas, as mesmas foram classificadas da seguinte maneira:

- Interrogativas-Q com pronome-Q *in situ*;
- Interrogativas-Q com pronome-Q deslocado;
- Interrogativas-Q clivadas;
- Interrogativas-Q com pronome-Q acompanhado de um ‘que’ e sem cópula.

Na próxima seção, apresentamos brevemente a tipologia das perguntas-Q a partir de trabalhos realizados para o PB e o PE a fim de prosseguirmos com os resultados do estudo sobre perguntas-Q em PGB.

#### 4. Perguntas-Q

As sentenças interrogativas estão divididas em dois tipos conforme as informações que lhe são dadas:

- (i) interrogativas sim/não (ou totais) que pedem como resposta a confirmação, ou não, de um fato:
- (1) Amanhã haverá aula?
  - (2) Você almoçou?

- (ii) perguntas-Q (ou Interrogativas-Q) que fazem parte de um conjunto de estruturas conhecidas como construções-Q, que apresentam palavras do paradigma morfológico dos pronomes-Q (BRAGA, KATO & MIOTO 2009: 241).

Na língua portuguesa, as palavras que pertencem a essa categoria de pronome são: *quando*, *quanto*, *qual*, *quem*, *o que*, *que*, *como*, *onde* e *cujo*. Esses pronomes podem introduzir diferentes tipos de sentenças: pergunta-Q direta, pergunta-Q indireta, relativa e relativa livre. Destacamos, a seguir, as perguntas-Q diretas e indiretas.<sup>12</sup>

As perguntas-Q diretas são aquelas em que o pronome-Q aparece na sentença matriz, como em (3), e as indiretas são aquelas em que o pronome-Q aparece em uma sentença encaixada, como em (4).

(3) Quem chegou de viagem?

(4) O Paulo perguntou quando a Márcia chegou de viagem.

Em nosso trabalho, interessa-nos as sentenças em que o pronome-Q interrogativo é realizado na sentença matriz, como em (3).

#### 4.1. Pronomes-Q Interrogativos

De acordo com Braga, Kato & Miotto (2009, p. 266), os pronomes-Q interrogativos podem ser divididos em duas classes, a partir da capacidade de introduzirem ou não, em sua constituição morfológica, o universo sobre o qual operam.

Para o primeiro tipo, podemos destacar os seguintes pronomes-Q, seguidos do universo sobre o qual operam:

<sup>12</sup> As sentenças relativa e relativa livre estão fora do escopo do nosso trabalho. Para uma discussão acerca desses tipos de sentenças, remetemos o leitor aos textos: Braga, Kato & Miotto (2009), F. Lopes (2017), entre outros.



- |   |                     |
|---|---------------------|
| (5) <i>Quem</i> comeu a maçã?                       | <i>humano</i>       |
| (6) O <i>que</i> ela trouxe de Paris?               | <i>coisa</i>        |
| (7) <i>Onde</i> o congresso foi realizado?          | <i>lugar</i>        |
| (8) <i>Como</i> é que você chegou a essa conclusão? | <i>modo/maneira</i> |
| (9) <i>Quando</i> acontece a reunião do grupo?      | <i>tempo</i>        |

Para os pronomes do segundo tipo, ou aqueles que não definem o universo sobre o qual operam, temos a combinação desses pronomes com um restritor nominal, como observamos nos exemplos a seguir:<sup>13</sup>

- (10) *que* serviços prestariam então uma cooperativa?
- (11) *quantos* grupos estiveram... aqui presen:tes fazendo aquele trabalho de... definição?
- (12) você já imaginou para ((ruído de garganta)) para fazer a peça Hair *quanta* gente que não foi...éh éh::não foi::preparada.
- (13) *qual* outro filme que... o público infantil... gostou?

Segundo Braga, Kato & Miotto (2009, p. 267), esses pronomes apresentam comportamento semelhante ao dos determinantes/quantificadores nominais já que operam semanticamente sobre um nome. Ocorre, nesse caso, uma concordância com o nome, em número e gênero, como nos exemplos (11), (12) e (13) acima.

#### 4.2. Tipologia das Perguntas-Q

Nesta seção, apresentamos os tipos de perguntas-Q a partir de Braga, Kato & Miotto (2009) e Brito, Duarte & Matos (2003).

---

<sup>13</sup> Braga, Kato & Miotto (2009, p. 266), dados (50 a, b, b', c), renumerados.

#### 4.2.1. Perguntas-Q com pronome 'in situ' e deslocado

As perguntas-Q, em diferentes línguas, podem ter o seu pronome-Q *in situ* (como o mandarim) ou deslocado (como o inglês). Assim, nas línguas de pronome-Q *in situ*, não ocorre o movimento que é obrigatório para as línguas de pronome-Q deslocado, conforme exemplificado em inglês:

- (14) When did you arrive?  
 a. When<sub>i</sub> did you arrive t<sub>i</sub>?  
 b. \* Did you arrive when?

Em (14a), o pronome-Q é movido de seu lugar de origem e é deslocado para a periferia esquerda da sentença. Para um falante de língua inglesa, a sentença (14b) é agramatical com o pronome interrogativo na posição *in situ*.<sup>14</sup>

No caso do PB e do PE, o pronome-Q pode permanecer *in situ*, como em (15), ou deslocado, como em (16):

- (15) a. cada formatura tinha o quê, além do do da colação de grau? – PB<sup>15</sup>  
 b. A Maria sai quando? – PE<sup>16</sup>  
 (16) a. o que a senhora considera uma boa peça teatral? – PB<sup>17</sup>  
 b. o que queres? – PE<sup>18</sup>

<sup>14</sup> No entanto, a presença do pronome-Q sem movimento, como em (14b), é gramatical dentro do contexto de “perguntas eco”, em que “o locutor revela estranheza por uma informação veiculada no discurso anterior ou mostra que não apreendeu totalmente essa informação” (BRITO, DUARTE & MATOS: 2003, p. 474-476).

<sup>15</sup> Braga, Kato & Miotto (2009, p. 269), dado (56 a), renumerado. O grifo é nosso.

<sup>16</sup> Brito, Duarte & Matos (2003, p. 474), dado (52 a), renumerado. O grifo é nosso.

<sup>17</sup> Braga, Kato & Miotto (2009, p. 269), dado (57 a), renumerado. O grifo é nosso.

<sup>18</sup> Brito, Duarte & Matos (2003, p. 475), dado (51 a'), renumerado. O grifo é nosso.

O deslocamento do pronome-Q – ou Movimento Q nas palavras de Brito, Duarte & Matos (2003: 465) – de uma posição interna para a periferia esquerda da sentença aponta para um vestígio co-indexado ( $[v_i]$ ) com o constituinte movido:

(17) [O  $que_i$ , é que pensas que ele comprou  $[v_i]$ ?<sup>19</sup>

#### 4.2.2. Perguntas-Q clivadas

Na sintaxe uma forma de se destacar o foco (informação não-pressuposta) de uma sentença ocorre através da operação da clivagem. Tomada como uma estrutura biclausal, o sintagma focalizado é realizado entre um verbo copulativo e por um ‘que’.

As sentenças clivadas apresentam uma tipologia específica e as perguntas-Q também se realizam através dessa operação, casos em que o pronome-Q aparece seguido por um verbo copulativo e por um “que”.<sup>20</sup> Este tipo de pergunta é classificada tradicionalmente como perguntas-Q clivadas:

(18) O que é que a Joana fez? PB/PE

#### 4.2.3. Perguntas-QU fronteadas e seguidas de partícula

Na tipologia tradicional das sentenças clivadas, atestam-se sentenças interrogativas clivadas sem cópula como uma “expressão-Q na periferia esquerda da sentença seguida pelo complementizador *que*”, espelhando o fenómeno conhecido como “Comp duplamente preenchido” (BRAGA, KATO & MIOTO: 2009, p. 270), conforme se vê em (19):<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Brito, Duarte & Matos (2003, p. 468), dado (30 b), renumerado.

<sup>20</sup> Para uma abordagem da operação de clivagem e sua tipologia, remetemos o leitor aos trabalhos de Modesto (2001); Braga, Kato & Miotto (2009); Santos & Oliveira (2011); Alexandre & Oliveira (2018) – neste volume –; entre outros.

<sup>21</sup> Braga, Kato & Miotto (2009, p. 270), dado (61 a), renumerado.

(19) quem que a senhora acha que cuida de toda essa parte?

A sentença em (19), amplamente atestada no PB, seja por falantes altamente escolarizados ou não, é agramatical para o PE, conforme atestam Brito, Duarte & Matos (2003, p. 466):

(20) \*Quem que chegou? – PE <sup>22</sup>

Apontada como uma estrutura biclausal – cf. Braga, Kato & Miotto (2005), Ribeiro & Côrtes Júnior (2009), Costa & Duarte (2001), entre outros – sentenças como (20) são vistas como uma redução da cópula, não ocorrendo (segundo vários autores) uma grande diferença estrutural entre essas estruturas e as demais estruturas que envolvam ‘é que’. Veja o exemplo:<sup>23</sup>

(21) a. Quem é que chegou? – PE/PB

b. Quem que chegou? – \*PE/PB

Para Costa & Duarte (2001), a forma que lexicaliza o núcleo funcional no PE é ‘é que’ e, para o PB, o complementizador ‘que’. Esse seria um processo específico de reanálise presente apenas nessas duas línguas românicas. Segundo Braga, Kato & Miotto (2009, p. 258) e Ribeiro & Côrtes Júnior (2009, p. 221), a estratégia de clivagem sem cópula (ou reduzida) é uma inovação no PB.

Neste trabalho, ratificamos no entanto, que a chamada clivagem sem cópula (ou reduzida) não é exclusividade do PB, mas se faz notar no português falado em Cabo Verde – cf. Alexandre (2018), Alexandre & Oliveira (2018), neste volume, e F. Lopes (2017) –; no português do município do Libolo (Angola) – cf. Figueiredo & Santos (2014) – e no PGB, como veremos

<sup>22</sup> Brito, Duarte & Matos (2003, p. 466), dado (24), renumerado.

<sup>23</sup> Costa & Duarte (2001, p. 629), dado (13 c), renumerado.

na seção seguinte. Em nosso trabalho, chamaremos esse tipo de construção de “perguntas-QU fronteadas, seguidas de partícula”.

## 5. As Perguntas-Q no Português Guineense

Nesta seção, a partir de R. Silva (manuscritos), apresentamos os tipos de perguntas-Q no PGB, partindo da tipologia apresentada na seção (3.2.).

### 5.1. Perguntas-Q com Pronome ‘In Situ’ e Deslocado

De um total de 83 sentenças classificadas como Perguntas-Q apreendidas do *corpus* desta pesquisa, as perguntas-Q com pronome *in situ* foram pouco recorrentes, sendo encontrados apenas 11 casos. A seguir, apresentamos alguns exemplos:

(22) então, por exemplo... na hora vagas por exemplo cê faz  
o quê? (J&A L379)

(23) então sobre... matéria por exemplo aqui da letras, cê gosta  
de que matéria? (J&AL370)

(24) Mas... cê pretende sair quando? (R&B L5)

A grande recorrência de perguntas-Q ocorreu, contudo, com o pronome deslocado. Das 83 sentenças, 44 sentenças foram obtidas com o deslocamento do pronome. Abaixo seguem alguns exemplos:

(25) como<sub>i</sub> você soube disso t<sub>i</sub>? (J&B L158)

(26) e quem<sub>i</sub> você gosta t<sub>i</sub>? (J&A L364)

(27) uhn, então, João Paulo de que<sub>i</sub> etnia você é t<sub>i</sub>? (J&D L106)

Nos dois conjuntos de sentenças acima, observamos que o PGB atesta perguntas-Q com o pronome *in situ* ou deslocado, assim como o PE e o PB (MIOTO & KATO: 2005, p. 172-179). Atesta-se ainda, no *corpus* da pesqui-

sa, a ocorrência de sentenças em que o ‘sujeito’ é realizado entre o pronome-Q e o verbo finito, como mostram os dados a seguir:

- (28) *Como* você soube disso? (J&B L158)  
 (29) uhn, *onde* você nasceu mesmo? (J&D L67)  
 (30) oh João Paulo *como* você vivia lá em Guiné Bissau? Como por exemplo a sua família... *o que que* você fazia lá em Guiné Bissau? (J&A L299)

Segundo Miotto & Kato (2005, p. 173), a estratégia de realização de ‘sujeito’ entre o pronome-Q e o verbo finito é uma estratégia exclusiva do PB e agramatical no PE, que exige a adjacência entre o pronome-Q e o verbo finito. Observe os exemplos dos autores:<sup>24</sup>

- (31) a. Como reagiu Adriano Pinto? PE/\*PB  
 b. Como o Adriano Pinto reagiu? \*PE/PB

## 5.2. Perguntas-Q Clivadas

No *corpus* desta pesquisa, atestam-se apenas 5 casos de perguntas-Q em estrutura de clivagem, ou seja, o pronome-Q seguido de uma cópula mais ‘que’. Veja os exemplos a seguir:

- (32) e a relação a sua vaga, *como é que* você conseguiu ou você ficou sabendo? (J&D L137)  
 (33) Mas *onde é que* você saiu com esse fundamento? (J&B L160)  
 (34) Quando... *quando é que* você entrou aqui na USP? (R&B L3)

Todos os dados para esse tipo de pergunta-Q ocorreram em sentença matriz e os dados (32) - (34) mostram que o verbo copulativo apresenta-se

<sup>24</sup> Miotto & Kato (2005, p. 172), dados (1 e, f), renumerados.

no tempo presente com o verbo principal no tempo passado – possibilidade já atestada por Braga, Kato & Miotto (2009, p. 270) para o PB.

### 5.3. Perguntas-QU Fronteadas e Seguidas de Partícula

Ao lado das ‘perguntas-Q com pronome deslocado’, as ‘perguntas-QU fronteadas e seguidas de partícula’ são produtivas no *corpus* da pesquisa. A seguir, alguns exemplos desse tipo de pergunta no PGB:

- (35) Não... Se fosse, *porque que* ele não podia fazer uns poemas também referindo a Guiné-Bissau? (J&B L52)
- (36) uhn, mas é assim, *como que* você... ficou sabendo sobre... questão da vaga na embaixada e tal? *que... onde que* você pegou essa informação para *que* você...? (J&D L37)
- (37) certo, mas é assim no início quando você chegou, *o que que* você achava? *cê... cê* teve bastante dificuldade? (J&D L80)
- (38) e sobre a comida aqui no Brasil, *qual que* você mais... se deu tanto? (J&D L172)

A realização desse tipo de sentença interessa-nos para o estudo comparativo das variedades do português, pois as estruturas interrogativas “...constituem uma área de contraste substancial entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), tanto quantitativamente quanto qualitativamente” (MIOTO & KATO: 2005, p. 171). As ‘perguntas-QU fronteadas e seguidas de partícula’ em PGB inserem-se, portanto, nesse cotejo. As ‘perguntas-QU fronteadas e seguidas de partícula’ distanciam o PB e o PE; por outro lado, aproximam o PB do PGB e também de outras variedades de português faladas na África como a angolana, como exemplificamos em (39) a partir de um dado do português falado no município do Libolo:<sup>25</sup>

- (39) O que que fizeste no jogo?

<sup>25</sup> E. Santos (2015, p. 126), dado (42), renumerado. O grifo é nosso.

Vale ressaltar que, em línguas do oeste africano e em línguas crioulas, também se atestam as ‘perguntas-QU fronteadas e seguidas de partícula’. O crioulo de Guiné-Bissau, língua de substrato do PGB, é uma das línguas em que se observa essa construção. Veja os exemplos a seguir:

- (40) (Anta) *nunde ku bu* [pui aruz]?<sup>26</sup>  
 (então) onde REL 2s pôr arroz  
 INTER REL [SN] [SV]  
 Onde (é) que puseste o arroz?  
 Trad. Literal: “onde que você pôs o arroz?”

- (41) *Kin ku bu odja*<sup>27</sup>  
 Quem que 2SG ver  
 Quem que você viu?

- (42) *Nunde ki fika bu fakuldadi?*<sup>28</sup>  
 Onde que ficar 2SG.POSS faculdade  
 Onde que fica sua faculdade?

Como mencionado na subseção (4.2.3), poderíamos analisar os dados (35)-(38) acima, do PGB, como clivadas interrogativas com redução de cópula. Porém, nossa opção de classificação dessas sentenças em ‘perguntas-QU fronteadas, seguidas de partícula’ segue na mesma direção assumida por Alexandre & Oliveira (2018), nesse volume – entre outros –, ao considerarmos o “que” como um elemento [+FOC]. No entanto, a discussão sobre esse tipo

<sup>26</sup> Intumbo (2007, p. 101), dado (228), renumerado. A tradução literal é nossa.

<sup>27</sup> Castro (2013, p. 116), dado (91), renumerado.

<sup>28</sup> Castro (2013, p. 134), dado (5), renumerado.



de construção como uma ‘construção monoclausal’ (e não clivada) foge do escopo desse trabalho.<sup>29</sup>

Ao final, propomos que a ocorrência de sentenças com ‘perguntas-QU fronteadas seguidas de partícula’ no PGB (e no crioulo de Guiné-Bissau) aponta para um traço universal disponível na Gramática desses falantes e que pode ter sido reforçado pela situação de contato linguístico dessa variedade.

## 6. Considerações Finais

Neste trabalho, apresentamos os tipos de perguntas-Q realizadas no PGB a partir de uma tipologia específica para esse tipo de construção já estudada com certo rigor e frequência no PB e no PE. Assim, a partir de um *corpus* de fala específico e dos resultados da pesquisa de R. Silva (manuscritos), ampliamos o escopo da pesquisa.

Os dados do PGB mostram que é possível a realização de perguntas-Q com pronomes *in situ* ou deslocados, como também ocorre no PB e no PE. Atestamos, no *corpus* da pesquisa, uma maior ocorrência de sentenças com pronomes-Q deslocados e nos chamou a atenção as sentenças com a realização do ‘sujeito’ entre o pronome e o verbo finito – estratégia agramatical no PE e considerada exclusiva do PB. Outro tipo de pergunta-Q atestada no PGB foram as perguntas-Q clivadas, que ocorreram em menor número na fala dos auxiliares linguísticos guineenses.

---

<sup>29</sup> Na literatura tradicional sobre as sentenças conhecidas como clivadas, o elemento “que” é comumente classificado como pronome relativo, complementizador ou marcador de foco. Chamamos a atenção do leitor, contudo, para os trabalhos de Jorge & Oliveira (2012) – para uma análise das ‘perguntas-QU fronteadas e seguidas de partícula’ – e Santos (2015) – para as construções (SER + elemento focalizado + que). Nestes dois trabalhos, os autores analisam, a partir da teoria de fases do Programa Minimalista, como se dá a instanciação desse elemento “que” e a leitura de foco para determinado sintagma. Esses autores apontam, também, para o *status* da monoclausalidade das sentenças até então classificadas como clivadas. Veja, ainda, F. Lopes (2017), que segue nessa direção.

Na tipologia tradicional das perguntas-Q, encontram-se as ‘clivadas interrogativas sem cópula’, definidas como um pronome-Q na periferia esquerda da sentença, seguida pelo complementizador *que* (Comp duplamente preenchido). Para esse grupo de sentenças, que chamamos de ‘perguntas-QU fronteadas e seguidas de partícula’, foram consideradas 22 sentenças. A ocorrência desse tipo de sentença mostra que sua realização pode estar ligada, mas não exclusivamente, à situação de contato linguístico e transferência de traços de línguas africanas de substrato. Destacamos, assim, alguns dados do crioulo de Guiné-Bissau em que esse tipo de sentença ocorre.

Como vimos, esse estudo inicial revela que o PGB apresenta algumas características que o aproxima da variedade brasileira e também de outras variedades de português faladas na África. Destaca-se, ainda, a ocorrência de estruturas similares na língua crioula falada pelos guineenses. Considerando que o guineense é língua majoritária no país, com a presença de outras línguas africanas no território, reforça-se a necessidade de estudos acerca desse possível *continuum* linguístico em Guiné-Bissau. Desse modo será possível aprofundar estudos sobre a influência do contato linguístico entre variedades do português e línguas africanas e compreender, ainda, fenômenos linguísticos universais.

## Abreviaturas e símbolos

L2 – segunda língua/ língua 2;

PAAIG – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PAI – Partido para a Independência;

PB – português brasileiro;

PE – português europeu;

PEC-G – Programa de Estudantes/Convênio de Graduação do Gov. Federal  
(Brasil);

PGB – português de Guiné-Bissau;

[ t ] – ‘trace’ (vestígio);

[ v ] – vestígio.



# SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

## AFROINSULARIDADE

Deixaram nas ilhas um legado/de híbridas palavras e tétricas plan-  
tações//engenhos enferrujados proas sem alento/nomes sonoros  
aristocráticos/ [...] Aqui aportaram vindos do Norte/por mandato ou  
acaso ao serviço do seu rei:/navegadores e piratas/negreiros ladrões  
contrabandistas/simples homens/rebeldes proscritos também/e in-  
fantes judeus/tão tenros que feneceram/como espigas queimadas//  
Nas naus trouxeram/bússolas quinquilharias sementes/plantas expe-  
rimentais amarguras atrozes/[...] :e outras cargas sem sonhos nem  
raízes/porque toda a ilha/era um porto e uma estrada/sem regresso/  
todas as mãos eram negras forquilhas e enxadas//E nas roças ficaram  
pegadas vivas/como cicatrizes [...]

Conceição Lima – Lima (2004: 39-41)



# Vogais e ditongos no português vernacular de São Tomé e Príncipe

*Alfredo Christofolletti<sup>1</sup>*

*Gabriel Antunes de Araujo<sup>2</sup>*

## 1. Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar o quadro vocálico e uma análise sociolinguística dos ditongos orais decrescentes do português vernacular de São Tomé e Príncipe. Na posição tônica, o português vernacular de São Tomé e Príncipe apresenta um quadro vocálico com sete vogais. Porém, fora da posição tônica, esse número é reduzido. Os ditongos decrescentes, por sua vez, podem apresentar variação, como é o caso de [ eɪ ] ou sofrer processos de monotongação categóricos, como o ditongo [ oʊ ]. Dessa forma, uma análise sociolinguística nos permite avaliar os fatores linguísticos e não linguísticos que condicionam a variação. Ao mesmo tempo, mostraremos que o português vernacular são-tomense apresenta características singulares, assim como similitudes tanto com a variedade europeia bem com a variedade brasileira, no que diz respeito aos processos de ditongação e monotongação, porém com particularidades não encontradas em Portugal ou no Brasil.

O texto está organizado da seguinte forma: na seção 2, apresentamos um breve quadro sócio-histórico e linguístico de São Tomé e Príncipe (STP).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Respectivamente: Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo; Universidade de São Paulo/CNPq.

<sup>2</sup> As abreviaturas encontram-se ao final do trabalho.

Na seção 3, será exposto o sistema vocálico e, na seção 4, trataremos dos ditongos orais decrescentes demonstrando os fatores que condicionam a variação encontrada na realização dos ditongos orais decrescentes.

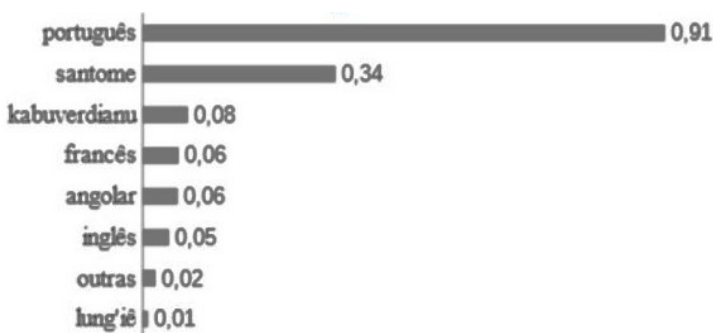
## **2. São Tomé e Príncipe: aspectos sócio-históricos e linguísticos**

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) está localizada no Golfo da Guiné, na costa ocidental da África, e possui cerca de 1001 km de extensão. Suas duas ilhas principais começaram a ser colonizadas pelos portugueses no fim do século XV. Inicialmente, a lavoura da cana-de-açúcar foi o motor da ocupação, contudo, após o declínio dessa cultura, STP se tornou um entreposto de escravos africanos, com destino às novas colônias americanas, especialmente o Brasil e as ilhas no Caribe, até o seu declínio no século XVIII (GARFIELD, 1992). Posteriormente, nos séculos XIX e XX, STP passou por uma segunda fase de povoamento alimentada pelos trabalhadores ‘contratados’ nas colônias continentais portuguesas para as lavouras de café e de cacau (Hagemeyer, 2009). Entre os intervalos dos processos de povoamento, STP despertou pouco interesse dos colonizadores portugueses limitando, dessa forma, a presença de falantes de português na ilha, permitindo a difusão ampla das línguas santome, angolar e lung’ie como línguas primeiras (L1). O português viria a ser difundido como segunda língua (L2) somente no século XX. Em 1975, com o início do processo de descolonização de São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa tornou-se oficial, em detrimento das línguas nacionais. A escolha pelo português deu-se em razão de sua importância econômica e social, pois a independência política não significou a autonomia econômica. São Tomé e Príncipe até os dias de hoje depende de ajuda internacional e Portugal ainda exerce influência sobre o país em diversas áreas, dentre elas a de educação, fornecendo recursos humanos e materiais que promovem o ensino da norma lusitana nas escolas.

Em 2012, o censo demográfico estimou a população de STP em 187.356 habitantes (INE 2012). Naquele ano, o Instituto Nacional de Estatística incluiu a proficiência linguística nas questões sobre o recenseamento.

De um total de 187.356 habitantes, 170.309 declararam falar português, ou seja, 90,9%. A segunda língua mais utilizada é o santome, língua crioula de base portuguesa, falada por 33,6% da população (62.889 falantes). Em seguida, vem o kaboverdiano com 7,9% (14.725 falantes). O gráfico 1 apresenta os dados detalhados da percentagem de falantes de cada língua. Os dados revelam que a pergunta do censo era sobre as línguas faladas pelo cidadão, sem se ater a questões sobre língua materna ou multilinguismo. Assim, o cidadão poderia se declarar bilingue ou mesmo poliglota. O amplo uso do português, além de seu *status* de língua oficial, expõe seu prestígio no país em detrimento das demais línguas. Mesmo o santome, a língua nacional mais falada pela população, é falado por cerca de um terço da população. Ainda que se somassem as três línguas autóctones (angolar, lung'ie e santome), o índice de falantes não alcançaria metade do número total de habitantes. Todavia, esse número é relevante para se considerar os efeitos do contato dessas línguas no português em STP.

Gráfico 1- Percentagem da população de acordo com a língua falada, INE



Como nos demais países lusófonos, o português em STP possui suas variedades e convive em um ambiente de multilinguismo (ver SANTOS & SVARTMAN (2018) para o caso de Guiné Bissau e LOPES & OLIVEIRA



(2018) para o Cabo Verde, neste volume). A norma padrão ensinada nas escolas e utilizada em situações formais é o português europeu (PE). Essa norma convive com o português vernacular são-tomense (PVS), utilizado nas conversas informais e no dia a dia dos habitantes. O PVS divide o espaço com as demais línguas faladas no país, pois as línguas angolares, lung'ie, santome e o kaboverdiano estão presentes também nos usos informais. Sendo o santome a segunda língua mais falada no país é possível ouvi-lo nas conversas informais e mesmo em alguns programas de rádio e televisão que visam à divulgação da cultura popular do país, especialmente os dedicados à música. Porém, o que se percebe é o crescente uso do português, que está passando de língua segunda à língua primeira no decorrer das gerações, sendo utilizado onde antes apenas as línguas autóctones tinham espaço e, ao mesmo tempo, relegando as demais línguas ao desprestígio social. Em decorrência dessa situação sociolinguística e da transmissão múltipla<sup>3</sup> do português em uma comunidade ampla de falantes, o português vernacular de São Tomé e Príncipe já apresenta características únicas (cf. FIGUEIREDO (2008, 2009, 2010b e 2012), R. M. GONÇALVES (2010a) e 2010b)).

### 3. O sistema vocálico do PVS

Nesta seção, apresentaremos as vogais do português vernacular são-tomense. Christofolletti (2010) observou que o sistema vocálico do PVS apresenta sete vogais distintivas na sílaba tônica. Dessa forma, se distancia do sistema vocálico do PE, no qual são encontrados oito elementos vocálicos distintivos: /u, i, ε, e, o, a, ə/ (RUA, 2005: 55) e se aproxima das línguas nacionais (sendo que as três possuem sete vogais) e de outras variedades transplantadas, como o português do Brasil (PB). Nos dados do PVS, não foi encontrada ocorrência da vogal média-central [ə], mesmo nos contextos descritos por Mateus & D'Andrade (2000) para o PE em que ocorreria diante de

<sup>3</sup> Usamos o termo “transmissão múltipla” no sentido de aprendizado de uma língua por meio de falantes que possuem diversas variedades da língua-alvo e os níveis de proficiência da L2 variam substancialmente (G. Araujo, 2011).

consoante palatal, como no exemplo retirado do PVS [i'grɛzɐ] 'igreja' ou de um glide anterior, como em [li'zɛrɔ] 'ligeiro'. No caso dos verbos, os quais, segundo Câmara Jr. (1995 [1970]), seriam os exemplos clássicos para os que defendem dois fonemas /a/ distintos<sup>4</sup> quando conjugados no pretérito perfeito e no presente, como nos exemplos coletados do PVS [apɐze'tẽmɔʃ] 'apresentamos' e [apa'ɲẽmɔʃ] 'apanhamos' (ambos no pretérito perfeito), vê-se que a vogal da sílaba tônica foi nasalizada por estar contígua a uma consoante nasal (regra geral também no PB, porém não no PE) e, portanto, não foi considerada como uma realização do schwa [ə], mas como uma vogal centralizada e nasalizada, ou seja, [ɐ̃]. Justificando essa escolha, podem-se observar nos dados algumas realizações da vogal baixa tônica não nasalizada diante de consoante nasal, como os exemplos [kẽ'paɲɐ] 'campanha' e [fa'lamɔʃ] 'falamos' (pretérito perfeito). No quadro 1, estão demonstradas as palavras, retiradas do *corpus*, contendo cada uma das vogais tônicas orais em palavras com diferentes números de sílabas.

Quadro 1 – Exemplos de vogais tônicas

	<b>Monossílaba</b>	<b>Dissílaba</b>	<b>Trissílaba</b>	<b>Polissílaba</b>
/i/	'mil' [ˈmiɪ]	'vida' [ˈviðɐ]	'feitiço' [fɛˈtisiɔ]	'cansativo' [kãsaˈtivu]
/u/	'luz' [ˈluʃ]	'cura' [ˈkuru]	'noturno' [noˈturnu]	'Guadalupe' [gʷadaˈlupi]
/e/	'três' [ˈtrɛʃ]	'chego' [ˈʒegu]	'empresa' [ɛˈprezɐ]	'natureza' [natuˈrezɐ]
/ɛ/	'dez' [ˈdɛʃ]	'hotel' [oˈtɛɪ]	'novela' [noˈvɛɪ]	'discoteca' [diʃkɔˈtɛkɐ]
/o/	'dois' [ˈdoʃ]	'calor' [kaˈlo]	'agosto' [aˈgoʃtu]	'perigoso' [periˈgozɔ]
/ɔ/	'nós' [ˈnɔʃ]	'avó' [aˈvɔ]	'angola' [ãˈgɔɪ]	'camisola' [kamiˈzɔɪ]
/a/	'sal' [ˈsaɪ]	'fraca' [ˈfrakɐ]	'cidade' [siˈdadɪ]	'amizade' [amiˈzadɪ]

Fonte: Própria

<sup>4</sup> O exemplo clássico é a oposição, na 1ª conjugação verbal, entre -âmos (terminação no pretérito perfeito: “ontem cantâmos”) e -amos (terminação no presente: “cantamos agora e sempre”). Tal oposição parece muito frequente por causa do grande número de verbos da 1ª conjugação; mas em última análise não o é, pois só depende de duas terminações únicas.” (Câmara Jr. 1995 [1970], p. 41).

As línguas autóctones de STP e em contato direto com a variedade do português falada ali possuem, também, um sistema vocálico constituído pelo conjunto de sete vogais orais – cf. Ferraz (1979), Maurer (1995, 2009) – e podem ser a principal influência para a opção do PVS.

Na posição pretônica, assim como em algumas variedades do português – Câmara Jr. (1995 [1970]), Mateus & d’Andrade (2000), Emiliano (2009) – os dados do PVS apresentaram uma redução no número de vogais, sendo que as vogais médias-baixas /ε, o/ são neutralizadas com as médias-altas /e, o/, sendo realizadas [e, o], significando a perda do traço que distingue as vogais médias-altas das médias-baixas. Assim, no subsistema vocálico das pretônicas figuram cinco vogais orais, [i, u, e, o, a], como mostrado em (1).

- (1) Pretônicas:
- [i] [si'dadɪ] ‘cidade’
  - [e] [se'guro] ‘seguro’
  - [a] [sa'larɔ] ‘salário’
  - [o] [sosi'aɫ] ‘social’
  - [u] [su'ʒeto] ‘sujeito’

Assim, como na variedade europeia,<sup>5</sup> há uma tendência ao alçamento das médias-altas pretônicas, porém, em PVS, os fonemas /e, o/ pretônicos são realizados como [i] e [u], respectivamente, e a aplicação é variável, como em (2). O mesmo ocorre com a vogal média-alta [o], como em (2b):

- (2) Alçamento das vogais médias-baixas em posição pretônica:
- a. [e] > [i] [se'bolɛ] ~ [si'bolɛ] ‘cebola’
  - b. [o] > [u] [sabo'rozɔ] ~ [sabu'rozɔ] ‘saboroso’

<sup>5</sup> Na variedade lisboeta do PE, o fonema /e/ pretônico pode ser realizado como [i], e /o/ sendo realizado [u]; todavia, esse processo não é categórico – Mateus & d’Andrade (2000).

Segundo Christofolletti (2010), a aplicação do processo de alçamento das vogais médias pretônicas no PVS não está ligada aos fatores sociais como escolaridade ou idade, sendo que os mais velhos possuem uma taxa de aplicação do processo de 57% (peso relativo 0,47), enquanto os mais jovens possuem uma taxa de aplicação em 77% (peso relativo 0,52). Portanto, verifica-se a redução vocálica, mas não de forma categórica, sugerindo uma mudança em curso. Essa mudança aponta para uma tendência à neutralização do [o] como alofone de /u/ e do [e] como alofone de /i/, como acontece na variedade europeia de Lisboa. Assim, segundo a análise dos dados de Christofolletti (2010) no PVS, o subsistema vocálico pretônico é constituído por cinco vogais orais, [i, u, e, o, a], mas tende a ser reduzido para três vogais [i, u, a].

No subsistema vocálico das postônicas não-finais, há, no *corpus*, exclusivamente as palavras proparoxítonas. Christofolletti (2010) mostra que o conjunto das vogais realizadas nessa posição, é formado por [i, u, a]. Em (3b), vemos como o fonema /e/ é neutralizado com o fonema /i/, sendo realizados como [i]. Em (3d), o /o/ postônico não final é neutralizado com o fonema /u/, realizados como [u], enquanto que em (3e), atesta-se apenas um exemplo com o fonema /a/, sendo realizado como [a] por não ter ocorrido outro exemplo no *corpus*.

- (3) Postônicas não-finais:
- a. [i] → [i] [ka'tɔlikɐ] 'católica'
  - b. [e] → [i] ['numiro] 'número'
  - c. [u] → [u] [iʃ'tatuɐ] 'estátua'
  - d. [o] → [u] ['ɛpukɐ] 'época'
  - e. [a] → [a] ['sabadu] 'sábado'

No sistema do PE descrito por Mateus & d'Andrade (2000), é apresentado o conjunto dos seguintes fones na posição postônica não-final: [i, ə, u], enquanto que, no PB, Câmara Jr. 1995 ([1970]) aponta o seguinte conjunto:

[i, u, e, o, a]. Assim como nas pretônicas, no PVS, ocorre a neutralização das vogais médias /e, o/ com os fonemas /i, u/, respectivamente, seguindo o padrão europeu, como nos exemplos: ['ɛpukɐ] 'época', ['numirɔ] 'número' e ['arɪɐ] 'área'. Porém, diferentemente do PE, o schwa [ə] não aparece; portanto a vogal /a/ postônica não-final é realizada como [a], como nos exemplos: ['sabadɔʃ] 'sábados', ['arabi] 'árabe' e ['lãpadɐ] 'lâmpada'. Dessa forma, o que se verifica no subsistema das postônicas não-finais é que o PVS diferencia-se do subsistema tanto do PE (por não conter o schwa [ə]) quanto de algumas variedades do PB (por não conter a vogal média [e]).

As sílabas átonas finais são as mais fracas, uma vez que os valores conferidos como fraco/forte surgem da atribuição do acento primário (BISOL, 2003); como consequência, ocorre a neutralização das vogais presentes nessas sílabas - Câmara Jr. (1995 [1970]).

Tanto na variedade europeia, quanto na variedade brasileira, o conjunto de vogais nessa posição é formado por [ɪ, ʊ, ɐ]. Porém, é importante ressaltar que isso não ocorre nas sílabas travadas por /l/ ou /r/, uma vez que o preenchimento da coda com esses fonemas bloqueia o processo de alçamento - Vigário (1999) -, como nos exemplos: ['mɔvɐɫ] 'móvel' e [ĩpu'sivɐɫ] 'impossível'. Já para as sílabas cujas codas contêm a consoante /s/, o alçamento da vogal ocorre de maneira semelhante às variedades do PE e do PB, como nos exemplos: ['nevɪʃ] 'Neves', ['sɪplɪʃ] 'símples' e [du'lorɪʃ] 'Dolores', ou ainda nos casos do morfema de plural "-s", realizado como [ʃ], em que o alçamento também se aplica, como em ['elɪʃ] 'eles', [du'mĩŋɔʃ] 'domingos', ['kursɔʃ] 'cursos' e ['frazɪʃ] 'frases'. Assim, no PVS, figuram apenas três vogais na posição postônica final: [ɪ, ʊ, ɐ].

No Brasil, há estudos apontando que, em algumas variedades de português brasileiro, essa neutralização ainda não se completou - Bisol (2003), Lenzi & Brener (2008), Silva (2009), entre outros. Em (4), é apresentado um exemplo para cada fone. Vemos, no primeiro exemplo (4a), a vogal /i/ em sílaba átona final; em (4b), se encontra um exemplo com palavra terminada com a vogal /e/ realizada como [t], decorrente do alçamento vocálico aplicado em fim de palavra; em (4c), assim como no exemplo anterior, o alçamento

vocálico foi aplicado na vogal /o/, a qual foi realizada como [ʊ]; no exemplo (4d), verificamos o alçamento ocorrendo na vogal /a/, que em final de palavra é realizada como [ɐ].

(4) Átonas finais:

- a. [i] [di'fisit̩] 'difícil'
- b. [i] ['noɪt̩] 'noite'
- c. [u] ['baʃʊ] 'baixo'
- d. [a] [de'ʃavɐ] 'deixava'

Em síntese, no âmbito das tônicas, no PVS, há sete vogais orais: /i, u, e, o, ε, ɔ, a/. Nos demais ambientes, o conjunto de vogais se reduz por neutralização. Dessa forma, no conjunto das vogais pretônicas perde-se a distinção entre [e] - [ɛ] e [o] - [ɔ], resultando na elevação da vogal média-baixa para média-alta, gerando um conjunto de cinco vogais: [i, u, e, o, a]. Nas sílabas postônicas, as vogais médias são alçadas para altas. Assim, a oposição entre [e] - [i] e [o] - [u] desaparece e novamente o conjunto é reduzido, dessa vez para três vogais: [i, a, u]. Nas sílabas átonas finais, o conjunto se manifesta como [ɪ, ʊ, ɐ].

#### 4. A realização dos ditongos orais crescentes no PVS

Neste trabalho, empregamos a sociolinguística variacionista - cf. Labov (1991), Cedergren & Sankoff (1974) - para a análise dos ditongos orais crescentes no PVS, a partir de *corpus* composto por 3.017 palavras (que possuiriam ditongos em sua forma subjacente). Palavras com os ditongos [ɔɪ] e [ɔʊ] não foram empregadas por nenhum falante durante as gravações. Neste artigo, nosso *corpus* foi organizado a partir de entrevistas (coleta de fala espontânea) com 18 auxiliares linguísticos (falantes de português nascidos em STP e filhos de pais são-tomenses), sendo 9 homens e 9 mulheres, dos quais, 3 de cada grupo possuíam grau de escolaridade baixa, média e alta (menos de

3 anos, entre 3 e 9 anos e mais de 9 anos, respectivamente) e idades – faixa 1: 15-25, faixa 2: 26-45 e faixa 3: mais de 45, respectivamente. Do *corpus*, foram extraídas 3.017 palavras com os seguintes ditongos (em sua forma gráfica):

(5) Ditongo	Número de palavras	Exemplo
[e̯]	816	l[e̯] ‘lei’
[o̯]	606	b[o̯] ‘boi’
[o̯]	588	s[o̯] ‘sou’
[a̯]	469	pap[a̯] ‘papai’
[e̯]	387	s[e̯] ‘seu’
[u̯]	37	f[u̯] ‘fui’
[a̯]	79	m[a̯] ‘mau’
[i̯]	2	r[i̯] ‘riu’
[ɛ̯]	4	an[ɛ̯]s ‘aneis’
[ɛ̯]	2	s[ɛ̯] ‘céu’

De forma absoluta, o processo de monotongação foi aplicado em 49% do total de palavras com ditongos, ou seja, 1.481 palavras. Os ditongos [ i̯ ], [ u̯ ], [ ɛ̯ ] e [ e̯ ] não sofreram monotongação, apresentando, assim, resultados categóricos (*knockouts*). Christofletti (2013) apresentou análises independentes para cada ditongo, uma vez que o resultado alcançado com todos os ditongos em conjunto não refletia a situação individual dos ditongos. A partir da seção 4.1, serão apresentados os resultados do trabalho para cada ditongo.

Os ditongos são usualmente tratados como sequência de segmentos, sendo um desses segmentos interpretado como uma vogal e o outro segmento como um glide. Silva (2010) lembra que “...do ponto de vista fonético, o que caracteriza um segmento como vocálico ou consonantal é o fato de haver ou não obstrução da passagem de corrente de ar pelo trato vocálico” – Silva (2010: 73). Ou seja, os segmentos vocálicos têm passagem livre, enquanto os

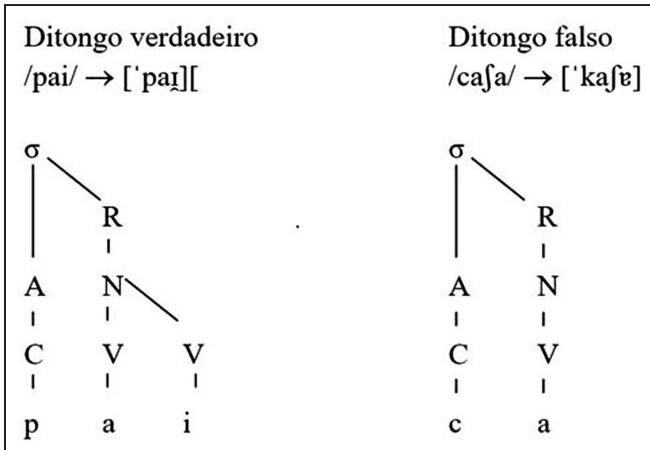
segmentos consonantais apresentam obstrução ou fricção. Os glides, por outro lado, podem apresentar características fonéticas de um dos dois tipos de segmentos. O que irá determinar sua característica é a análise de sua função na estrutura sonora em cada língua em particular – Silva (2010). Câmara Jr. defende a existência de onze ditongos decrescentes no Português, pois considera [ɔʏ] uma vogal seguida pela vocalização de /l/.

Quanto à posição do glide na estrutura silábica, Collischonn (1997) defende que esse se encontra na posição da coda silábica nos ditongos decrescentes. Para comprovar esse argumento, a autora mostra que não há sequências de ditongo decrescente seguido de consoantes líquidas na mesma sílaba em português, fato que comprovaria que os segmentos de líquidas e glides pós-vocálicos ocupam a mesma posição na sílaba, ou seja, a coda.

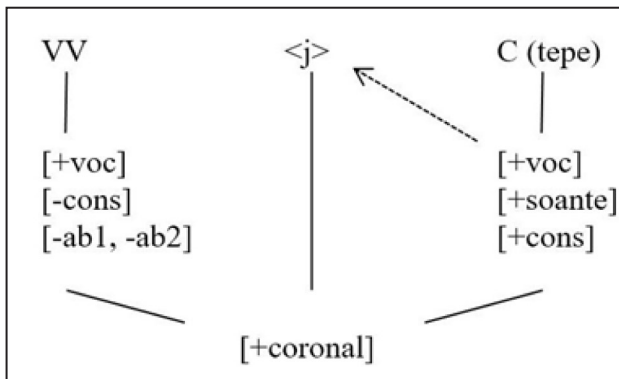
Para Bisol (1999), os glides não existem na representação subjacente. Tanto os ditongos crescentes quanto os decrescentes provêm de duas vogais heterossilábicas. Em Bisol (1989, 1994), os ditongos decrescentes são classificados de duas formas distintas: verdadeiros e falsos. Segundo a autora, os ditongos verdadeiros não são passíveis de redução, sendo constituídos por duas vogais na forma subjacente, enquanto os ditongos falsos são resultantes de espriamento do nó vocálico da consoante que o segue (como se pode ver em (6), desta forma, possuindo apenas uma vogal na forma subjacente. Bonilha (2000, p. 68) salienta que “de acordo com essa classificação, a forma subjacente dos ditongos que sofrem variação, ao ser constituída por apenas uma vogal, retira desses a possibilidade de sofrer monotongação”. Portanto, segundo Bisol (1994), a existência do ditongo [ aɪ ] em “caixa” seria mera questão ortográfica.



(6)



Para ilustrar como é criado o espriamento do nó vocálico, a seguir é demonstrado um exemplo em que é possível ver o processo diante do tepe:



Fonte: representação baseada em Bisol (2009, p. 62, (6)).

Esse espriamento seria, então, o responsável pela ampla monotongação de palavras cuja consoante posterior ao ditongo tivesse o traço [+voc] havendo, assim, o impedimento da monotongação quando a consoante seguinte não possuisse esse traço. O que leva Bisol (1989, 1994) a classificar os ditongos em falsos (quando são monotongados) e verdadeiros (quando não podem ser monotongados). Contudo, no PVS, as palavras seguidas de consoantes como o /t/, por exemplo, ‘direito’ e ‘leite’, são monotongadas com alto índice de aplicação do processo (81% e peso relativo de 0,50). Assim, a divisão entre ditongos verdadeiros e falsos torna-se imprevisível a partir dos ditongos que podem ou não sofrer o processo de monotongação.

#### 4.1. Ditongo [eɪ]

O processo de monotongação do ditongo [eɪ] foi tratado por Teyssier (2001 [1989]), o qual diz que a monotongação acabou não sendo incorporada no português contemporâneo, apesar do amplo número de falantes que monotongavam o [eɪ], por causa da influência de Lisboa, onde se encontravam os falantes que mantinham o ditongo. Teyssier (2001 [1989], p. 53) conclui que:

Difícil é precisar quando se produziu, no Sul de Portugal, a monotongação de ei. No teatro da segunda metade do século XVIII, e por ei caracteriza o falar das personagens populares do Alentejo (ex.: sardenheiro por sardinheiro). A monotongação era, pois, um fato consumado naquela data. É de crer, no entanto, que as suas primeiras manifestações fossem mais antigas.

Das 3.017 palavras do *corpus*, foram encontradas 816 palavras que continham o ditongo [eɪ]. Dessas, apenas 291 (35%) não sofreram processo de monotongação. Esse resultado condiz com os resultados alcançados por Cabreira (1996) e Amaral (2005) sobre a monotongação dos ditongos em variedades brasileiras. Nesses estudos, a monotongação foi de 32% e 33% respectivamente. Nas 524 palavras (64% das 816) que sofreram monoton-

gação o processo ocorreu mais frequentemente precedendo róticos,<sup>6</sup> como visto em (8), grupo no qual se encontra o tepe (com 98% das 316 palavras nesse contexto foram monotongadas), cujo peso relativo (PR) foi de 0,96.<sup>7</sup>

(8) [ka. 'te.rɐ]	'car.tei.ra'
[di. 'ɲe.ʁɔ]	'di.nhei.ro'
[ku.ʁã. 'deʁɔ]	'cu.ran.dei.ro'
[e.fe. 'me.rɐ]	'en.fer.mei.ra'

Precedendo consoantes pós-alveolares fricativas ([ʃ] e [ʒ]), 95% das 125 palavras sofreram monotongação (PR de 0,94), como mostrado em (9). Esses resultados se aproximam daqueles alcançados na variedade de português brasileiro do Rio de Janeiro – cf. Paiva (1996). A seguir, a tabela apresenta os valores comparados entre as duas variedades.

Tabela 1 – Comparativo entre PVS e PB (R)

Contexto seguinte	PVS	PB (PAIVA, 1996)
<i>r</i>	0,96	0,99
	0,94	0,93
<i>s,z</i>	0,65	0,53
<i>t,d</i>	0,50	0,13
<i>n,m</i>	0,23	0,13
<i>pausa</i>	0,01	-
<i>vogal</i>	0,00	0,00
<i>k, g</i>	0,00	0,00

Fonte: Própria

<sup>6</sup> Em STP, há enorme variação de róticos que podem ser realizados na posição inicial de palavra, entre vogais, na posição medial ou como segundo elemento de cluster como [r], [r], [x] ou [ʁ].

<sup>7</sup> Acima de 0,5 indica favorecimento da aplicação da monotongação, abaixo desse valor, indica desfavorecimento.

Nota-se que, na tabela 1, os contextos cujos valores se distanciam mais, entre o PVS e o PB, é diante de /t, d/ e /n, m/. Essa discrepância entre as duas variedades pode ser influência do santome, lung'iê ou angolar, sobre o PVS, pois as línguas autóctones de STP não possuem ditongos decrescentes e, assim, as palavras nessas línguas que continham ditongo na origem portuguesa, foram monotongadas. Dessa forma, formas grafadas em português com ditongos, nos contextos diante de /t, d/, passam a sofrer monotongação no PVS. O processo de monotongação se dá igualmente em sílaba pretônica (9) e (9a) ou tônica (9b). Os exemplos são apresentados com a grafia do português, antecedidas das transcrições fonéticas do PVS:

(9) Posição do [eɪ] monotongado:

- |    |               |               |
|----|---------------|---------------|
| a. | [a.le.'ʒa.dɐ] | 'a.lei.ja.da' |
| b. | [de.'ʃa.vɐ]   | 'dei.xa.va'   |
| c. | ['pe.ʃi]      | 'pei.xe'      |

No PVS, o ditongo [eɪ] precedendo a consoante oclusiva alveolar surda [t] sofre, opcionalmente, o processo de monotongação. No PE, apenas na ilha de São Miguel, no Açores, ocorre o mesmo processo. Segundo Bernardo & Montenegro (2003 apud RUA 2005), a monotongação de [eɪ] encontra grande vitalidade em São Miguel, em palavras como [lete] 'leite'. A variação no processo de monotongação mostrou-se estável, sendo que 81% das 80 palavras nesse contexto foram monotongadas, PR de 0,50. Apesar da alta porcentagem de aplicação, o valor que importa é o do peso relativo, pois ele indica se o contexto é favorável ou não. A aplicação do processo se dá independentemente se a sílaba for tônica (10a), átona (10b) ou ainda quando se encontra no início (10b) ou meio da palavra (10c) e (10d).

## (10) Tonicidade das sílabas com monotongação:

- |                    |                 |
|--------------------|-----------------|
| a. [di.'ʁe.tõ]     | 'di.rei.to'     |
| b. [fê.'ti.sõ]     | 'fei.ti.ço'     |
| c. [a.'ze.ti]      | 'a.zei.te'      |
| d. [sa.ti]f.'feto] | 'sa.tis.fei.to' |

Ao confrontar os pesos relativos dos casos em que houve a monotongação, dentro de cada contexto, observa-se que a aplicação é bastante elevada em quase todos os ambientes. Quando precedendo fricativas pós-alveolares, o PR é de 0,94; quando precedendo oclusiva alveolar surda [t], é de 0,50; quando precedendo róticos chega aos 0,96; precedendo fricativas alveolares [s] e [z], como em ['sezi] 'seis e', o peso relativo é de 0,65, indicando também um contexto favorecedor. Contudo, no contexto de consoantes nasais, ou seja, [n] ou [m], há variação, ora não aplicando a monotongação como em ['ʁeɲõ] 'reino', ora aplicando, como em ['treno] 'treino', [ke'ma] 'queimar', [tʁe'na] 'treinar', porém o peso relativo é de 0,23, indicando um contexto desfavorável. No entanto, sua relevância fica praticamente anulada quando no contexto seguinte está uma vogal (0,002). Nesses casos, vemos uma aproximação aos resultados dos dialetos do sul do Brasil e um distanciamento em relação ao padrão documentado na variedade de Caxias (MA) (ARAÚJO, 1999). No PVS, quando em fim de palavra (0,007), o que, em quase todos os dados, significou que a classe da palavra era um verbo (conjugado na primeira pessoa do singular do pretérito perfeito, i.e., 'cheguei', 'viajei', 'sentei', etc.), com a única exceção da palavra nominal 'leí'. Nesse caso, houve o bloqueio da monotongação do ditongo [eɪ], pois a monotongação desse ditongo acarretaria a perda de uma informação morfológica, no caso a informação de tempo e pessoa do verbo, sugerindo que a variável classe de palavra se mostraria importante. Todavia, como veremos no caso do ditongo [oɪ] em fim de verbo flexionado, mesmo esse sendo também um ditongo que carrega uma informação morfológica (terceira pessoa do singular, pretérito perfeito), esse fato não se mostra determinante para bloquear a monotongação, sendo

essa aplicada categoricamente. Quando a consoante seguinte era uma velar, ou seja, [g], houve apenas uma ocorrência da palavra ‘manteiga’ [mãˈteɡɐ], e foi monotongado. A tabela 2 apresenta os resultados.

Tabela 2 – Aplicação da monotongação do [eɪ] – cf. contexto fonético seguinte

Contexto seguinte	Monotongo	Não monotongo	Total	% aplicada	Peso relativo
<i>róticas</i>	312	4	316	98	0,963
	119	6	125	95	0,939
<i>s,z</i>	6	7	13	46	0,651
<i>t,d</i>	65	15	80	81	0,501
<i>n,m</i>	19	2	21	90	0,228
<i>pausa</i>	2	202	204	99	0,007
<i>vogais</i>	1	55	56	1	0,002
<i>k,g</i>	1	0	1	100	-

Fonte: Própria

Pode-se observar que os contextos verificados como favorecedores da monotongação no PVS, o tepe ou a fricativa palato-alveolar, também se verificaram no PB (na variedade de Altamira/PA – cf. LOPES (2002)). No entanto, as possíveis realizações do arquifonema /R/ em coda, no PVS, seguem um padrão não documentado no PB, sendo o /R/ realizado como [ʁ] (fricativa uvular vozeada) com maior frequência. Assim, podemos inferir que a característica dos traços das consoantes em contexto seguinte, ao menos no PVS, não seja a única responsável pelo processo de monotongação que ocorre nessa variedade, uma vez que, apesar de róticos, os fones [r] e [ʁ] possuem ponto e modo de articulação distintos. Assim, a influência das línguas crioulas faladas em STP desempenha um papel importante, pois apesar do santome não possuir róticos na posição de coda, essa língua, assim como as demais línguas autóctones, não possui ditongos decrescentes. Faz-se necessário, portanto, analisar as demais variáveis. Dessas, as variáveis linguísticas in-

vestigadas para a aplicação do processo de monotongação foram: o contexto seguinte, já detalhado anteriormente: *a classe da palavra; a posição do ditongo na palavra; o número de sílabas da palavra*. As variáveis sociais investigadas foram: *idade e escolaridade* (divididas em três faixas: baixa, até 3 anos de escolarização, média: de 3 a 6 e alta: mais de 9 anos).

No que diz respeito ao ditongo [eɪ], a influência da classe de palavra como fator para a aplicação da monotongação pode ser explicada por consequência de [eɪ] ser um morfema flexional dos verbos da primeira conjugação, sendo produtivo e frequente, uma vez que flexiona o verbo para a primeira pessoa do singular do pretérito perfeito. Do total de 816 palavras com ditongos, 275 (33%) eram formas verbais, dessas, apenas em 64 palavras (23%) foi aplicada a monotongação. Como vimos, na posição final de palavra, o ditongo não é monotongado e, em 23% dos casos, há verbos em que o ditongo se encontra na posição medial e não representa o morfema flexional, como nas palavras ‘aproveita’, ‘aleija’, ‘deixa’. Na tabela 3, estão apresentadas as porcentagens e pesos relativos na oposição verbos e não-verbos.

Tabela 3 – Porcentagem e peso relativo da variável  
‘classe da palavra’

Classe	Monotongo	Não Monotongo	Total	Total Peso Relativo
Verbos	64 (23%)	211 (77%)	275	0,328
Não-verbos	460 (85%)	80 (15%)	540	0,804

Fonte: Própria

Observa-se que o peso relativo do “não-verbos” é de 0,80. Dessa forma, a princípio, o fato de a palavra ser um não-verbo supostamente favorecerá a aplicação da monotongação. Todavia, é preciso observar que, dessas 460 palavras que sofreram o processo de monotongação, apenas 3 ocorrências de uma mesma palavra (‘dezesseis’) possuem o ditongo [eɪ] na posição final.

Assim, a próxima variável escolhida pelo programa, posição do ditongo dentro da palavra, pode ser a maior responsável pelo processo de monotongação do ditongo [eɪ].

Das 816 palavras, 280 contavam com o ditongo em posição inicial, sendo monotongadas 62% delas, peso relativo de 0,51, indicando assim uma variação estável. Na posição medial, 93% das 370 palavras foram monotongadas; o peso relativo chegou a 0,81, indicando um contexto altamente favorecedor da monotongação. Este alto índice no peso relativo pode ser explicado por ser a posição medial a mais suscetível às variáveis linguísticas como acento, contexto seguinte e número de sílabas. Por outro lado, apenas 1% das 165 palavras em posição final foram monotongadas, cujo peso relativo alcançado foi 0,03, o que indica um contexto desfavorecedor para a monotongação. Esse dado corrobora a hipótese de que o fato da variável classe ser selecionada tem relação com a posição do ditongo e não com a classe de palavra. A tabela 4 apresenta os valores de forma organizada.

Tabela 4 – Resultados da variável ‘posição do ditongo’

Posição	Monotongo	Não Monotongo	Total Palavras	Peso Relativo
Inicial	174 (62%)	106 (37%)	280	0,328
Medial	347 (93%)	23 (6%)	370	0,814
Final	3 (1%)	162 (98%)	165	0,031

Fonte: Própria

Quanto à variável número de sílabas, documentamos 59 palavras monossílabas, 277 dissílabas, 366 trissílabas e 114 polissílabas que continham o ditongo [eɪ]. Os pesos relativos apontam para uma variação estável nas palavras mais longas, trissílabas (0,46) e polissílabas (0,54), enquanto as dissílabas se mostram como favorecedoras ao processo de monotongação com peso relativo de 0,63. Já os monossílabos se apresentam como contexto inibidor da monotongação do ditongo [eɪ], com peso relativo de 0,15. A seguir, a tabela 5 demonstra os valores citados.



Tabela 5 – Resultados da variável ‘número de sílabas’

Nº Sílabas	Monotongo	Não Monotongo	Total Palavras	Peso Relativo
<i>Monossílabas</i>	12 (20%)	47 (79%)	59	0,154
<i>Dissílabas</i>	146(52%)	131(47%)	277	0,629
<i>Trissílabas</i>	270(73%)	96(26%)	366	0,456
<i>Polissílabas</i>	97(85%)	17(14%)	114	0,539

Fonte: Própria

A respeito das variáveis sociais, verificou-se uma relação da aplicação do processo de monotongação do ditongo [ eɪ ] com a quantidade de anos de escolaridade. As pessoas mais escolarizadas tendem a evitar mais a monotongação (58% de aplicação do processo, peso relativo de 0,270) do que as pessoas menos escolarizadas (69% de aplicação do processo e peso relativo 0,643). Na faixa intermediária, a taxa de aplicação do processo de monotongação se apresenta em 61% das palavras e o peso relativo 0,483. Assim, o que podemos observar na tabela 6 é uma progressão conjunta entre a quantidade de anos de escolaridade com a probabilidade de ocorrer a monotongação, ou seja, quanto mais anos de escolaridade o falante tiver, menor a probabilidade de ocorrer o processo.

Tabela 6 – Resultados da variável ‘escolaridade’

Escolaridade	Monotongo	Não Monotongo	Total Palavras	Peso Relativo
Baixa	240 (69%)	103 (30%)	343	0,643
Media	177 (61%)	112 (38%)	289	0,483
Alta	108 (58%)	76 (41%)	184	0,270

Fonte: Própria

O resultado também está relacionado à outra variável social elencada, a idade do informante. Devido às características sócio-históricas da formação do país e à relação dessa formação com as políticas educacionais,<sup>8</sup> as duas variáveis não estão diretamente relacionadas.

A faixa etária primeira, que abrange indivíduos dos 15 aos 25 anos, não necessariamente contém apenas indivíduos com baixo número de anos de escolaridade. Há ainda o fator qualidade de ensino: os indivíduos mais velhos, cuja escolarização foi obtida durante a era colonial, apesar do baixo número de anos de escolaridade, possuíam, em grande parte, uma desenvoltura muito maior no que diz respeito ao domínio da norma culta da língua portuguesa.<sup>9</sup> Essa desenvoltura está ainda relacionada com a exigência social dese dominar o “português correto”. Os próprios informantes mais velhos, por vezes, lamentam a baixa qualidade do ensino nos dias atuais e o baixo domínio do “português culto” por parte dos mais jovens. Observando os resultados dos pesos relativos em relação à idade, percebe-se que os mais jovens aplicam mais a monotongação (peso relativo de 0,723), uma vez que são considerados mais inovadores no que diz respeito ao uso da língua, além das pressões linguísticas pró-Portugal terem perdido força nos anos pós-independência. A taxa de aplicação da regra vai diminuindo gradualmente conforme a idade aumenta (peso relativo de 0,489), confirmando os mais velhos como mais conservadores no que diz respeito ao uso da língua (peso relativo 0,269). Na tabela 7, apresentam-se os números relacionados aos dados da variável Idade:

---

<sup>8</sup> STP passou, nos últimos quarenta anos, por três fases sócio-históricas que transformaram as políticas educacionais (além do crescente processo de urbanização, atraindo mais da metade da população para a capital), começando pelo período da colonização (antes de 1975), depois, o período comunista (de 1975 a 1990), no qual foram tomadas medidas para a escolarização universal e, por fim, o período capitalista (pós 1990), o qual se encontra até os dias atuais, no qual persiste o esforço para se combater o analfabetismo.

<sup>9</sup> Por norma culta, em São Tomé e Príncipe, considera-se a norma lusitana.

Tabela 7 – Resultados da variável ‘idade’

Idade	Monotongo	Não Monotongo	Total Palavras	% do total de palavras	Peso Relativo
Faixa 1	188 (68%)	85 (31%)	273	33%	0,723
Faixa 2	173 (59%)	119 (40%)	292	35%	0,489
Faixa 3	163 (65%)	87 (34%)	250	30%	0,269

Fonte: Própria

Os resultados da variável *escolaridade* corroboram outros estudos sobre a influência da escolarização na aplicação da monotongação do ditongo [ eɪ ] nas variedades brasileiras de português analisadas por Silva (1997), Araújo (1999) e R. Lopes (2002). Esses autores também verificaram que, quanto maior o tempo de escolaridade, menor a porcentagem de aplicação da monotongação.

Figueiredo (2012) analisou a variável escolaridade na marcação do plural do sintagma nominal do português falado em Almocharife, uma região rural de STP, e também verificou a relação da marcação com o nível de escolaridade dos informantes. Porém, o autor chama a atenção para os fatores históricos do desenvolvimento e execução do sistema educacional, assim como o modo de aprendizado do português como L2 por gerações passadas recentes, fator que também pode justificar os índices de aplicação do processo de monotongação verificado no ditongo em questão.

Em síntese, verifica-se que, no ditongo [ eɪ ], a taxa de aplicação do processo de monotongação está relacionada aos anos de escolaridade do indivíduo e as variáveis significantes para a possibilidade de aplicação são principalmente o *contexto seguinte* ao ditongo e a posição do ditongo dentro da palavra. Os *contextos seguintes* mais relevantes são os mesmos observados por outros estudos em variedades brasileiras, com exceção de quando o contexto é um /t/. Esse fato pode estar ligado à influência da língua santome, cujas palavras que continham ditongos, de étimo português, são monotongadas por razões estruturais da língua.

#### 4.2. Ditongo [oi]

O ditongo [oi] foi documentado em 606 palavras, sendo monotongado em 35% delas, como em [di'poʃ] 'depois' e ['kozɐ] 'coisa'. A palavra 'depois', de alta frequência, apareceu sofrendo monotongação 176 vezes, ou 83% dos casos. A palavra 'coisa' foi monotongada apenas três vezes (cerca de 2%). Ao retirar essas palavras, a monotongação é aplicada apenas uma vez na palavra [di'zoto] 'dezoito'. A tabela 8 mostra as palavras mais frequentes, exibindo número de frequência e porcentagem de aplicação de monotongação em cada palavra. Além das duas mais frequentes citadas anteriormente, a palavra 'foi', terceira mais frequente, não sofreu monotongação. Já a palavra 'dois' possui alto índice de monotongação, 71%.

Tabela 8 – Palavras contendo o ditongo [oi]

Vocábulos	Frequência do vocábulo no <i>corpus</i>	Frequência da monotongação no vocábulo
Depois	213/606=35%	173/213=83%
Dois	52/606=8%	37/52=71%
Coisa	168/606=28%	3/168=2%
Foi	69/606=11%	0/69=0%
Outros	104/606=18%	1/104=0,96%

Fonte: Própria

Observando as variáveis linguísticas, nota-se que o bloqueio da monotongação em 'foi' pode ser justificado por ser o ditongo a marca de flexão do verbo. No caso da palavra 'dois' e 'depois', a aplicação variável da monotongação parece ser influência do contexto seguinte, o [ʃ] em coda. Ao se considerar as observações de Bisol (1999), essas palavras se encaixariam na categoria dos ditongos falsos, sendo o "i" um registro meramente ortográfico, pois o glide seria criado devido ao espriamento do nó vocálico de [ʃ]. No entanto, é importante lembrar que a monotongação dessas palavras tanto no PB quanto no PE não são comuns. No caso do PE, foi registrado por

Maia (1975 apud RUA, 2005) no falar da região de Algarve, possibilidades de monotongação em palavras como ‘pois’ e ‘bois’, em que o ditongo [oɪ] se encontra posicionado em posição de final de palavra e antes de uma consoante fricativa sendo realizado como [ˈpoʃ] e [ˈboʃ]. Ou seja, a monotongação de [oɪ] não é encontrada no PB (ao menos nas variedades citadas nesse trabalho), todavia, é encontrada no PE e marginal também no PVS.

#### 4.3. Ditongo [oʊ]

Das 588 palavras presentes no *corpus* com o ditongo [oʊ], houve apenas 3 ocorrências de não aplicação do processo de monotongação, uma vez na palavra ‘pouco’, uma na palavra ‘ou’ e uma na palavra ‘estou’, independente do contexto ou posição na palavra, evidenciando uma aplicação categórica do processo. Das palavras monotongadas, 57% representam verbos, a maioria sendo na forma do pretérito dos verbos terminados em -ar, como: [akaˈbo] ‘acabou’, [goʃˈto] ‘gostou’, [revoˈto] ‘revoltou’. Mas também ocorreu em outras formas verbais como: [ˈso] ‘sou’ e [oˈvi] ‘ouvi’. Houve ainda a monotongação nos não-verbos, como visto em (11). Esses resultados estão em concordância com o que Câmara Jr. (1995 [1970]: 56) observou sobre o ditongo [oʊ] na variedade do PB (variedade culta do Rio de Janeiro), analisada pelo autor, ou seja, sua representação é meramente ortográfica, sendo monotongado no registro informal. No PE, segundo Rua (2005), a própria variedade considerada padrão, a de Lisboa tem estabelecida a monotongação dos ditongos [oʊ]. A seguir estão exemplos de monotongação no PVS:

- (11) [ˈo.tu]            ‘outro’  
           [va.ˈso.ʁɐ]       ‘vassoura’  
           [ma.ta.ˈdorɔ]    ‘matadouro’

Assim, no PVS, o ditongo [oʊ] se comporta como nas demais variedades de português, possuindo uma taxa de monotongação praticamente categórica em qualquer contexto linguístico. Os anos de escolaridade não

influenciam na diminuição dessa taxa de monotongação, o que corrobora a hipótese de que o processo foi totalmente assimilado.

#### 4.4. Ditongo [aɪ]

No *corpus* de 3.017 palavras, há 469 palavras contendo o ditongo oral [aɪ]; dessas, 122 (26%) foram monotongadas. O contexto mais produtivo foi aquele precedendo a consoante fricativa [ʃ], como mostrado nos exemplos em (12).

- (12) ['ba.ʃɔ]      ‘baixo’  
       ['maʃ]        ‘mais’  
       [ka.'ʃãɔ]     ‘caixão’

No entanto, a aplicação não é categórica (PR de 0,89), sendo mantido o ditongo em alguns exemplos, como apontado em (13):

- (13) ['maɪs]            ‘mais’  
       ['kaɪ.ʃɐ]        ‘caixa’  
       [i.ter.na.si.o.'naɪʃ] ‘internacionais’

Nesse ditongo, a proposta de Bisol (2009) para o PB parece poder ser aplicada também ao PVS, uma vez que o nó vocálico da consoante seguinte pode ou não ser espraído. Quando o contexto seguinte contiver uma vogal, como em ‘praia’ ou ‘maior’, manter o ditongo se torna necessário para evitar encontros vocálicos.

A variável *contexto seguinte* apresentou variação apenas nos contextos precedendo o arquifonema /S/. Quando o ditongo se encontrava em fim de palavra, foi categoricamente mantido (165 palavras, 35% do total de palavras com ditongo [aɪ]), assim como quando diante de vogal (42 palavras, 8%), precedendo /v/ (apenas 2 palavras, ‘gavota’ e ‘raiva’) e diante de /l/ (uma única palavra, ‘tailandeses’).

As variáveis significantes para a aplicação da monotongação nesse ditongo foram: *contexto seguinte*, *posição do ditongo* na palavra, *número de sílabas* da palavra e as variáveis sociais *idade* e *escolaridade*.

Em relação ao contexto seguinte, a maior porcentagem de aplicação do processo de monotongação foi de 47%, sendo que os maiores pesos relativos foram observados nos contextos precedentes a /S/ (0,89). Por outro lado, os contextos cujo elemento seguinte era uma vogal ou uma pausa alcançaram pesos relativos de 0,01 e 0,18, respectivamente. Nesse ditongo, o fato de o fonema presente no contexto seguinte estar na mesma sílaba do ditongo ou não (ou seja, se o fonema seguinte seria a coda da sílaba onde se encontra o ditongo ou o *onset* da sílaba seguinte ao ditongo) pode influenciar nas aplicações do processo de monotongação. Baseado nos dados do *corpus*, a monotongação ocorre mais quando o [j] se encontra na sílaba seguinte, na posição de *onset*, enquanto a aplicação se torna menor quando o [j] está na posição de coda, na mesma sílaba do ditongo (14a), ou seja, a fronteira morfológica (#) pode estar agindo como bloqueadora do processo de espraçamento, como em (14b).

(14) a. Glide na mesma sílaba:

[ 'ba.jõ]	‘bai.xo’
[e.bs. 'ja.dɐ]	‘em.bai.xa.da’

b. Glide separado pela fronteira morfológica:

[ 'paɪj]	‘pai#s’
[i.ter.na.si.o. 'naɪj]	‘internaciona#is’

Com relação às variáveis sociais, a monotongação do ditongo [aj] possui uma curva no que diz respeito aos anos de escolarização. Na faixa mais baixa, possui um peso relativo de 0,35, ou seja, não favorece a aplicação do monotongo, enquanto esse peso sofre um grande aumento na faixa interme-

diária, indo para 0,63, tornando-se altamente favorecedor da monotongação, mas torna a cair na faixa de escolaridade alta, atingindo 0,44, indicando um leve desfavorecimento, porém apontando para uma estabilização da aplicação do processo. Mais uma vez, a hipótese para esses resultados pode estar relacionada com a faixa etária dos falantes e a qualidade de ensino a qual foram submetidos. Todavia, isso ainda precisa ser provado por meio de estudos que foquem a relação entre idade, anos de estudos e períodos históricos aos quais se frequentou a escola.

Em síntese, o ditongo [ aɪ ], assim como ocorreu ao ditongo [ eɪ ], tem sua taxa de monotongação reduzida quando o indivíduo possui maior número de anos de escolaridade. Quando o processo de monotongação ocorre, ele está ligado ao contexto seguinte ao ditongo, o que se mostrou bastante influente na aplicação do processo. O principal elemento fonético é o arquifonema /S/. Porém, verificamos que, quando este elemento fonético representa um morfema de plural ou está na mesma sílaba do ditongo, a taxa de monotongação é menor.

#### 4.5. Ditongo [ eʊ ]

No corpus, o ditongo [ eʊ ], aparece com 387 ocorrências. A aplicação do processo de monotongação em apenas 5% dessas palavras. Dessa forma, o ditongo [ eʊ ] se apresenta, estatisticamente, como não sendo suscetível ao processo de monotongação. Todavia, se faz interessante notar algumas características do comportamento de algumas realizações desse ditongo. A vocalização da lateral /l/, formando o ditongo [ew], foi verificada em apenas duas palavras, a saber, [ĩpo' sivew] 'impossível' e [po' sivew] 'possível'; isso se deve ao fato de o processo de vocalização da lateral não ser amplamente aplicado no PVS, sendo mais comum a realização da lateral, em posição de coda, como uma lateral velarizada [ʎ]. Na língua portuguesa, o ditongo [ eʊ ] é produtivo por causa da forma flexionada dos verbos no pretérito perfeito (correu, morreu, cedeu etc.). No corpus, 51 das 387 ocorrências (13%) são de formas



verbais, das quais nenhuma sofreu monotongação. De fato, houve apenas 22 casos de monotongação (5%) do ditongo [eʊ], exemplos em (16)cii, a maioria na palavra ['eʊ] 'euro' e no pronome possessivo ['me] 'meu', esse último apresentando grande recorrência (40 ocorrências). Em Naro & Scherre (2010), os autores afirmam que, no trabalho de Ferreira (1994, p. 32 apud NARO & SCHERRE, 2010) sobre o português falado em Helvécia (BA), o processo de monotongação do [eʊ] nos pronomes possessivos seria de natureza "crioulizante", porém ressaltam que a redução de 'meu', 'teu', 'seu' a, respectivamente, 'me', 'te', 'se' fora documentada no português europeu não padrão - cf. Leite de Vasconcellos (1987/1901: 109), Cruz (1991: 110), Alves (1993: 181 apud NARO & SCHERRE 2010). No entanto, no caso do PVS, o uso do 'me' em detrimento do 'meu' está possivelmente relacionado à influência do santome, cujo pronome possessivo de primeira pessoa, de origem portuguesa, é 'me'. O que presenciamos aqui é possivelmente o caminho inverso acontecendo (léxico santome indo para a variedade oral do português), já que não há nenhum indício de que o processo ocorra devido a algum contexto favorecedor ou que ocorra nos demais pronomes possessivos.

As palavras documentadas com o ditongo [eʊ] são apresentadas a seguir e estão separadas da seguinte forma: em (15), estão as palavras cuja classe gramatical é verbo; em (16a), os não-verbos cujo contexto seguinte é a fricativa [ʃ]; em (16b), encontram-se os não-verbos com o ditongo posicionado em fim de palavra e, por fim, em (16c), as palavras que sofreram monotongação:

(15) Verbos:

- ['deʊ] 'deu'
- [fali'seʊ] 'faleceu'
- [mo'reʊ] 'morreu'
- [ake'seʊ] 'aqueceu'

(16) Não-verbos:

a. *Contexto seguinte:* [ʃ]

i. [pɾi'neʊ.ʃ] 'pneus'

ii. ['deʊ.ʃ] 'deus'

b. *Contexto seguinte:* fim de palavra

i. [li'seʊ] 'liceu'

ii. [mu'zeʊ] 'museu'

c. *Palavras monotongadas:*

i. ['eʊ] 'euro'

ii. [ek<sup>wa</sup>'lipɾɨtɨ]<sup>10</sup> 'eucalipto'

Em suma, pode-se observar que a taxa de monotongação do ditongo [eʊ] é estatisticamente irrelevante, não transparecendo que há influência de alguma variável para a aplicação ou não da monotongação. Todavia, o pronome possessivo de primeira pessoa “meu”, que contém esse ditongo, apresenta um alto índice de monotongação, o que supomos ser influência do santome no PVS.

#### 4.6. Ditongo [aɔ]

O ditongo [aɔ] apareceu em 79 das 3.017 palavras com ditongos. Em 89% dessas 79 palavras, o ditongo foi mantido, sendo monotongado nos restantes 11% (os exemplos dos casos de monotongação e não monotongação são mostrados em (17)). Nos exemplos listados, o processo de monotongação não foi aplicado, independente se a sílaba for tônica em posição inicial (17a) e final (17b) ou átona, como em (17c):

<sup>10</sup> Nesse exemplo, observa-se um processo de metátese no lugar da simples monotongação. O glide antes presente na primeira sílaba se move para a sílaba seguinte.

(17) Ditongo na sílaba tônica

*a. posição inicial:*

[ 'aʊ lɐ ] 'aula'

[ 'laʊ rɐ ] 'Laura'

[ 'kaʊ zɐ ] 'causa'

[ 'aʊ ʃ ] 'aos'

*b. posição final:*

[ niko 'laʊ ] 'Nicolau'

[ ka 'kaʊ ] 'cacau'

[ baka 'kaʊ ] 'bacalhau'

*c. Ditongo na sílaba átona:*

[ paʊ 'ladɐ ] 'paulada'

[ aʊ 'tor ] 'autor'

(18) Ditongo formado por vocalização da lateral /l/

[ 'kaʊdɐ ] 'calda'

No exemplo (18), a lateral é realizada como glide posterior; no entanto, esse processo não está estabelecido no PVS. Efetivamente, é mais comum encontrar a realização da lateral velarizada na posição de coda (como ocorre no PE, cf. Mateus & d'Andrade 2000). Exemplos retirados do corpus no PVS:

(19)

[ oʃpi 'taɫ ] 'hospital'

[ no 'maɫ ] 'normal'

[ aɫka 'trãʊɐ ] 'alcatrão'

Observa-se que há poucas ocorrências da aplicação do processo de monotongação do ditongo [aʊ]. De forma singular em relação aos outros ditongos observados nesse trabalho, a redução do ditongo apresenta duas possibilidades. A primeira é a realização de [aʊ] como a vogal baixa [a], ocorrida apenas com a palavra [a'tor] 'autor', a segunda, como a vogal média-alta [o], ocorridas nas palavras [o'ʁeliu] 'Auréliu' e [osi'liu] 'auxília'.<sup>11</sup> Esses exemplos apresentados não servem de base para apontar uma variação, uma vez que foram ocorrências únicas, contudo, existe a possibilidade de estar ocorrendo a monotongação, pois o ditongo encontra-se em contextos que favoreceram a monotongação do ditongo [eɪ]. Em um estudo sobre a redução do ditongo [ãw] postônico na morfologia verbal do PB, Silva, Fonseca & Cantoni (2012) notaram que essa variação da redução<sup>12</sup> do ditongo estava relacionada com questões da morfologia dos verbos e visava o nivelamento analógico de regularização das formas verbais. Todavia, os exemplos aqui apresentados não são de verbos, tampouco o ditongo se encontra em um morfema flexional. Os dados aqui apresentados são insuficientes para propor outra hipótese para essa variação da redução, assim como não se podem valer da hipótese apresentada para os verbos. Assim, os dados sugerem que são necessários mais estudos para explicar essa variação do ditongo [aʊ] em não verbos.

#### 4.7. Ditongos [eɪ], [eʊ], [uɪ], [iʊ]

Os ditongos [eɪ], [eʊ], [uɪ], [iʊ] apareceram apenas em um grupo de palavras restrito e ocorreram apenas em seis palavras do *corpus*, listadas em (20), por isso ainda não é possível observar se há variação nas realizações. Nas ocorrências coletadas, não houve processo de monotongação. Em (20),

<sup>11</sup> As palavras citadas foram realizadas múltiplas vezes por falantes distintos.

<sup>12</sup> Nesse trabalho, a variação se dava entre a realização da vogal baixa [a] e a alta [u], verificou-se que a realização como vogal alta se deu pela posição átona final da palavra, contexto em que, no PB, na maioria dos dialetos, ocorre a elevação da vogal.

estão listadas as palavras e como foram realizadas em cada ditongo citado nesse item.

(20)

[ 'sɛ̃ʊ ]	‘céu’
[ ti'vɛ̃ɪ ]	‘estiveres’
[ kũɾ'da ]	‘cuidar’
[ 'vĩʊ ]	‘viu’
[ dizij̃'tĩʊ ]	‘desistiu’

No caso da realização da palavra ‘estiveres’, o ditongo não está na forma subjacente, porém está inserida aqui como exemplo por ter sido a única realização de [ ɛ̃ɪ ]. Também foi documentada a palavra [baj̃a'rɛ̃w] ‘bacharel’, que, por causa da variação da aplicação da regra de vocalização da lateral na coda, formou o ditongo [ ɛ̃w ].

Em nosso *corpus*, não há exemplos para o ditongo [ ɔ̃ʊ ]. Câmara Jr. (1995 [1970]) já observara que esse ditongo só ocorre quando há a vocalização da lateral. Como esse processo não é dominante no PVS, sua formação é mais rara. No *corpus*, há o registro da palavra ‘sol’, porém ela foi realizada como [ 'sɔ̃ʌ ], tendo sido aplicado outro processo fonológico, a paragoge, ou seja, a inserção de uma vogal no final de palavras terminadas com sílabas fechadas, no caso do PVS, mas que também ocorre no português, com a lateral, como nos exemplos em (21). A paragoge pode ser vista ainda como influência do santome, já que essa língua evita sílabas fechadas. Abaixo são listados exemplos encontrados no *corpus* do PVS de Christofolletti (2011):

(21)

[ 'sɔ̃ʌ ]	‘sol’
[ purtu'gali ]	‘Portugal’
[ koloni'ali ]	‘colonial’

Dessa forma, os ditongos apresentados nesta subseção, além de serem pouco frequentes na fala, não apresentam taxas representativas de variação. Esse fator nos impede de fazer análises estatísticas mais detalhadas para se observar quais variáveis poderiam influenciar na aplicação do processo de monotongação. Por outro lado, outros processos ligados aos ditongos formados pelo glide posterior, como a vocalização da lateral e a epêntese na sílaba final fechada por [l], trazem dados para outros estudos na área da fonética e fonologia dos ditongos do português.

## 5. Considerações finais

O português vernacular são-tomense apresenta diversas características singulares, assim como similitudes com a variedade europeia e até mesmo com a brasileira, como se pode observar nos resultados aqui apresentados e por meio dos estudos já efetuados – Figueiredo (2008, 2009, 2010), Gonçalves (2010a, 2010b), Christofolletti (2011), Santos & Christofolletti (2011). Por esse motivo, é de considerável importância o estudo de variedades de português na África, em especial nas áreas de contato com outras línguas.

Observa-se que alguns processos fonológicos, como a monotongação, a vocalização, a síncope, a paragoge e outros,<sup>13</sup> são documentados no PVS, assim como nas outras variedades de português, embora sua realização seja variável, igualmente condicionada por fatores linguísticos e sociais. Em especial, os dados sobre o ditongo [eɪ] trouxeram resultados que justificam a pesquisa sobre a influência das línguas autóctones no português, uma vez que, nessas línguas, não são encontrados ditongos decrescentes e há uma restrição fonotática que evita o preenchimento da coda, assim, isso faz com que os glides, em determinados contextos, possam ser elididos. Também se pode observar que a escolarização atua na realização dos ditongos, pois os dados

<sup>13</sup> Nos trabalhos apresentados sobre as vogais do PVS, (cf. CHRISTOFOLETTI 2010, 2011), pôde-se observar processos como elevação e harmonia vocálica, além da preferência em preservar a estrutura silábica em detrimento do apagamento da vogal nuclear da sílaba, como ocorre no PE.

mostraram que aqueles falantes com mais anos de escolaridade tinham porcentagens menores de aplicação da regra de monotongação, o que já foi atestado em outros trabalhos sobre realizações de ditongos em variedades regionais brasileiras – cf. Lopes (2002), Amaral (2005), Simioni (2005), Cabreira (2006), entre outros. O contexto singular do processo de monotongação do ditongo [eɪ] diante de [t] foge das explicações atuais sobre possibilidade de monotongação, pois, de acordo com Bisol (2009), as palavras ‘direito’ e ‘azeite’ conteriam um ‘ditongo verdadeiro’ e, portanto, impedido de ser monotongado, assim, a hipótese possível seria a influência do contato com o santome, mas aponta principalmente para uma limitação da distinção ditongo verdadeiro/falso uma vez que a distinção se torna linguisticamente imprevisível dada a variação documentada. Um estudo empírico amplo, que comparasse todos os estudos já realizados sobre o ditongo no português poderia lançar novas luzes sobre esse tema.

As variáveis linguísticas influenciam de maneira particular cada ditongo. Assim, os dados aqui apresentados fornecem apoio para o estudo da fonologia não só dessa variedade de português africano, como da língua portuguesa como um todo. Ao mesmo tempo, o processo de monotongação é influenciado pelos anos de escolarização do falante, o qual evita a aplicação do processo quanto maior o tempo em que frequentou a escola. A exceção é o ditongo [oʊ], cuja aplicação do processo de monotongação é categórica, fenômeno observado em diversas variedades de português – cf. Meneghini (1983), Paiva (1996), Cabreira (1996), Mollica (1998), independente do contexto ou número de anos de escolaridade. A seguir serão retomados os resultados detalhados anteriormente.

A respeito do ditongo [eɪ], o mais produtivo nos dados desse trabalho, verificou-se que o processo de monotongação é influenciado principalmente pela presença de alveolares no contexto seguinte, pois, nessa variável, quando o ditongo é seguido por uma consoante do grupo rótico ou das fricativas alveolares, a aplicação da monotongação é próxima da categórica, resultando uma harmonia com os estudos de Paiva (1996) e Lopes (2002) para variedades brasileiras de português; contudo, quando o ditongo precede oclusivas

alveolares, o processo se encontra em variação estável, com peso relativo de 0,50, resultado diferente de outras variedades do português tanto brasileiro quanto europeu, nas quais a monotongação é bloqueada diante desses fonemas. A partir dos dados desse ditongo, observamos que a teoria sobre os ditongos verdadeiros e falsos propostos por Bisol (1999) precisa ser testada de forma ampla, já que palavras que seriam consideradas possuidoras de ditongos verdadeiros e, portanto, não possíveis de serem monotongadas, como a palavra ‘direito’, o são em PVS. Além disso, a monotongação do [ẽ], diante de /t/, além de possível, está em variação estável na comunidade são-tomense.

No ditongo [õ], observou-se que a variação na aplicação da monotongação ocorre apenas quando o ditongo é seguido pela consoante [ʃ], a qual é a responsável pelo espriamento do nó vocálico criando o glide [j]. Nas demais variedades do português, a monotongação de [õ] não é comum, mesmo no contexto diante de [ʃ], a exceção encontrada foi no falar da região de Algarve, Portugal (MAIA, 1975 apud RUA, 2005). Já a aplicação da monotongação do ditongo [oũ] no PVS é categórica, assim como nos estudos apresentados sobre variação na realização de ditongos de outras variedades de português. A monotongação não depende sequer de anos de escolaridade e é amplamente aplicada.

O ditongo [ã] sofreu variação no processo de monotongação fundamentalmente precedendo consoante palatal. Nos demais contextos, sua ocorrência foi pouco produtiva. Em final de palavra, a monotongação é categoricamente bloqueada, assim como diante de vogais. O peso relativo de 0,89 na aplicação do processo diante da palatal foi idêntico ao alcançado por Silva (1997) em sua análise sobre o português brasileiro de João Pessoa. Da mesma forma, verificam-se os resultados sobre a influência dos anos de escolaridade como inibidores do processo de monotongação ocorrendo também no PVS. Observa-se ainda que a fronteira morfológica influencia na aplicação do processo de monotongação.

O ditongo [eũ] teve baixo índice de ocorrência de monotongação, sendo mantido em quase todos os contextos. Nos dados documentados, a monotongação ocorreu no pronome ‘meu’, o qual foi realizado como [me].



Esse fato foi atribuído a um possível processo de transposição do pronome ‘me’ do santome, segunda língua com maior número de falantes em STP, para o português. Os demais ditongos, [ e̯ ], [ ε̯ ], [ u̯ ] e [ i̯ ], mostraram raras ocorrências no *corpus*, e não foi possível observar variações em suas realizações. Por isso, sua análise estatística mostrou-se irrelevante.

A partir dos resultados alcançados, podemos concluir que os ditongos formados com glide [ɹ] têm maiores chances de variar quando precedem uma consoante palatal devido ao nó vocálico presente nessa consoante, assim como verificado nos ditongos [ e̯ ], [ a̯ ] e [ o̯ ]. Nesses casos, o grau de escolaridade dos falantes é o principal fator responsável pela manutenção desses ditongos. Por sua vez, os ditongos formados pelo glide [ɹ] se comportam de forma distinta, podendo ser monotongados categoricamente, como o ditongo [ o̯ ], ou mantidos, como o ditongo [ e̯ ], sem sofrerem influência da escolaridade.

Por fim, espera-se que os resultados alcançados neste trabalho venham contribuir para ampliar não só o conhecimento das realizações dos ditongos no português de São Tomé e Príncipe e a relação deste com as demais línguas autóctones, mas principalmente abrir possibilidades de novos estudos nas variedades do português falado no continente africano como açamento, vocalização, lateralização e outros, além de um estudo mais amplo que englobe a fonologia prosódica dessa variedade de português.

## Abreviaturas

PE – português europeu;

PVS – português vernacular são-tomense;

STP – São Tomé e Príncipe.

# O Português dos Tongas de São Tomé

*Alan N. Baxter<sup>1</sup>*

## **1. Introdução<sup>2</sup>**

Este capítulo apresenta o Português dos Tongas (PT) de São Tomé, falado pelos descendentes de africanos continentais, contratados durante o período colonial Português. Descrita pela primeira vez por Rougé (1992), o PT tem muito a contribuir para o estudo das mudanças linguísticas decorrentes de situações de contato entre línguas. Após esboçar o contexto histórico e sociolinguístico em que se desenvolveu o PT, comentaremos algumas das suas características morfossintáticas mais notáveis.

## **2. Contexto histórico**

A abolição da escravatura indígena na ilha de São Tomé, em 1854, coincidiu com a introdução do cacau em grande escala e com o plantio de café, o que provocou uma grave escassez de mão de obra. Duas décadas depois, em 1876, os escravos estrangeiros seriam libertados (NEVES: 1929, p. 55). Prevendo esses eventos, alguns plantadores começaram a importar trabalhadores contratados de Angola, no início de 1850 (NASCIMENTO &

---

<sup>1</sup> Faculdade de Humanidades da University of Saint Joseph - Macau.

<sup>2</sup> O presente estudo é baseado em trabalhos anteriores nossos, e em parceria com Norma Lopes. Em boa parte, os exemplos linguísticos apresentados aqui provêm desses trabalhos anteriores.

GOMES DIAS, 1989). Contrataram ainda mão de obra em colônias inglesas e francesas, nas colônias portuguesas da Guiné, Ajuda (em Benin moderna) e, eventualmente, de Moçambique e Cabo Verde. Entretanto, até o fim do século XIX, e ainda nas primeiras décadas do século XX, predominaram os angolanos. Os moçambicanos, segundo maior grupo de trabalhadores, só começaram a chegar em 1901 (NEVES: 1929, p. 67). Os caboverdianos só aparecem em números significativos também nesse século.

Pode-se dizer, em vários sentidos, que os angolanos constituíram um elemento-chave na formação do português dos tongas, devido a uma complexidade de fatores sócio-históricos. Foram, por exemplo, os primeiros serviçais a serem contratados após a abolição.

A presença dos angolanos nesse período foi marcante, porque antes de 1909, de modo geral, os angolanos não foram repatriados (CADBURY: 1969, p. 45-46), e quando o foram, os filhos nascidos em São Tomé foram obrigados a ficar na ilha, tornando-se propriedade das roças (BAXTER, 2002, 2004; ROUGÉ, 1992).

Neste capítulo, focaremos na comunidade tonga da grande roça Monte Café, uma das muitas comunidades de tongas que permaneceram nas antigas propriedades agrícolas coloniais após a independência de São Tomé e Príncipe. A informação sócio histórica apresentada nas seções seguintes provém de pesquisas realizadas em São Tomé e Portugal em 1998 e 2000, e os dados linguísticos comentados foram extraídos de entrevistas sociolinguísticas realizadas na roça Monte Café, em 1998, junto a 24 tongas, distribuídos em três faixas etárias: faixa 1 (20 a 40 anos); faixa 2 ((41 a 60 anos); e faixa 3 (61+ anos) (Baxter 2002, 2004).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Pesquisa realizada no âmbito do projeto “Semi-creolization: testing the hypothesis against data from Portuguese-derived languages of São Tomé (África)”, dirigido por Alan Baxter, e apoiado pelo *Australian Research Council* entre 1998 e 2000.

### 3. As línguas usadas nas roças

Além de falarem a sua própria variedade de português, os tongas ainda manifestam diferentes graus de manutenção de suas línguas africanas ancestrais, entre as quais o umbundo e o kimbundo, ainda que um tanto simplificadas (ROUGÉ: 1992, p. 172). Porém, o conhecimento da língua crioula de São Tomé (doravante CST) não é generalizado entre os tongas, sobretudo entre aqueles que residem em roças distantes. Rougé (1992, p. 173) observa que, no período colonial, a língua de comunicação entre os administradores e trabalhadores nas grandes roças foi o português, e não o são-tomense, situação que se explica por vários motivos que resumimos a seguir.

Após a liberação dos escravos locais, em 1854, parece ter havido uma política generalizada de não encorajar a população crioula local a trabalhar nas plantações. Essa situação, notada em Cadbury (1969, p. 17-18, 26), e que é registrada nos depoimentos dos nossos auxiliares linguísticos mais idosos, só mudou no final da década de 1950.

A competência linguística dos administradores coloniais também podia ser relevante. A maioria dos feitores parece ter sido de origem europeia. Isto reflete-se nas observações de Cadbury (1969, p. 30) e, para a plantação de Monte Café, em Anon (1895) e nos depoimentos dos nossos auxiliares idosos entrevistados em 1998 e 2000. Houve, no entanto, alguns feitores Tongas.

Além desses fatores, o isolamento da população serviçal é relevante. A natureza hermética do sistema dos grandes empreendimentos agrícolas confinava os trabalhadores ao recinto das roças, e em muitos casos, a localização geográfica da roça fora das áreas de assentamento crioulo não favorecia o contato fora da roça.

Mesmo assim, parece viável que o são-tomense tivesse exercido alguma influência no desenvolvimento do português dos tongas nas primeiras fases das grandes roças de café e cacau, no século XIX, via o contato entre os contratados e escravos continentais que previamente trabalharam junto com escravos locais, crioulos. Também parece viável que o português geral de São Tomé, fortemente influenciado pelo crioulo são-tomense, tenha exercido alguma influência sobre o TP. Após a década de 1940, com maior liberdade de

mobilidade, e com o acesso à educação em português, fora da plantação, o contato com o português fora da roça aumentou, resultando na aproximação do português dos tongas jovens a variedades mais próximas da norma culta de São Tomé.

#### 4. A comunidade de fala na roça Monte Café

A roça Monte Café importou trabalhadores angolanos (da região de Benguela) a partir de 1850 até o final do século XIX (NASCIMENTO & GOMES DIAS: 1989, p. 52, 68; ANON, 1885; CURADORIA, 1895-1896). Além do grande contingente umbundu, houve também falantes de kikongo e kimbundu. A forte presença angolana continuou na primeira metade do século 20, como fica evidente no Quadro 1.

Quadro 1 – Serviçais mulheres (M) e homens (H) na roça Monte Café, 1935 - 1945

Ano	Angola		Mozambique		Cape Verde		Ajudá		Tonga		Crianças	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Maio 1935	37	174	3	234	1	1	0	2	52	59	53	43
Abril 1937	37	153	3	234	1	1	0	2	68	109	59	61
Abril 1939	36	291	3	208	0	1	0	2	65	107	60	54
Julho 1942	42	366	1	186	8	15	0	1	63	111	83	91
May 1945	24	197	1	168	14	14	0	1	55	97	88	91

Fonte: Adaptado de Baxter (2004)

Para a aquisição da linguagem, a forte e tradicional presença africana deve ter causado consequências bastante complexas. O quadro 1 indica que, para o período de 1935 a 1945, de cada 4 adultos, 3 eram africanos continentais, falantes de português L2 e, principalmente, de uma língua *bantu*. Assumimos que houve uma ampla gama de variedades de português L2 nessa população, do mais rudimentar, e provavelmente pidginizado, até variedades que tinham mais contato com o português europeu (PE) dos administra-

dores. Os informantes nascidos no início do século XX atestaram diversas configurações no grupo familiar: <angolana + angolano>, <angolana + outro africano (por exemplo, de Ajuda, Cabo Verde ou Moçambique)>, <mãe tonga + angolano>, <mãe tonga + outro africano>, e <mãe tonga + pai tonga>. A aquisição do português pelos nossos informantes mais velhos (faixa 3, > 61 anos), pode ser resumido assim:

1. as crianças aprenderam o *koiné umbundu* antes do português;
2. o português foi adquirido no campo e no quintal da sede da roça, principalmente no contato com serviçais falantes de português L2, menos com serviçais falantes de português L1, e marginalmente pelo contato com supervisores europeus, falantes de PEL1. Os filhos de tongas tiveram algum acesso ao português no contexto da sanzala;<sup>4</sup>
3. devido à natureza cíclica da contratação de mão de obra (com a constante chegada de africanos monolíngues contratados por três a cinco anos), o português L2 teria existido em um *continuum* de variedades ‘interlanguage’, constantemente diluídas.

Com relação aos outros idiomas presentes entre os serviçais de Ajuda, Moçambique e Cabo Verde, é interessante notar que os tongas de Monte Café manifestam evidências mínimas e esporádicas de terem adquirido essas línguas.

---

<sup>4</sup> Em São Tomé, usava-se a palavra *sanzala*, e não *senzala*. Os serviçais foram segregados conforme a origem, e as unidades familiares foram alojadas juntas.

## 5. Enquadramento teórico

As próximas seções mostrarão como o português L1 dos tongas exhibe uma reestruturação morfossintática gramatical que é especialmente notável na fala dos nossos informantes mais idosos, e é ainda visível em gerações subsequentes. Trata-se de uma reestruturação que envolve uma aparente redução estrutural, gramaticalizações e alguma influência do substrato. O enquadramento teórico essencial para compreender essa reestruturação será esboçado brevemente nos próximos parágrafos.

A presença de formas reduzidas e regularizadas decorre de uma série de fatores. Por um lado, diversos estudos apontam para o papel central do *input* (o modelo-estímulo ou dados linguísticos primários (DLP) disponíveis para a aquisição) em desencadear uma estruturação reduzida e regularizada em comparação com as gramáticas das línguas em contato. Nesse sentido, no *input*, a frequência, a saliência morfossintática, e a transparência semântica e pragmática dos itens linguísticos são os fatores orientadores centrais na estruturação da L2 (KLEIN & PERDUE, 1997; MATHER, 2006; SIEGEL, 2004; CLEMENTS, 2009). Por outro lado, as necessidades de comunicação e as possibilidades de ordem psicolinguística interagem com os fatores distribucionais dos DLP: a L2 vai ser desenvolvida para dar conta de funções comunicativas essenciais para o contexto sociolinguístico em questão, e, na maioria dos casos, o aprendente adulto vai desenvolver a L2 apenas até ter à sua disposição um instrumento viável de comunicação (KLEIN & PERDUE, 1997).

Por outra parte, o mecanismo cognitivo vai também determinar as possibilidades de estruturação da L2, com base no DLP disponível. Nesse sentido, além dos processos de gramaticalização interna, são relevantes os processos de transferência e relexificação e o condicionamento cognitivo. Formas estruturais da L1 do aprendiz podem ser transferidas para a L2 incipiente, fenômeno amplamente observado em estudos sobre a aquisição de L2 e sobre línguas em contato (LEFEBVRE, 1998; SIEGEL, 2003, 2006; SCHWARTZ & SPROUSE, 1994), dando lugar a estruturas baseadas na gramática da L1, preenchidas com material lexical recolhidos dos DLP disponíveis. Atuaria em paralelo, a evidente incapacidade do aprendiz adulto

em adquirir traços das categorias funcionais parametrizadas (HAWKINS & CHAN, 1997; FRANCESCHINA, 2002, 2003), uma incapacidade condicionada pelo período crítico. Naturalmente, o bilinguismo tonga geracional pode levar também a convergências gramaticais (MYERS-SCOTTON, 2002).

As estruturações que eventualmente constituem características da comunidade linguística seriam o resultado do uso da L2 pelo grupo, nivelando as diferenças entre as interlínguas individuais (SIEGEL, 1997). Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que, os aprendentes de L2 e os seus descendentes, com limitado acesso ao PE dos administradores da roça, iriam focalizar o material linguístico utilizado pelos membros do seu próprio grupo, processo que constitui uma espécie de *target shift* (mudança de L-alvo) (BAKER, 1990). Esse material linguístico é constituído pelas variedades de L2 dos serviços e pelo português L1 dos tongas.

## 6. Características do português dos tongas

A fala dos informantes mais idosos apresenta um conjunto comum de reestruturações variáveis que diferenciam o PT do PE, afetando a morfologia flexional e a representação de referência e *caso*. Embora incorporadas nas gramáticas de gerações seguintes, essas variáveis se tornam menos fortes conforme se aumenta o contato com variedades de português mais influenciadas pela norma oficial, que em São Tomé e Príncipe é o PE. Nas próximas seções, apresentam-se uma visão geral dessas características do PT da faixa etária 3, começando pelo DP.<sup>5</sup>

### 6.1. Flexão de número

O sintagma determinante (SD) dos falantes da faixa 3 é simples, com uma projeção máxima de três itens mas, no nosso *corpus* geralmente apresenta apenas dois: determinante + núcleo. A flexão de número plural (PL) é muito pouco frequente e tende a ser marcada apenas no determinante (como no exemplo (1)). Certos mecanismos alternativos podem expressar o

<sup>5</sup> As abreviaturas encontram-se ao final do trabalho.



número plural: numerais ou quantificadores (como em (2)), notavelmente o quantificador *tudo* generalizado, ou mesmo somente o contexto como no exemplo (3):

- |   |   |
|---|---|
| (1) issos casa  | ‘essas/as casas’                            |
| (2) tuto casa já fechô                                      | ‘todas as casas foram fechadas’             |
| (3) isso criança que papa <sup>6</sup> ta vere <sup>7</sup> | ‘essas/as crianças que o senhor está vendo’ |

Estudos sobre o padrão global de flexão PL da comunidade Monte Café revelam que, a estrutura do DP cresce por geração, e que a flexão PL se estende gradualmente em paralelo com o crescimento estrutural. A 1ª posição adjacente à esquerda do núcleo nominal é a primeira a receber a flexão PL, num processo aquisicional geracional que começa na faixa 3 (BAXTER, 2004, 2009). Nesse estudo, foi observado que a faixa 3 praticamente só usa a flexão no determinante à esquerda imediata do núcleo, e manifesta uma estrutura mínima de SD: Det + N + (Mod), raras vezes acompanhado por itens pós-nominais. O perfil geral da flexão PL na comunidade revela o seguinte padrão de favorecimento de flexão, em ordem de força (BAXTER, 2004, 2009):

(i) *Posição à esquerda, adjacente ao núcleo nominal*

(4) *minhas neto* ‘os meus netos’ (dado da Faixa 3)

(ii) *Núcleo em primeira posição*

(5) *homens grande* (dado da Faixa 2)

<sup>6</sup> O tratamento paternalista *papá*, parece ter sido de uso comum entre os serviçais para tratar um europeu.

<sup>7</sup> A vogal epentética no infinitivo é frequente no EP popular, mas coincide com uma forte tendência no PT de criar sílabas de consoante+vogal, como *garande* ‘grande’, *forima* ‘formar, forma’, *capataze* ‘capataz’ e *alozo* ‘arroz’.

(iii) *À esquerda, não adjacente ao núcleo nominal*

(6) *os meus avô vieram* (dado da faixa 2) ‘os meus avós vieram (de Angola)’

(iv) *Núcleo em segunda posição*

(7) *muita máquinas, pipas* (dado da faixa 2)

(v) *Sucessivas posições à direita do núcleo*

(8) *os homens grande recebe mais* (dado de faixa 2)

A seguinte tabela, adaptada de Baxter (2009), apresenta o perfil de marcação de PL da comunidade de Monte Café, em pesos relativos:

Tabela 1 – Favorecimento da flexão PL por posição relativa na estrutura do DP

à esquerda, não adjacente ao núcleo nominal	à esquerda, adjacente ao núcleo nominal	núcleo em primeira posição linear	núcleo em segunda posição linear	itens à direita do núcleo
.795	.915	.798	.223	.112

Fonte: Baxter (2009, adaptado)

Trata-se de um perfil semelhante àqueles observados em estudos sobre a variação na marcação do PL no português brasileiro (ANDRADE, 2003; N. LOPES, 2001), e no falado na África (JON-AND, 2012; FIGUEIREDO, 2008). No caso dos tongas de Monte Café, os motivos pelo desenvolvimento inicial desse perfil partiriam de uma convergência de fatores. Por um lado, as línguas *bantu* marcam o plural em posição pré-nuclear, no classificador nominal, como no seguinte exemplo, em umbundo:

(9) <i>u-kwenje</i>	<i>a-kwenje</i>
CLASS.SG-rapaz	CLASS.PL-rapaz
'o rapaz'	'os rapazes'

Portanto, o falante de umbundo, aprendente de português L2 de contato, poderia transferir essa marcação pré-nuclear na configuração do DP no seu português L2 (BAXTER, 2004, 2009). Por outro lado, a implementação inicial do PL em estruturas simples, essencialmente do tipo Det +N + (Mod), estaria ligada a uma prevalência dessas estruturas no discurso natural em português L1, e ao mesmo tempo condiz com as fases iniciais de desenvolvimento e uso de L2, altamente dependentes de itens referenciais.

## 6.2. Flexão de gênero

A sorte da flexão de gênero no desempenho dos falantes idosos é semelhante àquela da flexão PL, embora, em termos globais, no SD da faixa 3, há mais flexão de gênero (63%; N. LOPES: 2009b, p.147) do que flexão de PL (25%; BAXTER: 2004, p.104). Cabe mencionar, também, que certos itens frequentes na fala dos informantes mais idosos parecem sugerir tendências uniformes, quase fixas, na L2 dos serviçais que forneceram um modelo para a aquisição do PT L1. Nesse sentido, chamam a atenção, na fala da faixa 3, o possessivo da primeira pessoa do singular, que é frequente na forma *minha/mia*, sem concordância com o núcleo, como no exemplo (10). Casos semelhantes são o uso dos demonstrativos *isso* e *aquela*, como nos exemplos (10) e (11), o quantificador *tudo*, exemplo (11), e o pronome *ele*, exemplo (12):

(10) *língua de mia pai é isso memo qui nosso fala aqui*  
 'a língua do meu pai é essa mesma (= umbundu) que falamos aqui'

(11) *aquele teia tudo tirô*  
 'aquelas/as telhas todas foram retiradas'

(12) *Elé pariu agora memo ni Putugalo*  
 'ela pariu nesses dias, em Portugal'

Uma pesquisa realizada por N. Lopes (2009a) sobre o padrão de marcação de gênero no SD do PT, ao longo de três gerações da comunidade Monte Café, confirma mais um paralelo com a flexão de PL: a estrutura do DP cresce por geração, e a flexão de gênero se estende gradualmente para mais posições no DP. Contemplando dados de três gerações, Lopes (2009a: 148-149) demonstra que a posição à esquerda em contiguidade com o núcleo é a mais favorecida pela flexão de gênero, depois é a segunda posição à esquerda do núcleo, não contígua, seguida pelas posições para a direita do núcleo, sucessivamente (N. LOPES: 2009a, p. 148-149):

(i) *Posição à esquerda, adjacente ao núcleo nominal*

(13) *tudo fio de minha mãe*

‘todos os filhos da minha mãe’(dado de faixa 3)

(ii) *Posição à esquerda, não adjacente ao núcleo nominal*

(14) *as mias filha* (dado de faixa 2)

(iii) *Sucessivas posições à direita do núcleo*

(15) *uma zona mais fresca* (dado de faixa 1)

Contudo, cabe sublinhar que, no desempenho dos falantes mais idosos, que apresentam um SD principalmente com apenas dois itens, Det + N, a marcação de gênero aparecerá quase exclusivamente na 1ª posição à esquerda do núcleo. O seguinte quadro apresenta o perfil de marcação de gênero da comunidade de Monte Café (3 faixas etárias em conjunto), em pesos relativos:

Tabela 2– Flexão de gênero no SD: o efeito da posição do item flexionado em relação ao núcleo nominal, pesos relativos

à esquerda, não adjacente ao núcleo nominal	à esquerda adjacente ao núcleo nominal	1ª posição pós-nuclear, adjacente ao núcleo nominal	2ª posição pós-nuclear
.38	.52	.15	.04

Fonte: Adaptado de N. Lopes (2009a, p. 149)

Neste caso, o perfil geral é parecido àqueles observados em estudos do português afro-brasileiro (LUCCHESI: 1999) e ameríndio (LUCCHESI: 1998). Contudo, no PT, acreditamos que a sensibilidade à posição pré-nuclear como *locus* de modificação funcional e semântico do nome em umbundu, em conjunção com a alta frequência natural de SDs com configuração Det + N no modelo de português L1, teriam convergido.

### 6.3. A representação da referência definida

O sistema de artigos, uma área que interage com as flexões de número e gênero, exibe reestruturação em dois sentidos. Em primeiro lugar, no discurso de tongas idosos, o artigo definido do PE está apenas minimamente integrado na gramática. Em seu lugar, ou se utiliza o artigo zero (isto é, ausência de um artigo formal), ou um determinante definido derivado de um demonstrativo. Nesse papel, um desenvolvimento original e frequente no discurso de tongas idosos é o uso de *isso*, derivado do demonstrativo português de gênero neutro. Nas faixas etárias 2 e 1, porém, o artigo definido do PE é muito mais frequente.

Na faixa 3, o artigo zero é preferido por substantivos singulares, logicamente, porque o lugar preferido para a flexão PL é o determinante. Pode-se apreciar a variação no uso do determinante nos seguintes fragmentos de um episódio acerca de uma senhora tonga de Monte Café, que ficou aleijada, vítima de um ataque com facão (BAXTER: 2002, p. 32):

- (16) 1. [Pesq.]: *Briga? Confusão?*  
 2. [Inf]: *Confusão, mas ele sozinho só lá. Ninguém no sabe. ‘Contrô Ø muyé já, quase morto.’*  
*‘Confusão, mas ela estava sozinha lá. Ninguém sabia.*  
*Encontraram a mulher já, quase morta.’*  
 3. [Pesq.]: *Hum.*  
 4. [Inf.]: *Gente qui viu é qui chamô gente aqui pa tomare ele, pa, vai cu ei n’hospitare.*  
*‘As pessoas que viram é que chamaram a gente aqui para levá-la, para ir com ela ao hospital’*  
 5. {EDITADA: informação parentética sobre o assaltante}.....
- (17) 1. [Inf]: *No sê maneira que ei fez cu isso home, ô..* ([Pesq.]: *Hum*)  
*‘Não sei como ela fez com esse homem’*  
 2. *Aqui péto memo, né muito longe nã. Ni mato lá memo. Láque, que pegô Ø muyé, pisô ele tudo.*  
*‘Aqui perto mesmo, não é muito longe. No mato, lá mesmo.*  
*Foi lá que pegou a mulher, machucou ela toda’*  
 3. *Gente no sabia si isso muye escapa não..*(.)  
*‘Gente não sabiam se a mulher ia sobreviver’*

Em (16), linha 2, a informante responde à pergunta do pesquisador sobre a causa do incidente. A identidade da vítima está bem estabelecida, merecendo referência pronominal (ele sozinho), e na mesma linha, a referência subsequente (*Contrô Ø muyé já...*), leva o determinante zero. A seguir, após mais referências pronominais (*ele* e *ei* em (16), linha 4; *ei* em (17), linha 1), a informante utiliza novamente, em (17), linha 2, o SD nominal com determinante zero (*pegô Ø muyé*) e SD pronominal (*pisô ele*). Finalmente, a referência é retomada com um SD nominal com determinante (*isso muye*, em (17), linha 3).

O uso do artigo zero tem alguns paralelos no crioulo de Cabo Verde (CCV) e no CST. Por exemplo, nesses dois crioulos, a referência anafórica a um antecedente definido pode ser retomada ou pelo artigo explícito ou pelo artigo zero (BAPTISTA, 2007; HAGEMEIJER E ALEXANDRE, 2007). Aliás, no CST, o SD definido com artigo zero é tipicamente singular (ALEXANDRE & HAGEMEIJER: 2007, p. 52). No entanto, é importante ter em mente a potencial influência do substrato *bantu* no português L2 dos trabalhadores contratados em Monte Café. Em umbundo não existem artigos definidos. O DP representa referência definida, ou referência genérica, sem a presença de marcadores de referência. No umbundo de Monte Café, um SD que precisa de clarificação referencial pode ocorrer com um demonstrativo, como no exemplo (18).

- (18) *João wo-pan-a Pedro ombua (i (mwene))*  
 João 3SG.PRET-dar-PRET+Pedro+cão+(este+(mesmo))  
 ‘João deu o cão a Pedro’

#### 6.4. *Reestruturação no SV concordância sujeito-verbo*

Em primeiro lugar, a flexão de número e pessoa não está fixada na fala dos tongas da faixa 3, como se vê nos exemplos seguintes:

- (19) *Eu nu vai (i) maze nã. Isso piquena é qui vai*  
 ‘Eu não vou mais. Essa pequena é que vai.’

- (20) *Ami ponhó alá di fogo*<sup>8</sup>  
 ‘eu o pus perto do fogo’

<sup>8</sup> Observe que, enquanto *ami* ‘eu’ ocorre no CST, *ami/amé* é o pronome sujeito P1 em dialetos de umbundo. Contudo, não se pode descartar totalmente a possibilidade de que *a mim*, do português, tenha sido reinterpretado, sob convergência com o umbundo, no português L2 dos serviços africanos de Monte Café. A variante *anosso* da forma tonga *nosso* (P4 sujeito (como no exemplo (22)) e, às vezes, P1 sujeito), pode ser uma derivação por analogia com *ami*.

- (21) *nosso fechô porta tudo*<sup>9</sup>  
 ‘nós fechamos as portas todas’

O resultado dessa reestruturação é que o verbo adquirido no PTL1 dos falantes idosos corresponde geralmente à base regular ou terceira pessoa do singular, uma forma comumente encontrada em fases iniciais da aquisição de L1 (DAVIDSON & GOLDRICK, 2003; RUBINO & PINE, 1998; SIMÕES & STOEL-GAMMON, 1979), em aquisição de L2 e mesmo em L2 interlíngua avançada fossilizada (CLEMENTS, 2009; MCCARTHY, 2006) e, ultimamente, em línguas crioulas, notavelmente em crioulos de base ibero-românica (CLEMENTS: 2009, P. 48; HOLM: 1989, P. 268). Essa tendência também regulariza formas finitas de verbos irregulares, que no PT podem ser baseadas na forma de raiz do verbo, e não na terceira pessoa singular irregular. Assim, por exemplo, ocorrem *ponhó* e *fazeu*, em vez das respectivas formas padrão da terceira pessoa irregular *pôs* e *fez*.<sup>10</sup> Enquanto a quase ausência da flexão de número-pessoa predomina entre os falantes mais idosos, essa flexão está sendo gradualmente incorporada pelas gerações subsequentes, embora continue a ser variável. Lopes & Baxter (2011) demonstram que, para a comunidade tonga de Monte Café, os principais fatores condicionantes dessa variação são duas:

- (i) a saliência morfofonológica da forma concordante: os verbos com uma maior oposição do tipo <forma concordante/forma não-con-

<sup>9</sup> O uso pós-nominal de *tudo* como quantificador generalizado não flexionado, lembra um uso semelhante em dialetos brasileiros (incluindo o português L2 ameríndio (MATTOS e SILVA: 1988,p. 102) e em crioulos de base portuguesa.

<sup>10</sup> Há também dois verbos derivados da raiz do subjuntivo de verbos irregulares portugueses: *venha* ‘vir’ e *ponha* ‘por’, que também flexionam no pretérito perfeito: por exemplo *venhô* e *ponhô*. Já o verbo ‘ir’ tem duas variantes comuns, uma baseada na raiz do subjuntivo, *va*, e a outra baseada na terceira pessoa do singular do indicativo, *vai*. A presença no PT do verbo *ponha* encontra um paralelo interessante no verbo *ponhar*, frequente em dialetos rurais brasileiros.



cordante> (ex: *é/são, quais/quiseram, sei/sabe, vou/vai*) favorecem a concordância;

- (ii) a realização e posição do sujeito: a adjacência de sujeito e verbo e a ausência do sujeito tendem a favorecer a concordância.

Passamos agora a considerar algumas características da flexão de tempo-aspecto.

### 6.5. Flexão de tempo-aspecto (T-A)

Na fala dos tongas idosos, a flexão de tempo e aspecto e a distinção entre finito/infinito, também ainda não foram adquiridas categoricamente. Há três flexões T-A consistentes: o presente (exemplo (22)), o pretérito perfeito (como no exemplo (23)) e o pretérito imperfeito (como no exemplo (24)).

(22) *é isso memo qui nosso fala aqui*

‘é isso mesmo que nós falamos aqui’

(23) *quando chegô aqui ele pariu ami*

‘quando (ela) chegou aqui, ela me pariu’

(24) *gende també qui fazava tu tembo, festa, nã ta aqui, morreu*

‘também, as pessoas que faziam tudo naquele tempo, as festas, não estão aqui, morreram’

Outras flexões T-A do PE, embora possam ocorrer raramente nos tongas nessa faixa etária, não estão integradas com consistência na sua gramática. Percebe-se que os verbos flexionados para T-A ocorrem em variação com formas não-padrão, não flexionadas. Assim, um verbo na forma P3 do presente do indicativo, ou forma de tema regular, pode ocorrer num contexto de passado ‘perfectivo’ como em (25) e (26), com verbos ativos *vai* e *fecha*, ou pode ocorrer num contexto de passado ‘imperfectivo’, como em (26) e (27), com os verbos ‘estativos’ *sabe*, *é* e *chama* ou com verbos ativos, como em (30) com *dá*, *sai*, *chega*, *toca*, *forima* e *toma* (BAXTER, 2002; BAXTER & LOPES,

2011). Nesse sentido, é interessante observar também que o verbo auxiliar *ta* não é flexionado no tempo passado em contextos de passado contínuo, como no exemplo (26), *ta passare*. Essa é uma tendência notável nos dados dos falantes idosos: a preposição *a*, na estrutura estar + a + V. infinitivo do PE, não foi integrada, provavelmente por causa de sua saliência fraca. Nessa estrutura, e em outros casos em que no PE se requer um verbo infinitivo, a distinção entre finito e infinito é, às vezes, opaca, como se vê nos exemplos (28) e (29), o que sugere que essa distinção não foi clara nos DLP provenientes do português L2 dos serviçais.

(25) *Não, ami nuca vai ni Angola não.*<sup>11</sup>

‘Não, nunca fui a Angola não’

(26) *Nosso fecha, hum nō sabe quê qui ta passare alá.*

‘Nós fechamos (as portas), hum, (nós) não sabíamos o que estava acontecendo lá’

(27) *Mia mãe hum, é garande, hum, gendé nō sama elé sō nã,<sup>12</sup> sama*  
“canao”.

‘Minha mãe, hm, era grande, hm, as pessoas não chamavam ela pelo nome não, chamavam ela de “canao” ’

(28) *Isso dinheiro é pra compra comida*

‘Esse dinheiro é para comprar comida’

(29) *Eu calô boca, eu tá chora.*

‘Calei-me, eu estava chorando’

<sup>11</sup> A preposição *ni* ocorre também no CST, com função locativa e direcional, enquanto a função de origem/fonte é indicada por *di*. No PT, os motivos pela convergência em *ni* das funções locativa e direcional que correspondem às preposições *a*, *para*, *em* e *de* do PE, são encontrados no umbundu (Baxter, 2002). Ver, ainda, Araujo, Petter & Albino (2018) - neste volume - sobre esta preposição no quimbundo.

<sup>12</sup> Observe-se a presença de dupla negação em (27); uma outra característica do PT.

- (30) 1. *Que dá comida? É capataze, capataze é que dá tuta comida, hum;*  
 ‘Quem dava a comida? Era o feitor, era o feitor que dava a comida, hm’
2. *feijão sai aqui já cuzinhô, alozo cuzinhô.*  
 ‘(O) feijão saía aqui já cozido, (o) arroz cozido’
3. *Quando hola<sup>13</sup> chega, quando sino toca, quando lariga*  
 ‘Quando a hora chegava, quando o sino tocava, quando largavam  
 (o serviço)’
4. *Gente tuto forima...(..)...Toma comida...*  
 ‘As pessoas todas formavam. ...(..)... pegavam (a) comida’.

Os exemplos anteriores refletem tendências consistentes na fala dos tongas idosos. Por um lado, as funções essencialmente perfectivas são representadas principalmente pela flexão do pretérito perfeito, embora um verbo não-padrão também pode desempenhar essa função. Por outro lado, as funções aspectuais imperfectivas, em contexto de passado, tendem a ser representadas mais pelo verbo não-padrão do que pela flexão de pretérito imperfeito.

Em um estudo sobre a representação de T-A na fala de tongas idosos, Baxter & Lopes (2011) e Baxter (2012) detectaram, quantitativamente, uma grande diferença entre a variação na atribuição das flexões de pretérito perfeito e pretérito imperfeito. Baxter (2012), registrou uma taxa global de 94% para a atribuição de flexão do pretérito perfeito, mas apenas 41% com a flexão do pretérito imperfeito em contextos temporais-aspectuais apropriados. O pretérito perfeito manifesta uma integração muito mais avançada na gramática do PT.

Esta distribuição funcional da flexão verbal relembra as observações de pesquisas sobre a aquisição da flexão de tempo-aspecto, que indicam que na aquisição da L1, a morfologia T-A inicialmente codifica aspecto, e na aquisição de L2 de espanhol e português, o pretérito perfeito é adquirido antes do pretérito imperfeito (MARTINS, 2008). Assim, Andersen (1990,

<sup>13</sup> O lambdaísmo e o rotacismo são frequentes.

p. 58-9) relacionou este achado ao efeito do viés distribucional evidente no modelo-estímulo (em termos de frequência e o vínculo entre a semântica de certos verbos e o pretérito perfeito). Posteriormente, Shirai & Andersen (1995) propuseram que esta ordem aquisicional se deve também ao fato de que o aprendente limita o uso de inflexões T-A para o protótipo da categoria de tempo passado, que são os verbos com as características perfectivas [+ télico], [+ pontual] e [+ resultativo].

No presente caso, parece lógico interpretar a distribuição das flexões T-A dos informantes mais idosos como um reflexo da natureza dos DLP disponíveis neste cenário particular. Uma importante implicação disto é que o sistema verbo dos falantes de PT mais idosos é orientado mais pela categoria de aspecto do que pela categoria de tempo.

A esta altura, cabe perguntar se os sistemas de TA do CCV e o CST poderiam ter influenciado o verbo no português L2 dos serviçais de Monte Café. Por um lado, o CCV não parece ter relevância pois, segundo Silva (1990), os estativos clássicos, como sabe, quando *nus* (sem marcação aberta para TA), não permitem uma leitura de tempo passado, enquanto que os semi-estativos como *creditá* ‘acreditar’ efetivamente permitem essa leitura mas apenas uma leitura não habitual. Os verbos ativos *nus* só podem ser interpretados como representando eventos únicos no passado. Por outro lado, o CST apresenta um paralelo parcial com o sistema do PT: os verbos estativos *nus* podem representar um passado não-habitual ou um passado habitual (LORENZINO: 1998, p. 131). Em contrapartida, assim como no CCV, o verbo ativo *nu* no CST permite apenas a leitura não-habitual passado.

Portanto, o CST pode ter influenciado o comportamento do verbo estativo no português L2 dos serviçais africanos em Monte Café, nas décadas iniciais da roça, e essa tendência pode ter passado para o PT L1. Porém, se a leitura de passado não habitual nos verbos ativos *nus*, fenômeno marginal no verbo do PT, foi influenciado pelo CCV e o CST, não há motivo nessas duas línguas para explicar o comportamento no PT do verbo ativo com leitura de passado habitual. Mais provável, porém, é uma influência do umbundo, que permite uma leitura de passado contínuo nos verbos estativos e verbos ativos com prefixos de ‘tempo presente’. No entanto, se o evento verbal é conside-

rado efetivamente fechado, essencialmente ‘perfectivo’, o verbo leva os afixos apropriados para esse aspecto.<sup>14</sup>

### 6.6. Reestruturação da representação de ‘caso’

Os efeitos dos processos de aquisição linguística em situação de contato são visíveis também em relação ao sistema pronominal e às preposições. Nota-se variação na representação dos pronomes e preposições, radicalmente diferente do PE. Nesse sentido, o PT apresenta amplas evidências de reestruturação do *caso* pronominal no desempenho da faixa 3. O genitivo de terceira pessoa é quase categórico com um PrepP pós-nominal, como no exemplo (31), em lugar do determinante possessivo do PE. Por outra parte, o pronome sujeito é normal no papel de objeto, como nos exemplos (32) e (33), em lugar do clítico do PE.

(31) *Tudo gente chorava pa i ni tera dele.*

‘Todos choravam, querendo ir para a sua terra’

(32) *Você mála ele assi*

‘Você o (= o saco de café) amarra assim’

(33) *Éle mirô você memo iveja déle, éle mata bocê.*

‘Ele (= o feitiçeiro) o mira só com inveja, e o mata’<sup>15</sup>

Do ponto de vista aquisicional, os motivos para essa reestruturação podem ser encontradas, em boa parte, na saliência morfofonológica e a facilita-

<sup>14</sup> Valente (1964, p. 201) comenta que há dois valores específicos: (i) pretérito próximo, ação acabada de realizar; e, (ii) passado remoto, ação completamente realizada, um passado anterior. Em relação aos “outros pretéritos em português: indefinido e imperfeito”, Valente afirma que não há correspondência em umbundu: uma ação que continua, se traduz pelo tempo presente, mas se a ação está totalmente terminada, se traduz pelo pretérito próximo. Contudo, o referido autor acrescenta o seguinte comentário: “Se uma acção passada se descreve no momento actual (pretérito imperfeito), tanto se pode considerar passada (modo objectivo), como descrevê-la no presente (modo subjectivo)” (ibid).

<sup>15</sup> O auxiliar linguístico está falando de algumas práticas de feitiço, supostamente comuns entre os serviços moçambicanos.

de de detetar as funções dos itens da L-alvo. A multiplicidade de pronomes de *caso* em português não facilitaria a sua aquisição em uma situação de contato. O uso de formas <fortes> em línguas que surgem do contato é comum.

No que concerne às preposições, é notável a variação na representação do objeto indireto, que pode ocorrer sem preposição, como nos exemplos seguintes (BAXTER et al (2014)):

(34) *Ele nã deu Ø ele diero*

‘Ele não lhe deu dinheiro’

(35) *Eu nã screve Ø mô pai nenhuma carta*

‘Eu não escrevi nenhuma carta ao meu pai’

Além disso, quando ocorre a preposição com o OI, na maioria dos dados, essa preposição não é *a*, como no PE, mas *para*. A seguinte tabela, adaptado de Baxter et al (2014), apresenta a distribuição das três variantes no *corpus* de Monte Café:

Tabela 3 – OI com núcleo NOME e PRONOME  
com PARA/A e sem preposição

Núcleo do OI	Marcação do OI					
	PARA		A		Ø	
<b>NOME</b>	41	19.0%	4	1.9%	55	25.6%
<b>PRONOME</b>	35	16.3%	1	0.5%	79	36.7%
<b>TOTAL no corpus</b>	76/215		5/215		134/215	
<b>%</b>	35.34%		2.33%		62.33%	

Fonte: Própria

Prevalece, numericamente, a ausência da preposição dativa, seguida, em ordem, pela presença das preposições *para* e *a*. Esta última é marginal, registrando um total de apenas 3 dados. Este fato é muito significativo quando se considera que o modelo da L superstrato para os tongas é o PE, que tem

a preposição *a* como dativo predominante. Para compreender melhor a falta de dados da preposição *a* no *corpus*, cabe notar que a ausência de preposição é mais evidente quando o OI é adjacente ao verbo, como nos exemplos (34) e (35). Essa posição do OI [+humano] é usual nas línguas *bantu*, que apresentam a tipologia COD (Construção de Objeto Duplo), fenômeno observado também no português de Moçambique (GONÇALVES, 2005) e no português de São Tomé (GONÇALVES, 2010), e no PB (LUCCHESI & MELLO, 2009). Nas línguas *bantu*, o OI<sub>NOM</sub> (sem preposição) nesta posição recebe *caso* diretamente do verbo (cf. GONÇALVES, 2005). Em um contexto de contato natural entre o português e línguas com parâmetro COD, a preposição *a* ofereceria pouca saliência funcional e morfofonológica. O aprendiz-ouvinte de português L2, falante de umbundu, não sentiria naturalmente a necessidade de estabelecer um marcador de OI humano. Além disso, o modelo-estímulo, o PLE não ofereceria fortes evidências ao contrário, porque a preposição *a* não seria fácil de isolar e decodificar, devido à dificuldade para o ouvinte-aprendiz de diferenciar artigo definido, preposição *a* e vogal /a/ inicial de palavra. Em contrapartida, a preposição *para* apresentaria um modelo mais claro.

## 7. Variabilidade geral e o perfil de desenvolvimento

Quando se considera o contexto sócio-histórico da comunidade tonga de Monte Café, não é controversa afirmar que o nosso *corpus* de PT representa o seguinte desenvolvimento: faixa etária 3, falantes com mais de 61 anos) é minimamente disposta para os dispositivos gramaticais do português no que se diz relativamente às áreas comentadas brevemente neste capítulo, nomeadamente: concordância, flexão TMA, uso do artigo definido, e representação de *caso*. Parece razoável supor que isso reflete a natureza dos DLP predominantes disponíveis a esta faixa etária (e às gerações anteriores) para aquisição do português: DLP fortemente influenciados pela L2 Português de adultos africanos, e pela língua africana L1, sem modelos robustos para configurar as referidas áreas gramaticais na direção do português europeu dos administradores.

Porém as gerações subseqüentes, representadas pelas faixas etárias 2 e 1, foram expostos a DLP de natureza um pouco diferente. Alguns tongas tiveram mais contato com o pessoal português da roça, em trabalhos domésticos, como ajudantes de artesãos ou mesmo como feitores de mato. A partir da década de 1940, as crianças começaram a ter acesso à escolarização, e os serviços tiveram mais liberdade de movimento. Portanto, o contato com outras variedades de português, mais influenciadas pelo PE aumentou. Como resultado, o PT das gerações novas incorporou mais material morfossintático do PE, mas a variação se mantém, um produto do processo de transmissão geracional irregular (LUCCHESI & BAXTER, 2009),<sup>16</sup> que incorporou características de L2. As dimensões desse processo geracional se tornam especialmente significativas quando se consideram em paralelo os perfis etários de 7 variáveis mencionadas neste capítulo, apresentadas na Tabela 4 e no Gráfico 1.

Tabela 4 – O efeito da faixa etária sobre 7 variáveis morfossintáticas no PT: pesos relativos

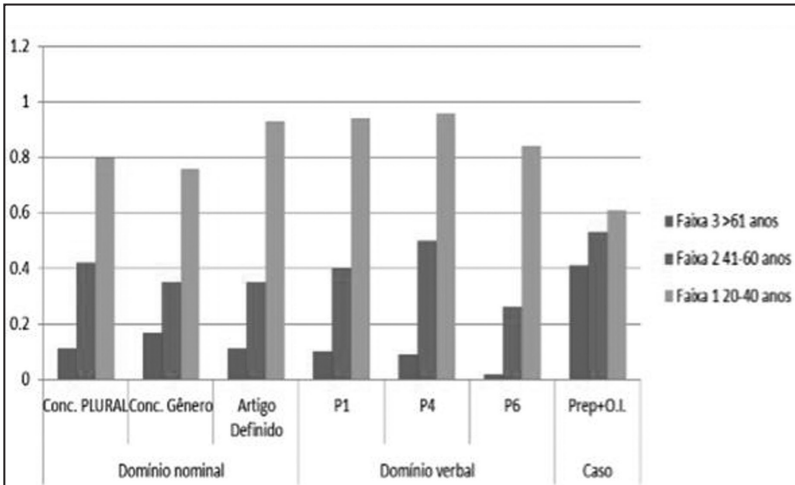
Variáveis	Domínio nominal			Domínio verbal			Caso
	Conc. Plural <sup>a</sup>	Conc. Gênero <sup>b</sup>	Artigo Definido <sup>c</sup>	PL <sup>d</sup>	P4 <sup>d</sup>	P6 <sup>d</sup>	<u>Prep+OI</u> <sup>e</sup>
Faixa 3	0.11	0.17	0.11	0.10	0.09	0.02	0.41
Faixa 2	0.42	0.35	0.35	0.40	0.50	0.26	0.53
Faixa 1	0.80	0.76	0.93	0.94	0.96	0.84	0.61

Fonte - <sup>a</sup> Baxter (2004); <sup>b</sup> Lopes (2009); <sup>c</sup> Baxter & Lopes (2005); <sup>d</sup> Lopes & Baxter (2011); <sup>e</sup> Baxter et al (2014)

<sup>16</sup> Também conhecido como Aquisição massiva de L2 com mudança de língua (Winford: 2003, p. 235, 267).



Gráfico 1



Na faixa 3, as variantes ‘padrão’ estão fortemente desfavorecidas, sublinhando a natureza divergente e original da gramática desse grupo. Na faixa 2, aprecia-se menos desfavorecimento, refletindo uma incorporação parcial de material gramatical da variante ‘padrão’, que corresponderia a um crescente contato com outros modelos do português, que inclui algum acesso limitado à escolarização. Mesmo assim, na faixa 2, apenas uma das variáveis na Tabela 4 registra um valor acima do ponto neutro: a presença da preposição com o objeto indireto. Em contrapartida, a faixa 1, com ainda mais contato com outros modelos do português, mais acesso à escola, e menos competência na língua umbundu ancestral, demonstra favorecimento das variantes ‘padrão’, que já constituem regras. Mesmo assim, ainda se faz presente a variação instigada pelo processo de transmissão geracional condicionada por DLP, provenientes de um contexto de contato linguístico.

## 8. Conclusão

O presente capítulo apresentou aspectos centrais do contexto sociolinguístico em que o PT foi desenvolvido e considerou algumas características diferenciais da sua gramática reestruturada.

Os fatores principais por trás do desenvolvimento do PT radicam na importação prolongada de um grande número de angolanos, e no contato linguístico entre os serviçais de diferentes origens. Entre os serviçais angolanos, o contato levou à utilização de um koiné baseado em umbundo como veículo de comunicação intra-étnica. Em simultâneo, a população serviçal adquiriu o português L2 para uso no trabalho. As crianças que nasceram nesse contexto, além de terem o umbundo L1 e L2 como modelo para aquisição, tiveram para a aquisição do português, a variedade L2 dos serviçais, predominante e o PE dos administradores da roça. Assumimos que o português L1 desenvolvido pelos tongas foi fortemente influenciado pelo português L2.

O PT constitui um produto clássico de um processo de transmissão linguística irregular, no qual os dados L2 contribuíram substancialmente para a gramática da L1 emergente. A aquisição do português no contexto de contato que existiu em Monte Café foi o gatilho para a reestruturação e desenvolvimento da variação exemplificada nas seções anteriores deste capítulo. Certos detalhes desta reconfiguração, como o papel central da posição prenominal adjacente na marcação de plural e de gênero, ou a predominância da forma verbal 3SG, refletem as escolhas que os aprendizes-ouvintes de L2 fizeram, de itens mais salientes e funcionalmente reconhecíveis no modelo-estímulo disponível, na tentativa de construir a interlíngua L2. Seriam escolhas influenciadas também pela transferência de estruturas da L1 africana. O substrato *bantu*, sobretudo umbundo, parece ter desempenhado um papel significativo através do português L2 em DLP disponíveis para a aquisição do português como L1 dos tongas. A esse respeito, a preferência para marcar o plural na posição pre nuclear no SD, o uso de nomes *nus* com referência definida, bem como a presença da construção de objeto duplo são fatos sugestivos.

Embora a fala dos nossos informantes mais idosos revele uma reestruturação bastante significativa, o PT não alcançou o grau de uso intra-grupo (*vernacularization*) que teria produzido uma língua nova, semelhante às variedades mais conhecidas de crioulo português. O conjunto de fatores sociolinguísticos na roça Monte Café conspiraram para criar uma variedade de português cujo sistema gramatical reestruturado e variável relembra, em muitos aspectos, o português brasileiro (PB) popular, e as variedades de por-

tuguês L2 e L1 encontradas em diversos locais na África. É nesse sentido que o PT constitui uma peça chave no estudo da mudança linguística, capaz de contribuir muito para a maior compreensão de como o português se desenvolve em situações de contato linguístico.

### **Abreviaturas**

- CCV - língua crioula de Cabo Verde;
- CLASS - classificador nominal;
- COD - construção com objeto duplo;
- CST - língua crioula de São Tomé, língua santome;
- Det - determinante;
- DLP - dados linguísticos primários;
- L1 - língua primeira;
- L2 - língua segunda;
- L-alvo - língua alvo de aquisição, *target language*;
- Mod - modificador;
- N - substantivo (nome);
- OI - objeto indireto;
- PB - português brasileiro;
- PE - português europeu;
- PL - plural;
- Prep - preposição;
- PRET - pretérito;
- Pro - pronome;
- PT - português dos tongas;
- SD - sintagma determinante;
- SP - sintagma preposicionado;
- STP - República de São Tomé e Príncipe;
- V - verbo;
- 3SG - terceira pessoa singular.

# Posfácio

## Contato, filiação e gênio das línguas

Charlotte Galves<sup>1/2</sup>

### 1. Um vasto programa de investigação

Depois da leitura de *O português na África Atlântica*, a primeira citação que me vem em mente é a de Serafim da Silva Neto que escreve em 1950 na sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*:

Nos primeiros estudos sobre o português do Brasil, escritos em geral por amadores, exagerava (sic), e sem nenhum método ou crítica, a influência indígena. Mais tarde, passou-se a fazer o mesmo com a influência dos negros. A verdade, porém, é que a maior parte dos fatos alegados não passava de interpretações sem base, fantasiosas ou precipitadas. Além da falta de conhecimentos de línguas america-

---

<sup>1</sup> Universidade de Campinas UNICAMP/FAPESP/CNPq).

<sup>2</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “A Língua Portuguesa no Tempo e no Espaço: Contato Linguístico, Gramáticas em Competição e Mudanças Paramétricas” (projeto temático financiado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – processo 2012/06078-9). É também parcialmente financiado pelo CNPq (processo 309764/2014-9).

nas e africanas, a muitas das pessoas que advogavam teses indiófilas ou e negrófilas, faltava a indispensável base da cultura lingüística e românica. De fato, não basta haver semelhança entre fenômenos de linguagem brasileira e outros das falas americanas ou africanas. É preciso demonstrar que não se trata de evoluções independentes, mas que há filiação entre eles. (SILVA NETO: 1977, p. 91)

Em outro estudo, sugeri que, apesar do tom mal-humorado que privilegia a crítica ideológica em detrimento de uma arguição cientificamente fundamentada, o autor delinea nesse trecho um vasto programa de investigação. O livro que Márcia Santos Duarte de Oliveira e Gabriel Antunes de Araujo nos dão aqui a ler, tem como objetivo trazer subsídios sólidos para a problemática do efeito, sobre o português no Brasil, do contato com as línguas africanas. O método consiste em estudar o mesmo efeito na África, controlando com cuidado a natureza das línguas africanas envolvidas, evitando assim “interpretações sem base, fantasiosas ou precipitadas”. A complexa questão da “filiação”, que constitui a parte mais relevante da crítica de Serafim, é aqui enfrentada com base na metodologia comparativa e com o auxílio da teoria da transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2003; LUCCHESI & BAXTER, 2009) – ou aquisição massiva de L2 com mudança de língua (WINFORD, 2003 –, que dá aos mecanismos de aquisição de segunda língua um papel de destaque, esmiuçando os efeitos do contato onde não se pode negar que ele existe de maneira crucial, pela história dos homens e das sociedades envolvidas. Estudam-se assim os diversos níveis de interferência da língua materna (cuidadosamente identificada) na aquisição em condições adversas de uma língua tipologicamente distinta, e na sua posterior transmissão como língua materna: em Guiné Bissau, na província angolana do Libolo, em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe. Em cada um desses lugares, a história é diferente, as línguas africanas envolvidas, e seus dialetos, não são os mesmos. Só uma radiografia detalhada e cuidadosa pode levar a conclusões não apressadas e não “exageradas” a respeito da existência de uma relação causal entre os diversos fenômenos encontrados no português falado nessas

regiões e o fato de que ele foi inicialmente adquirido, e posteriormente transmitido, por falantes de línguas africanas. Se esses fenômenos são similares aos que observamos no português brasileiro, então teremos forte evidência empírica de que a causa no Brasil é a mesma. Essa ideia já foi muito rebatida. Ainda é. Vejam-se por exemplo, no recente livro de Anthony Naro e Marta Scherre, as seguintes afirmações:

O conteúdo deste livro tem uma linha mestra clara: apresentar evidências de que características morfossintáticas e fonológicas do português brasileiro, atualmente envoltas em estigma e preconceito social, são heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas, e não modificações mais recentes advindas das línguas africanas, que vieram para o Brasil com seus povos escravizados e subjugados, ou das línguas dos povos ameríndios, que aqui já se encontravam quando vieram os colonizadores europeus. Tampouco são o resultado de processos de simplificação ou outras modificações espontâneas causadas pelo contato, durante o processo de transmissão não tradicional da língua. (NARO & SCHERRE: 2007, p. 17)

Naro & Scherre (2007), nessas linhas, recusam enfaticamente a “filiação” africana, ou mesmo um efeito mais indireto do contato, com base na alegação da existência de uma outra filiação: a portuguesa. Ou seja, eles admitem implicitamente que uma exclui a outra, se situando nisso na tradição ortodoxa da genética linguística, em que para cada língua só se pode definir um e um só antecessor, excluindo assim justamente as línguas nascidas do contato. Mas uma questão mais profunda surge então. Será que uma língua pode influenciar uma outra diretamente, no sentido de lhe transmitir propriedades morfossintáticas específicas? Ou será que o contato só afeta de maneira geral e genérica as línguas, ao desestruturá-las? No final do séc. XIX, Adolfo Coelho, ao estudar os dialetos “crioulos” das línguas românicas se pronuncia enfaticamente em favor da segunda hipótese:

Os factos acumulados por nós mostram à evidência que os caracteres essenciais desses dialectos são por toda a parte os mesmos, apesar das diferenças de raça, de clima, das distâncias geográficas e ainda dos tempos. É em vão que se buscará, por exemplo, no indo-português uma influência qualquer do tamul ou do cingalês. (COELHO: 1967 [1880, 1882, 1886], p. 105-106)

A questão não é trivial. Mas a linguística que se pode chamar “de contato” evoluiu bastante num ponto: nem todos os efeitos do contato são os mesmos. Eles se situam num *continuum* que passa por vários estágios de “re-estruturação” (HOLM, 2004) e têm no seu extremo a emergência de uma língua crioula. Ou seja, saímos da dicotomia deriva/crioulização em que a discussão se debateu tanto tempo, e ainda recentemente. Vale citar a esse respeito a linguista portuguesa Liliana Inverno, engajada no mesmo programa de investigação que os autores deste livro:

The broadening of pidgin and creole linguistics to contact linguistics results from the general agreement today that the origin and synchronic structure of pidgins and creoles can only be fully understood from the perspective of a wider theory of language contact. (INVERNO: 2005, p. 51)

Reciprocamente, uma teoria mais ampla do contato possibilita uma distinção entre línguas crioulas e línguas parcialmente reestruturadas, ambas oriundas do contato. Nesse panorama, a comparação entre diversos tipos de línguas é um instrumento essencial para progredirmos na nossa compreensão da dinâmica da evolução das línguas a partir do contato linguístico e do *continuum* de efeitos sobre as variantes oriundas desse contato (PETTER, 2009). Assim, neste livro, várias línguas estão em cotejo:

- (i) o português do Libolo, o português brasileiro e o quimbundo (Capítulos 1 e 2);
- (ii) o crioulo de Cabo Verde, o português de Cabo Verde, o português do Brasil e o português europeu (Capítulos 3, 4 e 5);
- (iii) o português de Guiné Bissau e o português brasileiro e europeu (Capítulos 6 e 7);
- (iv) o português de São Tomé, o português europeu, brasileiro e línguas crioulas de São Tomé (Capítulo 8);
- (v) e ainda a contraposição do português dos Tongas de São Tomé (Capítulo 9).

Nesses estudos, encontramos rica matéria para entender a constituição do português brasileiro, graças ao fantástico laboratório oferecido pela variedade das situações do português falado na África.

## 2. O gênio estrutural das línguas

Como mencionado acima, uma questão complexa levantada pela linguística de contato é a de saber se se pode falar propriamente de “influência” de uma língua sobre a outra, ou se o que observamos são efeitos gerais, e talvez universais, do contato, associados à aquisição “imperfeita”, como redução ou perda total da morfologia, e/ou fenômenos de simplificação estrutural. Em muitos casos, não é claro que seja possível distinguir um caso do outro. Os organizadores do livro propõem então uma radiografia mais precisa das línguas em contato, sugerindo que se tenha muita atenção às línguas particulares em presença antes de tirar conclusões apressadas sobre a origem dos efeitos encontrados. Assumindo aqui o papel de *advocatus diaboli*, queria, parafraseando o título de um livro recém-publicado (AVELAR & ALVAREZ-LOPEZ, 2015), ressaltar a impressionante convergência afro-latina. Não quero dizer com isso que não se deva fazer a contraposição detalhada do português com as diversas línguas dos seus falantes da África, como proposto pelos or-



ganizadores do presente livro, muito pelo contrário, porque só esse trabalho minucioso e rigoroso poderá validar, ou invalidar, o que queria sugerir aqui.

Parece-me que o que atua muito fortemente quando duas espécies de línguas tão tipologicamente distintas quanto o português e as línguas africanas das regiões de contato entram em choque na mente dos falantes, não são detalhes que diferenciam cada língua dentro do seu grande grupo, mas o que Sapir (1921) chama o “gênio estrutural das línguas”:<sup>3</sup>

This type or plan or structural genius of the language is something much more fundamental, much more pervasive, than any single feature of it we can mention, nor can we gain an adequate idea of its nature by a mere recital of the sundry facts that make up the grammar of the language. (SAPIR: 1921, p.120)<sup>4</sup>

Em outras palavras, o efeito perceptível do contato, no que diz respeito a transferências de propriedades de uma língua para a outra, diria respeito a características que definem as línguas do substrato, por oposição às línguas-alvo, no nível macrolinguístico das suas grandes famílias de origem. No caso do português e das línguas africanas, o embate se situaria assim ao nível dos troncos indo-europeu e nigero-congolês. Darei dois exemplos.

O primeiro diz respeito a uma característica sintática do português brasileiro muito discutido ultimamente na literatura: o fenômeno do “tópico sujeito” – cf. entre muitos outros trabalhos, na sequência do trabalho pioneiro de Pontes (1981 [1987]), Negrão e Viotti (2008), Avelar e Cyrino (2008), Avelar e Galves (2014). Tais construções se caracterizam pela concordância do verbo com um sintagma topicalizado, como se esse fosse o sujeito do

---

<sup>3</sup> Devo a descoberta dessa ideia de Sapir a Mark Baker que, no seu livro sobre as línguas polissintéticas, se vale dela para discutir a noção de “macro-parâmetro”.

<sup>4</sup> Esse tipo ou plano ou gênio estrutural da linguagem.

verbo. Os exemplos a seguir, tirados de Avelar e Galves (2014), mostram que esse sintagma recebe uma interpretação locativa (em 1), ou genitiva (em 2):

- (1) a. “*algumas concessionárias tão caindo* o preço [do carro]”<sup>5</sup>  
 a’. *Em algumas concessionárias tá caindo* o preço do carro  
 b. “*apenas 3 desses cinco monitores aparecem* imagem”<sup>6</sup>  
 b’. *Em apenas 3 desses cinco monitores aparece* imagem  
 c. “...*em geral os capacetes mais baratos são barulhentos e entram* vento”<sup>7</sup>  
 c’. *Nos capacetes mais baratos entra* vento
- (2) a. “conheço *peessoas* que fizeram isso e *caíram* o cabelo”<sup>8</sup>  
 a’. ...e o cabelo *delas/das pessoas* caiu  
 b. “Sonhei que estava em minha casa e *ela estava incendiando* o telhado”<sup>9</sup>  
 b’. Sonhei que estava em minha casa e o telhado *dela* estava se incendiando  
 c. “*as paredes tão caindo* o reboco e o dinheiro mal dá para pagar a conta”<sup>10</sup>  
 c’. O reboco *das paredes* tá caindo

<sup>5</sup> <http://forum.carrosderua.com.br/index.php?showtopic=122656>

<sup>6</sup> <http://linuxeducacional.com/mod/forum/discuss.php?d=158>

<sup>7</sup> [www.forumnow.com.br/vip/mensagens.aspforum=94106&grupo=178842&topico=2925900&pag=2&v](http://www.forumnow.com.br/vip/mensagens.aspforum=94106&grupo=178842&topico=2925900&pag=2&v)

<sup>8</sup> <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20081119080133AAFPQLS>

<sup>9</sup> <http://sonhos.clickgratis.com.br/sonhos-c/casa-33.html>

<sup>10</sup> <http://inforum.insite.com.br/68758/11157674.html>

Esse tipo de concordância não existe no português europeu, nem nas outras línguas românicas. Baker (2008) propõe que existe um macro-parâmetro, denominado por ele de *AGR Parameter*, o Parâmetro da Concordância, que distingue de maneira muito geral as línguas indo-europeias e as línguas nigero-congolesas em relação à propriedade da concordância morfológica que, nas primeiras, está associada ao *caso* nominativo, e nas segundas depende da posição estrutural do sintagma em relação ao verbo. Os exemplos (1) e (2) evidenciam a transferência de uma propriedade macro-paramétrica das línguas africanas do tronco nigero-congolês, que abrange 98% das línguas que foram transportadas ao Brasil (BONVINI, 2008), para o português brasileiro.

É também uma outra propriedade ligada à noção de *caso* que caracteriza de maneira muito geral as línguas do grupo banto. Ela já é mencionada pelo Padre Dias, autor da primeira gramática do quimbundo, publicada na Bahia em 1697: “Não tem esta língua declinações nem casos; mas tem singular e plural”.<sup>11</sup> Dessa propriedade decorrem provavelmente muitas características do português brasileiro, bem como do português falado em diversas áreas na África, como já sugerido por Silvio Elia, e confirmado pelo estudo comparativo *cokwe/português da região Lunda (Angola)* de Lílina Inverno:

Outro caso de muito provável afronegrismo é do *ele/ela* como objeto direto. [...] Houve, de fato, entre nós, um rearranjo do sistema dos pronomes pessoais. Nesse novo sistema *ele*, forma reta e tônica, substitui *o*, forma oblíqua e átona [...] Como se insinuou esse *ele*? Parece-me razoável compreender que o falante *ele* (sic) uma língua que desconhece variações de natureza casual, faça de um pronome de 3ª pessoa (*ele*) uma forma nominal, tanto como sujeito (*ele*), como objeto direto (*ele*), como objeto indireto (*a ele*) [...] E isso poderia ter-se generalizado por influxo do falar dos negros escravos, no eito e na senzala ou na casa-grande. (ELIA: 2003, p. 62-63)

---

<sup>11</sup> Citado por Bonvini (2008a, p. 37).

(..) a more detailed analysis of the Cokwe data allows me to confidently hypothesize that two aspectos of the linguistic structure of Cokwe account for the replacement of direct object clitics o(s), a(s), on the one hand, and lhe, on the other. Firstly, as shown in section 4.1.2 above, there is no distinction between subject and object person markers in Cokwe, i.e. they are formally the same. Secondly, there is also no formal distinction between direct and indirect object markers in Cokwe. (INVERNO: 2011, p. 177)

A não distinção entre objeto direto e indireto está na origem de vários fenômenos do português brasileiro, como o uso do pronome dativo 'lhe' para objetos diretos, encontrado também no português do Libolo (cf. Cap. 2), e o fenômeno do duplo objeto, frequente nas comunidades quilombolas do Brasil (BAXTER & LUCCHESI, 1999; LUCCHESI & MELLO, 2009), observado por Perpétua Gonçalves (2010) no português moçambicano (cf. GONÇALVES, 2010), e também presente, como mostra Alan Baxter, no português dos Tongas de São Tomé (cf. Cap. 9). Historicamente, podemos pensar que propriedades como essas, que participam do "gênio da língua", são robustas e portanto tendem pouco a mudar (fora, justamente, no caso de contato maciço com línguas muito distintas tipologicamente). Temos aliás o testemunho do Padre Dias sobre o quimbundo do séc. XVII. E também temos alguma documentação escrita em português no séc. XIX por africanos na África e por africanos e afro-brasileiros na Bahia. A primeira está reunida no livro *Africae Monumenta. A apropriação da escrita pelos africanos, Arquivo Caculo Cacahenda*, editado por Ana Maria Tavares e Catarina Madeira.<sup>12</sup> Nela observamos objetos indiretos sem preposição (5), objetos diretos introdu-

<sup>12</sup> O arquivo Caculo Cacahenda, do nome de uma das mais importantes linhagens de chefes africanos, foi editado em 2002 por Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos. São textos administrativos e jurídicos de imenso valor histórico e linguístico. Com efeito, foram escritos por escrivães formados para esse fim, e portanto dotados de uma competência indiscutível em português. Porém, não escapam às interferências das suas línguas maternas - quimbundo e quicongo.

zidos pela preposição *a* (6) e expressos pelo clítico *lhe* (7), e construções de duplo objeto (8). A segunda foi reunida por K. Oliveira (2006) – tese de doutorado. São as Atas das Reuniões da Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada e constituída por escravos forros a partir de 1832. Nessas também encontramos algumas construções de duplo objeto (9-10):

- (5) ficando os Reos *responcaves de pagarem – o Aucttor, a quantia de vinti e seis mil duzentos e sincoenta*; [p.153]
- (6) tendo tambem Captivado **a** Sebastião Amazengo [p.142]
- (7) Requer nesta Audiencia que o Reo apresente o Sobrinho delle Autor para ser endagado a passoa que **lhe** sacinou, [p.140]
- (8) e o mesmo Pai hé que **os** tinha alcunhado **os apelidos** de Quixabi quiamumenba e Muaza mubenba [p. 130]
- (9) em uertude de dar **Compimentoo pogetos** oferecidos a deuocaõ... (MC, 01, 21.10.1834)  
“em virtude de dar cumprimento aos projetos oferecidos à devoção”
- (10) e juntamente na 1a. Reuniaõ apresentar **qual quer hum Irmão** a Sua Instrução ou tabella deRejime (JFO, 02, 01.11.1835)  
“e juntamente na 1a reunião apresentar a qualquer irmão a sua instrução ou tabela de regime”

Voltando agora à questão da filiação à luz do “gênio da língua”, seria muito pouco de se esperar que, por deriva própria e independente, o português evoluísse no sentido que fez no Brasil e está sendo atestado em países da África, ou seja, se distanciando do português europeu em aspectos sintáticos tão fundamentais de um ponto de vista tipológico, sem ser por influência de línguas de gênio diferente.

### 3. A opacidade da língua-alvo

Além das influências diretas que a língua materna dos aprendizes exerce sobre a língua segunda, ela parece ter um efeito indireto. Os textos escritos mencionados na seção anterior são testemunhos valiosíssimos da dificuldade dos africanos e afrodescendentes em decodificar e discriminar unidades parecidas porém distintas na cadeia escrita, provável espelho dessa mesma dificuldade na cadeia sonora. Categorias importantes da sintaxe-alvo como artigos, preposições, pronomes clíticos e flexões são muitas vezes confundidas com as vogais iniciais quando pré-verbais, ou se confundem entre si quando pós-verbais. Em outros termos, a língua materna torna a língua-alvo opaca, contribuindo para reanálises sintáticas e/ou perdas de morfologia. Novamente, os escribas dos dois lados do Atlântico parecem enfrentar as mesmas dificuldades. Uma delas diz respeito ao artigo, muitas vezes omitido em ambos os textos:

- (11) “Pello Dembo Quibaxi Quiamubemba, foi dito e requerido,  
a capitão e chefe” (TAVARES et al.: 2001, p. 154)
- (12) “mando O Senhor Prizidente ler, *acta*, do dia 6 de Marco”  
(Atas dos Brasileiros, OLIVEIRA: 2006, AJN, Doc. )

Note-se que essa tendência em omitir o artigo se reencontra no português falado na África, como o reporta Baxter (2018) – nesse volume – a respeito do português dos Tongas, bem como em dialetos afro-brasileiros e rurais no Brasil.

- (13) a. “*Terrero* era grande” (Helvécia/Bahia – BAXTER & LOPES:  
2009, p. 319)
- b. “Aí soldado pegou nós para carregar esse defunto”  
(Português da Baixada Cuiabana – LOPES & PAGOTTO:  
2014)

Como observado por Avelar & Galves (2014), não se pode falar literalmente, nesse caso, de transferência de propriedades dos sintagmas nominais das línguas africanas, em particular do grupo banto, já que não se acha registro de classificadores em nomes do PB.<sup>13</sup> Os textos escritos evidenciam as dificuldades de processamento criadas pelas diferenças na morfologia nominal das línguas africanas e das línguas indo-europeias acrescidas da ambiguidade criada pela semelhança do artigo definido português, desprovido de ataque consonantal, com vogais iniciais de palavra. Vejam-se as hesitações na segmentação do sintagma nominal cujo núcleo inicia com vogais:

- (14) “ouvidas **a legação** do Aucthor pello Capitão e Chefe...  
 O qual dissí ele Reo;  
 que **alegacção** do Auctor era Caluniozo” (TAVARES et al.  
 2002: 151)
- (15) a. “a este respeito nada disse **aSemblea**”  
 b. “depois de lido levou O Senhor Socio Thezoreiro ao  
 Connhecimento **da Senblea** Os trabalhos de resebimentos  
 de dinheiros de dividendo das Caxas”

Esses exemplos evidenciam a hesitação do escriba quanto a vogal inicial ser ou não parte da palavra. Essa conclusão é corroborada pelo fato de que, no conjunto das *Atas da Sociedade dos Desvalidos*, as palavras que aparecem recorrentemente sem artigo definido em contextos nos quais a interpretação é claramente definida são *ata* e *assembleia*, ambas iniciadas pela vogal *a*, enquanto a palavra masculina “artigo”, muito frequente também, nunca aparece sem o artigo.

---

<sup>13</sup> A não ser já lexicalizados, como em *macumba*, *moleque* e *quindim*.

As mesmas hesitações se verificam com os clíticos pré-verbais de terceira pessoa. Deixo aqui para terminar, a impressionante variação ensaiada por um escriba da *Sociedade Protetora dos Desvalidos* (cf. GALVES & LOBO: 2015)

- (16) a. Eu Segundo Secreta/rio qu **a fiz i acineme** (LSS, 11, 16.04.1885)  
 b. Eu Segundo Secretario que **afiz/iacineme** (LSS, 12, 07.06.1885)  
 c. Eu Segundo Secretario/quea **fiz e a cinene** (LSS, 14, 03.08.1885)  
 d. Eu/Segundo Secretario qu **afiz iacineme/** (LSS, 15, 18.09.1885)  
 e. Eu Segundo Segretario que **fiz ea cineme/** (LSS, 17, 02.09.1886)  
 f. Eu Segundo Secretari quea **fiz i acime<me>/** (LSS, 18, 14.10.1886)  
 g. Eu Segundo Secretario quea **fez i/acineme** (LSS, 19, 21.10.1886)  
 h. Eu Segundo Secretario Luciano/da Silva Serra qu **a fiz a i a cineme** (LSS, 20, 02.12.1886)  
 i. Eu Segundo Secretario/qu **a fiz e a Sineme** (LSS, 21, 11.03.1887)  
 j. Eu Segundo Secretario qu/**fez e a cineme** (LSS, 23, 18.03.1887)  
 ‘Eu Segundo Secretário que a fiz e assinei-me’

As sentenças (16) a-j correspondem a diversas realizações da mesma fórmula de fechamento das atas escritas pelo escriba Luciano da Silva Serra entre abril de 1885 e março de 1887. Observamos que o pronome clítico



feminino *a*, complemento de *fiz/fez*, aparece ora livre (a,c,f,g,h,i) ora preso (b,d) ora não aparece (e,j). O mesmo acontece com a primeira vogal do verbo *assinar*, ora tratada como elemento independente (c,e,h,i,j) ora como parte da palavra. Tais variações, produzidas pelo mesmo redator, traduzem a dificuldade que esse tem em distinguir entre vogal inicial do vocábulo e pronome clítico de 3ª pessoa, dificultando em última instância a percepção da função do pronome, o que pode ter tido um papel decisivo no desaparecimento do mesmo do paradigma pronominal. Avelar & Galves (2014) notam que o mesmo efeito que se vê em (16) poderia derivar do contato com outras línguas, pela mesma dificuldade de processamento dos artigos e pronomes clíticos de 3ª pessoa do português. Cabe também ressaltar que os primeiros fazem parte das categorias de “alto risco” (cf. TODEVA: 1992 apud GONÇALVES: 2010), pela sua pouca saliência fônica, particularmente dramática no português e também pela complexidade de uso. Isso dá sustentação a Lopes & Pagotto (2014), que argumentam que o uso de nomes *nus* no português falado na Baixada Cuiabana (cf. exemplo (13b)) é, possivelmente, devido ao contato com línguas indígenas no século XVIII.

#### 4. Para concluir

Muitas outras reflexões nascem do livro. Neste breve posfácio, delineeii as que me são mais caras, e familiares, e me parecem apontar para alguns dos caminhos a serem trilhados na análise dos dados produzidos pelo fantástico laboratório que está sendo montado para estudar as relações do português com as línguas africanas. Por falta de espaço, e também por afinidade, tive que me ater a uma fração dos fenômenos apresentados ao longo dos capítulos. Por gosto, insisti sobre as convergências. Mas o projeto que sustenta o livro tem também vocação a fazer aparecer os contrastes. É certamente na dialética entre esses dois polos que chegaremos a uma compreensão melhor da multiplicidade de fenômenos já descritos e ainda por descrever.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Nélia. **Estruturas em movimento**: alguns tópicos sobre construções-Q e de clivagem. *Letras de Hoje*. V. 41(1). 2006, p. 99-119.

ALEXANDRE, Nélia. **The Defective Copy Theory of Movement**: evidence from whconstructions in Cape Verdean Creole, Amsterdam: John Benjamins. 2012.

ALEXANDRE, Nélia. Bibliografia sobre o Português de Cabo Verde. In **Cátedra “Português Língua Segunda e Estrangeira”**. 2014. Disponível em: <[http://www.catedraportugues.uem.mz/?\\_\\_target\\_\\_=lista-bibliografia-cabo-verde](http://www.catedraportugues.uem.mz/?__target__=lista-bibliografia-cabo-verde)>. Acesso em 30/05/2014.

ALEXANDRE, Nélia. Aquisição do português L2 em Cabo Verde: alguns aspectos morfosintáticos do contato. In OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes (Orgs.). **O português na África atlântica**. São Paulo: HUMANITAS/FAPESP. 2018, p.139-164.

ALEXANDRE, Nélia; HAGEMEIJER, T. Bare nouns and the nominal domain in São Tomé. In BAPTISTA, Marlyse; GUÉRON, Jaqueline (Eds.). **Noun Phrases. Creole Languages: A Typological, Semantic and Structural Study**. Amsterdam: John Benjamins. 2007, p. 37-59.

ALEXANDRE, Nélia; SOARES, Nuno Verdial. **O Domínio Nominal em CCV**: o puzzle dos Bare Nouns. In *XX Encontro Nacional da APL*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2005, p. 337-350.

ALEXANDRE, Nélia; OLIVEIRA, Marcia Santos Duarte. Caboverdiano e português: cotejando estruturas focalizadas. In OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes (Orgs.). **O português na África atlântica**. São Paulo: HUMANITAS/FAPESP. 2018, p. 165-190.

ALKMIN, Tania; PETTER, Margarida. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil** – a formação da língua portuguesa. São Paulo: Ed. Contexto. 2008, p.145-177.

ALMEIDA, Tenente Coronel Bello de. **As últimas campanhas do Libolo em 1905 e 1908 e o Cap. Antero de Carvalho Magalhães**. Coleção Pelo Império. Agência Geral das Colônias. República Portuguesa, Ministério das Colônias. Divisão de Publicações e Biblioteca. Lisboa: Ed. Ática. N. 65. 1940.

ALVES, José Matias. **Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas: Aprendizagem, ensino, avaliação**. Porto: ASA Editores II, S.A. 2001.

AMARAL, Ilídio. Cabo Verde: introdução geográfica. In ALBUQUERQUE, Luís de; MADEIRA SANTOS, Maria Emília (Orgs.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde. V.1. 1991, p.1-23.

AMARAL, Marisa Porto do. **Ditongos variáveis no sul do Brasil**. Letras de Hoje. Porto Alegre. V. 40(3). 2005, p. 101 – 116.

AMBAR, Manuela. **Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-Verbo em Português**. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Colibri. 1992.

AMBAR, Manuela. Clefts and tense asymmetries. In: DI SCIULLO, Anna Maria. (Ed.). **UG and External Systems. Language, brain and computation**. Amsterdam: John Benjamins. 2005, p. 95-127.

ANÇÃ, Maria Helena. **Conhecimentos em Português** – língua segunda – Cabo Verde e Angola. In Carlos Reis (Ed.) Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura. Coimbra: Almedina. V. 1. 2000, p. 1031-1042.

ANDERSEN, R. W. Models, Processes, Principles and Strategies: Second Language Acquisition Inside and Outside the Classroom. In VAN PATTEN, Bill; LEE, James F. (Eds.). **Second Language Acquisition** – Foreign Language Learning. Clevedon: Multilingual Matters. 1990, p. 45-68

ANDRADE, Patrícia Ribeiro de. **Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil: Variação na concordância nominal de número em um dialeto**

Afro-Brasileiro. Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. 2003.

ANGENOT, Jean-Pierre; MFUWA; Ndonga; RIBEIRO, Michela Araujo. **As classes nominais do kibala-ngoya, um falar bantu de Angola não documentado, na interseção dos grupos kimbundu [H20] e umbundu [R10]**. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA. V. 21(2). 2011, p. 253-266. Acesso em 03/04/2016.

ANON. **Exposition des produits de la roça (propriété) Monte Café à l'île de S. Thomas, province de S. Thomé et Prince**. ANVERS: Établissement Kockx & Co. 1895.

ANTÓNIO, Pedro Miguel. **Pequena descrição histórica de Kalulo**. Ministério da Cultura, Delegação Municipal do Libolo/Kalulo. Manuscrito. 1997.

APPEL, Réne; MUYSKEN, Pieter. **Language Contact and Bilingualism**. London: Edward Arnold. V.18. 1987.

ARAUJO, Gabriel Antunes de. **Três textos em Papiamentu Clássico**. Tese de Livre docência. Universidade de São Paulo. 2011.

ARAÚJO, Maria Francisca Ribeiro de. **A alternância /ei/ - /e/ no português falado na cidade de Caxias, MA**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP. 1999.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. **Domínios conceituais das construções locativas, existenciais, comitativas e possessivas em línguas bantas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. 2013.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar; ROCHA, Ivan. **As expressões de localização, origem e destino de um percurso: possíveis implicações na descrição de duas línguas indígenas brasileiras e uma língua africana do grupo banto**. Estudos Linguísticos, São Paulo. V.40(1). 2011, p. 326-337.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar; PETTER, Margarida Taddoni; ALBINO, José. **Variedades de português angolano e línguas bantas em contato**. In OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes (Orgs.). **O português na África atlântica**. São Paulo: HUMANITAS/FAPESP. 2018, p. 17-46.

ARENDS, Jacques. **Syntactic developments in Sranan**. Creolization as a gradual process. 2009 [1989]. Disponível em: <[http://www.dbnl.org/tekst/aren012synt01\\_01/colofon.php](http://www.dbnl.org/tekst/aren012synt01_01/colofon.php)>. Acesso em 22 de abril de 2013.

ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA. **Kwanza Sul, sua história através das fontes documentais e iconográficas**. Luanda: EAL - Ed. de Angola. 2013.

ASSIS JUNIOR, António de. **Dicionário kimbundu-português** – Linguístico, botânico, histórico e corográfico, seguido de um índice alfabético dos nomes próprios. Luanda: Ed. de Argente, Santos & C<sup>a</sup> Ld<sup>a</sup>. S/D.

AUGEL, Johannes. **O crioulo da Guiné-Bissau**. Afro-Ásia. 1997, p. 251-254.

AUGEL, Moema P. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond. 2007.

AVELAR, Juanito; ALVAREZ-LOPEZ, Laura (Orgs.). **Dinâmicas afro-latinas**. Língua(s) e História(s). Frankfurt am Main: Peter Lang. 2015.

AVELAR, Juanito; CYRINO, Sônia. **Locativos preposicionados em posição de sujeito**: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. *Linguística – Revista da Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. V.3. 2008, p. 218-249.

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. **O papel das línguas africanas na emergência do português brasileiro**. *Linguística*. V.30(2). 2014. p. 241-288.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial. 2011.

BAIO, João Paulo. **Corpus da pesquisa de Iniciação Científica: “Aspectos do sistema pronominal no ‘português acadêmico guineense’ – um cotejo com o português vernacular brasileiro”**. Transcrição da Entrevista (1): João Paulo Baio. Universidade de São Paulo. Manuscrito.

BAIO, João Paulo; INJAI, Basílio Félix. **Entrevista 1 – guineenses**: Acerca da Etnia de Amílcar Cabral. Universidade de São Paulo/GELIC. Manuscrito.

- BAKER, Mark. **The polysynthesis parameter**. Oxford: Oxford University Press. 1996.
- BAKER, Mark. The macroparameter in a microparametric world. In BIBERAUER, Theresa (Org.) **The limits of syntactic variation**. Amsterdam: Benjamins. 2008, p. 351-374.
- BAKER, Philip. **Off target**. Journal of Pidgin and Creole Languages. V.5. 1990, p.107-119.
- BALENO, Ilídio Cabral. Povoamento e Formação da Sociedade. In ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, MADEIRA, Maria Emília (Orgs), **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde. V. I. 1991, p. 125-177.
- BANCO MUNDIAL. **Indicadores da população total de Guiné-Bissau**, 2013. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>>. Acesso em 15/02/2015.
- BAPTISTA, Marlyse. On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean Creole. In BAPTISTA, Marlyse; GUÉRON, Jacqueline (Eds.). **Noun Phrases in Creole Languages: a multi-faceted approach**, Amsterdam: John Benjamins Publ. 2007, p. 61-106.
- BAPTISTA, Marlyse; BRITO, Inês; BANGURA, Saidu. Cape Verdean Creole in Education: A linguistic and human right. In: MIGGE, Bettina; LÉGLISE, Isabelle; BARTENS, Angela. (Eds.), **Creoles and Education: an appraisal of current programs and projects**, Amsterdam: John Benjamins Publ. 2010, p. 273-296.
- BAPTISTA, Marlyse; MELLO, Heliana; SUZUKI, Miki. Kabuverdianu, or Cape Verdean, and Kriyol, or Guinea-Bissau (Creole Portuguese). In: HOLM, John; PATRICK, Peter L. (Eds.). **Comparative Creole Syntax: Parallel Outlines of 18 Creole Grammars**. Plymouth: Battlebridge Publ. 2007, p. 53-82.
- BAXTER, Alan. 'Semicreolization'? – **The restructured Portuguese of the Tongas of São Tomé** – a consequence of L1 acquisition in a special contact situation. Journal of Portuguese Linguistics 1. 2002, p. 7-39.

BAXTER, Alan. The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese. In: ESCURE, Genevière; SCHWEGLER, Armin. (Eds.) **Creoles, Contact and Language change: Linguistics and social implications**. Amsterdam: John Benjamins. 2004, p.97-126.

BAXTER, Alan. A concordância de número. In: LUCCHESI, Dante, BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Eds). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA. 2009, p. 270-293.

BAXTER, Alan. **O desenvolvimento da representação aspectual e temporal num dialeto produto do contato linguístico: o afro-português dos tongas de São Tomé**. In: OLIVEIRA ANDRADE, Maria Lúcia da C. Victorio de; RAUBER, André Luiz. *Anais de Resumo do II Congresso Internacional de Linguística Histórica*. São Paulo: USP. 2012.

BAXTER, Alan. O português dos Tongas de São Tomé. In OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes (Orgs.). **O português na África atlântica**. São Paulo: HUMANITAS/FAPESP. 2018, p. 297-324.

BAXTER, Alan et al. **A construção de objeto duplo e as influências do substrato no português afrobrasileiro (e africano): the double object construction and substrate influence in Afro-Brazilian (and African) Portuguese**. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2194/1967>>. PAPIA, São Paulo. V. 24(2). 2014, p. 283-306. Acesso em 20/06/2017.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. O artigo definido. In LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO Ilza. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA. 2009, p. 319-330.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. **A representação temporal e aspectual no português dos tongas**. III Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa – SIMELP, University of Macau, September. 2011.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. **A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil**. Estudos Linguísticos e Literários. V.19. 1990, p. 65-84.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna. 2009.

BECKER, Angelika; VEENSTRA, Tonjes. **The survival of inflectional morphology in French-related Creoles**. Studies in Second Languages Acquisition. V. 25. 2003, p. 283-306.

BECKMAN, Mary; PIERREHUMBERT, Janet. **Intonational structure in Japanese and English**. Phonology Yearbook 3. 1986, p. 255-310.

BENSON, Carol. **How multilingual African contexts are pushing educational research and practice in new directions**. Language and Education. V. 24(4). 2010, p. 323-336.

BERLINCK, Rosane de Andrade. **Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do dativo no português**. Revista Letras. N.56. 2001, p.159-175.

BIRMINGHAM, David. **A conquista portuguesa de Angola**. Porto: A Regra do Jogo. 1974.

BISOL, Leda. **O ditongo na perspectiva da fonologia atual**. DELTA. V. 5(2). 1989. p. 185-224.

BISOL, Leda. **Ditongos derivados**. DELTA. V. 10, n. especial. 1994, p. 123-140.

BISOL, Leda. **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 2ª ed. Revista e ampliada. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1999.

BISOL, Leda. Os constituintes prosódicos. In BISOL, Leda (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: Ed. PUCRS. 2000, p. 229-241.

BISOL, Leda. **A Neutralização das Átonas**. Revista Letras. Curitiba: UFPR. N.61, especial. 2003, p. 273-283.

BISOL, Leda. **Ditongos derivados: um adendo**. Slides apresentados no II SIS Vogais. Belo Horizonte. 2009. Disponível em: <<http://www.relin.letras.ufmg.br/probravo/program.htm>>. Acesso em: dezembro de 2012.



BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino, aulico, Anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptoresportuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V.** Vol. V. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva. 1716.

BOERSMA, Paul; WEENINK, David. **Praat: doing phonetics by computer.** Programa de computador. Versão 5.3.08. 2012. Disponível em: <<http://www.fon.hum.uva.nl/praat>>. Acesso em 15/05/2015.

BONILHA, Giovana Ferreira Gonçalves. **Aquisição Dos Ditongos Orais Decrescentes: Uma Análise à Luz da Teoria da Otimidade.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas. 2000.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs). **África no Brasil: A formação da língua portuguesa,** São Paulo, Contexto. 2008a, p. 15-62.

BONVINI, Emilio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Tadonni (Orgs). **África no Brasil: A formação da língua portuguesa.** São Paulo: Contexto. 2008b, p.101-144.

BORSTEL, Clarice Nadir. **Identidades étnicas e situações de uso de línguas.** Palavra. PUC - Rio 11. 2013, p. 134-145.

BOWERN, Claire. Fieldwork in contact situations. In: HICKEY, Raimond. (Org). **The Handbook of Language Contact.** Oxford: Blackwell-Publishing. 2010, p. 340-357.

BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola.** Trad. Oliveiro de Oliveira Pinto. São Paulo: Nacional/EDUSP. 1973, p. 1602-1686.

BRAGA, Maria Luiza; KATO, Mary Aizawa; MIOTO, Carlos. As construções-Q no português brasileiro. In KATO, Mary Aizawa; NASCIMENTO, Milton (Orgs). **Gramática do português culto falado no Brasil – A construção da sentença.** Campinas: Editora da Unicamp. 2009, p. 241-289.

BRANDÃO, Albano A. Paes. **Relatório do castigo aplicado aos povos do Libolo**. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 2ª Divisão, 2ª Secção, Caixa 5, Documento 103. Manuscrito. 1902.

BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Estrutura da frase simples e tipos de frases. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho. 2003, p. 433-506.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva. V. 2 (2). 1968.

CABRAL, Amílcar. **A questão da Língua**. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1916/1729>>. In PAPIA. VI(1). 1990 [1976], p. 59-61. Acesso em 12/05/2017.

CABREIRA, Sílvio Henrique. **A monotongação dos ditongos orais decrescentes em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS. 1996.

CADBURY, William. **Labour in Portuguese West Africa**. [Reprint of 1910 edition.] New York: Negro Universities Press. 1969.

CADORNEGA, António de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas - 1680**, 3 tomos. Reprodução fac-similada da edição de 1940, anotada e corrigida por José Matias Delgado. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar. 1972 [1680].

CALDEIRA, Arlindo Manuel. **Escravos e traficantes no império português: o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX**. Lisboa: A Esfera dos Livros. 2013.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 23. ed. Petrópolis: Vozes. 1995 [1970].

CAMPOS, Ednalvo; LOPES, Francisco João. **A expressão pronominal no PB e no PCv, trilhando possíveis (as) simetrias**. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br>>. PAPIA. V. 25(1). 2015, p. 319-344. Acesso em 10/03/2017.

CANDÉ, Fátima. **A língua portuguesa na formação de professores do ensino básico na região de Bafatá**. Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa. 2007.

CANNECATTIM, Bernardo Maria de. **Collecção de observações grammaticae sobre a língua bunda ou angolense e dictionario abreviado da língua congueza**, 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional. 1859.

CARDOSO, Ana Josefa. **As interferências linguísticas do caboverdiano no processo de aprendizagem do português**. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta. 2005a.

CARDOSO, Ana Josefa. **O papel da língua materna na aquisição de uma segunda língua – o caso da língua caboverdiana**: breve abordagem gramatical. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta. 2005b.

CARDOSO, Eduardo. **O crioulo da Ilha de São Nicolau de cabo Verde**. Praia. Instituto Cabo verdiano do Livro. 1989.

CARDOSO, Eduardo. **A oficialização do crioulo não é uma decisão que se toma de ânimo leve**. *Jornal Expresso das Ilhas*. 2013. Disponível em: <<http://www.expresso-dasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/34920-a-oficializa-%C3%A7%C3%A3o-do-crioulo-n%C3%A3o-%C3%A9-uma-decis%C3%A3o-que-setoma-de-%C3%A2nimo-leve>>. Acesso em 30/05/2014.

CARREIRA, António. **O Crioulo de Cabo Verde – surto e expansão**. 2ed. Lisboa: publicação aprovada. 1982.

CARREIRA, António. **Os portugueses nos rios de Guiné: 1500 – 1900**. Lisboa. 1984.

CARREIRA, António. **Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde**. ICL, Lisboa. 1985.

CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia. **As línguas de Cabo Verde – o cabo-verdiano e o português – lugar onde joga o equívoco**. Sentidos de língua portuguesa: entre nacionalismos e globalização. 2010. In SIMELP. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp26/03.pdf>>. Acesso 30/05/2014.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Ed. Contexto. 2012.

CASTRO, Pollyanna Pereira de. **As construções interrogativas, de tópico e de foco na língua crioula de Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013.

CEDERGREN, Henrietta J.; SANKOFF, David. **Variable rules: performance as a statistical reflection of competence**. *Language*. V.50. 1974, p. 333-55.

CENTEIO, Nelson. **Opinião: a oficialização do crioulo**. In *Jornal A Semana*. 21 fevereiro 2013. Disponível em <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article85224>>. Acesso em 26/05/2014.

CHATELAIN, Héli. **Kimbundu grammar. Grammatica elementar do kimbundu ou língua de Angola**. Genève: Type de Charles Schuchardt. 1888/1889.

CHAVANE, Jean-Pierre. **La Langue Portugaise d'Angola: etude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais**. Thèse (Doctorat) – Université Lumière. Lyon 2. 2005.

CHIMBUTANE, Feliciano. **O papel das línguas Bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/>>. PAPIA. V.14. 2004, p. 7-30. Acesso em 08/03/2017.

CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In KENSTOWICZ, Michael (Ed.). **Ken Hale: A life in language**, Cambridge, MA: The MIT Press. 2001, p.1-52.

CHOMSKY, Noam. Beyond explanatory adequacy. In BELLETI, Adriana (Ed). **Structures and beyond – The cartography of syntactic structures**. New York, NY: Oxford University Press. V. 3. 2004, p.104-131.

CHOMSKY, Noam. **On phases**. Cambridge. 2005. MA: The MIT Press. Disponível em: <[http://www.fossil.in/Chomsky\\_Phases.pdf](http://www.fossil.in/Chomsky_Phases.pdf)>. Acesso em 16/09/2014.

CHOMSKY, Noam. On phases. In FREIDIN, Robert; OTERO, Carlos P.; ZUBI-ZARRETA, Maria Luisa (Eds.). **Foundational issues in linguistic theory: essays in honor of Jean-Roger Vergnaud**. Cambridge, MA: The MIT Press. 2008, p.133-166.

CHOMSKY, Noam; LASNIK, Howard. **Filters and Control**. Linguistic Inquiry 8. 1977, p. 425-504.

CHRISTOFOLETTI, Alfredo. **O sistema vocálico do português vernacular de São Tomé e Príncipe**. (Relatório final) Iniciação Científica, Processo FAPESP 2010/07263-9. 2010.

CHRISTOFOLETTI, Alfredo. **Algumas observações sobre o sistema vocálico do português vernacular são-tomense**. Apresentação de trabalho/ Comunicação. III - SIS - Vogais, Porto Alegre. 2011.

CHRISTOFOLETTI, Alfredo. **Ditongos no português de São Tomé e Príncipe**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2013.

CLEMENTS, J. Clancy. **The Linguistic Legacy of Spanish and Portuguese - Colonial Expansion and Language Change**. Oxford: Oxford University Press. 2009.

CLUL- **Corpus África**. Disponível em <<http://www.clul.ul.pt/en/resources/183reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc>>. Acesso em 08/05/2017.

CLYNE, Michael. **Dynamics of Language Contact**. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

COELHO, Francisco Adolfo. Os dialetos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América. In **Estudos Linguísticos Crioulos**. Reedição de artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Academia Internacional da Língua Portuguesa, Lisboa. 1967 [1880, 1882, 1886].

COLLISCHONN, Gisela. **Análise prosódica da sílaba em Português**. Tese (Linguística Aplicada) - Curso de pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1997.

COMPANHIA, Carlito. **Uso da Morfologia flexional de números em sintagmas nominais plurais na interlíngua de crianças da 3ª classe**. Tese de Licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane. 2001.

COSTA, João; DUARTE, Inês. **Minimizando a estrutura: uma análise unificada das construções de clivagem em português**. In: GONÇALVES, Anabela; CORREIA, Clara Nunes (Orgs.), *Actas do XVI Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 2001, p. 627-638.

COUTO, Hildo Honório. **A poesia crioula Bissau-Guineense**. PAPIA 18, p. 83-100. Disponível em: <http://www.revistas.fflch.usp.br/papia/article/view-File/2026/1847>. Acesso em 13/03/2018.

COUTO, Hildo Honório; EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP**. PAPIA 20. Edição especial. 2010. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1702/1513>. Acesso em 16/04/2017.

CRAIG, Dennis. **Pidgins / Creoles and education**. In: KOUWENBERG, Silvia; SINGLER, John Victor. (Eds.), **The Handbook of Pidgin and Creole Studies, West Sussex**: Wiley-Blackwell Publ. 2008, p.593-614.

CRUZ, Maria Luisa Segura da. **O falar de Odeleite**. Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Barbosa e Xavier. Série: Linguística. V.16. Lisboa. 1991.

CRUZ, Marisa. **Prosodic variation in European Portuguese: phrasing, intonation and rhythm in central-southern varieties**. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa. 2013.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 13ª ed. Lisboa. Ed. João Sá da Costa. 1997 [1984].

CURADORIA. **Registo de contratos efetuados nas roças**. Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe [cuota 3.16.4.7.]. 1895-1896.

DAVIDSON, Lisa; GOLDRICK, Matthew A. **Tense, agreement and defaults in child Catalan: an optimality theoretic account**. In: MONTRUL, Silvina; ORDÓÑEZ,

Francisco (Orgs.) **Linguistic Theory and Language Development in Hispanic Languages**. Commerville, MA: Cascadilla Press. 2003, p. 193-211.

DE BLOIS, Kornelis Frans. **The augment in the Bantu languages**. *Africana Linguistica*. Vol.IV. 1970, p.87-165.

DE BOT, Kees; WEITENS, Bert. **Foreign language attrition**. *Annual Review of Applied Linguistics*. V.15(1). 1995, p. 17-28.

DE VRIES, Mark. **The Syntax of Relativization**. Netherlands: LOT. 2002.

DECRETO-LEI nº 8/2009. **Alfabeto Cabo-verdiano**, *Boletim Oficial - I Série*, 11, 16 de Março. 2009, p. 74-76.

D'IMPERIO, Mariapaola et al. **Intonational Phrasing in Romance: The role of prosodic and syntactic structure**. In FROTA, Sónia, VIGÁRIO, Marina; FREITAS, Maria João (Eds). **Prosodies: Phonetics & Phonology Series**. Berlin: Mouton de Gruyter. 2005, p. 59-97.

DELAFOSSÉ, Erneste. **La langue mandingue et ses dialectes (Malinké, Bambara, Dioula)**: Dictionnaire mandingue-français. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner. 1955.

DELGADO, Ralph. **Ao sul do Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela**, vol. I. Lisboa: [s.n.]. 1944a.

DELGADO, Ralph. **Ao sul do Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela**, vol. II. Lisboa: Imprensa Belezza. 1944b.

DELROISSE (real.). **Angola - Reconstrução Nacional**. Boulogne: Ed. DEPPI. S/D.

DIAS, Gastão Sousa. **Uma viagem a Caçanje nos meados do século XVIII**. *Boletim da Sociedade de Geografia*, série 56 (1 e 2). 1938, p. 3-30.

DIAS, Pedro, S.I. **Arte da língua de Angola, oferecida a Virgem senhora do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias da Companhia de Jesus**. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Ma-gestade. 1697.

DUARTE, Inês. **Sobre Interrogativas-Q em Português Europeu e Português Brasileiro**. Comunicação apresentada no Congresso Internacional 500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil, Évora, Portugal, maio 8-13. 2000.

DUARTE, Maria Dulce A. **A problemática da utilização das línguas nacionais: língua, nação, identidade cultura**. *Raízes*. V.5(6), Ano 2. 1977, p 35-80.

DUARTE, Dulce Almada. **Bilinguismo ou Diglossia?** 2ª ed., São Vicente: Spleen. 2003.

ELIA, Silvio. **Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. 2003.

ELLIS, Rod. **Second Language Acquisition**. Oxford: Oxford University Press. 1997.

ELORDIETA, Gorka et al. **Effects of constituent length and syntactic branching on intonational phrasing in Ibero-Romance**. In: Proceedings of the XV International Congress of Phonetic Sciences. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona. 2003, p. 487-490.

ELORDIETA, Gorka; FROTA; Sónia; VIGÁRIO, Marina. **Subjects, objects and intonational phrasing in Spanish and Portuguese**. *Studia Linguistica*. V.59 (2-3). 2005, p.110-143.

EMILIANO, António. **Fonética do Português Europeu: Descrição e Transcrição**. Lisboa: Guimaraes Editores. 2009.

EXPRESSO DAS ILHAS. **Jornal Expresso das Ilhas**. Cidade da Praia, de 26 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/nevesdiscursa-em-crioulo-de-cabo-verde-na-assembleia-geral-da-onu>>. Acesso em 21/04/2014.

FALÉ, Isabel. **Fragmento da prosódia do português europeu: as estruturas coordenadas**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. 1995.

FASOLD, Ralph. **Sociolinguistics of Language**. Vol. II. Oxford: Blackwell Publishers. 1992.



FELNER, Alfredo de Albuquerque. **Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela, extraídos de documentos históricos.** Coimbra: Imprensa da Universidade. 1933.

FERGUSON, Charles Albert. **Diglossia.** *Word.* V.15. 1959, p.325-334.

FERGUSON, Charles Albert. **Diglossia.** In: HYMES, Dell. (Ed.). **Language in Culture and Society.** New York: Harper and Row. 1964 [1959], p. 429-439.

FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. **Tonal association in neutral and subjectnarrow-focus sentences of Brazilian Portuguese: a comparison with European Portuguese.** *Journal of Portuguese Linguistics* (5-6). 2007a, p. 91-115.

FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. **Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. 2007b.

FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. **Acento secundário, atribuição tonal e ênfase em português brasileiro (PB).** *Estudos Linguísticos* (38). 2009. p. 47-58.

FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. **Fatores determinantes na atribuição de acentos tonais em sentenças neutras do português.** In *Anais do II Congresso Internacional de Linguística Histórica – Castilho.* São Paulo: Universidade de São Paulo. 2012.

FERRAZ, Luiz Ivens. **The Creole of Sao Tomé.** Johannesburg: Witwatersrand U.P. 1979.

FERREIRA, Manuel. **A Aventura Crioula.** 2ª ed. Lisboa: Plátano Editora. 1973.

FERRONHA, António Luís Alves. **Textos e principais documentos sobre a colonização e conhecimento de Angola no século XVI.** In ALBUQUERQUE, Luís de. (dir.). **Portugal no mundo – as zonas de influência do Ocidente; origem e desenvolvimento da colonização.** Lisboa: Publ. Alfa V. 2. 1989a, p.258-276.

FERRONHA, António Luís Alves. **Expedições em Angola (1579-1583).** In: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.). **Portugal no mundo – a decadência do**

**império português; a recuperação possível; o imperialismo português no Brasil nos séculos XVIII-XIX.** Lisboa: Publ. Alfa. V. 5. 1989b, p. 91-99.

FIGUEIREDO, Carlos Felipe Guimarães. **A concordância variável no sintagma nominal plural do português reestruturado de Almojarife (São Tomé).** Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA 18. 2008, p. 23-43. Acesso em 08/03/2017.

FIGUEIREDO, Carlos Felipe Guimarães. **A configuração do SN do português reestruturado da comunidade de Almojarife – São Tomé** [online]. RCBLPE – Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola, 1(1). 2009, p.28-55.

FIGUEIREDO, Carlos Felipe Guimarães. **Paralelismos morfossintáticos em variedades do grupo Niger-congo atlântico, crioulos atlânticos de base portuguesa e variedades africanas e brasileiras de português:** transferência ou trajecto universal de aquisição. Trabalho apresentado no 10ème Colloque International de l' Association de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola (ACBPLe). Llacan, Campus CNRS de Villejuif, Paris, France. 1-3 de julho. Manuscrito. 2010a.

FIGUEIREDO, Carlos Felipe Guimarães. **A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almojarife, São Tomé:** desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão aquisição geracional. Vols. 1 e 2. Tese de Doutorado. Macau: Universidade de Macau, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Português. 2010b.

FIGUEIREDO, Carlos Felipe Guimarães. **Variável extralinguística escolaridade:** influência na marcação plural do sintagma nominal do português reestruturado de almojarife, São Tomé. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA 22(1). 2012. Acesso em 08/02/2017.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães. Retratos do Libolo. In FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte (Orgs). **“Projeto Libolo” – Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguísticos-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários**, vol. 2. Lisboa: Chiado Ed. 2016.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; JORGE, Lurdes Teresa Lopes; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. **A emergência dos clíticos de terceira pessoa no português europeu, no português falado na África e no português brasileiro**. Trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional da ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística. 30 janeiro/02 fevereiro. Natal, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2013.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; JORGE, Lurdes T. Lopes; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. Clítico argumental ‘lhe’ no português do Libolo: estrutura formal e Caso (abstrato). In FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte (Orgs). **“Projeto Libolo”- Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguístico-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários**, vol. 1. Lisboa: Chiado Ed. 2016, p. 253-264.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. **Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização**. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA, 23(2). 2013, p. 105-185. Acesso em 15/02/2016.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; SANTOS, Eduardo Ferreira dos. **Construções [FOC+QUE] no português do Município do Libolo, Angola**. Filologia e Linguística Portuguesa. V.16(1). 2014, p. 209-231.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. (Orgs). **“Projeto Libolo” – Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguísticos-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários**, 2 vols. Lisboa: Chiado Ed. 2016a.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. Linguística, história, antropologia e ensino no Kwanza-Sul, Angola. In FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. (Orgs). **“Projeto Libolo” – Município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguísticos-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários**, vol. 1. Lisboa: Chiado Ed. 2016b.

FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Tadonni. (Orgs). **África no Brasil: A formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto. 2008.

FONSECA, Susana Paula Bernardino. **Aquisição e aprendizagem da referência nominal no contexto do português língua não materna na Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta. 2012.

FRANCESCHINA, Florencia. **Case and phi-feature agreement in advanced L2 Spanish grammars**. *EUROSLA Yearbook 2*. Amsterdam: John Benjamins. 2002, p.71-86.

FRANCESCHINA, Florencia. **Parameterized Functional Features and SLA**. In LICERAS, Juana. M. et al. (Eds.) *Proceedings of the 6th Generative Approaches to Second Language Acquisition Conference (GASLA)*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project. 2003, p. 97-105.

FREIRE, Gilson Costa. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. 2000.

FROTA, Sónia. On the prosody of focus in European Portuguese. In **Proceedings of the Workshop on Phonology**. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 1993, p. 45-66.

FROTA, Sónia. On the prosody and intonation of focus in European Portuguese. In: MARTINEZ-GIL, Fernando; MORALES-FRONT, Alfonso (Eds.). **Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian Languages**. Washington, D.C.: Georgetown University Press. 1997, p.359-392.

FROTA, Sónia. **Prosody and focus in European Portuguese**: phonological phrasing and intonation. New York: Garland Publishing. 2000

FROTA, Sónia. **Nuclear falls and rises in European Portuguese**: a phonological analysis of declarative and question intonation. *Probus* 14 (1). 2001a, p. 113-146.

FROTA, Sónia. Tonal association and target alignment in European Portuguese nuclear falls. In GUSSENHOVEN, Carlos & NATASHA Warner. (eds.). **Laboratory Phonology**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. 2002b.

FROTA, Sónia. **The phonological status of initial peaks in European Portuguese**. *Catalan Journal of Linguistics* 2. 2003, p. 133-152.

FROTA, Sónia. The intonational phonology of European Portuguese. In: JUN, Sun-Ah. (Ed). **Prosodic Typology II**, 6-42. Oxford: Oxford University Press. 2014.

FROTA, Sónia et al. Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. In: FROTA, Sónia; PRIETO, Pilar (Eds). **Intonational in Romance**. Oxford: Oxford University Press. 2015, p. 235-283.

FROTA, Sónia; VIGÁRIO, Marina. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. In CASTRO, Rui V.; BARBOSA, P. (Org). **Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística. V. 1. 2000, p.533-555.

FROTA, Sónia; VIGÁRIO, Marina. Intonational Phrasing in two varieties of European Portuguese. In: RIAD, Tomas; GUSSENHOVEN, Carlos (Eds). **Tones and Tunes**. V. Berlin: Mouton de Gruyter. 2007, p. 265-291

GALVES, Charlotte; LOBO, Tânia. **A ordem dos clíticos no português escrito por africanos e afro-brasileiros do século XIX**. Comunicação apresentada no Gallaecia, IIIº Congresso Internacional de Linguística Histórica, Universidade de Santiago de Compostela. 2015, p. 27-30.

GARFIELD, Robert. **A history of São Tomé island**. The key to Guinea. San Francisco: Mellen Research University Press. 1992, p. 1470 - 1655.

GARTNER, Eberhard. Coincidências dos fenômenos morfo-sinacticos do standard do português do Brasil, de Angola e de Moçambique. In DEGENHARELT, T. STOLTZ; ULSERTS, H. (Eds). **Afrolusitanistik – line vergeessene disziplin in deutschland?** Dokunoritaton des 2 Bremer Afro-Romania Kolloquiums. Von 27-29 juni. Bremen: Universitat Bremen. 1996, p. 146-180.

GAUTA GANGA, José [Soba Grande da Mbanzado Mucongo]. **Historial do reino Lubolô**. Banza do Mucongo. Manuscrito. S/D.

GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde: literatura em chão de cultura**. Cotia, São Paulo: Ateliê editorial, 2008.

GONÇALVES, Perpétua; CHIMBUTANE, Feliciano. **O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes**

locativos e direcionais. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA. V.14. 2004, p. 7-30. Acesso em 02/03/2017.

GONÇALVES, Perpétua. **Falsos sucessos no processamento do input na aquisição de L2: papel da ambiguidade na gênese do português de Moçambique**. Revista da ABRALIN. V. 4(1 e 2). 2005, p. 47-73.

GONÇALVES, Perpétua. **A Gênese do português de Moçambique**. Lisboa: INCM. 2010.

GONÇALVES, R. Margarida Gamito. **Propriedades de subcategorização verbal no português de São Tomé**. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa. 2010a.

GONÇALVES, R. Margarida Gamito. A preposição a no português de S. Tomé. In: BRITO, Ana Maria; SILVA, Fátima; VELOSO, João; FIÉIS, Alexandra. (Org). **Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística 2009**. Lisboa: Edições Colibri. 2010b. p.475-486.

GREEN, Melanie. **Focus in Hausa**. Publications of the Philological Society, 40. Oxford: Blackwell. 2007.

GRØNNUM, Nina; VIANA, Maria do Céu. Aspects of European Portuguese Intonation. In **Proceedings of the XIV International Congress of Phonetic Sciences**. San Francisco: University of California. 1999.

GÜLDEMANN, Tom. The Macro-Sudan belt: towards identifying a linguistic area in northern sub-Saharan África. In HEINE, Bernd; NURSE, Derek. (Eds). **A Linguistic Geography of África**. Cambridge: CUP. 2008, p. 151-185.

GUTHRIE, Malcom. **The classification of the African languages**. London: Oxford Univ. Press. 1948.

GUY, Gregory Riordan. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history**. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Philadelphia. 1981.

HAGEMEIJER, Tjerk. **As línguas de S. Tomé e Príncipe**. In Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola. 1(1). 2009.

HAGEMEIJER, Tjerk. **S. Tomé e Príncipe: labirinto e laboratório de línguas**. Universidade de Lisboa, Ms. 2012.

HAGEMEIJER, Tjerk; ALEXANDRE, Nélia. **Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: uma comparação sintáctica**. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA. V.22(2). 2012, p. 233-252. Acesso em 02/05/2017.

HAGEMEIJER, Tjerk; ALEXANDRE, Nélia. Language contact and change in Portuguese-speaking African countries. In ALEXANDRE, Nélia; HAGEMEIJER, Tjerk. (Orgs). **Linguistic dynamics in Africa: varieties of Portuguese and Portuguese-related creoles**, panel in the 5th European Conference on African Studies – African dynamics in a multipolar world, 27-29 de junho, Lisboa: ISCTE-IUL. 2013.

HARMERS, Josiane; BLANC, Michel. **Bilinguality and Bilingualism**. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

HASPELMATH, Martin. **Comparative concepts and descriptive categories in cross linguistic studies**. *Language*. Vol. 86 (3). 2010, p.663-687.

HAWKINS, Roger; CHAN, Cecilia Y. **The partial availability of Universal Grammar in Second Language Acquisition: The Failed Functional features Hypothesis**. *Second Language Research* 13. 1997, p.187-226.

HAYES, Bruce; LAHIRI, Aditi. **Bengali intonational phonology**. *Natural Language & Linguistic Theory*. V.9(1). 1991, p. 47-96.

HEINE, Bernd. **Possession**. *Cognitive Sources, Forces, and Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

HEINTZE, Beatrix. **Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo (1611-1630)**. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. V. 1. 1984, p. 11-59.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro. 2008.

HIGGINS, Francis Roger. **The pseudo-cleft constructions in english**. Tese de doutoramento. MIT. 1973.

HOLM, John. The ‘copula’ that highlighted the world. In DILLARD, Joey Lee. (Org). **Perspectives on American English**. New York: Mouton de Gruyter. 1980, p. 367-375.

HOLM, John. **Pidgins and Creoles – Volume II Reference Survey**. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

HOLM, John. **Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars**. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

HOLM, John. Partial restructuring: Dutch on the Cape and Portuguese in Brazil. In WOUTEN, Ton Van Der (Ed.). **Roots of Afrikaans – Selected writings of Hans den Besten**. U.S.A.: John Benjamins Publishing. 2012, p. 399-417.

HYMAN, Larry M.; KATAMBA, Francis. The augment in Luganda: syntax or pragmatics? In: MCHOMBO, Sam A. Mchombo. (Ed). **Theoretical Aspects of Bantu Grammar**. Stanford: CSLI Publications. 1993.

INECV. **Um olhar sobre o Analfabetismo em Cabo Verde**. 2001.

INJAI, Basílio Félix. **Corpus da pesquisa de Iniciação Científica: “Aspectos morfosintáticos da subvariedade português crioulo guineense”**. Universidade de São Paulo. Manuscrito.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA [2012] – INE. **São Tomé e Príncipe em Números**. Disponível em: <<http://www.ine.st/2012.html>>. Acesso em 01/05/2014.

INTUMBO, Incanha. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra. 2007.

INVERNO, Liliana Cristina Coragem. **Angola’s Transition to Vernacular Portuguese**. Dissertação de mestrado inédita, Universidade de Coimbra. 2005.

INVERNO, Liliana Cristina Coragem. **Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola: evidence from Dundo (Lunda Norte)**. Tese de doutorado inédita, Universidade de Coimbra. 2009.



JACOBS, Bart. **The Upper Guinea origins of Papiamentu**. Linguistic and historical evidence. *Diachronica*. V.26(3). 2009, p. 319-379.

JACOBS, Bart. **Linguistic evidence and historiography**: the selection of slaves on Curaçao. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*. V.3(119). 2012, p. 1650-1700.

JAKE, Janice L.; MYERS-SCOTTON, Carol; GROSS, Steven. **Making a minimalist approach to codeswitching work**: adding the Matrix Language. *Bilingualism: Language and Cognition*. V.5(1). 2002, p.69-91.

JAKE, Janice L.; MYERS-SCOTTON, Carol; GROSS, Steven. **A response do McSwan**: keeping the Matrix Language. *Bilingualism: Language and Cognition*. V. 8(3). 2005, p. 271-276.

JON-AND, Anna. **Concordância de número no SN do português L2 falado em Cabo Verde**. Congresso da Associação de Crioulos de Base Portuguesa e Espanhola (ACBLPE), Colônia, Alemanha, 11-15 de Agosto de 2009.

JON-AND, Anna. **Variação, contato e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde**: a concordância variável de número em sintagmas nominais do português. Tese de Doutorado. Stockholm University: Faculty of Humanities, Department of Spanish, Portuguese and Latin American Studies. 2011.

JORGE, Jorge António Fernando. **Usos e costumes da cultura tradicional calulense**. Trabalho apresentado ao Centro Pré-Universitário do Libolo. Manuscrito.

JORGE, Lurdes T. Lopes; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. **‘Por que que é assim?’** – considerações sobre o fronteamto de QU em línguas crioulas do Atlântico e no português do Brasil. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. *PAPIA* 22(2). 2012, p. 253-277. Acesso em 03/03/2017.

JORGE, Lurdes T. Lopes; OLIVEIRA, Marcia Santos Duarte; LOPES, Francisco João. **Estruturas relativas do português de cabo verde**: revisitando complementizadores e relativos. Simpósio 12 – Variedades de Português Faladas na África – os Substratos: Línguas ‘Niger Congo’ e ‘Crioulas’. IV SIMELP - IV Simpósio Mundial

de Estudos de Língua Portuguesa. 02 a 05 de Julho de 2013, Faculdade de Letras – Universidade Federal de Goiás, Goiânia – Brasil. Manuscrito.

JUBRAN, Clélia Candida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça (Orgs). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Vol. 1. Campinas: Editora da Unicamp. 2006.

KALULO.COM: **o site da sua, nossa terra**. 2008. Disponível em: <<http://kalulo.com/>>. Acesso em 23/01/2012.

KAYNE, Richard S. **The Antisymmetry of Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press. 1994.

KATAMBA, Francis. Bantu nominal morphology. In: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. **The Bantu Languages**. New York: Routledge. 2003.

KATO, Mary et al. As construções-Q no Português Brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça (Org.). **Gramática do Português Falado**. Campinas: Ed. Unicamp. 1996, p. 303-368.

KATO, Mary; RIBEIRO, Ilza. Cleft sentences from Old Portuguese to Modern Portuguese. In DUFTER, Andreas; JACOB, Daniel (Eds.). **Focus and background in Romance languages**. Philadelphia: John Benjamins. 2009, p. 123-154.

KENEDY, Eduardo. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto. 2013.

KIHM, Allan. **Kriyol Syntax: the Portuguese-based creole language of Guinea-Bissau**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 1994.

KLEIN, Wolfgang; PERDUE, Clive. **The basic variety (or Couldn't natural languages be much simpler?)**. Second Language Research 13. 1997, p. 301-347.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. 11th printing. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1991[1972].

LADD, D. Robert. **Intonational Phonology**. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

LADD, D. Robert. **Intonational Phonology, 2nd edition**. Cambridge: Cambridge University Press. 2008.

LANG, Jurgen; HOLM, John; ROUGE, Jean-Louis; SOARES, Maria João. **Cabo Verde: origens de sua sociedade e de seu crioulo**. Actas do Colóquio Internacional. Erlangen-Nürnberg, 23-25 de Setembro de 2004. 2006.

LEFEBVRE, Claire. **Creole Genesis and the Acquisition of Grammar: The Case of Haitian Creole**. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.

LEIRIA, Isabel. **Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino**. 1º Congresso do Português Língua Não-Materna, Lisboa: Fórum Telecom - Picoas. 2000.

LEITE DE VASCONCELOS, J. **Mapa dialectológico do continente português**. Sep. publicada em F. Deusado. Chorografia de Portugal. Lisboa. 1897/1901.

LENZI, M. C.; BRENNER, T. M. **Análise das vogais postônicas finais [e] e [o] nos falantes do município de Doutor Pedrinho**. Work. pap. linguíst., 9 (1), Florianópolis. 2008, p. 55-62.

LEVELT, Willem J. M. **Speaking: from intention to articulation**. Cambridge, MA: MIT Press. 1989.

LEWIS, M. Paul; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (Eds.). **Ethnologue: Languages of the world**, 18th ed. Dallas, Texas: SIL International, 2015. Disponível em: <<http://www.ethnologue.com>>. Acesso em 07/06/2015.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 42ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 2002 [1957].

LIMA, José J. Lopes. **Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas**. Lisboa. Imprensa Nacional. 1844.

LOPES, Amália Vera-Cruz de Melo. **As línguas de cabo verde: uma radiografia sociolinguística**. Tese de Doutorado. Departamento de Linguística Geral e Românica - Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa. Lisboa. 2011.

LOPES, Francisco João. **O Bilinguismo e a Problemática da Diglossia no Processo de Letramento: o Caso de Cabo Verde e suas Diásporas**. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA. V.1(21). 2011, p. 123-136. Acesso em 09/06/2014.

LOPES, Francisco João. **Análise morfossintática dos pronomes-Q no português falado em Cabo Verde**. Projeto de Doutorado FAPESP (Projeto Temático 2012/06078-9). 2012a.

LOPES, Francisco João. **Para uma análise Sintática das Construções Relativas no Crioulo da Ilha de São Nicolau – Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo. 2012b.

LOPES, Francisco João. **O uso do morfema-Wh relativizador ‘onde’: um cotejo entre o PVB e o PCV**. Apresentação oral. VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares (ABECS). Feira de Santana, Bahia: Universidade Estadual de Feira de Santana, 5 a 7 de novembro de 2014. Manuscrito.

LOPES, Francisco João. **Análise morfossintática das construções WH no português falado em Cabo Verde**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-18072017-182235/>>. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2017. Acesso em 08/11/2017.

LOPES, Francisco João; OLIVEIRA, Marcia Santos Duarte. Estudos sobre o português falado em Cabo Verde: o ‘estado da arte’. In OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes. (Orgs). **O português na África atlântica**. São Paulo: HUMANITAS/FAPESP. 2018, p. 101-138.

LOPES, Norma da Silva. **Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade**. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. 2001.

LOPES, Norma da Silva. **Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano**. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA. V. 19. 2009a, p. 201-220. Acesso em 05/06/2016.

LOPES, Norma da Silva. **Um estudo de gênero nos Tongas e em Helvécia: uma comparação**. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA 19. 2009b, p. 141-151. Acesso em 07/05/2014.

LOPES, Norma.; BAXTER, Alan N. **A concordância verbal variável no Português dos Tongas**. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA 21(1). 2011, p.39-50. Acesso em 02/07/2016.

LOPES, Raquel. **A realização variável dos ditongos /ow/ e /ej/ no português falado em Altamira/PA**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2002.

LOPES, Ruth; PAGOTTO, Emílio. **DPs em variedades populares do PB**. Comunicação apresentada no workshop Contact, Variation and Change: Corpora Development and Analysis of Ibero-Romance Language Varieties, realizado nos dias 7-8 de abril na Universidade de Estocolmo. 2014.

LORENZINO, Gerardo. **The Angolar Creole Portuguese of São Tomé: Its Grammar and Socio-linguistic History**. Munich: Lincom Europa. 1998.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em dialetos despigginizantes e descrioulizantes do português do Brasil**. In ZIMMERMAN, Klaus. (Ed). *Actas del Congreso Internacional sobre Lenguas Criollas de Base Española y Portuguesa*. Berlin: Instituto Ibero-Americano. 1998, p. 477-502.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em dialetos despigginizantes e descrioulizantes do português do Brasil**. In ZIMMERMANN, Klaus. (Org). *Lenguas criollas e base lexical espanola y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert. 1999, p. 477-502.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado em Linguística. 2000.

LUCCHESI, Dante. **O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil**. In RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs). **Português brasileiro, contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora. 2003, p. 272-282.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Allan; RIBEIRO Ilza (Orgs.). **O Português Afro Brasileiro**, Salvador: EDUFBA. 2009.

- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In LUCCHESI, Dante, BAXTER, Alan., RIBEIRO, Ilza. (Eds.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA. 2009, p. 101-124.
- LUCCHESI, Dante; MELLO, Camila. A alternância dativa. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA. 2009, p. 427-45.
- LÜPKE, Friederike. **Multilingualism and language contact in West Africa: towards a holistic perspective**. Journal of Language Contact, Thema Series, 3. 2010, p.1-11.
- MAIA, António da Silva. **Dicionário complementar português-kimbundu-kikongo (Línguas nativas do centro e norte de Angola)**, 1ª ed. Cucujães: Tipografia das Missões - Edição e propriedade do autor. 1964a.
- MAIA, António da Silva. **Lições de gramática de quimbundu**. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões. 1964b.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 5 ed. São Paulo: Cortez. 2004.
- MARQUES, Irene Maia Guerra. **Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola**. In Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Actas do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no mundo. Lisboa: Instituto de Cultura e língua portuguesa. 1985, p.205-224.
- MARTINS, Custódio Cavaco. **A aquisição da morfologia de tempo e aspecto por estudantes chineses aprendentes do Português**. Tese de doutoramento. Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, Universidade de Macau. 2008.
- MARTINUS, Frank. **The kiss of a slave: Papiamentu's West-African connections**. Dissertação de Doutoramento, Amsterdam: Universidade de Amsterdam. 1996.
- MATEUS, Maria Helena; D'ANDRADE Ernesto. **The Phonology of Portuguese**. New York: Oxford University Press. 2000.

MATHER, Patrick-André. **Second language acquisition and creolization: Same (i-) processes, different (e-) results.** *Journal of Pidgin and Creole Languages* 21(2). 2006, p.231-274.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Sete estudos sobre o português kamayurá.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1988.

MAURER, Philippe. **L'Angolar.** Londres: Battlebridge Publications. 1995.

MAURER, Philippe. **Principense (Lung'ie).** Grammar, texts, and vocabulary of the afro-Portuguese creole of the island of Principe, Gulf of Guinea. Battlebridge. 2009.

MCCARTHY, Corrine. Default morphology in second language Spanish: Missing inflection or underspecified inflection? In NISHIDA, Chiyo; MONTREUIL, Jean-Pierre Y. (Eds). **New Perspectives in Romance Linguistics Vol 1: Morphology, Syntax, Semantics, and Pragmatics.** Amsterdam: John Benjamins. 2006, p. 201-212.

MELLO, Maria Aparecida C. R. **A questão da produtividade morfológica no guineense.** Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. 2007.

MENEGHINI, Francisco Militão. **O fenômeno da monotongação em Ibiãça.** Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS. 1983.

MICHAELIS, Susanne et al. **Atlas of Pidgins and Creole Language Structures Online.** 2013. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Disponível em <<http://apicsonline.info>>. Acesso em 20/02/2014.

MIGUEL, Maria Helena S. **A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica.** LUCERE. V.5(4). 2008, p. 35-48.

MINGAS, Amélia Arlete. **Interferência do kimbundu no português falado em Luanda.** Luanda: Ed. Chá de Caxinde. 2000.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Documento de estratégia de crescimento e redução da pobreza – II.** Cidade da Praia: Direcção Geral do Planeamento – Governo da República de Cabo Verde. 2008.

MIOTO, Carlos; KATO, Mary. **As interrogativas Q do português europeu e do português brasileiro atuais.** *Revista da ABRALIN.* V. 4(1 e 2). 2005, p. 171-196.

MODESTO, Marcelo. **As construções clivadas no português do Brasil**: relações entre interpretação focal, movimento sintático e prosódia. São Paulo: Humanitas. 2001.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1998.

MONTECÚCCOLO, João António Cavazzi de. **Descrição histórica dos 3 reinos do Congo, Matamba e Angola**, 2 vols. Trad., notas e índices pelo Pde. Graciano Maria de Leguzzano; introdução bibliográfica por F. Leite de Faria. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar/Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga: Memórias. Secção de Lisboa (2, 3). 1965.

MONTEIRO, Adelaide. **O contexto sociolinguístico e situacional da aprendizagem de língua portuguesa em Cabo Verde na 1ª fase do Ensino Básico**. Textos do Seminário Metodologias e Materiais para o Ensino do Português como Língua Não Materna, Lisboa: ILTEC, APP. 2009, p. 99-102.

MONTRUL, Silvina A. Incomplete Acquisition in Bilingualism as an Instance of Language Change. In LEFEBVRE, Claire, WHITE, Lydia; JOURDAIN, Christine (Eds). **L2 Acquisition and Creole Genesis**. Amsterdam: John Benjamins. 2006, p. 379-400.

MUFWENE, Salikoko. **Colonisation, Globalisation, and the Future of Languages in the Twenty-first Century**. IJMS: International Journal on Multicultural Societies, UNESCO. V.4(2). 2002, p.162-193.

MWUENE, Salikoko. **The Ecology of Language Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

MYERS-SCOTTON, Carol. **Language Contact**: bilingual encounters and grammatical outcomes. Oxford: Oxford University Press. 2002.

MYERS-SCOTTON, Carol; JAKE, Janice L. **Four types of morpheme**: evidence from aphasia, code-switching, and second-language acquisition. *Linguistics: an interdisciplinary journal of the language sciences*, 38. 2000, p. 1053-1100.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Marta M. Pereira. Variable concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In MCWHORTER, John. (Ed).



**Language change and language contact in pidgins and creoles.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1999, p. 235-255.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial. 2007a.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal. In NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Orgs.). **Origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Ed. 2007b, p. 49-69.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Fluxos e contrafluxos: movimentos sociolinguísticos da comunidade de fala brasileira. In: MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães (Org.). **Usos da linguagem e sua relação com a mente humana.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2010.

NASCENTES, Antenor. **Estudos filológicos.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 2003 [1960].

NASCIMENTO, Augusto; GOMES DIAS, Alfredo. **A importação de libertos em São Tomé no terceiro quartel de oitocentos.** Separata da Revista de História Econômica e Social. 1989.

NASCIMENTO, Fernanda B. et al. **Aspectos de unidade e diversidade do Português: as variedades africanas face à variedade europeia.** In GONÇALVES, Paulo. (Coord.), *Veredas*, 9, Maio. 2008, p. 35-59.

NDONGA, Mfuwa. **Systematique grammatical du kisikongo (Angola).** Thèse pour le Doctorat en Sciences du Langage. Université René Descartes Paris V-Sorbonne, Paris. 1995.

NEGRÃO, Esmeralda; VIOTTI, Evani. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil: A formação da língua portuguesa.** São Paulo: Contexto. 2008, p. 179-203.

NESPOR, Marina; VOGEL, Irene. **Prosodic Phonology.** Dordrecht: Foris Publications. 1986.

NESPOR, Marina; VOGEL, Irene. **Prosodic Phonology**: with a new foreword. Berlin: Mouton de Gruyter. 2007.

NEVES, Abel Augusto Mendes da Costa. **A mão de obra para S. Tomé e Príncipe**. Boletim da Agência Geral das Colónias 43. 1929, p. 26-96.

NGUNGA, Armindo. **Introdução à Lingüística Bantu**. Maputo/Moçambique: Imprensa Universitária/Faculdade de Letras e Ciências Sociais. 2004.

NUNES, Raquel Santana. **A fonologia fornecendo pistas sobre a sintaxe**: o caso dos objetos nulos. Cadernos de Estudos Lingüísticos, 34. 1998, p. 169-179.

NURSE, Derek. **Tense and Aspect in Bantu**. New York: Oxford University Press. 2008.

NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. **The Bantu Languages**. New York: Routledge. 2003.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de. **O preenchimento, a suspensão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do Brasil**: um estudo quantitativo. In Fernando Tarallo. (Org). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes/Ed. da Unicamp. 1989, p. 51-63.

OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX**: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico. Tese de Doutorado inédita. Universidade Federal da Bahia, 2006.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. Focus in Brazilian Portuguese. In PETTER, Margarida; VANHOVE, Martine. (Orgs.). **Portugais et langues africaines. Études afrobrésiliennes**. Paris: Karthala. V. 1. 2011. p. 75-121.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte. **DPs/WHs followed by ‘highlighter’ in Atlantic restructured languages**: a non cleft construction. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA 24(2), 2014, p. 429-449. Acesso em 07/06/2016.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; BAILO, João Paulo; INJAI, Basílio Félix. **A inserção do “contínuo português guineense” às variedades africanas de português**. Todas as Letras-Revista de Língua e Literatura 15(1). 2013, p. 130-137.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; CAMPOS, Ednalvo Apóstolo; FERNANDES, Jonas Tadeu Viccari. Repensando a escola em Jurussaca a partir da “norma dos pronomes pessoais da comunidade”. In CUNHA, Ana Stela de Almeida. (Org.) **Entendendo quilombos, desconstruindo mitos – a educação formal e a realidade quilombola no Brasil**. V.1. Guimarães, MA: SETAGRAF. 2011, p. 129-144.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte et al. O conceito de português afro-indígena e a comunidade de Jurussaca. In AVELAR, Juanito Ornelas de & LÓPEZ, Laura Álvarez (Eds.), **Dinâmicas afro-latinas: língua(s) e história(s)**. Frankfurt am Main: Peter Lang. 2015, p. 149-178.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; HOLM, John. **Estruturas-QU fronteadas e o ‘foco gramaticalmente controlado’** – a participação de línguas africanas em línguas parcialmente e completamente reestruturadas. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA 21(1). 2011, p. 23-38. Acesso em 06/03/2016.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; JORGE, Lurdes T. Lopes; LOPES, Francisco João. **Um elemento QU nunca perde a categoria**. V Encontro Internacional do GELIC – Universidade de Cabo Verde, cidade da Praia, Cabo Verde, de 5 a 6 de junho de 2014.

PAIVA, Maria da Conceição A. A supressão das semi vogais nos ditongos decrescentes. In SHERRE, Maria Marta Pereira. (Org.) **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ. 1996, p. 218-236.

PALAIIO, Eduardo. **A peregrinação de Artur Vilar**. Lisboa: Miosótis. 2003.

PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. **Gramática dos pronomes-completo**. S/D. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ01\\_53-60.html](http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ01_53-60.html)>. Acesso em 20/04/2012.

PARREIRA, Adriano. Primórdios da presença militar portuguesa em Angola: O tráfico de escravos. In ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.), **Portugal no mundo – as zonas de influência do Ocidente; origem e desenvolvimento da colonização**. Lisboa: Publ. Alfa. 1989, p. 1483-1643.

- PEDRO, José Domingos. **Étude grammaticale du kimbundu (Angola)**. Thèse de Nouveau Régime pour l'obtention du Doctorat en Linguistique. Paris, Universidade René Descartes. 1993.
- PETXEIRA, Luís M. **Da mestiçagem à Caboverdianidade: registros de uma sociocultura**, Lisboa: Colibri. 2003.
- PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)**. V.1 e 2. Lisboa: Ed. Estampa. 1997.
- PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Ed. 2010.
- PETTER, Margarida T. **Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas**. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA, 17. 2007, p. 9-19. Acesso em 15/04/2017.
- PETTER, Margarida T. **Variedades lingüísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano**. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.
- PETTER, Margarida T. O *Continuum Afro-Brasileiro do Português*. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. (Orgs). **África-Brasil: Caminhos da Língua Portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp. 2009a, p.158-173.
- PETTER, Margarida. **Aspectos morfosintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano**. Disponível em <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>. PAPIA, 19. 2009b, p. 201-220. Acesso em 03/06/2016.
- PETTER, Margarida. Introdução. In PETTER, Margarida (Org.). **Introdução à Lingüística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015a.
- PETTER, Margarida. **Ampliando a investigação do continuum afro-brasileiro de português**. In ALEXANDRE, Nélia; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte (Eds). *Papers selecionados do Congresso Internacional do GELIC em Cabo Verde*. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2186/pdf>>. PAPIA 25(2). 2015b, p. 305-317. Acesso em 03/05/2016.

PIERREHUMBERT, Janet. **The phonology and phonetics of English intonation**. Tese de Doutorado, Massachusetts Institute of Technology. 1980.

PIERREHUMBERT, Janet; BECKMAN, Mary. **Japanese Tone Structure**. Cambridge, Mass.: The MIT Press. 1988.

PONTES, Eunice. **Da importância do tópic em português**. Anais do 5o Encontro de Linguística, PUC-RJ, reimpresso em O tópic no português do Brasil. Campinas: Pontes. 1987 [1981].

PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G). 2014. Disponível em < <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>>. Acesso em 19/07/2014.

QUINT, Nicolas. **L'Élément Africain dans la langue capeverdienne**: Africanismos na língua caboverdiana, Paris: L'Harmattan. 2008.

QUINT-ABRIAL, Nicolas. **Dicionário Caboverdiano-Português**: Variante de Santiago, Lisboa: Verbalis Computação e Linguagem. 1998.

RAIMUNDO, Jaques. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença Editora. 1933.

RAMOS, Ivone Maria. **A vida em Cabo Verde decorre em Crioulo**: Uma pesquisa sobre o crioulo cabo-verdiano e suas funções. Trabalho de conclusão de licenciatura. Departamento de Estudos Portugueses, Universidade de Utreque. 2008.

REDINHA, José. **Etnias e culturas de Angola**. Ed. fac-similada. AULP. 2009.

RESOLUÇÃO nº 48/2005. **Estratégia de afirmação e valorização da língua caboverdiana**. Boletim Oficial da República de Cabo Verde - I Série, 46, 14 de Novembro, p. 1242-1243.

RIBEIRO, Ilza; CÔRTEZ JUNIOR, Moacir da Silva. As construções pseudoclivadas e clivadas. In LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA. 2009, p. 209-230.

ROBERT, René. **O povo do Libolo. Centro de Documentação da Província Portuguesa da Congregação Espírito Santo.** Caixa 191, capa 1. Manuscrito. Transcrição e tradução do manuscrito pelo Padre António dos Santos Moreira. 1970 [1912].

ROBERT, René. **A Missão Católica do Libolo: do modo mais conveniente pelo qual os missionários devem propagar a religião cristã na terra dos negros.** Centro de Documentação da Província Portuguesa da Congregação Espírito Santo. Caixa 191, capa 1. Manuscrito. Transcrição e tradução do manuscrito pelo Padre António dos Santos Moreira. 1970 [1920].

ROUGÉ, Jean-Louis. A inexistência de crioulo no Brasil. In FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida (Eds). **África no Brasil: A formação da língua portuguesa.** São Paulo: Editora Contexto. 2008, p. 63- 73.

ROUGÉ, Jean-Louis. **Les langues des Tonga.** In D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alan. (Eds). **Actas do Colóquio Internacional sobre Línguas Crioulas de Base Portuguesa.** Universidade de Lisboa. Lisboa: Colibri. 1992, p. 171-175.

RTC. **Digitalização dos arquivos audiovisuais da RTC caminha a bom ritmo:** Jornal da Noite. Rádio Televisão de Cabo Verde. Cidade da Praia: 29 de maio de 2011, 2011a. Disponível em <[http://www.rtc.cv/index.php?id\\_cod=10457&paginas=13](http://www.rtc.cv/index.php?id_cod=10457&paginas=13)>. Acesso em 23/09/2014.

RTC. **Entrevista do Programa Conversa em Dia do dia 01 de Março de 2012 com a temática “Ensino Superior na Perspectiva dos Alunos”.** 2012a. Cidade da Praia: Rádio Televisão de Cabo Verde. Disponível em <[http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=41&id\\_cod=16285](http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=41&id_cod=16285)>. Acesso em 22/07/2014.

RTC. **Estudantes Uni-CV marcham na capital em protesto contra más condições do ensino.** 2012b. Cidade da Praia: Rádio Televisão de Cabo Verde. Reportagem de 16 Março de 2012. Disponível em <[http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=13&id\\_cod=16535](http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=13&id_cod=16535)>. Acesso 25/07/ 2014.

RTC. **Jornal da Noite: Alunos da Uni-Piaget acampam 3 dias em Assomada para estudos.** Cidade da Praia: Rádio Televisão de Cabo Verde. 19 de abril de 2011, 2011b.

Disponível em <[http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=13&id\\_cod=16535](http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=13&id_cod=16535)>. Acesso 25/05/2014.

RTC. **Jornal da Noite: Alunos da UNICV falam de suas experiências no Congresso da Iniciação Científica no Brasil.** Cidade da Praia: Rádio Televisão de Cabo Verde. 24 de novembro de 2011, 2011c. Disponível em <<http://videos.sapo.pt/QIsUJdL-QvSr5Gzfur3MT>>. Acesso 23/07/2014.

RUA, Carla Marina Amorim Tavares. **Ditongos Orais no Português Europeu.** Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro. 2005.

RUBINO, Rejane B; PINE, Julian M. **Subject-verb agreement in Brazilian Portuguese: what low error rates hide.** *Journal of Child Language* 25. 1998, p.35-59.

SANDALO, Maria Filomena S.; TRUCKENBRODT, Hubert. **Some Notes on Phonological Phrasing in Brazilian Portuguese.** MIT Working Papers in Linguistics 42, 2002, p. 285-310.

SANTOS, Eduardo F.; CHRISTOFOLETTI, Alfredo. **A Palavra Prosódica no Português Vernacular de São Tomé e Príncipe e no Português de Angola: Uma Análise Preliminar. (Apresentação de Trabalho/Comunicação) – II Simpósio Internacional do GELIC, Vitória – ES. 2011.**

SANTOS, Eduardo Ferreira dos. **Sentenças marcadas para o foco no português do Libolo: uma proposta de análise derivacional.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. 2015.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos; OLIVEIRA, Marcia Santos Duarte. **Aspectos da categoria foco no português de Angola.** *Filologia e Linguística Portuguesa*. V.13(2). 2011, p. 269-303.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos; SILVA, Raquel Azevedo. **Duplo preenchimento do CP em variedades reestruturadas do português: considerações sobre o universal linguístico e a situação de contato.** Trabalho apresentado no IV SIMELP. Goiânia, Universidade Federal de Goiânia. Simpósio 12 – “Variedades de português faladas na África: os substratos ‘Níger Congo’ e ‘crioulos’”. Manuscrito.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos; SILVA, Raquel. Estudo Inicial das Perguntas-Q no Português de Guiné-Bissau. In OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes (Orgs). **O português na África atlântica**. São Paulo. HUMANITAS/FAPESP. 2018, p. 237-260.

SANTOS, Horácio. **Stóriaski nu obi ta kontadu – Midjor manera di kume makaku**. Aliança, Mar. 2000, p. 34.

SANTOS, Jacques Arlindo dos. **Caseca: cenas da vida em Calulo**. Luanda: Ed. Ler & Escrever. 1993.

SANTOS, Raimundo Enedino. **O pronome objeto e as línguas africanas no período colonial**. Revista do GELNE, 9(1/2). 2008, p. 77-94.

SANTOS, Vinícius G. **Aspectos prosódicos do português de Guiné-Bissau: a entoação do contorno neutro**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. 2015.

SANTOS, Vinícius G.; FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane R. **O padrão entoacional neutro do português de Guiné-Bissau**. Estudos Linguísticos. V. 43(1). 2014, p. 48-63.

SANTOS, Vinícius Gonçalves dos; FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane Romani. Contribuições para a prosódia do português de Guiné-Bissau: a entoação do contorno neutro. In OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte; ARAUJO, Gabriel Antunes (Orgs). **O português na África atlântica**. São Paulo. HUMANITAS/FAPESP. 2018, p. 191-237.

SAPIR, Edward. **Language**. New York: Harcourt Brace. 1921.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. 2 vols. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. 1988.

SCHWARTZ, Bonnie D; SPROUSE, Rex A. **L2 cognitive states and the full transfer/full access model**. Second Language Research 12. 1994, p. 40-72.

SCHWINDT, Luiz Carlos S. **O prefixo do português brasileiro: análise morfológica**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2000.



SCHWINDT, Luiz Carlos S. **O prefixo no Português Brasileiro: análise prosódica e lexical.** DELTA 17 (2). 2001, p. 175-207.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO LIBOLO. **Relatório das atividades da Administração do Município do Libolo.** Calulo. 2012.

SELKIRK, Elisabeth. **Phonology and syntax: the relation between sound and structure.** Cambridge: The MIT Press, 1984.

SELKIRK, Elisabeth. **On derived domains in sentence phonology.** Phonology Year-book 3. 1986, p. 371-405.

SELKIRK, Elisabeth. The interaction of constraints on prosodic phrasing. In Horne, Merle (ed.). **Prosody: Theory and Experiment.** Netherlands: Kluwer Academic Publishers. 2000, p. 231-261.

SERRA, Carolina R. **Realização e percepção de fronteiras prosódicas no português do Brasil: fala espontânea e leitura.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009.

SHIRAI, Yasuhiro; ANDERSEN, Roger W. **The acquisition of Tense-Aspect morphology: a prototype account** Language. V.71(4). 1995, p. 743-762.

SIEGEL, Jeff. Mixing, levelling, and pidgin/creole development. In SPEARS, Arthur K.; WINFORD, Donald. (Eds.) **The Structure and Status of Pidgins and Creoles.** Amsterdam: John Benjamins. 1997, p. 111-150.

SIEGEL, Jeff. **Substrate influence in creoles and the role of transfer in second language acquisition.** Studies in Second Language Acquisition. 25(2). 2003, p. 185-209.

SIEGEL, Jeff. **Morphological simplicity in Pidgins and Creoles.** Journal of Pidgin and Creole languages. V.19(1). 2004, p. 139-162.

SIEGEL, Jeff. Links between SLA and Creole Studies. In LEFEBVRE, Claire; WHITE, Lydia; JOURDAIN, Christine (Eds.) **L2 Acquisition and Creole Genesis.** Amsterdam: John Benjamins. 2006, p. 15-46. SIEGEL, Jeff. **Second Dialect Acquisition.** Cambridge: CUP. 2010.

SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença Edições, 4a edição. 1977 [1950].

SILVA, Izione S. Tense and Aspect in Capeverdean Crioulo. In SINGLER, John Victor (Ed). **Pidgin and Creole tense-mood-aspect systems**. Amsterdam: John Benjamins. 1990, p. 143-168.

SILVA, Fabiana de Souza. **O processo de monotongação em João Pessoa**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB.1997.

SILVA, Raquel Azevedo. **Corpus da pesquisa de Iniciação Científica**: “Para um estudo de perguntas-Q na variedade africana de português falado em Guiné Bissau”. Universidade de São Paulo. Manuscrito.

SILVA, Raquel Azevedo. **Relatório final da pesquisa**: “Para um estudo de perguntas-Q na variedade africana de português falado em Guiné Bissau”. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Manuscrito.

SILVA, Susiele Machry. **Alçamento das vogais médias átonas finais no português falado em Rincão Vermelho-RS**. Revista Língua & Literatura. V.11(17). 2009, p. 211-234.

SILVA, Thais Cristóforo. **Fonética e Fonologia do Português**. São Paulo: Contexto. 2010.

SILVA, Thais Cristóforo; FONSECA, Marco S.; CANTONI, Maria. **A redução do ditongo [ãw] postônico na morfologia verbal do português brasileiro**: uma abordagem baseada no uso. Letras de Hoje, Porto Alegre. V. 47(3). 2012, p. 283-292.

SILVA, Tome Varela. **Kiriolu**: Spedjudi nos alma. In Cultura, nº 2. Praia: Ministério da Cultura de Cabo Verde. 1998, p. 109-131.

SIMIONI, Taíse. **A alternância entre ditongo crescente e hiato em Português**: Uma análise Otimalista. Dissertação de mestrado. Porto Alegre. 20

SIMIONI, Taíse. **O clítico e seu lugar na estrutura prosódica em português brasileiro**. ALFA 52 (2). 2008, p.431- 446.

SIMÕES, Maria Cecília Perroni; STOEL-GAMMON, Carol. **The acquisition of inflections in Portuguese:** A study of the development of person markers on verbs. *Journal of Child Language* 6. 1979, p. 53-67.

SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (Eds.). **Ethnologue:** Languages of the World, Twenty-first edition. Dallas, Texas: SIL International. Online version.tt 2018. Disponível em <<https://www.ethnologue.com/>>. Acesso em 12/11/2017.

TARALLO, Fernando Luiz. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese.** Tese de Doutorado. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania. 1983.

TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Madeira Catarina. **Africae Monumenta. A apropriação da escrita pelos africanos.** Arquivo Caculo Cahacenda, Volume I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. 2002.

TENANI, Luciani E. **Domínios prosódicos no português brasileiro do Brasil:** implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. 2002.

TENANI, Luciani E. **A importância da proeminência da frase fonológica no português brasileiro.** *Estudos da Linguagem*. V.12 (2). 2004, p. 289-318.

TENANI, Luciani E.; FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane R. Prosodic phrasing and intonation in neutral and subject-narrow-focus sentences of Brazilian Portuguese. In **Proceedings of Fourth Conference on Speech Prosody**. Campinas: RG/CNPQ. 2008, p. 445-448.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2001 [1989].

TOLENTINO, André C. **Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento:** O Caso de Cabo Verde, Lisboa: F. C. Gulbenkian. 2007.

TONELI, Priscila M. **A palavra prosódica no português brasileiro:** o estatuto prosódico das palavras funcionais. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas. 2009.

TONELI, Priscila M. **A palavra prosódica no português brasileiro**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. 2014.

TORRENCE, Harold. **A promotion analysis of Wolof clefts**. *Syntax*. V.16(2). 2013, p. 176-215.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; BERLINCK, Rosane de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In LOBO, Tânia et al. (Eds). **Novos Dados, Novas Análises**. Volume VI. Tomo I. Salvador: EDUFBA. 2006, p. 73-106.

VALENTE, João Francisco. **Gramática Umbundu – a língua do centro de Angola**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 1964.

VALKHOFF, Marius. **A socio-linguistic enquiry into Cabo-verdiano creole**. *Miscelânea Luso-africana*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 1975, p.41-58.

VAN COETSEM, Frans. **A General and Unified Theory of the Ttransmission Process in Language Contact**. Heidelberg: Universitätsverlag, C. Winter. 2000.

VARANDAS, Paulo [Soba Grande do Município do Libolo]. **Acto historial do reinado do sobado da Banza de Calulo**. Banza de Calulo. Manuscrito. 1992.

VEENSTRA, Tonjes. Creole genesis: the impact of the language bioprogram hypothesis. In KOUWENBERG, Sandra; SINGLER, John Victor (Eds.). **The Handbook of Pidgin and Creole Studies**. Oxford: Blackwell. 2008, p. 219-241.

VEIGA, Manuel. **Language policy in Cape Verde: A proposal for the affirmation of kriolu**. In Cimboa, *A Journal Letters of Arts and Studies*, n° 7, year 3: Boston, Capeverdean Creole Institute. 1999a.

VEIGA, Manuel. **A valorização do crioulo no percurso invulgar de Dulce Duarte**. In *A Semana – Ano VIII*, n° 394. 1999b, p. 18.

VEIGA, Manuel. **A Construção do Bilinguismo**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2004.

VEIGA, Manuel. **O crioulo e o Português em Cabo Verde**. In Sibila: Poesia e Crítica Literária, 01 de abril de 2009. Disponível em <<http://sibila.com.br/mapa-da-lingua/ocrioulo-e-o-portugues-em-cabo-verde/2753>>. Acesso em 26/05/2014.

VEIGA, Manuel. **Nação Crioula Caldeada num Bilinguismo em Construção**. Lisboa, 21 de Fevereiro de 2013. Disponível em <<http://www.acaboverdeana.org/www2/wpcontent/uploads/Cabo-Verde-Nac%CC%A7a%CC%83o-Crioula.pdf>>. Acesso em 28/05/2014.

VIDAL, D. João Evangelista de Lima (Antigo Bispo de Angola e Congo). **Da cidade de Loanda às margens do Rio Lua (Libôlo)**. In D. João Evangelista de Lima Vidal. *Por terras de Angola*. Coimbra, F. França Amado, Editor. 1916, p. 89-166.

VIGÁRIO, Marina. **Aspectos da prosódia do português europeu: estruturas com advérbio de exclusão e negação frásica**. Braga: Universidade do Minho. 1998.

VIGÁRIO, Marina. **Palavra prosódica e composição no Português Europeu**. In CASTRO, Rui V.; BARBOSA, Pilar. (orgs.) *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. 2. Coimbra: APL. 1999, p. 583-602.

VIGÁRIO, Marina. **The prosodic word in European Portuguese**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. 2003.

VIGÁRIO, Marina; FERNANDES-SVARTMAN, Flaviane R. **A atribuição de acentos tonais em compostos no português do Brasil**. In BRITO, Ana Maria et al. (Orgs.). *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística – Textos Seleccionados*. Porto: Tip. Nunes Ltda/Maia. V. 1. 2010, p. 769-786.

VIGÁRIO, Marina; FROTA, Sónia. **The intonation of Standard and Northern European Portuguese**. *Journal of Portuguese Linguistic*. V. 2 (2). 2003, p. 115-137.

VIOTTI, Evani de Carvalho. **A composicionalidade nas sentenças com o verbo ter**. In: MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda; FOLTRAN, Maria José. (Orgs.) **Semântica formal**. 1ª. ed. São Paulo: Contexto. 2003, p. 221-241.

WARDHAUGH, Ronald. **An introduction to sociolinguistics**. Oxford: Blackwell. 1995.

WELMERS, William Everett. **African Language Structures**. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.1973.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta-da-China. 2011.

WHITTLESEY, Derwent S. **Geographic provinces of Angola**: An outline based on recent sources. *Geographical Review*. V.14(1). 1924, p. 113-126.

WINFORD, Donald. **An Introduction to Contact Linguistics**. Oxford: Blackwell. 2003.

WINFORD, Donald. On the unity of contact phenomena: the case for imposition. In: FÉRAL, Carole de. In **And out of Africa: Languages in question** – In honor of Robert Nicolăi. Vol. 1 (Language contact and Epistemological Issues). Louvain: Peeters. 2013.

XAVIER, Francisco da Silva. **Fonologia Segmental e Supra-Segmental do Quimbundo Variedades de Luanda, Bengo, Quanza Norte e Malange**. Tese de Doutorado (Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

ZUBIZARRETA, Maria Luisa. **Prosody, focus and word order**. University of Southern Califórnia, Departamento of Linguistics, Los Angeles, CA, Manuscript. 1997.